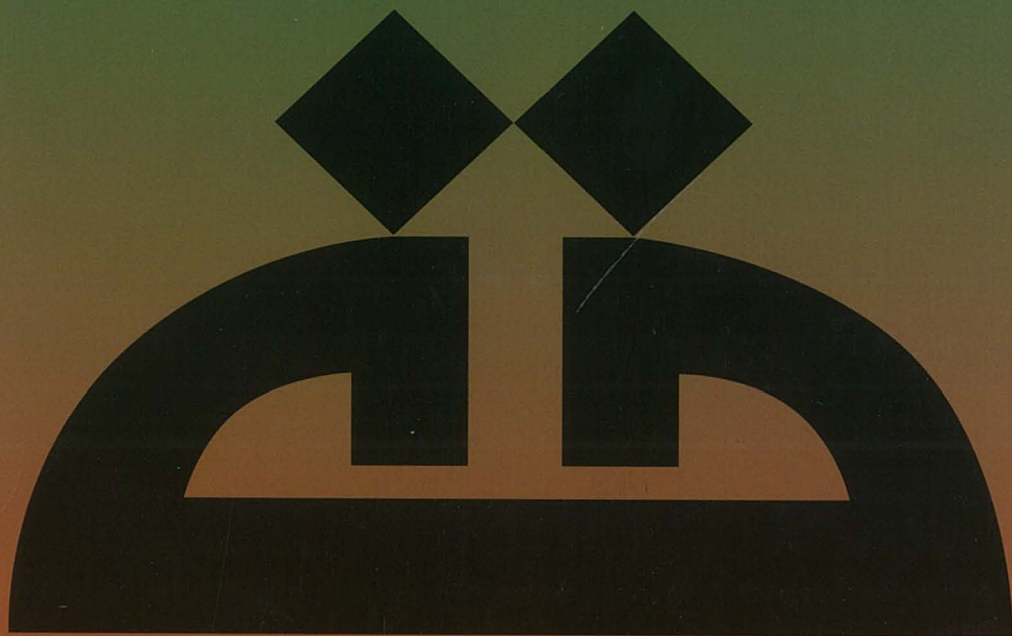


AFRICANA STUDIA

Nº 3. 2000

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies



FACULDADE DE LETRAS

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/International Journal of African Studies

Director: António Custódio Gonçalves

Conselho Científico/Advisory Board: Alberto Amaral (Univ. do Porto), Brazão Mazula (Reitor da U.E.M. – Maputo) Christine Messiant (E.H.E.S.S. – Paris), Elikia M'Bokolo (E.H.E.S.S. – Paris), Franz-Wilhelm Heimer (CEA-ISCTE – Lisboa), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG – Lisboa), Jill Reaney Dias (F.C.S.H. – U.N.L.), João Gomes Cravinho (Univ. Coimbra), Joaquim Alberto da Cruz e Silva (I.I.C.T. – Lisboa), José Novais Barbosa (Reitor da Univ. do Porto), Isabel de Castro Henriques (FL.U.L.), Mário Fresta (Reitor da U.A.N. – Luanda), Patrick Chabal (King's College – London), Michel Cahen (Univ. Bordéus III), Peter Meyns (Univ. Duisburg), Peter Vale (Univ. Western Cape), Saul Dubow (SOAS – Londres), Teresa Cruz e Silva (U.E.M. – Maputo), José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior).

Conselho de Redacção/Editorial Board: António Custódio Gonçalves, Carlos José Gomes Pimenta, Ivo Carneiro de Sousa, Elvira Mea, José Manuel Pereira Azevedo, João Francisco Marques, Mário Vilela, Maria Cristina Pacheco, Maciel Morais Santos.

Secretariado: Raquel Maria Machado da Cunha

Propriedade: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

©1999 – CEAUP

Impressão e acabamento: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia

ISSN – 0874-2375

Depósito legal: 138153/99

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação sem autorização prévia por escrito do CEAUP e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicação anual: nº 3 – 2000

Tiragem: 1000 exemplares

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

Nº 3. 2000

Editorial	3
Artigos	7
"Gestão política das Identidades Culturais: desafios à democratização"	9
<i>António Custódio Gonçalves</i>	
"A Escravatura na Consciência Cultural Portuguesa. Alguns aspectos"	19
<i>Eugénio Santos</i>	
"Escravos e escravatura em Moçambique: problemas identitários"	33
<i>José Capela</i>	
"O Caminho-de-ferro de Bengela e o Impacto Económico, Social e Cultural na sua Zona de Influência (1902-1952)"	49
<i>Emmanuel Esteves</i>	
"Langue et pouvoir en Afrique sur quelques paradoxes de la politique linguistique française depuis la période coloniale"	73
<i>Janos Riesz</i>	
"Diversidade Linguística em África"	101
<i>Vatomene Kukanda</i>	
"Português de Moçambique: Alterações nas Classes Semânticas (Classemas) e respectivas Implicações Construcionais"	119
<i>Lourenço Mateus Lindonde</i>	
"Ensino Superior e Dimensão Cultural de Desenvolvimento: Reflexões Sobre o Papel do Ensino Superior em Angola"	137
<i>Victor Kajibanga</i>	

Um exercício de leitura comparada. Lendo *Remember*
Ruben de Mongo Beti e a *Vida Verdadeira de*
Domíngos Xavier de Luandino Vieira 153
José Carlos Venâncio

“Culturas: a construção das identidades” 165
José Azevedo

Documentos (Marie-Louise Bastin - homenagens)

Art Tribal, Paris - “Marie-Louise Bastin nous a quitté” 183
Anne Leurquin.

Voices em português - “Marie-Louise Bastin
(com um sincero pedido de perdão)” 185
Ana Paula Tavares

Notícias e Recensões

José Carlos Venâncio - *Koloniale Mythen - Afrikanische Antworten*
(Mitos coloniais - respostas africanas), Janos Riesz, 2000 (1993),
Frankfurt: IKO - Verlag für Interkulturelle Kommunikation 189

Adelino Torres – *O facto africano: elementos para uma Sociologia*
de África, José Carlos Venâncio, Lisboa, Editora Vega, 2000 191

António Custódio Gonçalves – *Continent Noir*, Albert Doutreloux,
Québec, Les Éditions Francine Breton, 2000 195

Notícia sobre Christian Geffray (1954-2001) 197

Résumés / Abstracts 199

Informações

VI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais 217

Anúncio do IV Seminário “Multiculturalismo, Poderes e
Etnicidades na África subsariana” – 4-5 Maio 2001 – FLUP 221

EDITORIAL

«À terceira é de vez». Talvez não fosse suficientemente conhecido que este aforismo popular, celebrando a persistência e a tenacidade na acção social individual e colectiva, se applicava também ao trabalho cada vez mais difícil de editar com continuidade uma revista científica. Sobretudo no meio científico português que, apesar das transformações muito positivas dos últimos anos, continua a acompanhar com excessiva distância (para escrever curto...) os esforços dessa quase «outra» investigação científica que, observada tantas vezes com estranheza, dedica o seu trabalho ao estudo dos mundos não-europeus. Uma investigação que, também no caso de África, continua limitada tanto por financiamentos escassos como por uma posição subalterna nos claustros universitários tanto como nos meios institucionais ou empresariais, quase definitivamente rendidos à ideia de um continente irremediavelmente perdido, recorrentemente imerso num caos inevitável... E, no entanto, quando se frequentam estudos sérios, como nesta revista, de investigadores africanos que procuram analisar e discutir os tempos e espaços do seu próprio continente (da investigação original sobre o caminho-de-ferro de Bengela, de Emmanuel Esteves, ao trabalho competente sobre a diversidade linguística de Vatomene Kukanda, passando pela reflexão crítica do espírito irrequieto de Victor Kajibanga acerca do ensino superior e a dimensão cultural do desenvolvimento em Angola...), convocando qualificadamente as modernas ciências sociais, descobrimos, afinal, uma riqueza analítica e uma complexidade de problemas que não deixa de coligar a África a essa constelação de processos gerais de transformação social, económica e comunicacional que se insiste em sumariar debaixo da etiqueta de globalização e que tanto atrai a ciência e os cientistas de todo o mundo. Por isso, também as dimensões culturais deste processo, muito longo, de mundialização se investigam neste terceiro número da 'Africana Studia': o artigo que António

Custódio Gonçalves dedica à «Gestão política das identidades culturais: desafios à democratização» trata de contrapor a dialéctica entre identidades e dinâmicas culturais à persistência de perspectivas essencialistas e nacionalistas que, progressivamente justapostas, o processo de globalização tem vindo a concorrer para ampliar; mais à frente são os problemas incontornáveis da construção das identidades que mobilizam a investigação crítica de José Manuel Azevedo.

O tema da escravatura percorre-se também neste novo número da 'Africana Studia'. E por penas consagradas. A do historiador Eugénio dos Santos, investigando «a escravatura na consciência cultural nos finais do Antigo Regime», e no trabalho de José Soares Martins (que 'José Capela' tantas vezes gosta(va) de assinar...), percorrendo com rara inteligência e originalidade «escravos e escravatura em Moçambique: problemas identitários». O balanço destes dois artigos é especialmente relevante numa altura em que as reivindicações africanas exigindo uma indemnização aos antigos potentados coloniais ocidentais pelo crime do plurissecular comércio escravagista (muito longe de se encontrar totalmente extinto, que o digam muitos milhares de crianças e mulheres africanas...) cresce de tom e alarga alianças: estes dois cuidados estudos mostram a multiplicidade do escravagismo e dos meios sociais em que se foi construindo, testemunhando a dimensão polifilética da escravatura, a reinscrever com mais cuidado nas ordens de dominações e arranjos sociais de sociedades africanas que especializaram diversas escravaturas com os seus tratos e explorações próprios. Em qualquer dos casos, investiga-se o tema longe da atracção de explicações agora muito seguidas, exagerando o representacional e o simbólico para destacar acertadamente as dimensões históricas e sociais de um tema definitivamente vazado em problema.

A língua e as línguas, bem como as expressões literárias que perseguem, com as suas inevitáveis dimensões culturais e ideológicas, continuam a convocar estudos importantes. Para além do trabalho atrás referenciado em que Vatomene Kukanda discute a diversidade linguística africana, cruzando línguas oficiais e maternas, línguas locais e nacionais, frequente-se o admirável estudo de Janos Riesz acerca de «língua e poder em África acerca de alguns paradoxos da política francesa no período colonial», visite-se igualmente o cuidado trabalho de Lourenço Mateus Lindonde acerca do «português de Moçambique: alterações nas classes semânticas

(classemas) e respectivas implicações construcionais», podendo encerrar-se esta secção verdadeiramente de «língua e literatura» acompanhando o esforço comparativista de José Carlos Venâncio ao propor-nos «um exercício de leitura comparada. Lendo Remember Ruben de Mongo Beti e a Vida Verdadeira de Domingos Xavier de Luandino Vieira.

Completa a 'Africana Studia', neste terceiro andamento, a composição das secções habituais de notícias e resenhas. Neste último caso, esperando vivamente nos próximos números mais livros, resenhas verdadeiramente críticas, talvez mesmo saudáveis polémicas. Que fazem falta, principalmente em qualidade, para se consolidar a dimensão necessariamente crítica e independente que se pretende agregar aos estudos africanos em Portugal.

Este terceiro número só pôde, em rigor, «ser de vez», porque esta revista conseguiu encontrar no Conselho Directivo da FLUP e, em especial, no seu Presidente, a sensibilidade para apoiar uma publicação periódica que, afinal, enquanto revista internacional de estudos africanos continua a ser uma espécie quase rara entre nós. Um apoio que se tem generosamente estendido à actividade anual do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, da investigação às bibliotecas, da cooperação ao ensino pós-graduado, das conferências aos seminários. Sem esta sensibilidade e apoio não haveria sequer uma terceira oportunidade.

Representa, assim, este número um continuado recomeço. Rediscuta-se, por isso, uma vez mais, o nosso galilaico eppure se muove. Move-nos, antes de mais, a interdisciplinaridade. Reafirmada tantas e tantas vezes em outras tantas pomposas lições de muito académica circunstância, geralmente reservadas para aberturas de cursos e novas instituições, erguida como tónica de renovadas retóricas dominantes da epistemologia das ciências sociais actuais, a interdisciplinaridade continua muitíssimo longe de iluminar as ciências sociais e humanas que de africanistas se adjectivam. A sua transformação substantiva em «campo científico» considerado (por exemplo, em concursos a projectos de investigação ou, ainda mais simplesmente, nas muito positivas tabelas que, entre nós, organizam as «disciplinas» desses concursos em que é quase impossível inserir a interdisciplinaridade...) depende com urgência da capacidade em cruzar perspectivas e teorias, coordenar tanto investigações como centros e investigadores, colaborando e potenciando as pesquisas que existem e os esforços que se consolidam,

muito longe de quaisquer lógicas corporativas e, quase apetece dizer, «académicas». Desta cooperação interdisciplinar depende ainda a capacidade fundamental de os estudos africanos poderem influenciar ou, simplesmente, avisar políticas, cooperações e investimentos. Numa palavra, serem «úteis»... Oferecendo à sociedade portuguesa estudos, críticas, «teses» que possam ser lidas e consumidas por decisores políticos, cooperantes, tanto como por ONG ou organismos internacionais. Também pelas inteligências, governos administrações ou Universidades africanas, pelo menos pelos seus alunos, especialmente aqueles que continuam a procurar-nos para se pós-graduarem. E por todo o mundo científico, claro, a que a África (às vezes é preciso recordá-lo...) ainda pertence. Move-nos igualmente o desenvolvimento constante de um projecto editorial aberto à jovem investigação em ciências sociais, principalmente aquela que procura qualificadamente criticar, ultrapassar, polemizar com «velhos» mestres ou teses de normativa consagração, propondo novos paradigmas de investigação e conceptualização. Move-nos, por fim, tentar influenciar ou, o que não é muito diferente, aconselhar «poderes» (todos, sem excepção, dos económicos aos políticos, dos poderes solidários aos poderes transnacionais, passando naturalmente pelos poderes educacionais...), incluindo necessariamente os poderes científicos, para que possam emprestar aos estudos africanos se não a dignidade, ao menos a atenção que a qualidade das suas investigações merecem.

7 de Junho de 2001 (sentado num ainda vagaroso «alfa pendular», rumo a Lisboa, beneficiando das vantagens das novas tecnologias micro-informáticas portáteis, felizmente muitíssimo mais rápidas do que a nossa rede de transportes ferroviários, talvez ainda agarrada aos «gloriosos» tempos dos caminhos-de-ferro de Bengela, cujo traçado, ramais e estações nos ensinavam na escola primária, há trinta-quarenta anos atrás, diante desses espantosos mapas em que se celebrava esse Portugal que se espreguiçava imperialmente do Minho a Timor. Os estudos africanos portugueses hoje já se libertaram dos «lugares da memória» destes mapas?)

Ivo Carneiro de Sousa

Artigos

GESTÃO POLÍTICA DAS IDENTIDADES CULTURAIS: DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO *

António Custódio Gonçalves**

As dinâmicas das identidades e das alteridades culturais, que marcaram profundamente as diferentes sociedades, são analisadas numa perspectiva histórica de longa duração *como processos e estratégias* sociais, culturais e simbólicas, em contraponto com as perspectivas essencialistas e nacionalistas, sob a bandeira de pretensas “autenticidades” ou de diversos nativismos ligados a “neonegrismos” e neo-fundamentalismos.

Analisam-se duas lógicas da construção das identidades culturais: por um lado, a lógica dos *sistemas*, com o objectivo de assegurar convergências, arranjos políticos, numa perspectiva de integração/adaptação e numa *visão essencialista*; e, por outro lado, a lógica dos *actores sociais*, ligada à inovação e à produção de sentido, numa *visão construcionista*, com os objectivos de cooperação e de participação, o que supõe a partilha de conhecimentos, de saberes, de projectos em que cada um está implicado e que gera solidariedades, numa conjugação dinâmica entre identidades culturais e sociedade civil, através da indispensável diversidade de opiniões, atitudes e comportamentos e do necessário respeito das alteridades plurais.

* Este artigo resulta do desenvolvimento da minha intervenção no Painel VII: “Identidades culturais: olhares cruzados e plurais nos espaços de Língua Portuguesa”, apresentada ao VI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: “As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: balanços e desafios”, realizado no Porto, de 5 a 9 Setembro 2000.

** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

1. Ambivalência étnica e ambiguidade do Estado: processos de democratização

1.1. Os conceitos de tribalismo e etnicidade cristalizaram, e ainda hoje, a percepção de diversidade cultural, ao mesmo tempo que pretendem rentabilizá-lo politicamente para a minimização dos conflitos sociais e políticos. As democracias modernas foram construídas através da conquista, por meio de um processo de guerras e reivindicações, pela autonomia do indivíduo em relação à lógica da estruturação racional da sociedade. Este movimento fundamental da luta pela democracia constituiu-se através do reconhecimento da liberdade de opinião e de imprensa, do direito de associação e do direito dos partidos políticos e finalmente da definição dos direitos do Homem.

O discurso social acerca da noção de etnia é o discurso das bases sociais, a partir das quais se elaboram e se justificam as estratégias individuais e colectivas da conquista pelo poder. O discurso sobre o enquistamento das identidades nacionais caracterizou os fundamentos das ideologias fascistas. A ausência do neo-colonialismo hegemónico português provocou uma luta aberta entre vários neo-colonialismos que levou Angola e Moçambique a uma guerra longa e devastadora. No pós-guerra, o colonialismo português, isolado ideologicamente, manteve-se porque, como país semi-periférico, garantiu aos países do centro o acesso à exploração dos recursos naturais das colónias, conservando uma vasta região de África sob controlo político pro-ocidental, fora do confronto este-oeste e servindo de escudo à África do Sul. Em África, a independência dos cinco países de língua oficial portuguesa teve lugar no decurso das grandes transformações na sociedade portuguesa com a revolução do 25 de Abril. Estes dois fenómenos ficaram para sempre associados, na medida em que a guerra colonial, a luta dos movimentos de libertação contra o colonialismo, os apoios obtidos entre as elites culturais políticas e militares portuguesas, a par do isolamento internacional de Portugal, foram decisivos para a eclosão da revolução e para a transição democrática.

A estruturação local da “questão étnica” e das suas representações resulta das sequelas duma delimitação colonial absurda que afectou os equilíbrios demográficos e culturais locais. As populações Bakongo, por exemplo, estão hoje divididas entre Angola, o Congo Kinshasa e o Congo Brazzaville.

Quanto às problemáticas relacionadas com o Estado convém, desde já, sublinhar o carácter relativo dos diversos tipos de explicação sobre a formação do Estado, isto é de um aparelho centralizado e hierarquizado dominando o conjunto dum território. O que interessa, a meu ver, é analisar as formas e o funcionamento do Estado, e já não a questão da sua formação.

O Estado é fundamentalmente uma entidade ambígua. Para além de factores ecológicos, económicos, tecnológicos e sociológicos, é necessário ter em conta os factores religiosos e ideológicos. O poder do Estado, sobretudo nas suas formas mais arcaicas, apoia-se no poder mágico e/ou religioso, confundindo-se com o mesmo. Os factores mágicos e/ou religiosos, tais como a complexidade dos rituais e os elementos simbólicos e ideológicos, a sacralização do soberano, os ritos de intronização, os interditos ligados à pessoa do soberano, a associação às forças cósmicas e aos poderes sobrenaturais, entre outros, são reguladores de um excesso de poder no interior da sociedade. Assim se explica a dominação de um grupo minoritário que se apresenta como uma racionalidade transcendente e como um núcleo permanente de acumulação do poder.

1.2. Citarei alguns exemplos que me parecem paradigmáticos da ambivalência étnica e da ambiguidade do Estado.

1. *Ruanda e Burundi.* Tem sido característica dominante o enquistamento étnico de uma classe política, de uma elite social, que se bipolarizou segundo uma linha de confronto, quer de auto-defesa Tutsi, quer de reviravolta Hutu, e que, dividida segundo pertenças étnicas ou territoriais, criou as políticas do clientelismo. Os grupos Tutsis, tidos como hamitas, pastores do Norte, e os grupos Hutus, agricultores bantus, não sendo etnias propriamente ditas, caracterizadas geográfica, linguística e historicamente, conduziram, no entanto, a políticas de exclusão, fomentadas pelos regimes coloniais alemão e belga. Os Tutsis, que representavam cerca de um décimo da população, eram os dominadores; os seus quadros eram formados pelas escolas coloniais que apresentavam a imagem do Tutsi instruído, bem apresentado, oposto ao Hutu, analfabeto e mal vestido. Explorava-se, assim, o mito das origens egípcias e da dita superioridade hamítica para justificar o poder da aristocracia Tutsi ruandesa. Em 1972, a tomada do poder político pela maioria Hutu, no Burundi, provocou represálias violentas da parte das minorias dirigentes

Tutsis e, em seguida, a maioria dirigente Hutu do Ruanda desencadeou uma espiral de violência étnica contra os Tutsis do Burundi. E os factos vão-se repetindo, embora noutros contextos e com outras acentuações.

2. *Congo-Brazzaville* A política étnica foi associada, de forma recorrente, às rivalidades entre os três povos: os Mbochi, ao Norte, os Bakongo, ao Sul no eixo Brazzaville – Ponta Negra e no Sudoeste Atlântico, e os Teke dos planaltos. A colonização, com as divisões territoriais artificiais, acentuou a conflitualidade geo-étnica e o clientelismo dicotómico das identidades culturais, opondo o Norte, menos desenvolvido e dominado, ao Sul, mais desenvolvido e dominador. Após a independência, as lutas pelo poder sucedem-se em termos de equilíbrio ou de alternância da conquista pelo poder entre Norte e Sul.
3. *Angola*. Os principais movimentos de libertação são os seguintes: o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), de etnia Mbundo e língua Quimbundo dominante em Luanda, Kwanza-Norte, Malange e regiões adjacentes; a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), de etnia Bakongo e língua Kikongo, dominante no Norte; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) de etnia Ovimbundo e língua Umbundo, maioritária no planalto central e no Sul. Nas vésperas da independência, consumou-se a tripolarização, pela competição violenta entre estes três movimentos de libertação recrutados com base étnica ou regional: os Mbundo, os Bakongo e os Ovimbundo, culminando nas convulsões étnicas em 1975 antes da independência. A chegada do MPLA ao poder coincide com o afastamento dos Bakongo e dos Ovimbundo. Consolidava-se, assim, o confronto entre a corrente da “revolução” e das elites intelectuais e a corrente tribalista.

2. A gestão política da heterogeneidade étnica e cultural.

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades. A cultura é uma auto-criação: são “significantes flutuantes”, ou categorias de análise da realidade social em mutação.

Todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial. A questão étnica aparece de forma quase obsessional nos debates sobre a África contemporânea. As referências étnicas não se reduzem a mapas de identidade de origem colonial. Elas intervêm nos jogos políticos actuais.

Importa reflectir sobre o papel das instituições do Estado e o papel da sociedade civil na construção da liberalização política e da cultura democrática. Nesta reflexão, duas questões parecem-me fundamentais. A primeira está relacionada com a construção da democracia: como levar a democracia ao desenvolvimento económico? A democracia é, sem dúvida, um conceito polémico. Não se trata necessariamente de formas de democracia liberal, de matriz ocidental. A este propósito, haverá que distinguir entre países como o Botswana e a África do Sul, onde formas de democracia liberal estão a tentar-se desenvolver, e países como Angola, Nigéria e Gabão, ricos em petróleo e minerais, que poderão resistir à democratização. A segunda questão refere-se ao papel das “estratégias identitárias” nos projectos colectivos dos processos pró-democráticos: como promover novas sociabilidades associadas à permeabilidade de diferentes culturas e etnias. Creio que a resposta deve encontrar-se no reforço das solidariedades horizontais, enriquecendo as componentes da sociedade civil. Assim, torna-se necessária a dissociação das identidades étnicas em relação ao poder político. A democracia exige que as fronteiras do grupos étnicos sejam, o mais possível, fluídas; caso contrário, poderá surgir o perigo do etno-nacionalismo. Quanto mais centralizada for a definição de pertença de um grupo étnico, menos esse grupo étnico se torna democrático. O etno-nacionalismo surge assim como um instrumento nas mãos de elites intelectuais e dos Estados.

O surto do desenvolvimento urbano das cidades em África mostra a emergência de uma nova lógica. Nos próximos vinte anos, metade da população, segundo as estatísticas, viverá nas cidades que, por natureza, são pluri-étnicas, o que provocará uma redução da expressão política da etnicidade.

Há que distinguir, por um lado, entre “grupos pequenos”, em que não há, em princípio, competição pelo poder político e, frequentemente, aceitam a legitimidade do Estado e o respeito pelos outros grupos, e que revelam os diferentes níveis da democracia na mesma sociedade; e, por outro lado, os “grupos grandes” que são

manipulados pelos poderes políticos e culturais. Trata-se de grupos com poderes únicos, com lógicas e ambições hegemónicas, em que é evidente a ausência de espaço público de informação e de comunicação ou dotados de informações duplas e parciais, bem como a inexistência de embriões de sociedade civil autónoma.

A este propósito, são paradigmáticos os casos do MPLA e da UNITA que continuam, hoje mais do que ontem, a consolidar as lógicas da guerra com todas as consequências mais dramáticas que conhecemos, e a explorar as contradições das lutas hegemónicas pelo poder económico, político e étnico.

Nos países onde os governos se recusam a reconhecer os direitos dos cidadãos, geram-se movimentos sociais e populares como formas de resistência aos poderes hegemónicos, criando novas formas de democracia, nascidas do interior e não impostas de fora. Nestas condições, o agravamento da crise social é inevitável, provocando retornos e enquistamentos identitários e, conseqüentemente, a decomposição do Estado.

O pluralismo estabilizado parece ser condição necessária, embora não suficiente, da democracia e da reconstrução do Estado.

3. Desafios às solidariedades sociais e às identidades culturais

3.1. Um primeiro desafio consiste nas novas dinâmicas sociais e culturais induzidas pela conjunção necessária da globalização e dos particularismos e das especificidades próprias de cada cultura.

A globalização leva ao triunfo do individualismo nas suas formas mais diversas e contraditórias.

São predominantes, assim, as características de sociedades globalizadas e individualizadas, em que se agudizam as rupturas individuais, sociais e culturais. Ao contrário dos finais do século XIX, em que eram fundamentais os desafios às mudanças sociais, hoje somos confrontados com os grandes desafios das mudanças culturais: problemas de cultura, da personalidade e da individualidade. São fundamentalmente, por um lado, rupturas das pertenças e identidades institucionais sociais e culturais e, por outor lado, a maximização do individualismo e da individuação.

Esta globalização englobante e falaciosa e este individualismo feroz e arrogante colocam novas questões à gestão da democracia, ou seja, uma gestão tanto mais ampla quanto possível da diversi-

dade, do reconhecimento dos outros, da alteridade, numa comunidade de leis e de orientações culturais.

Uma das características fundamentais desta gestão reside no diálogo com as outras culturas: o reconhecimento que todas as culturas são esforços, diferentes uns dos outros, para conjugar a racionalidade económica e tecnológica e as diversas matrizes identitárias e culturais, numa interacção construcionista da tradição e da modernidade.

Este diálogo é revolucionário e criador, na medida em que integra grupos e movimentos regionais, religiosos, étnicos, linguísticos, de género, de estilos de vida e de movimentos pelos direitos humanos, pela paz, pela revolução ecológica e por políticas sustentadas do desenvolvimento que minimizem as políticas de desenvolvimento assimétrico, resultantantes do abandono das zonas rurais e da fuga para as grandes cidades, do agravamento de trocas desiguais entre a cidade e o campo e da escassez de mão-de-obra nos meios rurais, em detrimento de projectos sociais, educativos, de saúde e de segurança social nos campos, agravando assim a conflitualidade e a insegurança. Trata-se, no fundo, da construção, desconstrução e reconstrução das identidades culturais sob a forma de identidades comunitárias de tipo religioso, étnico, regional ou de outras solidariedades.

Neste contexto, a centralidade das estratégias culturais revela-se decisiva na convocação dos fenómenos globais, regionais e locais. Para minimizar os efeitos perversos da globalização, torna-se urgente, a meu ver, problematizar a maximização das políticas económicas dirigidas por instituições tecnocratas e repensar a adequação da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade dos valores culturais autóctones.

Importa, por isso mesmo, distinguir duas lógicas de globalização: uma, que se traduz na erradicação das diferenças culturais, na destruição dos sistemas de controlo da actividade económica: sistemas políticos, sociais e jurídicos que conduzem à desagregação das instituições; a outra, que se associa à tolerância daquelas e à oposição ao reconhecimento político e institucional da alteridade colectiva.

3.2. Um segundo desafio consiste na mudança de paradigmas operada no domínio das Ciências Sociais e Humanas em relação aos PALOP: do predomínio do eurocentrismo, exógeno, na ciência, no

ensino, nos projectos de investigação passou-se à implementação de modelos de cooperação, de participação e de co-produção com características dominantes do desenvolvimento endógeno.

A ideia de que a África não está preparada para a democracia é inaceitável. A democracia consiste certamente na aquisição e no exercício de liberdades individuais e políticas, mas assenta fundamentalmente na promoção da igualdade social. Assim, devem ser os valores africanos a definir as prioridades do desenvolvimento e da democratização. O desenvolvimento é uma totalidade e um processo cultural integrado, abrangendo valores como o meio ambiente, a harmonia possível da natureza e da cultura, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar.

Mas, como processo cultural integrado, o desenvolvimento deve ser acima de tudo endógeno. Competirá, assim, à própria sociedade e aos seus actores sociais definir e caracterizar as visões e estratégias desse mesmo desenvolvimento.

É neste contexto, que deve ser realizada a conjugação da tradição e da modernidade e a articulação entre a tradição, as culturas das ex-colonizadores e as culturas nacionais. Este é um dos desafios fundamentais colocados à África de hoje, porque o Ocidente impôs os seus valores, não aceitando uma síntese e pretendendo substituir os valores tradicionais africanos, primeiro em nome do cristianismo, depois em nome duma pretensa civilização considerada superior, e finalmente, em termos duma falaciosa ideologia de progresso.

3.3. Um terceiro desafio consiste na conjugação entre a reflexão e a acção, sem fundamentalismos nem profecias negativistas.

Trata-se de processos de modernização, que não devem minimizar as dinâmicas pessoais nem os valores da “tradição viva”. Mas tais processos, muitas vezes, são subvertidos pela subjugação das identidades culturais às leis do mercado.

Um dos papéis fundamentais das Ciências Sociais e Humanas é não só o de produzir um saber-fazer, mas também o de contribuir para um saber-viver juntos. Este saber viver a identidade e a alteridade induz novas configurações das solidariedades na luta enérgica contra fenómenos de exclusão, de racismo e de xenofobia.

Indissociável da democracia e do desenvolvimento, é a construção da cidadania que assegure a autonomia, o respeito e a diferença perante fenómenos avassaladores da burocratização e das indús-

trias culturais e mediáticas, que podem coarctar os direitos fundamentais e os princípios da igualdade e que configuram situações de conflitos desestruturantes ou latentes.

Neste sentido, as Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa são chamadas a constituir uma rede de solidariedades na luta sem tréguas contra a exclusão, o racismo e a xenofobia. Mas a formação desta rede de solidariedades sociais, políticas e culturais assenta no esforço constante de inovação e de criatividade de análise pluridisciplinar e de acção concertada no estudo das culturas e dos valores autóctones.

São estes alguns desafios decisivos que se colocam aos diferentes modos de construção da democracia, da cidadania e do desenvolvimento.

Bibliografia

- ANDERSON, B., *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1990.
- BADIE, B., *L'État importé. L'occidentalisation de l'ordre politique*, Paris, Fayard, 1992.
- CHABAL, P., *Power in Africa*, Londres, Macmillan, 1994;
- *The transition to multi-party politics in Lusophone Africa. Problems and prospects*, in «Lusotopie», 1996, 57-69.
- ELLIS, S. (ed.) *Africa Now. People, Policies, Institutions*, Londres, Heineman & James Currey, 1996.
- GARDNER, K. e LEWIS, D., *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge*, Londres, Pluto Press, 1996.
- GONÇALVES, A.C. – *Kongo. Le Lignage contre l'État*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Afrontamento, 1997 (1992).
- GUIBERNAU, M. e REX, J. (eds.), *The Ethnicity Reader, Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Oxford, Blackwell Publishers, 1997.
- HAYNES, J., *Democracy and Civil Society in the Third World*, Sussex, Berg Publishers, 1997.
- RAHEEM, A. (ed.), *Pan-Africanism: Politics Economy and Social Change in the Twenty-first Century*, Londres, Pluto Press, 1996.

A ESCRAVATURA NA CONSCIÊNCIA CULTURAL PORTUGUESA. ALGUNS ASPECTOS

Eugénio dos Santos *

A escravatura, que a nossa sensibilidade rejeita liminarmente como um procedimento abjecto, constitui, porventura, o crime mais hediondo e persistente que ao longo dos milénios foi praticado contra a própria humanidade. Se na história dos povos há manchas negras e inapagáveis, caracterizadoras dos comportamentos colectivos, essa é, sem dúvida, a mais indelével e pungentemente incrustada na colonização portuguesa nos vários espaços ultramarinos, a que o próprio território europeu não escapou. Essa prática execrável acabou por provocar na nossa consciência cultural uma espécie de trauma psicológico, de cujos reflexos ainda não conseguimos libertar-nos completamente. Evocá-la aqui é exorcizar, de algum modo, um dos pecados capitais da cultura ocidental, a qual, afinal, se difundiu por terras distantes para onde transportou valores éticos indiscutíveis. Contudo, também por elas espalhou nefandos procedimentos sociais. Nem mesmo os princípios cristãos, de que toda a civilização ocidental se reclamava portadora, conseguiram humanizar a crueza comportamental de homens e instituições, ávidos de lucro e de poder.

Os portugueses (e os europeus) não inventaram a escravatura, é certo. Mas isso também os não desculpabiliza, embora cada um a seu modo a tenha praticado rodeada de circunstâncias muito específicas. Nesta breve alusão a um problema dos mais delicados da nossa sensibilidade colectiva, seja-me permitido evocar apenas o horizonte afro-brasileiro, carregando para o seu conhecimento alguns dados inéditos, que ofereço à consideração dos leitores.

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Trata-se de cartas inéditas, trocadas entre D. Francisco de Sousa Coutinho, o Sr. José António Pereira e António Bernardo Garrett, aos quais nos referiremos mais adiante.

Deixemos, desde o início, a embaraçosa questão da justificação teórica da escravidão, à qual nunca se respondeu cabalmente. Os argumentos procedentes da filosofia, do direito, da prática histórica, se bem que argutamente urdidos e racionalmente encadeados, jamais aquietaram a paz das consciências e deixaram de fornecer margem cultural para os ataques dos seus inimigos, revoltados com o nefando comportamento de muitos contemporâneos. Sem pretender evocar polémicas que remontam à Antiguidade e à Idade Média, lembrarei, apenas de relance, nomes da cultura lusa aos quais a escravidão provocou sérios engulhos de consciência, tanto no plano humanístico como cristão. Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da Guiné*, embora aceitando essa prática, não deixou de ser sensível aos argumentos da (des)humanidade com que eram tratados os negros desembarcados em Lagos, em 1444, perante a multidão de curiosos. Quando, já em terra, chegou o momento da partilha e as *“madres apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se com eles de bruços”* para lhos não tirarem, a gente comum do sul de Portugal reagiu: *“uns chorando, outros departindo, faziam tamanho alvoroço, que poinham em turbação os governadores daquela partilha”*¹.

As viagens de Colombo e, posteriormente, de Cabral à América irão provocar a ocupação progressiva e a colonização do chamado Novo Mundo. A utilização de mão de obra cada vez mais indispensável para o desbravamento da terra e para o incremento de culturas lucrativas e de grande exigência laboral, como a cana do açúcar, obrigaram a um recrutamento permanente e cada vez mais numeroso de mão de obra escrava. Desse modo, se tornariam cada vez mais estreitos e indelévels os laços étnico-culturais entre as Américas, sobretudo Central e Sul, a África e a Europa. O incremento do tráfico negreiro iria desenvolver-se de forma explosiva, dando origem aos maiores abusos e a enriquecimentos fabulosos, que se alargaram praticamente até ao séc. XX. Porém, os sucessivos rebates de consciência acompanharam-nos...

Nesta matéria abundam os exemplos. Talvez o mais sugestivo para evocar aqui seja o que sucedeu com a Companhia de Jesus,

¹ ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Guiné*, Lisboa, 1973, cap.XXXV.

instalada no Brasil em 1549 e capitaneada pelo Pe Manuel da Nóbrega. Este, ao chegar a Salvador da Baía, defrontou-se com a existência de muitos escravos, sobretudo índios, ilegitimamente capturados, fazendo os seus donos incorrerem em pecado público, portanto sem absolvição, a não ser que os libertassem. Posição jurídica e teologicamente inatacável e, ao mesmo tempo, eticamente correctíssima. Contudo, a posse de terras para rendimento próprio e a correlativa necessidade de mão de obra servil levaram-no, a ele e à maioria dos seus irmãos, a mudarem de atitude. A aceitação, ao menos na prática, da escravidão, especialmente negra, embora sob múltiplas reservas, surgia, aos olhos de muitos, como uma legitimação e, de algum modo, um encorajamento ao tráfico, uma vez que os próprios jesuítas se apresentavam como modelos de comportamento, representando o clero mais exigente e culto.

Porém, no interior da Companhia de Jesus, nem tudo foi pacífico a este propósito. Uma voz se levantou, ascética e firme, contra tal procedimento. O Pe Luís da Grã, aportando à Baía em 1553, nomeado adjunto do Provincial, ergueu imediatamente a sua voz contra a iniquidade da escravidão e também contra outros meios de afirmação (e de poder) da Companhia. A sua luta frontal pelo regresso às fontes evangélicas da evangelização não teve êxito. Mas ele ficou no horizonte como um modelo a apontar ideais e a demarcar-se de comportamentos julgados contrários ao espírito do Evangelho. Em certo sentido, pelo seu desassombro e pela repercussão havida no interior da sua instituição, ele antecipou posições do Pe António Vieira, o campeão das lutas anti-esclavagistas em relação aos índios brasílicos. Luís da Grã não esteve sozinho, embora as suas posições, como as do seu “irmão” Gonçalo Leite, tivessem sido derrotadas após embaraçosas discussões jurídico-teológicas². Aliás, muitos intelectuais das universidades se questionavam sobre a legitimidade da captura de escravos, baseando-se no direito das gentes, tanto consuetudinário, como civil e canónico.

Contudo, se algum impacto tiveram as suas posições críticas face ao comportamento colectivo, ele não se traduziu em atitudes pragmáticas. Provavelmente repercutiu-se apenas junto de alguma elite mais ilustrada, a qual não se conseguia fazer ouvir no mundo dos negócios. Estes, com efeito, recebiam, sucessivos impulsos e o

² DIAS, Maria José Gomes Páris - *Manoel Ribeiro da Rocha. Escravidão e recta consciência*. Porto, 1996. dissertação de mestrado, policopiada, s.p.

tráfico escravo implementava-se constantemente, como é do domínio dos especialistas nesta matéria. Parecia haver, pois, duas posturas em confronto: de um lado, os moralistas, os críticos, os verberadores do comércio de homens, sobretudo africanos; do outro, as grandes companhias mercantis, os poderosos, os negreiros impiedosos e inveterados. Ambos pautavam, cada um a seu modo, a vida dessa sociedade conflituosa, desumana, egoísta e autoritária da chamada Época Moderna.

A consciência de alguns não podia, contudo, calar-se. Dentre estes não podemos olvidar o nome incontornável do Pe Fernando de Oliveira, o qual, corajosamente, em livro publicado, em 1555, clamava: “*Não se achará nem razão humana consente, que jamais houvesse no mundo trato público e livre de comprar e vender homens livres e pacíficos, como quem compra e vende alimárias, bois ou cavalos...*”³. Enfileirou com ele o purista da língua e da causa da independência nacional dos finais do séc. XVI D. Frei Amador Arrais, que, em vez de cativar sob o pretexto de baptizar, aconselhava a evangelizar pacificamente nos lugares de origem. Outros houve que aconselhavam a incrementar o tráfico, sobretudo em África (no Congo) por ser negócio rendoso para o Estado, benéfico para a propagação da Igreja e até, eventualmente, benéfico para os próprios ou seus descendentes⁴. O certo é que durante vários séculos a escravidão aproximou continentes, despovoou a África, sobretudo costeira, enquanto as Américas, se foram tingindo de negro. E o paradoxo tornou-se uma evidência: a escravização do negro coincidia com um discurso inflamado de liberdade do índio, considerado, por muitos, o “*bom selvagem*”. Não pode deixar de ser estranho e dissonante aos nossos ouvidos que a cor da pele e o lugar de origem tenham condenado tantas criaturas a um destino cruel. A consciência cultural também pode ser selectiva...

O século XVIII foi criando um clima de crescente consciência moral, propícia a um combate (ao menos de alguns) mais frontal pela dignificação da condição humana. Eclesiásticos como Antonil, D. Fr. Caetano Brandão ou D. Fr. Alexandre da Sagrada Família são nomes a não deixar esquecer, embora outros eclesiásticos, alguns,

³ *Arte da Guerra do Mar*, Lisboa, s.d., p.24.

⁴ Atitudes deste tipo se podem topar em lugares para onde imigraram africanos em massa. No Brasil, por exemplo, alguns descendentes de escravos sentem-se compensados pelo sacrifício de seus ascendentes.

aliás, de grande estatura, não estivessem em consonância com as suas ideias. Um dos aspectos que muito chocava alguns contemporâneos eram as formas de tratamento e de transporte entre as costas africana e americana ⁵.

De entre aqueles a quem, já mesmo na agonia de Setecentos, ainda não repugnava a escravidão podemos lembrar o grande reformista luso-brasileiro Dr. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, bispo do Recife ⁶. Mas ele foi uma voz minoritária nesta cruzada contrária ao nefando tráfico de seres humanos.

De sinal absolutamente contrário tornou-se a postura inteligente e humanista do bispo de Luanda e Congo D. Fr. Alexandre da Sagrada Família, cujo combate pelo direito natural e pela liberdade humana pode ser visto como um símbolo de coragem, de rigor, de fidelidade aos princípios evangélicos ⁷, dentre muitos outros ⁸. Para ele, era duvidosa a aceitação da escravatura a partir da interpretação dos textos bíblicos. Mas a forma maior da sua argumentação vai buscá-la ao novo direito natural: o modo de capturar escravos, o tráfico a que eles eram sujeitos, chocavam-se frontalmente com a "*liberdade natural*" de cada homem, portanto "*nenhum tem sobre os outros um direito de propriedade para dispor dele e do que é seu...*". Para o bispo, apesar disso, "*o abuso geral prevalece... e ninguém escrupuliza de comprar cabeças que não ignora serem furtadas*". D. Frei Alexandre clamava contra o conceito de guerras em África pretensamente legitimadoras da escravização, contra a falácia dos argumentos filosóficos dos defensores do tráfico e contra o próprio modelo de evangelização dos africanos, que, para ele, constituía mais a propagação de rituais vazios de conteúdo do que verdadeira propagação da fé.

⁵ PIMENTEL, Maria do Rosário Pimentel – "Aspectos do quotidiano no transporte de escravos no século XVIII. Do sertão africano à costa americana", in *Anais de história de além-mar*. H.A. I, 2000, Lisboa, pp.233 e ss.

⁶ SIQUEIRA, Sónia Aparecida de – "A escravidão negra no pensamento do Bispo Azeredo Coutinho", in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965.

⁷ MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva – *D. Frei Alexandre da Sagrada Família*. Coimbra, 1974.

⁸ Como Domingos Alves Branco Moniz Barreto, Luís dos Santos Vilhena, João Severiano Maciel da Costa e, mesmo, José Bonifácio de Andrada e Silva e Frederico L.C. Burlamaque. Cf. *Memórias sobre a escravidão*, introdução de Graça Salgado. Rio de Janeiro, 1988.

D. Frei Alexandre era, por ironia, familiar dos Garrett, dos quais um é subscritor das cartas inéditas que oferecemos ao leitor. O grande escritor Almeida Garrett foi o sobrinho preferido de D. Fr. Alexandre e o seu herdeiro espiritual, moldando a sua cultura, valores e carácter através das leituras da biblioteca do bispo. Esse aspecto é hoje conhecido⁹. Também António Bernardo Garrett era seu familiar¹⁰.

A correspondência que se segue, inédita, além das listas dos escravos carregados para a cidade do Maranhão (com as respectivas marcas) foi trocada entre negociantes portugueses ligados ao tráfico negreiro, a saber: José António Pereira, António Bernardo Garrett, António José de Seixas e João Manuel de Oliveira com um homem de Estado, de nome D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Cronologicamente ela baliza-se entre 1788 e 1795, portanto em pleno governo de D. Maria II. Além dos preços de cada “peça”, da sua categorização, dono, destino, vantagens e inconvenientes do tráfico, ligação das costas de Angola á do Maranhão e destas ao interior brasileiro, designadamente ao Mato Grosso, donde provinha o ouro de mineração para pagar a escravaria, há considerações de ordem política-administrativas, que provam o envolvimento claro dos poderes públicos nesta actividade rendosa e útil, mas desumana e de funestíssimas consequências. Condições de transporte, meios envolvidos, rotas, defesa dos ataques de adversários (sobretudo estrangeiros), tudo aqui perpassa, sugerindo-nos o “clima” em que este tráfico se desenrolava: nem uma palavra de compreensão, de compaixão, de humanismo, para com essa mercadoria, da qual, obviamente, o refugio era quase desprezível...

O leitor, porém, preferirá o texto a qualquer comentário nosso. A isso o convidamos, com a certeza de que penetrará no âmago de uma problemática que ultrapassa, em muito, o execrando tráfico negreiro...

Snr. Joze Antonio Pereira

⁹ Ofélia Monteiro. *Ibidem*.

¹⁰ Esta correspondência manuscrita foi adquirida recentemente para a Faculdade de Letras.

Cheio de gosto e satisfação tinha huma bem extença Carta respondido a sua de 12 de Abril do anno passado, de que tambem recebi copia por outra de 2 de Maio, e com a mesma satisfação, e gosto tinham esforçado a desvanecer as objecçoens que me tinha exposto, e o fazião duvidoso na continuação do Commercio de introdução de Escravatura nesta Capitania, para mostrar-lhe a grande utilidade, que poderia experimentar de proseguir no ditto Commercio, sem lhe ocultar os inconvenientes, que havia a vencer; quando de repente apparece sua Corvetta Correyo de Angolla com o refugo da Carregação, que não quis, ou não julgou conviniente rezervar no Maranhão o seu correspondente, quando o Mestre della me certifica, que as outras suas embarçaçoens hão de seguir a mesma derrota por terem de V^a M.e as mesmas Ordens, e isto ao tempo, em que na bôa fé dos seus avizos tinha chamado seu correspondente nesta cidade para tratar com elle sobre os meyo de promover as vendas, de segurar, e fazer effectiva, e prompta a cobrança, de prezervar as Armaçoens cazo viessem infectas, de evitar-lhe todos, e quaesquer riscos de incidentes, funestos, bem como não fizera quando mesmo fosse seu correspondente; finalmente quando athé estava já a despedir avizos para Matto Grosso, a rogar a o Snr. General daquela Capitania para fazer descer os Mineiros e Comboyeiros para virem buscar os seus escravos deixando-lhe o seu ouro em retribuição, estava a negar as licenças dos que vão aos sertoes deste Estado para os obrigar a tomar partidas destes ditos escravos, e outros diverços expedientes, todos tendentes ao mesmo, e unico fim de favorecer a sua ditta negociação, quanto permite a mais sincera, e desinteressada efficacia para lhe fazer realizar quanto lhe tinha annunciado na minha resposta, e quanto hera bastante para fazer desvanecer os seus receios.

O rezultado de tão inesperado, e estranho procedimento foi cuidar logo em acautellar e segurar o conhecimento dos Direitos, que deve pagar o ditto refugo, e os que vendeo no Maranhão, se S. Alteza não for servido absolver a V.M.ce do pagamento delles, e da quantia a que seu Mestre se sujeitou se se desviasse do porto de seu destino, ao que tudo mandei dar fiança e domea athé a Real Rezolução do mesmo Senho que nesta mesma occazião solicito dirigindo á sua Real presença, pella competente Secretaria de Estado do Ultramar os documentos respectivos, e a Carta d'Ordem de V.M.ce, que me apresentou o Mestre da sua embarcação, querendo por ella excuzar o seu procedimento.

Com tudo, e apezar desta manifesta duplicidade posso segurar a V^a M.ce que eu disse quanto pude a seu favor, e a beneficio de ser absolvido do referido pagamento, e posso dizer-lhe tambem que se V^a M.ce adquirio na venda feita no Maranhão importância correspondente á do capital, que empergou na negociação segundo dizem, vindo a ser sómente os lucros os que vem a querer apurar nesta Capitania com a introdução do referido refugio, a mesma vantagem poderá conciliar-se introduzindo aqui toda a carregação, porque estando muitos, e os mais poderozos moradores daquella capitania pella falta de terras, que exprimentão nella a solicitar as desta, que vem a cultivar, e povoar junto a estrada, que mandei abrir para communicação de huma e outra, com os mesmos moradores pudera o seu correspondente naquella cidade pactuar as vendas, o desta effecturar as remessas, ficando-lhe em tal cazo com a mesma utilidade a do perdão dos direitos, cuja importancia nos que houvessem de seguir aquelle destino, nunca poderia deixar de exceder em muito á insignificante despeza da condução, principalmente pello auxillio, que eu com muita boa vontade lhe havia de prestar, pois que athe hum dos objectos do meu maior cuidado em satisfação das Reas Ordens he o povoar aquella mesma estrada e utilizar aquella fortissima, e despovoada parte desta Capitania concorrendo para maior facilidade de execução deste Plano ser o seu correspondente do Maranhão hum dos que pertendem estabelecer-se nas ditas terras.

Finalmente faz hoje 8 dias que chegou a sua corveta, e hoje veio a sua escravatura para a cidade por ter sido percizo que se demorase a bordo até se concluirem as aviriguaçoens competentes, e por ser indispençavel para seu beneficio, e destes habitantes, que se conservasse alguns dias fora em citio, onde pudesse refrescar sendo tão poucos por vir inteiramente livre de molestias. O seu correspondente, e o seu Mestre ficão na acção de proceder ás vendas, e eu na de concorrer para a promptidão e segurança dellas apezar de tudo, em quanto porem, me não chega a notícia a rezulução, que toma a respeito deste commercio, pois a não ter ordem pozitiva de Sua Alteza, pode V^a M.ce estar certo que em refugos de Escravos me não ocupo, pois esses melhor he para Sua Alteza, e para estes habitantes que venhão nas summacas, porque pagão os Direitos, e se vendem mais baratos.

Na carta que tinha escrito a V^a M.ce como escuzada deixo de remeter, e por seu correspondente poderá saber o que lhe disse

antes, e depois de chegar a sua corveta, que teria perigado infallivelmente, senão encontrar-se nestes baixos o auxillio do Navio Maranhão, e estaria na Praia se lhe eu não mandasse dar por emprestimo huma ancora de Sua Mag.de com a qual julgo terá de regreçar por não haver donde se possa suprir; sempre porem quero dizer-lhe que se V^a M.ce julga possivel emprehender este Commercio, sem empatar alguma parte das primeiras carregaçoes, as quer apurar logo por subidos preços gozando o perdão dos direitos, se dezengane que tal não he possivel, n'huma terra como esta, que está no seu principio, os seus collonos muito pobres para poderem pagar sem tempo, e o commercio das Minas suspeço de muitos annos desde a extensão da Companhia por falta de escravos que se quer somente, introduzir a refugo de hum, ou dois navios será certo o perjuizo pello descredito nas vendas, e porque parando o giro do negocio para tambem o do embalço: finalmente que se poucos escravos introduzir pouco avanço pode ter pello perdão dos direitos, que so em muitos pode fazer objecto; mas que se ao contrario fizer huma crescida regular, e certa introdução de escravos com animo de supportar o empate nos primeiros dois annos, logo depois começa a cobrar o seu capital, sucessivamente os lucros do giro, e empate delle, ficando já de avanço na sua mão o beneficio dos direitos alem do maior preço em que por este meio pode reputarse a sua escravatura da certeza, e facilidade da sua extracção, para estes sertoes, para os do Matto Groço, para Goayazes pella nova descoberta, que conseguí de huma facil navegação alem dos que ficarem com estes moradores, e com os que estão a vir do Maranhão.

Em vista de tudo poderá V^a M.de tomar seu partido, e pode ter a certeza que para quanto não encontrar a minha obrigação, e dever nen a justiça e razão, me hade achar prompto em promover os seus interesses.

Deus guarde a V^a M.de muitos annos.

Pará, 18 de Fevereiro de 1795

De V^a M. de
Mt^o att^o e certo venerador
D. Francisco de Sousa Coutinho

Marmarthén 5 de Junho de 1782

Lista dos Escravos que fis discalego

nesta Cid. de Maranhão, de q. fis em nome do Sr. Ca. Jm. Antonio de Barros Givell. e de l. a. do Sr. Cav. Jm. Antonio de Barros Givell. e de l. a. do Sr. Cav. Jm. Antonio de Barros Givell. e de l. a. do Sr. Cav. Jm. Antonio de Barros Givell.

[Handwritten mark]

+ 20 3/4. Cabanos brancos, e tomara de m. amargem de costa do Ca. de q. fis de N. da

[Handwritten mark]

+ 20 21. Petta m. amargem de costa p.

[Handwritten mark]

+ 20 8. Petta m. amargem de costa do Ca. p.

[Handwritten mark]

+ 20 6. Petta de costa do Arraial

[Handwritten mark]

+ 20 5. Petta m. amargem de costa do Coronel Anselmo de l. a. do Sr. Cav. Jm. Antonio de Barros Givell.

+ 20 4. Petta de hum. Maranhão

+ 20 3. Petta do Calafate

+ 20 1. Petta de hum. Maranhão

+ 20 1. Petta q. Coração do Coronel Anselmo de l. a. do Sr. Cav. Jm. Antonio de Barros Givell.

+ 20 3. Negros Tomara Coração p. do Coronel q. de l. a. do Sr. Cav. Jm. Antonio de Barros Givell.

170

+ 20 3. Escravos da administração do Naveio pertencente ao Coronel Anselmo de l. a. do Sr. Cav. Jm. Antonio de Barros Givell.

Lourinho
Furtado
Matheus

[Signature]
n.º 77. João de Barros

Confirma

Lisboa 3. de Setembro 1888.

Lista dos Escravos que fiz
entregar ao Alcaide de Santo Ruy de Almeida,
Almo Cordeiro da Lista 3.ª de migrados. J. G. Garrett

Æ. 344 Cab. d'aquezias

M. 21. Das ar
de Lomba-p.

Æ. 5. Das D.

3. D.ª Ludinay

373 Cab. d'aquezias devia responder ao Sr. Garrett

J. G. Garrett

Confidencia,

Senhor Joze Antonio Pereira

Maranhão, 27 de Outubro de 1788

Continua o trabalho em solicitar arrozes para o lastro da Galera: digo que continua; porque são tantos os que buscão arros para os navios que estão no porto, e para os que se esperão; que será difficultoso o achado para todos, e eu duvido muito que chegue a enteirar a conta que vm.ce me ordenou.

Vme.ce ordena que não compre algum a mais de 4 000 reis e elle já está a 5 700 reis e passara infalivelmente de 6\$000; eu seguindo a dita ordem não o posso marcar por taes preços, mas não sei como me heide haver para a carga da galera: e devemo-nos lembrar de que ninguem nos dara carga para ella pelas razoes seguintes.

Os lavradores grandes e ricos tem feito payões par recolher, e guardar os seus algodões, e nem por Jesus Cristo o querem vender este anno: os que vendem são os que não tem foras para os poderem guardar.

Quatro ou sinco navios se esperão de tanta carga como o de vm.ce e já ca estão tres: Ora o como e quando estes se hão de carregar, eu não sei. — suas demoras serão inevitaveis, e se as não quizerem ter, hirão sem carga. Os navios pequenos melhor fortuna terão; porque com pouco se alastrão e a sim mais brevemente se expedem.

Os algodões, e arrozes poucos, e os navios muitos e entre elles seis ou sete grandes farão subir os preços a hua exorbitancia; e as perdas nos efeitos são inevitaveis; e posto que alguns se fundão em que o que perdem nos efeitos, aproveitão nos fretes; com tudo outros discorrem que o pertender subir o preço nos efeitos para os poderem haver, e expedirem o navio não serve de mais que de lucrar a honra de hir o navio carregado, e acreditar o agente; por que pouco importa ganhar o navio o frete, se esse frete, e ainda mais se vai perder nos e feitos, que melhor seria baratear o frete para carregar de fora.

Este anno ninguem dá carga a navio alheyo; por que todos esperão o seu, e assim como por terem navio seu a — podem dar, a mesma razão assiste a todos.

Nos referidos termos devo esperar que vm.ce avize e ordene se quer que compre pelo preço que os mais comprarem; — fico com

receyo de achar já muito pouco que comprar quando chegue a nova determinação de vm.ce; mas será o que o Senhorquizer.

Remeto incluzo hum extrato das condições de hua companhia comiçaria que eu e Raimundo Joze de Souza Gayozo queremos estabelecer; pelo mesmo extracto das condições veria vm.ce, que tanto os comitentes, como as comiçarios entre si ficão seguros, e livre de escrúpulos, e receyos, so resta que os senhores comitentes aproveem o metodo acrescentando outras mais condições que lhes parecer necessarias, e nos avizem, e segurem a vinda das armações. = — — Raimundo Joze de Souza Gayozo he sugeito de muita honra, capacidade e prudente conducta, e por isso sugeito de muita mais veneração, e faremos hua admiravel e segura armonia.

He o quanto a brevidade me da lugar de dizer a vm.ce a quem desejo muita felicidade e que Senhor — a vm.ce muito como lhe roga.

O seu mais obrigado

Antonio Bernardo Garrett

Pela prezente por mim feita e assignada confesso em Juizo, e fora dele, que devo ao Senhor Capitam Antonio Joze de Seixas a quantia de dois contos cento, e trinta mil quinhentos, e trinta, e sinco reis pertencentes a negociação da Galera Navegantes da qual o mesmo Senhor me veyo tomar contas; por ordem de seus proprietarios; cuja quantia me obrigo por mim, meus herdeiros, e successores a satisfazer ao dito Senhor ou a quem suas vezes fizer, dentro do prefixo termo de dois mezes; como também, a satisfazer qualquer dívida que falhir, e faltar para completar o embolso do que devera parar na Caxa, e para segurança da dita divida de dois contos cento, e trinta mil quinhentos e trinta, e sinco reis, e da mais quantia que fallir hipoteco em geral todos os meus bens moveis, submoventes e de rais, que por qualquer via modo, ou maneira, que seja me pertença, devão e hajão de pertencer e por especial hipoteca obrigo meya legoa de largo de terra e hua de fundo sita no Rio Anajatuba de baxo, com duzentos braços em quadro roçada e plantada, e (ilegível) cabeças de escravos grandes entre maxos, e femeas; com todos os seus pertences, de lavoira, e pesca, e cazas necessarias: e assim mais hipoteco na Ilha do Pico hua fazenda de vinhas,

cazas altas, com todos os seus pertences que possuo na Ilha dita livres, e desembargadas sitas no porto da Arca Larga da dita Ilha cuja fazenda esta na administração do meu procurador Miguel Alves da Costa: E quero que a esta minha obrigação se dê tanta fé e credito em juizo, e fora dele como se fora escriptura publica para ter o seu devido effeito, e real execução para cuja validade dou por expressados quaesquer pontos, e clauzulas quanto em direito sejam necessarias para segura, e certa arecadação das quantias asima declaradas e confeçadas, e em firmeza de todo o referido passei a presente de minha letras, e sinal aos vinte e tres de Janeiro de mil setecentos e oitenta e nove annos.

Antonio Bernardo Garrett

ESCRAVOS E ESCRAVATURA EM MOÇAMBIQUE. PROBLEMAS IDENTITÁRIOS

José Soares Martins *

Um caso de complexidade identitária, simultaneamente de confusão semântica e de equivocidade morfológica, é o que se verifica na historiografia do escravismo colonial em Moçambique. Dentro de um sistema gerado a partir da intervenção colonial justapuseram-se formações sociais que mantiveram em contexto novo remanescentes de instituições tradicionais. A admissão na nova ordem colonial da representação facial de valores tradicionais criou muita dessa equivocidade e dessa confusão. O que aqui se pretende é, simplesmente, contribuir para o esclarecimento de tal situação.

Nas primeiras décadas do século XIX, em Moçambique, sacavam-se e aceitavam-se letras de crédito em que, a par com as patacas ou pesos espanhóis, constavam como meios de pagamento «caporros» e «escravos». Os caporros e os escravos pagavam-se *ad invicem*. Sendo os caporros escravos coloca-se o problema de saber em que se distinguem entre si e dos restantes. A qualificação «bons sem defeito capazes de embarque» geralmente exigida para os caporros tira-nos da dificuldade. O caporro é o escravo destinado à exportação, estatutariamente distinto do escravo adstrito ao senhorio de carácter patriarcal. Se esta circunstância, por um lado, nos esclarece definitivamente no que diz respeito à dualidade de situações em causa, por outro lado sugere-nos essa complexidade que caracterizou os sistemas de cativo em Moçambique, impondo uma primeira distinção de natureza entre os cativos tradicionais e o escravismo colonial moderno.

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Ambas as condições sociais são normalmente designadas por escravatura e os seus sujeitos por escravos. Verifica-se, no entanto, que tais condições se distinguem entre si de uma forma substancial, nas suas expressões sociais, culturais e simbólicas.

O conceito de pessoa

A adopção corrente do conceito de **escravo** implica, em primeiro lugar, a pessoa/indivíduo, a unidade humana apropriada por outrem. Ignora tudo quanto possa estar para além do indivíduo reduzido a coisa, mercadoria, semovente desintegrado da família e da sociedade. Ora, no contexto africano dos povos de língua banta, o conceito de pessoa, em qualquer circunstância, incluída a de cativo, não se reduz à individualidade, à unidade. A generalidade dos autores (MVENG, 1964; JANH, 1963; POSTIOMA, 1967; WAUTHIER, 1972; DIAGNÉ, 1967) que percorreram os sistemas de pensamento africano banto constataram a coincidência de conceitos generalizados para as categorias fundamentais da sua mundividência, nomeadamente para a de **homem-pessoa** cuja expressão morfológica mantém a mesma raiz em praticamente todas as línguas bantas. **Muntu** não é exclusivamente o homem ou o indivíduo. Em línguas de Moçambique, **Mulungu** e **Muzungu** ou **Nzungu** designam «senhor» e, pelo menos em uma delas, **Mulungu** significa «Deus». **Muntu** abarca a pessoa mas é, cumulativamente, a força universal cósmica presente na raiz comum às designações de outras categorias tais como «coisa», «lugar» e «tempo». Essa uniformidade é flagrante em diversas línguas bantas e claramente nas línguas mais faladas em Moçambique. Se em outras partes o **Muntu** está ligado ao Deus criador, em Moçambique Pessoa e Deus transitam entre **Muntu**, **Mulungu**, e **Muzungu** ou **Nzungu**, Homem. Também em Moçambique **Mpfumu** (*Fumo*, frequentemente na versão portuguesa) é uma pessoa especial. Não é somente o chefe de terra. Ao ascender a **Mpfumu**, a pessoa transforma-se em força vital nova, uma mutação qualitativa. Adquire um novo nome e com ele a sabedoria sobre todas as concepções do universo a que vai presidir. Isto é, no homem de língua banta não é possível separar a dimensão individual da dimensão social. Ao contrário do que acontece na dialéctica social ocidental, no pensamento africano, o conjunto *Senhor-Escravo* não é estrutural. Como em todas as ocasiões, a vida da pes-

soa nunca é uma realização individual. É sempre uma realização colectiva (MVENG, 1964, pp. 75 e 121). O que tem reflexos directos em todos os casos de cativo e de escravidão.

Quando D. Frei Bartolomeu dos Mártires chegou a Moçambique como Prelado da Capitania, decorridas que eram duas décadas de oitocentos, não deixou de anotar o facto de as caravanas que desciam do interior até à costa com um número de escravos muitas vezes a rondar o milhar, se manterem quase sem fugitivos e sem rebeliões. Sendo *ajauas*¹, e não sendo presos de guerra porque estavam a ser escravizados por comerciantes igualmente *ajauas*, eram réus de algum crime verdadeiro ou suposto. Conclui: por isso que «há entre eles alguns crimes, que cometidos por um só indivíduo transcende a pena por toda a família, e parentes mais remotos; por isso não é raro ver-se na mesma feira ser vendido o pai, a mãe, os filhos, filhas, primos, etc.».

O homem banto não fica confinado à responsabilização individual da consciência cristã, nem se deixa circunscrever pela individualização no comportamento político conforme a imposição do apogeu liberal «um homem um voto» pelo que também, *a contrario sensu*, se lhe não pode considerar aplicável a máxima webereana segundo a qual o único portador de um comportamento significativo é o indivíduo.

Integração e apropriação

Não existindo documentação escrita relativa às sociedades pré-coloniais em Moçambique, há, no entanto, indícios suficientes para podermos tomar como aceitável a opinião segundo a qual o cativo tradicional «não correspondendo à ideia geral de crueldade e de maus tratos que antigamente era inseparável do tráfico da escravatura: derivou de um estado especial de *escravidão doméstica*, tão apreciada do senhor como do escravo, e que este se recusa a abandonar por nele encontrar, sem sacrifícios apreciáveis da sua parte, uma família e a protecção e comodidade de recursos materiais necessários à sua vida» (VILHENA, 1910, p. 89).

¹ Povo matrilinear do noroeste de Moçambique situado aproximadamente entre os rios Lucheringo a ocidente, Luambala a sul, Lugenda a oriente e Rovuma a norte. Especialmente a partir do século XVIII os *ajauas* dedicaram-se ao comércio do marfim e dos escravos.

Rita Ferreira (1966), referindo-se aos Cheuas da Macanga e para períodos para os quais se pôde documentar, esclarece como os escravos eram integrados nas sociedades em que entravam. Os vagabundos, os capturados em guerras tribais ou em incursões armadas, os escravos feitos tais em consequência de decisões judiciais eram levados a casar-se com pessoas livres. Sendo varão, o senhor do escravo procurava casá-lo com mulheres da sua própria linhagem. Rita Ferreira explica que se tratava de maridos especialmente benquistos porque estavam libertos de obrigações para com a linhagem da proveniência e porque eram produtores necessariamente obedientes. No caso de mulher escrava o que mais naturalmente aconteceria era o senhor elegê-la esposa legítima por muito boas razões, a saber: não ter que pagar dote; livrar-se da interferência da matrilinearidade da mulher nas suas relações conjugais; todos os filhos que dela tivesse ficarem a pertencer-lhe.

Quer entre os Macondes (DIAS, 1970, p. 292), quer no Vale do Zambeze (ISAACMAN, 1973, p. 47), foi possível constatar como as situações de escravatura nas sociedades tradicionais, contemporaneamente, não implicavam nem mercantilismo nem exclusão definitiva. Aqueles que davam entrada nas sociedades aonde iam parar como escravos acabavam por ser, de uma ou de outra maneira, integrados nessas mesmas sociedades.

Nestes casos, muito claramente, o escravo não é uma peça venal. Sendo embora sujeito de uma violência social extrema como é a da exclusão clânica acaba por tal violência ser compensada pela inclusão simétrica. E não se verifica a apropriação individual. Nesta situação, não existe o escravo em referência ao senhor de quem é propriedade. O que, reconhecido no terreno pouco mais de meio século após o termo do tráfico da escravatura em Moçambique, que viciou profundamente todo este sistema de valores, não deixa de ser surpreendente.

De um lado, a pessoa, ser eminentemente social e cosmogónico e, do outro, o indivíduo, na ignorância da sua dimensão social.

De um lado, o exercício do direito de propriedade plena (*uti et abuti*) de uma pessoa sobre outra pessoa, do outro a integração social na ignorância da apropriação privada de pessoas.

Digamos que aqui se pretende desenhar o estado matricial de um sistema social certamente matizado por muitas variantes e sujeito ao incumprimento do seu estatuto. E facilmente vulnerável aos proveitos materiais de outro que se impõe. Como aconteceu com

o colonialismo que foi ao ponto de introduzir na prática das sociedades africanas os aspectos mais ignóbeis do tráfico de escravatura.

Quem primeiro estudou sistematicamente o que chamou «Kaporo System», Allen Isaacman (1977), informa que, no século XIX, os Sena obtinham caporros por meio de trocas comerciais com grupos vizinhos, através de escravização voluntária e por roubo. A forma mais comum de os caporros serem incorporados no novo segmento linhageiro era o casamento. Os filhos, esses já eram parte integrante da linhagem. Se bem que Isaacman anote a recusa dos Sena em venderem aos negreiros os seus caporros, não há dúvida que, no século XIX, o grosso dos escravos exportados no porto de Quelimane era feito de caporros. O que quer dizer que o tráfico internacional se estava a abastecer junto dos chefes linhageiros e aqueles que eram vendidos para o tráfico a longa distância passaram a ser geralmente designados por caporros para os distinguir dos escravos dos senhores de terras e dos moradores, estes últimos em princípio não transacionáveis para exportação.

Corpo Vendido

O fenómeno que, em Moçambique, ficou conhecido por «corpo vendido» reproduz exactamente aquilo que constituiu a essência da escravatura dita «antiga». Uma situação de refúgio para as ameaças de morte. Situação em que se conjugavam os interesses do senhor e do refugiado. Por isso escravatura também designada simbiótica. Deve ter sido essa a forma mais comum de o senhorio levado para Moçambique pelos portugueses fazer escravos, herdando o hábito das sociedades locais (conforme constatou Isaacman relativamente aos caporros). Aqueles que passaram a acolher-se à protecção de um senhor alienígena fizeram-no tal como o fariam relativamente aos senhores indígenas. E, muitos deles, tal como estariam a fugir destes para aqueles passariam, mais tarde, a refugiar-se sob a tutela de outros senhores, europeus ou africanos, quando assim lhes convinha.

No século XVIII, isso era perfeitamente claro: «Escravos e escravas são de muitos modos, mas porque obrigados da necessidade, e alguns milandos, vêm vender o corpo aos portugueses, e filhos de Goa, patrícios e alguns nacionais apotentados, por doze xuabos que são 12 braças de pano». Isto é, acolhiam-se à protecção de um

senhor que lhes garantia a alimentação em ocasiões de fome ou que os subtraía à cominação de uma pena em julgamento. Segundo este autor ², os pagamentos são feitos porque «estes não têm outro modo mais explicativo do que este para servirem a qualquer assento que os tais não são verdadeiramente cativos, porque o dizerem vem vender corpo é para servirem como qualquer nosso europeu que assenta a sua soldada, com seu amo, e nem por isso ficam seus cativos». De facto ficavam cativos como decorre da sequência do próprio texto e da prática que foi seguida até ao fim do século XIX.

No auge do tráfico da escravatura foi fácil a prazeiros simultaneamente negreiros iludirem colonos, por definição livres, e acabarem por vendê-los para exportação: «Sim, tem havido alguns ambiciosos, que servindo-se das mesmas superstições dos cafres, sua ignorância, usos, costumes, chamavam a cativeiro alguns forros, e depois os vendiam como cativos; mas eles ficavam convencidos do seu cativeiro pelos mesmos costumes; não para serem vendidos para fora da sua pátria, mas para servirem nela[...]» ³.

Em 1844 observava um comandante militar de Tete que «[...] pela experiência que tenho observado o modo de viver dos colonos destas nossas terras, prazos e fatiotas quando são arguidos, e conhecendo que se acham sem razão e para atrapalhar outro autor, vão-se entregar aos chicundas nossos cativos com certos tratos para os defender, e procuram aonde há mais força, só afim de abater o seu contrário que tem direito e razão na causa e afinal da causa ficam sendo cativos dos nossos, e desta forma muitos dos negros chamados mucazambos têm grandes butacas de escravos adquiridos desta maneira» ⁴. Também «vendiam o corpo» a escravos, estes em condições de exercer o senhorio. Livingstone (1880, p. 45), que pôde verificar *in loco* o funcionamento desse sistema dominial ao longo do Zambeze, não deixou de se dar conta do fenómeno do «corpo vendido» assim como da estratificação existente dentro da escravatura colonial: «Um preto novo, activo e inteligente, que lhe servia de piloto

² António Pinto de Miranda, *Memória Sobre a Costa de África* (C. de 1766), in António Alberto de Andrade, *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, MCMLV, p. 268.

³ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Moç., caixa 199A, nº. 8, do governador de Rios de Sena, José Francisco Alves Barbosa, para o governador-geral, 10 de Maio de 1825.

⁴ Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), códice 11-438, fls. 134 vs., do comandante militar da vila de Tete para Domingos José Gomes de Araujo, 12 de Julho de 1844

no Zambeze, disse-lhe que, vendo-se sozinho no mundo, fora vender-se ao major Sicard e recebera em pagamento três peças de pano, de 30 metros cada uma. Mediante duas destas peças comprou ele um homem, uma mulher e uma criança. Ao cabo de dois anos possuía escravos suficientes para formar a tripulação de um grande barco. Seu amo que tinha marfim a transportar para Quelimane, encarregou-o desta remessa e deu-lhe pano para alugar remadores. Naturalmente, alugou os seus próprios remadores, tirou deste negócio um considerável proveito e reconheceu que, vendendo-se, tinha feito uma boa especulação: nem sequer tinha que sustentar-se, e se adoecesse o seu senhor tinha obrigação de o tratar».

Tão tarde como em 1887, portanto anos após a abolição legal da escravatura, um empregado do notável da Zambézia, José Baltazar Farinha, andava a forçar deslocações daqueles a quem chamava «seus escravos», o que era comentado por outro notável, este luso-africano, Romão de Jesus Maria: «[...] alguns colonos deste prazo a quem eles chamam seus escravos por terem-lhe vendido o corpo». Isto é, a pouco mais de uma década da entrada no século XX, era corrente na linguagem – e na prática! – «vender o corpo»⁵. Um governador de Quelimane, ilustrando os abusos cometidos pelos últimos arrendatários de prazos, dizia em tom de candura que «é de há longos anos uso entre os naturais a compra e venda do seu semelhante, o que consideram como a cousa mais natural e inocente deste mundo, sendo mesmo vulgar o encontrar-se indígenas que de própria vontade se vão vender e a que chamam *vender o corpo*»⁶. Como se não houvesse diferença substancial entre «vender-se» a si mesmo e ser vendido por outrem! Explicando a intrigante situação da Zambézia onde subsistiam os senhorios integrados de grande número de escravos, um governador-geral, depois de anotar que pouca produção se retirava deles, chamava a atenção para o facto de os moradores jamais venderem para embarque um escravo do seu serviço. Pela razão simples de que, se assim fizessem, no dia seguinte metade da sua escravatura teria desertado. E conclui: «os negros não aborrecem a escravidão, antes a procuram, porque mui-

⁵ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 44, maço 3, nº. 11, do arrendatário do prazo Mirrambone, Romão de Jesus Maria, para o governador do distrito, 25 de Maio de 1887

⁶ Boletim Oficial (B.O.) nº. 42 de 20 de Outubro de 1888, Relatório do governador do distrito de Quelimane, 20 de Outubro de 1888.

tos que são livres se dirigem a algum morador e ajustam com ele o preço da sua liberdade, tal preço não excede a nove ou dez pesos espanhois, cujo valor recebem em fazendas, aguardente e outros objectos; e ficam sendo escravos como os mais; e a estes escravos chamam de corpo vendido; mas o que o negro teme mais do que a morte é o desterro, e assim o maior castigo que se pode dar a um escravo é embarcá-lo»⁷.

Uma consciência colectiva

Segundo o recenseamento mandado fazer pela portaria n.º. 429, de 16 de Maio de 1843, havia em Moçambique 22122 escravos para 2160 “moradores”. A desproporção é notável mas, como observava o governador-geral, este número de escravos estava muito abaixo da realidade. Muitos andavam fugidos e não foram recenseados. Os moradores de Sena e de Tete não declaravam o número exacto de escravos que possuíam «acrescendo mais uma circunstância peculiar de haver entre escravos uns chamados com *butaca*, isto é, escravos que são senhores de povoação, e que possuem às vezes eles próprios mais escravos do que seus respectivos senhores»⁸. A população de Moçambique não corresponde, evidentemente, à soma dos números de livres e escravos, conforme consta do recenseamento feito. A população nominalmente livre compunha-se dos “moradores”, e dos “colonos”. Os moradores eram os funcionários, proprietários, comerciantes residentes nas vilas. Eram os senhores dos escravos. Os colonos eram os habitantes das terras empraçadas. Livres de direito eram tratados e comportavam-se como servos adscriptícios, se não mesmo como escravos.

Não sendo possível estabelecer uma relação rigorosa de quantidade entre livres e escravos para a totalidade de Moçambique, dispomos no entanto do recenseamento de 1845 que (com as ressalvas *supra*) nos faculta essa razão nas vilas⁹:

⁷ AHM, códice 11-25, fls. 44, do governador-geral para o Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, 31 de Janeiro de 1851.

⁸ AHM, códice 11-183, fls. 41 vs., de Rodrigo Luciano d' Abreu de Lima para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 26 de Dezembro de 1844.

⁹ AHM, códice 11-183, fls. 86 vs. e segs., do governador-geral para o ministro, 20 de Janeiro de 1845.

<i>Povoação</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>
Ilha de Moçambique	377	6895
Ibo (Cabo Delgado)	768	536
Quelimane	229	1330
Sena	101	239
Tete	48	3954
Sofala	187	621
Inhambane	327	1847
Lourenço Marques	120	327

Em termos estatísticos dir-se-ia que este era um país de escravos. Dada a ausência quase total de revoltas ou de manifestações que pusessem em causa o estado de escravidão e, ao contrário, tendo havido guerras em que, na prática, os escravos defenderam, de armas na mão, a continuidade da sua condição¹⁰, imperioso se torna concluir a favor de uma situação generalizada de conformação com esta escravocracia. Foi o que de facto aconteceu. A escravidão era o estado mais natural das pessoas em Moçambique. Só por excepção se não era escravo.

Os proprietários do distrito de Moçambique pediam o adiamento do registo dos escravos sob o pretexto de que tinham sido dizimados pelas bexigas¹¹ e, logo a seguir, a sua suspensão porque «nascidos na servidão, criados nela, estimando-a como lei, não reconhecem fora dela outro regimen». Recorrendo ao lugar comum da preguiça e da indolência dos negros, que lhes seria nata, «só tidos como escravos poderão trabalhar alguma cousa para si e para os outros». Considerando não haver mais do que 20 brancos em toda a Província, estariam estes em relação aos escravos na razão de um para mil. Pedem a revogação pura e simples do decreto de 5 de Maio de 1856, tanto mais que os escravos são «[...] objecto tão importante desta Província que nele consiste a maioria das fortunas dos seus habitantes».

¹⁰ Os conflitos bélicos que alastraram pela Baixa Zambézia nas últimas décadas de 1800 são, em grande parte, revoltas contra a instalação do trabalho forçado e contra a cobrança do imposto de palhota que eliminavam a condição privilegiada das escravaturas remanescentes do antigo regime. José Capela, *Conflitos sociais na Zambézia, 1878-1892. A transição do senhorio para a plantação*. AFRICANA STUDIA, nº. 1, 1999

¹¹ AHU, sala 12, pasta 17, nº. 1, do governador-geral para o ministro, 8 de Abril de 1856

Muito depois do recenseamento, libertos dados como fugidos, mortos ou livres mantinham-se ao serviço dos donos¹². No mesmo ano publicava-se um anúncio oferecendo «para alugar libertos e libertas (...) têm quase todos officio (...)»¹³. Havia uma grande apreensão da parte dos moradores pela passagem próxima dos libertos a livres. Consideravam a liberdade «extemporânea»¹⁴. Mas os pretos que chegavam do interior, sendo registados como libertos, tinham, nesta qualidade, de dar dez anos de trabalho gratuito aos patrões antes de ficarem livres¹⁵. Constatava-se, oficialmente, nesta altura, e mais uma vez, que os concessionários das terras consideravam os colonos adscriptos às mesmas terras e que os tratavam como escravos¹⁶. Há casos de intervenção da autoridade anulando a compra proibida de negros¹⁷. Nas Ilhas de Cabo Delgado formalmente 300 libertos tinham passado à situação de livres de harmonia com a lei de 29 de Abril de 1875. O projecto de lei de Sá da Bandeira «sobre a liberdade dos pretos» provocara localmente «grande barulho»¹⁸. Na realidade continuavam ao serviço dos patrões de sempre e nenhum destes fizera os contratos da lei de onde deveria constar a retribuição¹⁹. Simplesmente, continuavam escravos. De facto não podiam continuar outra coisa quando efectivamente nada mudara nas relações de produção. Era o que acontecia nas terras de uma dona zambeziana em que moravam muitas pessoas de ambos os sexos que, tranquilamente, continuavam a semear e a colher, sem quererem saber se já eram livres, colonos ou escravos da D. Emília. Ela jamais lhes exigira o pagamento do mussoco e estranhava que o novo administrador do prazo lhes viesse agora cobrá-lo. Achava o administrador que os agora legalmente livres «estão ainda embrutecidos na ideia de que são escravos da referida D. Emília»²⁰. Eles

¹² AHM, códice 11-236, fls. 20 vs., acta n.º. 22 da sessão da Junta Protectora de Escravos e Libertos, 19 de Outubro de 1871

¹³ *Jornal de Moçambique*, 12 de Setembro de 1874

¹⁴ *Jornal de Moçambique*, 28 de Março de 1875

¹⁵ *Jornal de Moçambique*, 7 de Abril de 1875

¹⁶ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 2, maço 2, n.º. 155, do secretário geral para o governador de Quelimane, 11 de Agosto de 1875

¹⁷ AHM, códice 11-778, fls. 3, do alferes secretário do governo do distrito de Quelimane para Carlos Nandim de Carvalho, 20 de Maio de 1875

¹⁸ *Jornal de Moçambique*, 10 de Outubro de 1874

¹⁹ AHM, códice 11-1577, fls. 76 vs., do governador de Cabo Delgado para o Curador Geral dos indivíduos sujeitos à tutela pública, 26 de Agosto de 1877

²⁰ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 45, maço 1 (6), do administrador do prazo Mazaro para o governador do distrito da Zambézia, 7 de Março de 1878

queriam permanecer escravos da D. Emília sem terem que pagar nada a ninguém e não lhes apetecia passarem a livres e terem de esportular o mussoco ao administrador. Só aparentemente bizarra, a situação era a de tanto os escravos como os senhores coincidirem na repulsa daquilo que era apresentado como a liberdade dos escravos. Um governador militar de Sena dava como razão para a guerra que alastrava o facto de o governo ao dar a liberdade aos escravos lhes ter tirado o pão²¹. Se era invocada a condição da subsistência para a existência de uma tal situação, a verdade é que uma prática de séculos criara uma mentalidade irreduzível. Um viajante na Zambézia não deixou de se impressionar pela maneira como os então arrendatários dos prazos e velhas escravas coincidiam na assumpção pacífica da relação senhor-escravo²². Já em 1900 o comandante militar dos Angurus dizia que ali se mantinha a escravatura tal e qual. Sem exagero seriam 5% os patrões e 95% os escravos. Só conseguia acabar com a escravatura através de meios persuasivos, em julgamentos. Mas só 10% é que haviam perseverado como libertos e a razão era que muitos destes, não tendo que comer, outra solução lhes não restava que não fosse entregarem-se nas mãos dos seus antigos senhores²³. O tráfico da escravatura acabara por ser assumido como «direito dos tempos primitivos», pelo que era feito a ocultas e ocultado às autoridades²⁴.

Os missionários jesuitas na Zambézia, nas duas últimas décadas do século, foram testemunhas presenciais da prática escravocrata generalizada. Os fugitivos da fome, ao longo de todo o Zambeze, vendiam crianças e jovens²⁵. Anos mais tarde, quando a autoridade colonial já actuava contra o tráfico, no alto Zambeze, onde não chegava essa autoridade, fazia-se o tráfico da escravatura em larga escala e o padre J. Merleau pôde resgatar tantos quantos lhe per-

²¹ *Idem*, caixa 16, maço 3, n.º 75, do comandante militar de Sena para o governador de Quelimane, 22 de Outubro de 1878

²² Manuel Rodrigues Pereira de Carvalho, Relatório de uma viagem à Zambézia interior, B.O., n.º 45, de 6 de Novembro de 1886. Ouviu aos arrendatários: «Se me tirarem o prazo a minha gente vai comigo para onde eu fôr»

²³ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 21, maço 4, n.º 10, do comandante militar dos Angurus para o secretário do governo de Quelimane, Molumbo, 22 de Setembro de 1900.

²⁴ Francisco Pinto Cardoso Coutinho Junior, governador interino, *Relatório do Distrito de Tete 1886/7* in B.O. n.º 12 de 24 de março de 1888.

²⁵ Carta do Pe. Courtois aos escolásticos de Mold, *Lettres de Mold*, III-IV (1885-1888), Tete, 15 de Fevereiro de 1886

mitiam os seus recursos. Aí o preço era baixo se comparado com o que se praticava em outros locais (MERLEAU, 1897). Bem entendido que o missionário não procedia ao tráfico de escravos. «Resgatava» «escravos» para, na missão, os catequizar e reintegrar na sociedade, tipo de missão que outros missionários jesuítas apostrofaram violentamente. Esta actuação integra-se no discurso na medida em que coloca par a par a acção dos negreiros e a acção dos missionários. Com a agravante de o missionário se deixar seduzir pelo método do negreiro. Ambos «resgatam». O tráfico foi, ao longo dos séculos, «resgate», jamais negócio. Para os missionários não era negócio, de facto. Era mesmo a prevenção do negócio. De um ponto de vista ético, para não invocar o estético, seria bem melhor que fosse negócio. O que se torna claro se se acrescentar que, a determinada altura, e de harmonia com o testemunho do mesmo missionário, «partiu uma caravana para resgatar crianças e comprar vacas com peças de algodão, barris de pólvora, fulminantes e contaria»²⁶. Crianças e vacas compradas na mesma feira.

António Enes, o teorizador da última fase da colonização portuguesa em Moçambique, teve a consciência perfeita da subsistência, no fim do século XIX, dessa mentalidade escravocrata interiorizada e generalizada: «na Zambézia e no continente de Moçambique há ainda indivíduos e famílias, que se consideram adstritos ao serviço de proprietários, descendentes dos que foram senhores de seus pais e avós». [...] «É vulgaríssimo os particulares e funcionários, que vivem nos sertões angariarem clientelas numerosas de indígenas, que chegam a considerar-se gente deles, seus vassallos ou servos».

Esta mentalidade não era fruto tanto do tráfico como do tipo de relações escravistas que se haviam praticado ao longo de quatro séculos. Mas não deixou de estar presente em todas as práticas escravistas simultaneamente facilitando-as e alimentando-se delas.

Butaca e hierarquia

No sistema escravista que vigorou em Moçambique há realidades e conceitos e figurações respectivas próprias que o tipificam. O primeiro dos quais é a **butaca**. O conceito de butaca engloba, a um tempo, o senhorio, o poder e a herança. Diz-se «subir a butaca»

²⁶ *Idem, ibidem*

como se diz «subir ao trono»: «é o dito especial que Pedro marido de Francisca deixou por morte em casa, e Paulo que casa com a dita Francisca acha»²⁷. Aí incluídos os escravos. A butaca é a unidade «prazeira» no que ela tem de mais conformada a um ethos zambeziano. A butaca ultrapassa o prazo enquanto contrato enfiteutico e comporta a apropriação de pessoas e bens e o exercício do poder por parte do senhor. Poder só aparentemente absoluto porque com exercício limitado a vários condicionamentos. Na butaca aplicam-se simultaneamente prescrições do direito positivo colonial como é o caso da concessão enfiteutica das terras, e regras do direito costumeiro. Estas últimas observáveis no respeito pelas hierarquias das linhagens tradicionais. A butaca repetia-se na organização social dos escravos.

Logo abaixo do senhor, dentro de uma unidade senhorial, estão aqueles que chefiam os corpos de escravos nas suas diferentes funções. Se de sangue real, designava-se o chefe **muanamambo**, (muana [filho] + mambo [chefe linhageiro]). Havia outras designações como **mucazambo**, também atribuída aos chefes das expedições comerciais, estes mais frequentemente chamados **muçambaze**. Aos muçambazes estavam subordinados os que comandavam as **ensacas** (grupos de 10 a 12 escravos). Assim chamados, tanto podiam ser grupos de guerreiros, como de caçadores, de ofícios, etc. O comando das ensacas era feito ou por **sachicundas** ou, na ausência destes, por **mucatas**. O escravo comum nestas unidades senhoriais era o **chicunda**. De alguma maneira em grau inferior estavam os **bandazios** e **bandazias**, menores que serviam de portas adentro. As bandazias geralmente afectas às senhoras eram governadas pelas **macodas** a quem eram entregues por volta dos 25 anos «para lhes darem marido o que elas não necessitam por terem já naquele tempo pluralidade deles»²⁸. Há não muita diversidade de região para região na morfologia desta estrutura social que se observa por toda a Zambézia.

Os achicunda que, por sua vez, como vimos, eram senhores de escravos próprios, constituíam a espinha dorsal do sistema. Eram eles que, distribuídos dentro dos prazos, aí mantinham a soberania dos senhores perante os colonos, policiando-os e cobrando as prestações. O prazo Cheringoma, o de maior extensão, a sul do Zambeze,

²⁷ A. P. Miranda, cit., p. 266

²⁸ A. P. Miranda, cit., p. 266

estendendo-se até à foz do Rio Púnguè, onde se situa hoje a cidade da Beira, limítrofe da Nação Quiteve, tinha como colonos príncipes dessa nação e os escravos dos mesmos príncipes. Esse prazo só se conservava na posse do senhor porque a maior parte da sua população era constituída por achicunda desse mesmo senhor. Estes escravos é que impediam o assenhoreamento da terra pelos quiteves. Mas se garantiam a soberania «estes escravos, como sejam nascidos, criados, estabelecidos, e aparentados com os colonos daqueles prazos, que são suas pátrias» não aceitavam que finando a terceira vida, havendo descendentes directos, passasse a terra a um senhor e os achicunda a outro. Em tal caso revoltavam-se²⁹. Descrição assaz clara do sistema é a de um comandante militar de Tete: «[...] e pela experiência que tenho observado o modo de viver dos Colonos destas nossas Terras, Prazos e Fatiotas quando são arguidos, e conhecendo que se acham sem razão e para atrapalhar outro autor, vão-se entregar aos Chicundas nossos cativos com certos tratos para os defender, e procuram aonde há mais força, só afim de abater o seu contrário que tem direito e razão na causa; e afinal da Causa ficam sendo cativos dos nossos, e desta forma muitos dos negros chamados mucazambos têm grandes Butacas de Escravos adquiridos desta maneira»³⁰. Há numerosos casos a confirmar a generalização da prática. Sendo os achicunda que faziam a caça, o comércio e os ofícios em geral, exceptuando o garimpo do ouro e a cultura das terras, tarefas do sexo feminino, pode concluir-se até que ponto constituíam o cerne da instituição. Em vários casos de herança que consideraram ilegítima autonomizaram-se, recusaram de armas na mão senhorios que lhes queriam impor e, no caso da Maganja da Costa, mantiveram-se em «república» de 1862 a 1898. República que só foi desmantelada com recurso a um aparato bélico respeitável.

Estão aqui patentes as equívocidades do termo escravo. Se o fenómeno do tráfico em si mesmo é linear, o da escravidão, epistologicamente falando, é intrinsecamente equívoco.

²⁹ AHU, Moç., caixa 199A, n.º. 8, do governador de Sena, José Francisco Alves Barbosa para o governador-geral, 10 de Maio de 1825

³⁰ AHM, códice 11-438, fls. 134 vs., do comandante militar de Tete para Domingos José Gomes de Araujo, 12 de Julho de 1844

Definição de escravo

O escravo colonial moderno é a pessoa individualmente apropriada e excluída quer do grupo social de que é originário quer do grupo do apropriante.

Para além de passar a ser objecto de propriedade nas mesmas condições de qualquer bem semovente, ao homem feito escravo são automaticamente subtraídas a inserção e a vitalidade de que partilhava sem beneficiar da inclusão no grupo do apropriante.

Sendo objecto de propriedade plena o escravo é hereditário e desfrutável quer na sua capacidade de trabalho, quer na sua reprodução. Não beneficia de direitos porque não é sujeito de nada. Está *ab ovo* fora da sociedade pelo que nem sequer se lhe ajusta a classificação de excluído. É a exclusão em natureza.

Não é a violência exercida sobre a pessoa nem a exploração do trabalho que tipifica o escravo. Isso acontece diariamente com pessoas estatutariamente livres. São abusos cometidos sobre uma pessoa sem alterar a natureza da sua situação social. Aquilo que é essencial na transição da condição de livre para a de escravo é a apropriação titulada, reconhecida, muitas vezes ritualmente sacralizada. A pessoa é reconhecidamente desapropriada de todos os seus direitos naturais enquanto pessoa. Mesmo nos casos da escravatura dita patriarcal e simbiótica, por muito bem que o escravo se sentisse junto do senhor, a quem nem sequer, muitas vezes, prestava trabalhos servis, a apropriação prevalecia. O senhor era proprietário do escravo, da sua descendência, propriedade transmissível aos herdeiros. Por isso, como no caso dos achicunda, se bem que formando grupo privilegiado naquele sistema patriarcal, e bizarramente privilegiado relativamente aos camponeses estatutariamente livres, apesar de tudo isso, esses achicunda eram, de direito e de facto, escravos, porque apropriados por outrem.

Bibliografia

- CAPELA, J., *Conflitos Sociais na Zambézia, 1878-1892 - A Transição do Senhorio para a Plantação* in AFRICANA STUDIA, n.º. 1, 1999
- DIAGNÉ, P., *Pouvoir Politique Traditionel en Afrique Occidentale Essais Sur Les Institutions Politiques Précoloniales*, Paris, 1967
- DIAS, J. e M., *Os Macondes de Moçambique*, III, Lisboa, 1970

- FERREIRA, A. R., *Os Cheuas da Macanga*, Lourenço Marques, 1966
- ISAACMAN, A., *Moçambique, The Africanisation of a European Institution The Zambesi Prazos 1750-1902*, The University of Wisconsin Press, 1973
- ISAACMAN, B. and A., *Slavery and Social Stratification among the Sena of Mozambique A Study of the Kaporó System in Slavery in Africa: Historical And Antropological Perspectives* edited by Suzanna Myers and Igor Kopylbit. The University of Wisconsin Press, Madison, 1977
- LIVINGSTONE, D., *Viagens de Exploração no Zambeze e na África Central*, Porto, 1880
- JAHN, J. , *Muntu Las Culturas NeoAfricanas*, Buenos Aires, 1963
- MERLEAU, S. J., *J. A Missão do Baixo Zambeze de 1890 a 1895*, in *Portugal em África*, Janeiro de 1897
- MVENG, E., *L'Art d' Afrique Noire Liturgie Cosmique et Langage Religieux*, Paris, 1964
- POSTIOMA, A. da, *Filosofia Africana*, Milano, 1967
- WAUTHIER, C., *L'Afrique des Africains Inventaire De La Négritude*, Paris, 1972
- VILHENA, E.J. , *A Mão-de-Obra Agrícola em Moçambique*, Lisboa, 1910

O CAMINHO-DE-FERRO DE BENGELA ¹ E O IMPACTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL NA SUA ZONA DE INFLUÊNCIA (1902-1952) *

Emmanuel Esteves **

Uma das características do mundo capitalista do século XIX é a Revolução industrial. A industrialização supôs o transporte de energia, das matérias-primas e dos produtos fabricados. Assim, os investimentos de base do século XIX e o maior estímulo foram a construção e o avanço determinante dos caminhos-de-ferro que absorviam perto de metade de todos os investimentos privados tanto no mundo avançado como nos países atrasados ², o que fez desenvolver, de 1840 a 1920, a rede ferroviária mundial como se vê na tabela que se segue:

¹ Bengela (Benguela): os nomes ou palavras africanos estão escritos como o locutor autóctone fala e segundo os alfabetos das línguas nacionais de Angola. Um nome ou uma palavra é uma realidade linguística e etnológica. Como uma realidade linguística, contém uma mensagem verbal cujos signos são os da língua quotidiana. Como uma realidade etnológica, é uma expressão cultural, é um depósito de informações sobre as actividades económicas e socioculturais e sobre o meio ambiente e físico. Sendo assim, o nome deve ser bem escrito segundo as regras fonológicas da linguística africana e segundo as regras da língua na qual se insere.

* Tese de Doutoramento sob a orientação dos Professores Eugénio Francisco dos Santos e Daniel Bessa Fernandes Coelho e apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (20 de Julho 2000) .

** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

² GARRIER, Gilbert, *A Dominação do Capitalismo 1840-1914* in (Pierre Léon, História Económica e Social do Mundo), vol. 4, Tomo I, Lisboa, 1981, p.197;

Evolução da rede mundial de Caminhos-de-ferro
e repartição por áreas geográficas (1840-1920)

Anos	Extensão mundial	Porcentagens por áreas geográficas						
		Mundo	Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Australásia
1840	8845	100.0	46.3	51.5	1.8	-	-	-
1860	106311	100.0	46.7	49.5	0.8	1.3	0.4	0.3
1880	357395	100.0	37.9	45.5	3.2	5.0	1.3	2.1
1900	749793	100.0	28.4	45.4	7.4	7.5	2.2	3.2
1920	1086107	100.0	23.7	43.3	9.3	9.2	4.0	3.9

Fonte: Garrier, Gilbert, ob. cit. p. 133.

Verifica-se nesta tabela que a evolução da rede de Caminhos-de-ferro em África é a mais lenta. Apesar dos investimentos ferroviários terem excedido de todos os outros ramos industriais reunidos, entre 1850 e 1900, eram considerados diminutos até 1914. Em 1913, a Grã-Bretanha investiu em África cerca de 460 milhões de libras. Em 1936, o total dos investimentos estrangeiros em África negra era estimado a 1200 milhões de libras³.

O desenvolvimento da construção dos Caminhos-de-ferro, em África em geral, e em Angola em particular, foi condicionado pelas conveniências políticas, estratégicas, económicas e sociais. A procura de saídas para uma indústria em expansão, necessidades de matérias-primas, as perspectivas financeiras e a instauração de um império colonial contribuíram tanto na evolução da rede de caminhos-de-ferro como na expansão colonial e inscreveram-se numa perspectiva proteccionista: o fecho dos mercados nacionais numa Europa coberta de barreiras alfandegárias obrigou a procurar em terras de além-mar novas saídas e levou a constituir em domínio colonial os territórios destinados ao escoamento dos produtos das metrópoles. As exportações para as colónias eram relativamente diminutas, mas os produtos metalúrgicos destinados à construção das vias férreas e os equipamentos portuários foram tomando uma importância crescente no final do século⁴.

³ COQUERY-VIDROVITCH, Cathérine, *De l'impérialisme britannique à l'impérialisme contemporain: l'avatar colonial*, in Margairaz, Michel, *Histoire Économique XVIII e XX e Siècle*, Paris, Larousse, 1992, p.791.

⁴ SERMAN, William e HEFFER, Jean, *O Século XIX 1815 - 1914. Das Revoluções aos imperialismos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 305-308

A colocação dos capitais a uma taxa lucrativa nas colónias, especialmente na forma de empréstimos concedidos aos soberanos estrangeiros, era um estímulo muito mais forte para a expansão colonial do que a procura de saídas comerciais ou de matérias-primas. Isto não significa que o imperialismo financeiro privilegiasse as colónias: a percentagem de capitais investidos nos impérios coloniais, em relação ao total dos capitais investidos no estrangeiro, em 1914, é inferior a 50 % no caso dos Ingleses e a 10 % no caso dos Franceses e Alemães. Mas os interesses financeiros serviam os desígnios políticos dos governantes, sendo recompensados, tanto no plano colonial como no conjunto das relações internacionais. A recuperação de dívidas de particulares serve de pretexto para conquistar as colónias⁵.

Os caminhos-de-ferro, em África, contribuíram para uma transformação profunda da geografia económica, permitiram desencravar as regiões do interior, assegurar os mercados para os produtos manufacturados das indústrias dos países industrializados. As necessidades em matérias-primas de origem agrícola e mineral justificavam a exportação de material fixo e circulante, ainda explicavam claramente o imperialismo económico, que procurava garantir, pelo melhor preço, um abastecimento regular do seu comércio e da sua indústria. A descoberta de minas de diamantes e de ouro, de cobre, de carvão, etc. na África Central e Austral trouxe grandes mudanças económicas e socioculturais.

De 1848 a 1961, o desenvolvimento da construção de Caminhos-de-ferro, em Angola, evoluiu lentamente. Neste período, diversos projectos tinham sido concebidos entre os quais seis tinham sido concretizados: caminhos-de-ferro de Mbaka (1848-1909), de Malanji, de Bengela (1903-1928), de Moçâmedes (1905-1961), do Amboim (1923-1941) e do Kwiyu totalizando cerca de 2958 Kms ou seja um quilómetro por 412.46 Km². As linhas férreas de Mbaka, Bengela, Amboim e de Kwiyu eram privadas e as de Malanji e Moçâmedes eram do Estado português. As vias férreas de Mbaka, Malanji, Bengela e Moçâmedes eram consideradas como linhas de penetração cuja mais importante é a de Bengela que atravessa Angola de Oeste a Leste ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Índico.

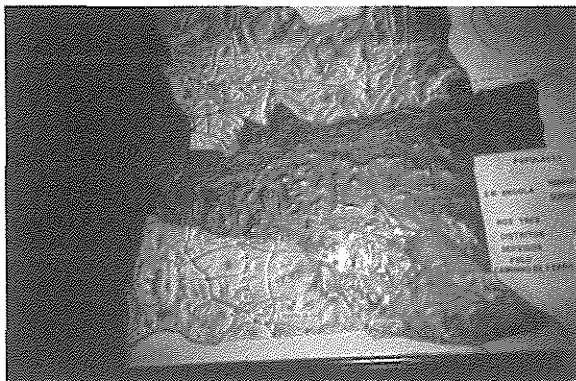
⁵ Ibidem, p. 308.

Durante as minhas pesquisas bibliográficas sobre as vias de comunicações e meios de transportes de Angola, constatei que o Caminho-de-ferro de Bengela foi sempre apresentado como o principal factor de desenvolvimento do Centro de Angola. Houve quem não hesitasse em apresentar a linha férrea de Bengela como o Canadá-Pacífico da África, pois esta liga o Oceano Atlântico ao Oceano Índico, como o Canadian-Pacific Railway liga o Atlântico ao Pacífico. Compare-se o Caminho-de-ferro de Bengela com Canadian-Pacific Railway porque este não só estabeleceu a ligação dos dois Oceanos mas também desenvolveu o Oeste do Canadá. Pensava-se que o caminho-de-ferro de Bengela teria desempenhado o mesmo papel em África. A partir destas afirmações e constatações, comecei por questionar-me e emitir algumas hipóteses tais como: se a falta de vias de comunicações e de meios de transportes constituíam um obstáculo para o progresso e desenvolvimento das regiões do Centro e Sul de Angola e as mantinham num estado de subdesenvolvimento, será que a introdução do vapor nos transportes teriam modificado a situação estagnaria em que jaziam e teria desencadeado o desenvolvimento endógeno? Nesta linha de pensamento nasceu o tema de Doutoramento: «**O Caminho-de-ferro de Bengela e o Impacto Económico Social e Cultural na sua Zona de Influência (1902-1952)**».

Este tema divide-se em quatro partes: O Espaço e Meio ambiente da Zona de Influência do CFB; do Caminho-de-ferro de Kakonda ao Caminho-de-ferro de Bengela; o Impacto Económico e o Impacto Sociocultural na Zona de Influência do CFB. Para a realização do trabalho, enfrentaram-se enormes dificuldades: as séries de documentos dos Arquivos Históricos, principal fonte do trabalho, são geralmente incompletas; os dados estatísticos são fragmentários e não cobrem todo o período em estudo nem toda a Zona de Influência do CFB. Por outro lado, na abundância de dados para alguns períodos e concelhos opõe-se a escassez de dados para outros períodos e áreas. Esta situação deixa em aberto outras linhas de investigação.

1. O Espaço e Meio Ambiente da Zona de Influência do Caminho-de-ferro de Bengela (CFB)

Mapa 1: Zona de influência do CFB (Escala: 1:4000.000)



Fonte: Reprodução do mapa da Zona de Influência do CFB que se encontra na sede da Caixa de Previdência do Pessoal do CFB em Lisboa (Foto de E. Esteves, 1997)

Após a conclusão dos trabalhos da construção da linha férrea de Bengela, a mesma linha férrea tornou-se a espinha dorsal da rede de comunicação no Centro e Sul de Angola criando uma área de 123750 Km² conhecida por Zona de Influência do CFB onde a administração colonial portuguesa e a Companhia do CFB desencadearam acções políticas, económicas e socioculturais para levantar esta Zona da inércia que jazia.

A Zona de Influência do CFB dividida em três áreas distintas ⁶ - o litoral, as cordilheiras de montanhas e a região planáltica - caracteriza-se pelo conjunto de condições físicas que variam em função da estrutura geológica, do relevo, clima vegetação do solo e da hidrografia. O clima é seco, temperado, suave e constante. Correm nela numerosos cursos de águas formando as bacias hidrográficas de Mbalombo, Katombela, Kuvale etc. Dentro da Zona, limitou-se uma área de colonização ⁷ onde se pensava criar a Nova Lusitânia, o

⁶ NOGUEIRA, Jofre Amaral, *A colonização do Huambo*, Nova Lisboa, 1953, p. 10; SERRÃO, Manuel Francisco da Costa, " *Systema Ferro-viário de penetração em África. Linha do Sul de Angola. Missões de Estudos (1895-1897)*" **Revista de Obras Públicas e Minas**, Tomo XXXI, nº 367-369, Lisboa, Julho /Setembro, 1900, pp. 242 e 243.

⁷ MATTOS, A. Alexandre de e NASCIMENTO, J. Pereira do, *A colonização de Angola*, Lisboa, 1912, p. 64.

celeiro de Portugal e um Novo Brasil⁸. É nessa área que se evidencia o melhor impacto do caminho-de-ferro de Bengela. Os Ovimbundu, Ng'Kangela⁹ (Vangangela), Cokwe, Vambunda e Lovale são os principais grupos etno-linguísticos que se partilham o mesmo espaço.

2. Do Caminho-de-ferro de Kakonda ao Caminho-de-ferro de Bengela (1898-1928)

De 1898 a 1914, a situação era caracterizada pelas profundas crises políticas¹⁰ e económicas tanto na metrópole como em Angola. As fricções políticas entre as potências coloniais eram permanentes. Em 1895, foi apresentado, no Parlamento português, o projecto para a alienação das colónias; o que criou uma expectativa de herança entre Ingleses e Alemães. Estas duas potências arranjaram dinheiro para convencer Portugal a dar-lhes a posição de herdeiros mais favorecidos no testamento colonial. Assim, a Alemanha e a Inglaterra assinaram, em 1898, um acordo secreto com vista a espoliar Portugal das duas colónias de Angola e de Moçambique¹¹. Em Angola, as forças autóctones combatiam contra as forças armadas portuguesas. No plano económico, a borracha, base da economia de Angola, estava ao fim do seu ciclo.

Para proteger Angola, Portugal compreendeu que o meio mais seguro e poderoso era a construção de uma via férrea de penetração. Assim, concebeu o projecto da construção do caminho-de-ferro

⁸ "Caminho-de-ferro do Lobito. Colonização do Planalto de Benguela", **O Benguela**, nº 85, ano 2, Benguela, 27 de Junho 1908, p.1.

⁹ YAMBO, Francisco Xavier, *Dossier Ngangela. Motivo suficiente para um estudo científico da etnonímia angolana*, Luanda, 1997, pp. 7-25. Neste estudo o autor põe uma problemática: Ngangela será um povo? Uma língua? Depois de um estudo aturado, chegou à conclusão que o povo Ng'Kangela ou Ngangela não existe, muito menos língua ngangela, pois Ngangela significa Leste.

¹⁰ RAMOS, José, "A Segunda Fundação (1890-1926)" (Direcção de José Mattos) **História de Portugal**, Lisboa, 6º Vol., 1994, p. 135.

¹¹ ALMADA, José de, *Para a história do caminho-de-ferro de Benguela(1902-1952)*, Lisboa, 1951, p. 20.; PIERRE-ALYPE, "As ambições alemãs e as colónias portuguesas", **Boletim da Agência Geral das Colónias** ano 2, nº 8, Lisboa, Fev. 1926, p. 140. DRECHSLER, Horst, "L'Allemagne et l'Angola du Sud(1898-1903)", **Présence Africaine**, nº 42, Paris, 1962, p. 54 (pp. 54-75); PIERRE-ALYPE, ob. cit. p. 138; BAUMONT, M., *Lessor industriel et impérialisme colonial 1878-1904*, Paris, 1949, p. 277; ALMADA, José, ob. cit. p. 28; Cfr. **Documents diplomatiques français (1871-1914)**, Tome VIII, Paris, 1913, p. 511.

de Olupito a Kakonda com uma extensão de 313 Kms cujo dispêndio seria de 4.000.000 contos de réis. Este projecto não se concretizou: as condições do contrato assinado em 1894 com um grupo de concessionários – Henrique de Lima e Cunha e Braz Faustino da Motta – eram duras: construir simultaneamente o caminho-de-ferro de Kakonda e o ramal de Kakonda à cidade de Moçâmedes e depositar 10 mil contos de réis como garantia; e o próprio Estado português não conseguiu arrecadar os fundos calculados à base de sobretaxa sobre alguns produtos (borracha, álcool, algodão, etc.), pois a crise económica era eminente; e a cobrança de sobretaxa sobre os produtos atrás referidos criou um descontentamento junto dos comerciantes de Lisboa e do Porto.

No entanto, a descoberta das minas do Katanga, em 1901, e o seu escoamento pelo porto de Olupito deram lugar à assinatura do contrato a 28 de Novembro de 1902 entre o governo português e a Tanganyika Concessions Limited para a construção e exploração do Caminho-de-ferro de Bengela por 99 anos sem subvenção do Estado português¹². Para a ligação da linha férrea de Bengela à região mineira do Katanga, entabularam-se (1906 e 1908) negociações de cooperação entre a Companhia do Caminho-de-ferro de Bengela e as Companhias ferroviárias do Congo Belga – Chemin de fer du Bas-Congo au Katanga (B.C.K.) e Chemin de fer de Kinshasa-Dilolo-Lubumbashi (K.D.L.)¹³ e por outro lado, entre Portugal e a Bélgica (1927)¹⁴. Os acordos entre as companhias ferroviárias permitiram a ligação do caminho-de-ferro de Bengela à linha férrea de Tenke a Dilolo de forma a torná-lo um transcontinental africano ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Índico. Os acordos de 1908, determinaram também a directriz do traçado definitivo do caminho-de-ferro de Bengela abandonando o primitivo traçado de

¹² MARTELLI, George e HUTCHINSON, Robert, *Robert's people. The life of Sir Robert Williams bart.1860-1938*, London, Chatto & Windus, 1971, p. 141; WAUTERS, A.J., "Le chemin de fer de Benguela au Katanga", *Mouvement Géographique*, 20 ème année, n° 5, Bruxelles, 3 Fev. 1907, col. 49.

¹³ Cf. Convenção do Pool, in Pasta 745, CFB, A.H.U., Angola; A.H.U. - Cx. n° 6, vol. VI / 1908, Proc. 37 /VI A.H.U., Angola, cx. n° 6, vol. VI, Proc. 37 /VI; Cfr. "Caminho-de-ferro de Benguela", *Revista do Ultramar*, n°5-6, Julho/Agosto, 1948, p. 87, col..1.

¹⁴ Cf. PUNA, Mbambi, "A Colaboração Belgo-Portuguesa em Questões Coloniais: A troca dos Territórios Dilolo-Mpozo entre Angola e Congo Belga", *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 8 e 9, Lisboa, Janeiro-Dezembro, 1988, p. 84 ; Diário de Governo de 5 de março de 1928, I Série, n° 52, p. 419.

Kakonda que previa atingir o Katanga por Kansanshi. O novo traçado obedeceu às conveniências técnicas, económicas e políticas.

A construção do Caminho-de-ferro ofereceu um carácter especial: ser construído por um grupo de capitalistas (Athal Thorne, Cecil Budd e Lord Howard, etc.) que não tinha interesses em Angola. A situação geográfica ofereceu a Angola a oportunidade de ser servida pela linha férrea de Oeste a Leste. Os trabalhos da construção da via férrea foram levados a cabo por duas empresas: Griffiths & Company Construtores (1904-1908) construiu 197 quilómetros e Pauling & Company Limited (1910-1928) construindo 1149 quilómetros. O custo dos trabalhos foi estimado em doze milhões de libras. Financeiros, empresas e Bancos britânicos (Tanganyika Concessions Limited, British Metal Corporation, Griffiths, Pauling, London Joint City, Midland Bank), as receitas de venda do cobre do Katanga e do tráfego local e internacional contribuíram para o financiamento dos trabalhos da construção da via férrea de Bengela. No entanto, ignora-se as vidas humanas que morreram ao longo da linha férrea ou ficaram inválidas.

De 1903 a 1928, os trabalhos da construção levaram 25 anos e a evolução média dos trabalhos foi de 53 Kms por ano. As maiores dificuldades do atraso dos trabalhos eram a natureza do terreno, o clima, o recrutamento de mão-de-obra no Oeste-africano, as obras de arte, a escassez de fundos financeiros, a guerra anglo-bóer (1902), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o embargo do governo sul-africano.

A guerra anglo-bóer criou incerteza no meio dos capitalistas; fez paralisar os negócios. Assim, Leylands que se comprometeu financiar os trabalhos com 2.500.000 libras faltou ao compromisso e os trabalhos da construção que iniciaram a 3 de Março de 1903 foram interrompidos em Agosto do mesmo ano (1903) para retomar em Dezembro de 1904. Após a construção de 519 quilómetros de via férrea, isto é de Olupito a Ocingwali, os trabalhos ficaram ainda paralisados de 1915 a 1922 devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Durante este período, os fundos financeiros tornaram-se escassos para compra de material fixo e circulante, o transporte marítimo era também difícil; de 1902 a 1922, o governo da África do Sul e as companhias ferroviárias de África do Sul exerciam um embargo sobre a construção do caminho-de-ferro de Bengela. O governo de África do Sul e as companhias ferroviárias da África meridional tornaram-se os mais implacáveis adversários do Caminho-

-de-ferro de Bengela, pois recebavam a concorrência que a linha férrea de Bengela podia fazer às linhas e portos da África Austral. Ainda o General Smuts tinha a pretensão de anexar a Rodésia do Sul à União Sul-Africana e unificar os caminhos-de-ferro rodesianos com os da África do Sul para monopolizar o tráfego do Katanga.

3. A importância do Caminho-de-ferro de Bengela

Tanto para Portugal como para outras potências coloniais como a Grã-Bretanha, a Bélgica e a Alemanha, o Caminho-de-ferro de Bengela tinha um carácter estratégico, político, económico e social. Portugal, ao assinar o contrato com uma empresa britânica, a Tanganyika Concessions Limited, conseguiu opor os dois países protagonistas e contrariar toda a intenção da Alemanha e Inglaterra sobre o Centro e Sul de Angola. Este contrato foi a melhor resposta portuguesa aos acordos secretos assinados entre Alemanha e a Inglaterra. O Caminho-de-ferro de Bengela sendo uma linha de penetração permitiu a Portugal a ocupação efectiva e a colonização do Centro e Sul de Angola; era fonte de receita, pois a administração colonial beneficiava dez por cento das acções da Companhia CFB e cinco por cento das receitas líquidas da exploração.

Se a linha férrea de Bengela impediu que Angola escorregasse nas esferas de influência da Alemanha e da Inglaterra e permitiu Portugal realizar os projectos coloniais, para Grã-Bretanha, a via férrea de Bengela tinha antes de tudo um carácter militar; era um entroncamento do caminho-de-ferro do Cabo ao Cairo; era a porta traseira para o Sudão e o Egipto e uma rota para Índia no caso de conflito entre Egipto e a Grã-Bretanha. A linha férrea era uma fonte de divisas para a economia britânica; a técnica e todas as infra-estruturas ferroviárias eram da indústria britânica.

Para Bélgica e Alemanha, o interesse era político-estratégico. Era uma linha de expansão. Se o financiamento belga foi contrariado pelo conflito internacional de 1914-1918, em 1950, a Sociedade General de Belgique tomou a Tanganyika Concessions Limited e a via férrea de Bengela passou para o controlo da Bélgica. Quanto à Alemanha, ela queria financiar os trabalhos da construção para eliminar a influência inglesa e portuguesa, pois pretendia ligar o Caminho-de-ferro a Leste e Oeste de África (Angola, Congo Belga, Tanganyika e Camarões).

4. O Impacto Económico na Zona de Influência CFB

A construção das infra-estruturas ferroviária e rodoviária e a nova orientação política provocaram grandes mudanças em alguns ramos económicos cujos efeitos eram nefastos sobre o meio ambiente e humano.

As mudanças começaram pela integração das populações na economia colonial cujo processo de integração consistia em transformar as populações autóctones em “trabalhadores assalariados” inculcando-lhes o espírito do trabalho com vista a contribuir para o desenvolvimento da economia colonial. Neste processo, decorreram os métodos educativo, repressivo e persuasivo cujos principais vectores da integração eram as missões religiosas, as granjas administrativas, os Serviços Técnicos de Agricultura que deveriam funcionar como escolas para preparar e iniciar as populações locais às técnicas modernas. De todos os vectores educativos atrás referidos, apenas as missões católicas e protestantes tinham atingido lentamente as expectativas. As granjas e os Serviços Técnicos funcionando deficientemente não conseguiram atingir os resultados desejados. A sua acção limitava-se a distribuir sementes seleccionadas, mandar seleccionar as sementes nas campanhas agrícolas e mandar abrir as valas de irrigação.

A administração colonial, a Companhia do CFB, os industriais e os comerciantes tiveram todo o interesse em ver o desenvolvimento agro-pecuário nas áreas onde as condições eram favoráveis. Para o aparelho administrativo português, a agro-pecuária era fonte de matéria-prima para as indústrias dos países desenvolvidos e fonte de financiamento do aparelho do Estado português e aos investimentos de infra-estruturas e ao apoio às empresas. Para a Companhia do CFB, o desenvolvimento da agro-pecuária significava a garantia de abastecimento de milhares de trabalhadores e o aumento do tráfego ferroviário. A Companhia do CFB organizou uma secção agrícola com dois técnicos com vista a incentivar a agricultura no meio dos autóctones e tomar conta dos terrenos no Alto rio Katombela, nas margens dos rios Kuvela e Kwitu¹⁵. Assim, as autoridades administrativas, os funcionários da Companhia do CFB e os comerciantes participavam nas campanhas agrícolas que

¹⁵ GALVÃO, A., *Os caminhos-de-ferro de Angola em 1914...*ob. cit., p. 33; A.H.U., Angola, Cx. 76 - Proc. 37/C - 109, p.4

consistiam em distribuir sementes (de milho, feijão, trigo, etc.) e alfaias agrícolas¹⁶. A Companhia CFB e a Sociedade Agrícola do Kasekele distribuíam gratuitamente as sementes e alfaias agrícolas; mas as autoridades administrativas e os comerciantes cobravam respectivamente 10% e 100% da quantidade recebida. Para atingir as expectativas, as culturas de exportação tornaram-se obrigatórias.

As antigas culturas cerealíferas, leguminosas, oleaginosas tinham sido reanimadas e novas plantas hortícolas e cerealíferas foram também introduzidas e espalhando-se à medida que os colonos se foram fixando no interior por constituírem parte integrante de alimentação dos Europeus (arroz, batata, cebola, cevada, grão-de-bico, ervilha, trigo, etc.). Ainda outros tipos de plantas foram introduzidas e encorajadas por serem culturas ricas: café, sisal, rícino, etc. Algumas culturas (milho, feijão) tiveram o maior incremento; as outras, por razões climatéricas, técnicas e por relutância dos agricultores autóctones, não tiveram o resultado esperado (café, trigo, etc.)

Tentando “revolucionar” a agricultura, introduziram-se novas técnicas: a irrigação, as alfaias agrícolas europeias, o uso de adubos e a selecção de sementes. Algumas dessas técnicas foram adaptadas (irrigação, uso de adubos e selecção de sementes) e outras, talvez por razões culturais ou pecuniárias, foram rejeitadas (uso da charua e outras alfaias agrícolas europeias). Apesar das tentativas de difusão das técnicas modernas, os processos de produção agrícola mantinham-se tradicionais.

Para poder avaliar a importância das culturas, foi tomado como elemento indicador, a superfície ocupada por cada uma das culturas. A proporção das superfícies ocupadas pelas culturas em relação às superfícies cultivadas explica a importância das culturas¹⁷. A tentativa de saber a extensão ocupada por cada cultura foi quase impossível: os serviços de agrimensura funcionavam debilmente; os terrenos dos agricultores autóctones não eram registados. Os dados encontrados indicam apenas a superfície cultivada em cada concelho e não a superfície de cada cultura, excepto nos anos económicos

¹⁶ GALVÃO, A., *Os caminhos-de-ferro de Angola em 1914...* ob. cit. p. 33.

¹⁷ Cfr. Bureau International du Travail, *Les travailleurs des plantations. Leurs conditions d'emploi et leurs niveaux de vie*. Etudes et Documents Nouvelle série, n°69, Genève, 1966, pp. 9 e 10.

de 1934 -1935 e 1935 -1936. Apesar de toda a deficiência que se verifica nos dados estatísticos, não há sombra de dúvida de que as culturas que constituem a base da alimentação das populações são as que ocupam a maior superfície.

As culturas de alimentação de base (milho, feijão, batata doce, etc.) das populações autóctones tiveram mais incremento do que outras culturas consideradas ricas (algodão, gergelim, café, rícino, etc.). Nas condições normais, a produção agrícola tinha tendência a aumentar; mais de 90% da produção provinha dos autóctones com a primazia do milho. Este, além de constituir o alimento de base das populações autóctones, adquiriu uma grande importância na economia da Zona de influência CFB. A económica assenta quase inteiramente na cultura do milho que desempenhava uma função *sui generis* de verdadeira moeda em curso, quer para o comerciante quer para o autóctone. Era o principal produto do comércio interno e externo; constitui a fonte das receitas do tráfego local de mercadorias da linha férrea e fornecia os recursos pecuniários indispensáveis ao pagamento do imposto indígena. A diminuição da produção que se registava era devida às condições climatéricas¹⁸ (seca e seguida de excesso de chuvas, em 1915, 1927-1928, invasão, em 1935, de gafanhotos), preços baixos, recrutamento dos trabalhadores, migrações e relutância dos agricultores autóctones.

Apesar de muitas empresas (Zambesia Exploring Company Limited, Benguela Estates Limited, Sociedade Agrícola da Nganda, Empresa Oásis, Sociedade Agrícola de Angola, Companhia Agrícola-Pecuária, etc.) se terem dedicado à criação de gado bovino, caprino, ovino e suíno, os autóctones possuíam mais gado que os colonos, pois todas as empresas atrás referidas abandonaram esta actividade¹⁹ excepto a Companhia Agrícola-Pecuária de Angola.

No ramo industrial, a produção artesanal autóctone cedeu o lugar a pequenas indústrias transformadoras. Até 1952, existiam cerca de 525 indústrias transformadoras. 74% representam indústria moageira, 9% a cerâmica, 4% indústria de descasque e de lactínio e 9% representam as restantes indústrias. A maior parte destas indústrias eram pequenas iniciativas deficientemente instaladas e apetrechadas, sem peso na balança económica da Zona de in-

¹⁸ Cf. Ofício nº 532, Lisboa, 21-7-1916, p. 7, in cx. 263 nº 23, A.H.U., Angola; Companhia CFB, *Elementos para o Relatório anual 1938*, p. 12.

¹⁹ Cf. Companhia CFB, Secção de tráfego e informações *Relatório anual de 1941*, p. 14.

fluência CFB, não passavam de oficinas industriais. As únicas indústrias dignas de menção eram as indústrias açucareiras da Companhia do Açúcar de Angola no Ndombe Grande e a Sociedade Agrícola do Kasekele no Katombela, a indústria piscatória e a Sociedade Fabril de Angola no Silva Porto.

No comércio, os autóctones tinham sido afastados desta actividade, pois era a principal actividade dos colonos. Para disciplinar e fiscalizar o comércio, as casas comerciais tinham sido concentradas nas povoações ferroviárias (Estações e apeadeiros) e administrativas. Até 1952, existiam cerca de 4067 casas comerciais nos seis concelhos (Alto Kwanza, Kahala, Kilengexi, Nganda, Ombalundu e Wambu). 48% das casas comerciais concentravam-se no concelho do Wambu, em seguida, respectivamente vem o concelho da Kahala (21%), Ombalundu (16%), Nganda (12%), Kilengexi (2%) e Alto Kwanza (0.9%). De 1913 a 1952, as exportações eram dominadas pelos produtos agrícolas: milho, feijão, sisal rícino cuja primazia era do milho. As importações eram constituídas pelo carvão, petróleo e seus derivados, cimento, vestuário, automóveis, calçados, bebidas alcoólicas, etc. De 1938 a 1952, a primazia era do carvão e 78% de carvão ficavam no Olupito para as locomotivas do CFB, os navios e a fábrica de cimento do Olupito. Apesar de a Companhia CFB ter introduzido o uso da moeda nas transacções comerciais, a prática de permuta persistira.

No tráfego local dos passageiros, de 1906 a 1952, a primazia era da classe de indígenas e de 1930 a 1952, a média anual por classes era de 8345.46 para a 1ª classe; 131883.1 para 2ª classe; 25144.67 para 3ª classe e 315014.1 para a classe indígena. Recorde-se que, no princípio, as condições de viagem não eram boas. Os negros viajavam em vagões de mercadorias com os pequenos volumes despachados, doentes, mortos e material de construção. Às vezes, eram forçados a viajar até Katenge sobre um vagão cisterna²⁰. No tráfego local de mercadorias, destacavam-se os produtos agrícolas; e de 1905 a 1952 a média anual era de 36634.16 toneladas.

Apesar da linha férrea se ter tornado a espinha dorsal de todo o sistema de transporte, os meios de transporte tradicionais (o transporte a ombro e carro de tracção animal) permaneceram devido à

²⁰ Cf. Ofício nº 85, Benguella, 5 de Março 1908, in ex. 5555-10-13-2: Correspondência, A.H.N.. Distrito de Benguella.

fiscalização de trânsito dos passageiros negros nos comboios, caminhetas e devido à carência dos meios de transporte rodoviários.

Concernente ao tráfego internacional, recorde-se que o Caminho-de-ferro de Bengela foi construído para o escoamento dos produtos mineiros do Katanga. A 10 de Março de 1931, foi realizada a ligação dos carris da via férrea de Bengela com os da via férrea de Tenke a Dilolo ficando assim o caminho-de-ferro de Bengela ligado à rede ferroviária do Congo Belga, e por intermédio desta aos caminhos-de-ferro da Rodésia do Sul (Rhodesian Railway - RR -), ao South African Railway (SAR), aos Caminhos-de-ferro de Lourenço Marques (CFLM), e a todos os ramais de uns e outros. Ficou igualmente estabelecida a ligação contínua por carris, do porto do Olupito com os portos da Beira, Lourenço Marques, Durban, East London, Port Alfred, Port Elizabeth, Mossel Bay, Cape Town, Luderit e Walfish Bay; e por via mista – férrea e fluvial - com os portos de Dar-es-Salam e Matadi ²¹. Assim, de 1931 a 1952, a linha férrea de Bengela competia com duas grandes linhas férreas: Chemin de fer du Bas-Congo au Katanga e Rhodesian Railway.

No tráfego internacional dos passageiros, os Europeus a destinação ou a proveniência de África Central preferiam embarcar ou desembarcar no porto do Olupito e seguirem pela via férrea até ao Katanga ou Rodésias e vice versa ²². Os Belgas transitavam livremente entre Angola e Congo Belga sem formalidades (sem vistos consulares) ²³ para facilitar o trânsito e para servir os interesses belgas no Katanga ²⁴. Os Europeus viajavam em comboio rápido conhecido por “comboio belga”. Os Belgas eram muito respeitados; o seu comboio não podia estar atrasado. Bastava um minuto de atraso, o chefe da estação era castigado.

De 1938 a 1956, o aumento da produção mineira e agrícola de África Central pesou sobre todos os caminhos-de-ferro. A produção de cobre duplicou no Congo Belga e na Rodésia do Norte. Durante a construção da linha férrea de Bengela, os políticos belgas e

²¹ Cf. COMPANHIA CFB, *Relatório da Exploração 1931*, vol. I, p. 4.

²² LEFEVBRE, Gabriel, *L'Angola son histoire, son économie*, Liège, Georges Thone, Editeur, 1947, p. 185.

²³ Cf. Cópia do texto do parecer nº 131 de 13-12-1932 (Procuradoria da República, Loanda, 13-12-1932), in cx. 491: Correspondência diversa, A.H.N., Distrito de Benguela.

²⁴ MELO, Francisco de Aragão e, *Os portos e caminhos de ferro portugueses em África...*ob. cit. p. 6.

sul-africanos e as empresas ferroviárias da África Central e Austral temiam da sua ligação à rede ferroviária da África Central e Austral. O ministro belga, Renkin, considerava a via férrea de Bengela como uma perigosa concorrente da “Via Nacional” congolense, pois dada a sua vantagem geográfica, a linha férrea de Bengela beneficiaria do tráfego mineiro do Katanga²⁵. Como atrás foi referido, o General Smuts e as companhias ferroviárias de África Austral receavam também que a linha de Bengela desviasse uma boa parte do tráfego de cobre e carvão do Katanga e Rodésia do Sul, tal situação provocaria efeitos desastrosos sobre o desenvolvimento das Rodésias do Norte e Sul. Por outro lado, muitos viram com bons olhos a construção da linha férrea de Bengela²⁶ mostrando a sua importância e o grande futuro do Olupito como porto marítimo. Com o desenvolvimento da indústria mineira do Katanga, pensava-se que um considerável volume de produtos mineiro seria escoado pelo porto do Olupito.

Assim, no tráfego internacional das mercadorias, a nossa *demarche* consistiu em comparar o tráfego mineiro da linha férrea de Bengela com as linhas mais importantes que convergem sobre a província do Katanga (BCK e RR). De 1931 a 1952, as médias anuais do tráfego mineiro das linhas férreas de Bengela, do Bas-Congo au Katanga e de Rhodesian Railway via Beira eram respectivamente de 29857.67; 66157.95 e 44809.45 toneladas. Entre as três linhas férreas, a de Bengela vem ocupando o último lugar. A primazia era da “Via Nacional”, em seguida, a linha férrea da Rodésia do Sul via Beira. A linha férrea de Bengela e o porto do Olupito não conseguiram competir com as linhas férreas e portos do Congo Belga e de África Austral. A linha férrea de Bengela não aproveitou a sua vantagem geográfica devido ao regime aduaneiro em vigor em Angola que fixava as taxas alfandegárias a 3 % *ad valorem* para as mercadorias importadas e 1.50 % das mercadorias exportadas; as tarifas eram altas na linha férrea de Bengela; a política da “Via Nacional” no Congo Belga; os acordos assinados entre as companhias ferroviárias da Rodésia e a Union Minière du Haut Katanga. Além dos acordos atrás referidos que favoreciam o escoamento pelo porto da

²⁵ HUYBRECHTS, André, “Les voies d'accès et d'évacuation du Congo”, *Cahiers Economiques et Sociaux*, Março 1969, vol.VII, nº 1, p.11.

²⁶ A. H. U. , Maço 260, Companhia CFB (Acta da sessão de 29 de Abril 1920, p.7) : A.H.U. Cx. 263: Caminho-de-ferro de Benguela. Proc. 37 (1903-1908) (Acta da sessão de 10 de Outubro de 1903).

Beira, a Agence Maritime Internationale (A.M.I.), criada em Fevereiro de 1928, colaborando com a Beira Anglo-Belgian Company e com East African Shipping Agency, procurava sempre aproveitar no porto da Beira o tráfego de cobre do Katanga. Esta situação contribuiu para o não desvio do tráfego mineiro do Katanga e influenciou muito na vida financeira da Companhia CFB que se manteve deficitária até aos anos cinquenta.

5. O Impacto Sociocultural da Zona de Influência do CFB

Para avaliar o impacto sociocultural, foram tomados em conta como elementos de estudo as mudanças administrativas e demográficas, o mercado do trabalho, as políticas sociais e educativas, o movimento migratório e outras consequências políticas e sociais de acção da Companhia do CFB. A integração da Zona de Influência do CFB na economia colonial e os imperativos políticos e sociais trouxeram profundas mudanças socioculturais.

5.1. As Mudanças administrativas e demográficas

A construção das infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias acelerou a ocupação efectiva e a reorganização administrativa das regiões do interior. Em 1950, toda a Zona de influência CFB tinha seis distritos, vinte concelhos e oitenta e um postos administrativos. As novas estruturas administrativas implantadas resultaram na destruição das antigas divisões administrativas tradicionais e na incorporação dos chefes tradicionais na administração colonial. A nova organização do espaço e a exploração dos recursos naturais resultaram no aparecimento de novos tipos de povoações tanto para os Europeus como para os nativos: ferroviárias, administrativas, comerciais e sanzalas, aldeias cristãs, reservas e aldeamentos indígenas.

Para alimentar o tráfego ferroviário e para o funcionamento da própria linha férrea, foram criados cerca de 100 estações e apeadeiros. As estações e apeadeiros são antes de tudo lugares de embarque e desembarque dos passageiros e mercadorias. Algumas destas estações evoluíram até se tornarem cidades importantes – Olupito e Nova Lisboa – e outras permaneceram pequenas e não conseguiram desenvolver-se: Kinjenji, Kuvale, Kuma, Vila Nova. O aparecimento de aglomerações ferroviárias era o marco mais pro-

fundo da travessia da via férrea de Bengela. Os carris tinham sido, nas colónias, um activo criador das cidades. Dada a importância de algumas destas estações, algumas viriam a ter a função administrativa, comercial e industrial e atraíram um grande número da população. A cidade do Olupito e a de Nova Lisboa tornaram-se centros dinâmicos de grande importância. São cidades administrativas, industriais e comerciais. Em 1940, as cidades do Olupito e de Nova Lisboa tinham respectivamente 564 e 1282 prédios, e a população do Olupito passou de 13592 em 1940 para 23897 habitantes em 1950. O sítio onde foi construída a cidade de Nova Lisboa passou de um *kilombo* das caravanas ou de *ombila ya ongombe* (cemitério dos bois, por ser o local onde eram abandonados os bois que não podiam continuar a viagem por cansaço ou por doença) para uma cidade com construções públicas, residenciais, escolas, Agência do Banco de Angola. A população passou de 16288 em 1940 para 38587 habitantes em 1950.

Para melhor fiscalizar os nativos, concebeu-se quatro tipos de povoações: bairros indígenas (construídos nas periferias das povoações europeias para os trabalhadores domésticos, de indústria, comércio, etc.); reservas indígenas; aldeias cristãs (consideradas como modelo para atrair os jovens a um novo modo de vida, onde a disciplina era de rigor, as crenças africanas, embriaguez e a vadiagem eram combatidas) e o aldeamento indígena.

Por tradição, a Zona de Influência do CFB era povoada por Negros. Mas, por razões políticas, económicas e sociais, os colonos europeus vieram fixar-se na mesma Zona. O governo português tentou canalizar uma corrente dos imigrantes portugueses com vista a contrariar as supostas pretensões dos trabalhadores ingleses da Companhia do CFB (explorar grandes terrenos) e evitar a desnacionalização da mesma Zona²⁷. Todas as tentativas de colonização do Estado Português, das Associações Israelitas, da Companhia Colonizadora Angolense tinham sido votadas ao fracasso. Graças à Companhia do CFB e à colonização livre, a Zona de Influência do CFB foi povoada por Brancos de diferentes nacionalidades. Assim, apareceram novos padrões demográficos.

²⁷ MATTOS, A. Alexandre e NASCIMENTO, J. Pereira do, *A colonização de Angola*, Lisboa 1912, p. 61; NASCIMENTO, J. Pereira do, *A população indígena do distrito Huambo (Valor dos dados-bases do respectivo Censo em 1950)*, Porto, 1950, pp. 11 e 12; Companhia CFB, *Uma Experiência de Colonização em Angola (Resumo de 5 anos - 1936 - 1940)*, Lisboa, sd. p.4.

Apesar das dificuldades de vária ordem, a Experiência de Colonização da Companhia do CFB pode ser considerada como um êxito. A mesma Companhia conseguiu fixar nove famílias de agricultores portugueses que se tornaram proprietários das suas fazendas e que viviam em condições económicas muito favoráveis tendo pago inteiramente as importâncias que lhes foram emprestadas para a sua instalação. Na Xenga, as famílias portuguesas viviam e proliferaram em muito razoáveis condições sanitárias. Os colonos encontraram-se rodeados de condições muito especiais que em circunstâncias normais não podiam encontrar, pois estavam num ambiente artificial ou de estufa. Iniciado como tentativa de fixar colonos, o Grupo Experimental de Colonização acabou como núcleo independente, com a maioria dos seus componentes no regime de propriedade definitiva e em torno da fazenda padrão que lhe servia de apoio livremente, em determinadas circunstâncias, sem qualquer interferência da Companhia do CFB ²⁸.

Após a fixação dos colonos, a população era dividida em dois grupos: a população branca e a de preto. Cada um destes grupos era por sua vez dividido em subgrupos: a população civilizada (branco e mestiços e negros assimilados) e a população indígena ou não civilizada constituída pelos “preto” e mestiços.

Os primeiros recenseamentos populacionais autóctones eram elaborados na base dos relatos dos pombeiros, na contagem das casas ou fogos e no arrolamento para o pagamento do imposto indígena. Essa forma de recensear a população não se aproximava da realidade ²⁹. Além dos critérios adoptados para recensear a população autóctone, existiam outros factores que tornavam os recenseamentos deficientes: a extensão da área de jurisdição de cada concelho; a dificuldade de meio de transporte; as fugas constantes das populações autóctones quando o administrador ou chefe de posto ou seus delegados se aproximavam das aldeias; um absoluto desprezo da parte das autoridades administrativas pelas numerosas instruções e recomendações emanadas da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas e do Governo Geral de Angola ³⁰ e de 1902 a

²⁸ COMPANHIA CFB, *Uma Experiência...* ob. cit. *Resumo 5 anos*, p. 65; **Relatório final**, pp. 223 e 224.

²⁹ DINIZ, José de Oliveira Ferreira. *Negócios Indígenas. Relatório do ano de 1915*, Lisboa, 1918, p. 4.

³⁰ CERQUEIRA, Ivo Benjamim (Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas) **Relatório 1931-1932**, pp. 12 e 14.

1930, pouco se conhecia das regiões do Alto Zambeze, Kwandu, Baixo Kuvangu.

De 1902 a 1952, distinguem-se dois períodos de recenseamento: o período pré-estatístico e o período estatístico. Neste período, existem apenas dois recenseamentos de natureza estatística (os de 1940 e 1950); todos os dados de recenseamentos realizados entre 1915 e 1939 e de 1941 a 1949 são considerados como estimativas e são do período pré-estatístico.

No estudo da evolução da população, os dados de 1934 (pré-estatístico) e os de recenseamentos de 1940 e 1950 serviram de base: a primeira estimação da população data de 1934 e os dados de 1940 e 1950 estavam próximos da realidade e cobriam toda a extensão da Zona de Influência do CFB. Em 1934, a população autóctone era estimada em 1.113.714 habitantes. De 1934 a 1940, teria havido um crescimento de 41% da população autóctone. De 1940 a 1950, o crescimento foi apenas de 2.1%. Em 1940, 54% da população autóctone de Angola habitava a Zona de Influência do CFB e em 1950 a percentagem desceu a 35%. No decénio 1940 -1950, alguns concelhos (Bengela, Olupito, Nganda, Alto Zambeze, Dilolo, Baixo Kuvangu e Mbunda) registaram um crescimento populacional devido à taxa de natalidade, ao afluxo de trabalhadores, êxodo rural; no entanto, nos outros concelhos (Kakonda, Kilengexi, Moxiku, Lucazi, Menonge, Kwandu e Alto Kwanza) houve uma diminuição populacional devido ao recrutamento dos trabalhadores, à emigração, às doenças (tripanossomiase, varíola, etc.) e à mortalidade.

A população “civilizada” era estimada, em 1934, de 9048 habitantes. Em 1940, a população passou a 35566 habitantes ou seja um crescimento de 293 %. No decénio 1940-1950, o crescimento foi de 16.7%. Em 1940, 35% da população “civilizada” concentravam-se no distrito do Viye; 33% no Wambu; 27% no de Bengela e 6% no distrito do Moxiku. Mas em 1950, a situação inverteu-se: 37% da população civilizada habitava o concelho do Wambu; 36.8% no concelho de Bengela; 14% no Viye; 6% no Moxiku, etc. Os três factores que contribuíram para o crescimento da população “civilizada” foram a taxa de nascimento, a imigração e a política de assimilação dos negros e mestiços.

5.2. O Mercado do trabalho e as Condições sociais

Um dos méritos das empresas ferroviárias é a criação dos postos de trabalhos. Desde o desembarque do material até à exploração da linha férrea, surge uma variedade de postos de trabalho. Dada a fraca densidade demográfica do litoral e a situação política do interior (as feridas da guerra de 1902 ainda não tinham cicatrizado), para iniciar os trabalhos da construção da via férrea, a firma Griffiths & Company recrutava (1904-1907) os primeiros contingentes de trabalhadores nos países de África Ocidental (Libéria, Gana, Sierra Leoa, Cabo Verde), Central (Congo Belga) e Austral (Natal, na África do Sul). Cerca de 1.184 africanos e 2000 Coolies de Natal levaram os carris até ao Km 198 (Kuvale). Mas a partir de 1910, a Zona de Influência CFB foi convertida em reservatório de mão-de-obra e o autóctone foi transformado em instrumento de riqueza pública, em mísero animal de carga; fornecia a mão-de-obra a todos os distritos de Angola e aos países vizinhos (S.Tomé, Congo Belga, Rodésias do Norte e Sul, Sul-Oeste Africano e África do Sul). Assim, para a sobrevivência do aparelho administrativo colonial, do colono e das empresas, milhares de indivíduos eram recrutados e redistribuídos nos diferentes ramos agrícolas, industriais e comerciais de Angola onde as condições de trabalho eram desumanas e em nada eram diferentes das do período de escravatura. A alimentação, o alojamento e os salários não dignificavam o trabalhador. Os trabalhadores autóctones da Companhia CFB como das outras empresas não tinham assistência social nem reforma. O desemprego, o acidente de trabalho, a doença ou a velhice significavam fome e miséria.

O Acto Colonial definiu, em 1930, o objectivo do ensino da população "indígena": a sua condução de um estado "primitivo" para uma condição "civilizada", para que o "indígena" se tornasse português, trabalhasse e fosse "útil à sociedade". O decreto de 1941 que criou o Estatuto Missionário confiava o ensino "indígena" aos missionários. O ensino entre o autóctone e o europeu era separado. Os Europeus frequentavam as escolas do Estado e privadas cujo programa era idêntico ao da metrópole. Para os autóctones, existiam apenas as escolas das missões religiosas cujo ensino era rudimentar. O princípio de base do ensino era a educação pelo trabalho, a nacionalização e moralização. O ensino profissional, primário e rural era deficiente.

A convergência de diferentes povos, os novos hábitos alimentares e as novas técnicas trouxeram doenças estranhas à Zona de Influência do CFB. As autoridades administrativas, as empresas e as missões religiosas tentavam combater as doenças. A Companhia do CFB, por exemplo, criou o Departamento de Saúde que organizava o sistema de saúde hospitalar e ambulatorio ao longo da via férrea e nas reservas indígenas da Companhia. De 1914 a 1921, existiam apenas dois hospitais: um para os trabalhadores europeus e outro para as mulheres dos trabalhadores europeus tendo respectivamente doze e três camas. Foram montados três centros de saúde ao longo da linha férrea: na Sapa, na Coroteva e no Km 173. Em 1944, foi construído um outro hospital na Vila Luso. Com o aumento de número de trabalhadores, as áreas servidas pela linha férrea foram divididas em três áreas sanitárias: de Olupito a Kuma (com um hospital e doze postos de saúde funcionando com dois médicos privados e 18 enfermeiros negros); de Kuma a Vila General Machado (com um hospital e nove postos de saúde funcionando com um médico e 11 enfermeiros); de Vila General Machado à fronteira (com um hospital na Vila Luso e cinco postos de saúde funcionando com dois médicos e 12 enfermeiros). Os meios humanos e materiais e as infra-estruturas sanitárias sendo escassos, todos os esforços da Companhia eram apenas aleatórios, não trouxeram grandes mudanças na qualidade de saúde dos trabalhadores e seus familiares. Em 1914, no hospital de Olupito, havia 12 camas para 902 trabalhadores ou seja uma cama para 75 pessoas; em 1921, havia 175 doentes para uma cama e em 1950, 141 doentes para uma cama. Os hospitais públicos e das missões religiosas eram também diminutos e deficientes. Dada a deficiência da rede sanitária pública e privada, os trabalhadores e as populações em geral continuavam vivendo pela consagrada mercê de Deus e do *kim-banda*.

5.3. As Migrações

A convivência, a concertação e a cumplicidade entre as autoridades administrativas portuguesas e a Companhia do CFB na integração das populações autóctones na economia colonial tendo criado a instabilidade e a insegurança no seio das mesmas populações autóctones, provocavam as migrações. A ocupação efectiva e a reorganização do espaço, o trabalho forçado, o imposto indígena, o serviço

de carregadores, os abusos e maus tratos, etc. são as principais causas de migrações.

A ocupação efectiva, a reorganização e os limites administrativos tendo cortado as antigas aldeias, sobados, lavras, etc. e tendo desorganizado as divisões administrativas tradicionais, desencadearam movimentos das populações. O recrutamento dos trabalhadores para estradas, serviços agrícolas e industriais, a duração do “contrato”, o serviço de carregadores, a expropriação das terras, o mau trato, o “salário”, a alimentação no local do trabalho eram motivos para o surto de migrações. Os autóctones esmagados sob o peso do imposto directo, da contribuição braçal e da taxa de residência procuravam também eximir-se ao pagamento do imposto indígena. Estes factos provocaram as migrações como emigrações. Mas existiam duas formas de emigração: a emigração forçada e a emigração clandestina. Na emigração forçada, os trabalhadores eram recrutados para trabalhar fora do território de Angola. Em 1929 e 1930, por exemplo, a Companhia CFB recrutara no distrito do Wambu respectivamente 5000 e 6000 trabalhadores. Com intuito de melhorar as condições de vida ou de eximir-se ao regime colonial português, os autóctones emigravam para os países vizinhos. As condições de trabalho no porto do Olupito e na Companhia do CFB e a forma de actuação dos funcionários provocara greves (1920, 1928, 1933, e 1943) e manifestações dos colonos contra o pessoal da Companhia do CFB. Os cabecilhas negros de greves tinham sido desterrados para Baía dos Tigres e para o Porto Alexandre.

De 1902 a 1952, o aparelho administrativo colonial conseguiu fazer da Zona de Influência do CFB um produtor de um rendimento líquido anual para a metrópole exportando produtos de culturas coloniais, transformar o nativo em máquina de produção³¹, fixar colonos, destruir as estruturas socioculturais das populações. Tudo isto criou fricções sociais e colocou os autóctones numa situação de inferioridade desumana e criou entre o colonizador e o colonizado relações antagónicas. Dada a existência de fricções sociais, as autoridades administrativas começaram a recear uma eventual rebelião: a existência no seio dos colonizados da resistência passiva (fuga ao trabalho e o número elevado de remissos ao imposto indígena), a consciência política adquiriu uma força real com o desenvolvimento

³¹ BENDER, Gerald J., *Angola sob o Domínio português. Mito e Realidade*. Tradução de Artur Morão, Lisboa, 1980, p. 203.

de um movimento anticolonialista dos países industrializados da Europa e da América³². Assim, as autoridades administrativas dobravam a vigilância e procuravam bodes expiatórios (sobas, Alemães e Polacos) pensando que os sobas estivessem a preparar uma rebelião e que as missões cristãs e os “estrangeiros” tivessem incitando os autóctones à revolta vendendo armas e pólvora. Para diminuir a população e diluir a influência dos sobas e evitar uma forte mobilização da população capaz de desencadear uma revolta, 250 famílias foram recrutadas nos concelhos do Wambu, Ombalundu e Kahala e fixadas no Porto Alexandre onde existia uma florescente indústria piscatória que necessitava de mão-de-obra.

Conclusão

A tentativa de saber se o Caminho-de-ferro desencadeou o desenvolvimento endógeno leva-nos à seguinte conclusão: se os que consideravam a linha férrea de Bengela como factor de desenvolvimento tivessem tomado como elementos indicadores de desenvolvimento a economia (o aumento da produção agrícola e o meio de transporte), neste caso diremos que era um desenvolvimento incompleto. Não há dúvida de que houve desenvolvimento nos transportes ferroviários e o caminho-de-ferro provocou mudanças em alguns ramos económicos. No entanto, os processos e meios de produção no domínio agro-pecuário permaneceram tradicionais; as indústrias, sem peso na balança económica, eram pequenas iniciativas que redundavam em fracassos; no comércio, a permuta persistira.

Se tomarmos como elementos indicadores de desenvolvimento, a educação e a saúde, podemos confirmar que não houve desenvolvimento endógeno: as instituições montadas (escolas profissionais, primárias e rurais e as granjas administrativas) para iniciar os autóctones às novas técnicas e ao saber eram deficientes. O serviço de Saúde tanto dos trabalhadores como das populações em geral era também deficiente. Depreende-se que não houve desenvolvimento endógeno nenhum. O desenvolvimento tecnológico e o aumento da produção deviam influir sobre a vida económica e sociocultural endógena e assegurar uma melhor qualidade de vida. Dever-se-ia ensinar os autóctones como se desenvolver tornando-os

³² FERREIRA, Eduardo de Sousa, *O fim de uma era...*ob. cit. pp.43 e 45.

actores de sua própria sociedade. O que não aconteceu com as populações autóctones. Encontra-se na Zona de Influência do CFB todos os ingredientes de subdesenvolvimento na população autóctone. A cumplicidade entre o regime colonial e a Companhia do CFB mergulhou os nativos num novo tipo de escravatura. O caminho-de-ferro de Bengela foi mais um instrumento da colonização do que de desenvolvimento endógeno.

LANGUE ET POUVOIR EN AFRIQUE SUR QUELQUES PARADOXES DE LA POLITIQUE LINGUISTIQUE FRANÇAISE DEPUIS LA PÉRIODE COLONIALE *

János Riesz **

Dans le volume édité par Jürgen Trabant, *Die Herausforderung durch die fremde Sprache*, les contributions sont reliées par un fil rouge, la défense du français, qui figure déjà dans le sous-titre et que l'éditeur aborde ainsi dès son "introduction": "Il n'y a vraisemblablement aucune autre langue de culture qui ait été «défendue» avec une telle intensité que le français. En même temps, il n'y en a vraisemblablement aucune autre qui ait été autant menacée au cours de son histoire (de sorte que toutes les activités relatives à la «défense» de la langue dans le passé prirent un caractère d'offensive)." (p. 15)

Les exemples d'"activités de défense" abordées dans le volume en terme de "xénophobie linguistique" (p. 11) sont toutes, sans exception, issues du domaine européen. Celles-ci sont dirigées alternativement, en fonction de la mouvance des fronts historiques, d'une part contre les rivaux européens ou les «ennemis» du français: le latin et l'italien, aujourd'hui l'anglais et surtout l'américain, d'autre part contre les menaces venues de l'«intérieur», de la structure même de l'Etat français (langues minoritaires, "patois" et "dialectes") menaçant la «pureté» ou la fonctionnalité de la langue française.

* Cet article correspond, pour l'essentiel, au chapitre 14: "«Le français sans danger» - Widersprüche der französischen kolonialen Sprachpolitik" du volume: *Koloniale Mythen - Afrikanische Antworten*, 2e éd. corrigée et augmentée de 6 chapitres, Frankfurt/Main, IKO-Verlag, 2000: 193-211.

* Vice-Présidente da Universidade de Bayreuth.

À aucun endroit on n'y parle de l'expansion du français générée (depuis 1820 environ) par la conquête coloniale, et qui a été le facteur déterminant ayant conduit à sa renommée mondiale actuelle qui se traduit dans la «Francophonie». Au niveau de l'histoire de la langue, cette phase semble ne pas avoir d'intérêt. Wolfgang Settekorn cite comme "étapes importantes du discours linguistique normatif et de la politique linguistique en France" (SETTEKORN, 1995):

- l'Edit de Villers-Cotterêts promulgué par François Ier (1539);
- la *Deffence et illustration de la langue françoise* de Du Bellay (1549);
- les *Remarques sur la langue françoise* de Vaugelas (1647);
- l'*Enquête* de l'Abbé Grégoire (1790).

Ne se serait-il depuis plus rien passé d'important? L'expansion du français en Afrique se serait-elle entièrement déroulée dans le cadre discursif délimité plus haut (celui de l'Abbé Grégoire¹ peut-être)? Ou pour aborder le problème sous un autre angle: l'expansion mondiale du français serait-elle restée sans influence et sans répercussion sur la conscience linguistique des Français? Tous ces "concepts et arguments [...], qui dans la suite de la discussion ont acquis un caractère presque topique" (SETTEKORN, *ibid.*) auraient-ils déjà été élaborés dans le cadre européen (dans les étapes citées) et auraient-ils été transmis sous cette forme, sans influence «de l'extérieur»?

Dans la suite de cette étude, j'aimerais également poursuivre une autre piste, la piste coloniale, africaine et soulever la question suivante: ne devrait-on pas considérer, à côté des étapes intra-européennes citées plus haut, des étapes comparables de l'expansion du français outre-mer et des discours qui l'ont accompagnée? À titre d'essai: la pédagogie de plurilinguisme conçue, après les guerres napoléoniennes (lors de la reprise de possession des bases côtières en Afrique de l'Ouest), par l'instituteur Jean Dard, envoyé au Sénégal, pédagogie qu'il appelait "française-africaine" mais aussi "ouolofe-française"; les nouvelles orientations de la politique coloniale (dirigées vers l'expansion) mises en œuvre par le gouverneur Edouard Bouët-Willaumez (1843-44) qui, en 1843, nomma au poste

¹ En effet, comme l'a fait L.-J. Calvet (*Linguistique et Colonialisme*, 1974), on pourrait voir dans l'expansion du français dans les colonies la poursuite et la prolongation de la politique linguistique de la Révolution française.

de directeur de l'instruction publique l'abbé David Boilat (métis de Saint-Louis), dont les vues concernant la politique linguistique sont développées entre autres dans les *Esquisses Sénégalaises* (1853; rééd. en 1984); l'école "franco-musulmane" fondée solennellement par le Gouverneur Faidherbe en 1857 puis, en 1855 (officiellement en 1861), l'"Ecole des otages" (aussi appelée "École des fils de chefs"); enfin, la crise du système scolaire en Afrique de l'Ouest et la réforme qui en découla au tournant du siècle, liée à la personne de Georges Hardy, qui fut longtemps *Inspecteur Général de l'enseignement en A.O.F.* et fut d'ailleurs le premier à assumer cette fonction.

Le même Georges Hardy, en sa qualité de *Directeur de l'Ecole Coloniale Française*, écrit en introduction d'une présentation approfondie de l'enseignement du français en Afrique de près de 200 pages en 1931 (pp. 264-282): "C'est assurément en Afrique Occidentale que l'enseignement français des indigènes offre la plus longue et la plus curieuse histoire" (HARDY 1931: p. 264).

C'est cette curieuse histoire du français marquée de nombreuses contradictions qui va nous servir de point de départ pour dégager et étudier de plus près un *topos* récurrent. Dans sa forme la plus élémentaire, on pourrait ainsi périphraser ce *topos*: nous devons répandre et imposer le français dans nos colonies, mais préservons-nous des «dangers» qui accompagnent une telle entreprise! Comme nous allons le voir, ce *topos* est étroitement lié au sujet de la «défense» du français, qui parcourt l'histoire de la langue française. La défense s'impose quand il y a des ennemis, les positions défensives sont établies là où il y a danger.

En réalité, ce sont en général les conquérants coloniaux qui se présentent en ennemis dans le pays étranger; le caractère "offensif" des activités défensives évoqué par Jürgen Trabant est particulièrement évident dans le cadre de l'histoire coloniale. Pour pouvoir malgré tout donner à la défense (alias la conquête) son aspect de légitimité, il faut identifier les ennemis en tant que tels, il faut nommer les «dangers». Ceci ne se fait pas seulement au niveau du discours et de l'argumentation, mais aussi – dans le vaste corpus de littérature coloniale fictionnelle et de littérature africaine d'expression française – au niveau narratif: dans des configurations qui touchent à l'histoire ou aux personnages, dans les discours tenus par les protagonistes et dans les commentaires de l'auteur.²

² Cf. à ce sujet Riesz 1987.

Dans ce contexte, on peut répartir les «dangers» décrits en trois groupes ou complexes de motifs, qu'il n'est pas toujours aisé de distinguer et qui souvent s'imbriquent, mais que nous traiterons par la suite séparément pour des raisons de clarté. Le premier ensemble de dangers rejoint les «dangers» déjà entrevus, menaçant les français à l'intérieur de l'Europe³, les deux autres sont spécifiques de la situation historique du colonialisme français en Afrique (en gros entre 1880 et 1945): (1) la crainte que la langue française ne soit endommagée, «contaminée» voire «dégradée» dans la bouche des indigènes;⁴ (2) la peur que l'utilisation de la langue française ne puisse mener les «pupilles» coloniaux vers des idées incongrues d'émancipation politique et de libération; (3) de façon complémentaire aux deux premiers aspects, sous couvert d'une bonne intention, à savoir le souci de l'«indigène», la crainte selon laquelle ceux-ci pourraient être éloignés de leur propre culture par un usage abusif du français, devenir ainsi des «déracinés» et y perdre leur «identité».

I. Le danger de la «dégradation» du français

La peur de la dégradation de la langue française dans la bouche d'individus d'origine africaine et sa stigmatisation (voire sa ridiculisation) littéraire est plus ancienne que l'expansion du français en Afrique de l'Ouest; on la trouve entre autres dans l'interdiction faite aux esclaves des Caraïbes de parler la «langue de maître», la «langue de blanc»: «notre langage, à nous, s'appelle *parler nègre*»⁵. Comme l'a montré Léon-François Hoffmann dans son étude qui fait autorité sur *Le Nègre romantique* (1973), dans les textes littéraires depuis 1750, les Noirs parlent un français de mauvaise qualité, rudimentaire, ce qui est destiné tout à la fois à illustrer et à démontrer leur infériorité intellectuelle. À l'inverse, dans le roman de jeunesse éponyme de Victor Hugo, le Nègre haïtien

³ Cf. Gabriele Beck-Busse, 1995: 125. La citation d'une correspondante à Jacques Lacan, où il est également question de «danger», au sens où nous l'utilisons ici.

⁴ Cf. Jürgen Trabant, 1995, en particulier p. 180, où il dégage comme concepts-clé de la Loi Bas-Lauriol: *contamination* et *dégradation*.

⁵ Cité d'après Hoffmann, 1973: 209.

Bug Jargal se distingue par son excellente maîtrise du français (et comme Victor Hugo lui-même, de l'espagnol).⁶

La «rechute» tout à la fois éclairée et romantique du jeune Victor Hugo dans la croyance en la perfectibilité du Nègre est désavouée de façon radicale à l'époque du début de l'impérialisme. Pour le comte Gobineau, dans son *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-55), il existe une correspondance exacte entre la hiérarchie des races et celle des langues: "Les langues, inégales entre elles, sont dans un rapport parfait avec le mérite relatif des races". Ainsi, les représentants des races "supérieures" et locuteurs de langues "supérieures" ne doivent avoir de plus grande crainte que la contamination qui résulterait du contact avec des races/langues «inférieures»:

On peut poser en thèse générale qu'aucun idiome ne demeure pur après un contact intime avec un idiome différent. [...] On aura donc souvent le singulier spectacle d'une langue noble et très cultivée, passant, par son union avec un idiome barbare, à une sorte de barbarie relative se dépourvant par degrés de ses plus belles facultés, s'appauvrissant de mots, se desséchant de formes, et témoignant ainsi d'un irrésistible penchant à s'assimiler, de plus en plus, au compagnon de mérite inférieur que l'accouplement des races lui aura donné. (GOBINEAU 1853: t. 1, p. 323)

Nous avons déjà ici, amplement mis en évidence, le rapport entre la peur du mélange biologique et son corollaire culturel, le mélange des langues, tel qu'il va accompagner, sous diverses formes, le discours sur le métissage jusqu'à aujourd'hui. Compte tenu de l'énorme influence de Gobineau sur la doctrine coloniale (et sur le racisme en général) jusqu'à une période avancée du XXe siècle, on ne peut être surpris que la figure du "danger de contamination de la langue française" soit devenue un véritable *topos* décliné sur de nombreux modes.

Au début du siècle, tandis que Georges Hardy s'efforce de construire un système scolaire en Afrique de l'Ouest et d'assurer la victoire de la doctrine de l'assimilation (même sous une forme

⁶ On note cependant que l'adéquation entre la qualité du français et le caractère d'un personnage peut aller très loin: le général nègre Biassou, présenté comme très antipathique, est caractérisé de la manière suivante: "-Eh bien, reprit-il en assez mauvais français." Comment il est possible de prononcer aussi mal "Eh bien" reste un secret de l'auteur. (Hugo 1985: p. 109).

modifiée), les vieux préjugés se maintiennent. Georges Deherme rappelle, dans son œuvre fondamentale (et toujours informative) sur *L'Afrique Occidentale Française* (1908) en citant l'exemple des sociétés de plantations aux Antilles: "Aux Antilles, avec les noirs, le pur français du XVII^e siècle est devenu un parler nègre, alors qu'au Canada, avec les blancs, il s'est à peine altéré" (p. 113). Le déroulement complexe du développement des langues déterminé par de nombreux facteurs (dont la langue de départ respective), apparaît ici réduite à un noyau racial. Dans d'autres domaines aussi, les théories du comte Gobineau ont stimulé de maintes manières l'imagination raciste des idéologues coloniaux. Nous lisons chez Deherme: "Le noir ne peut que répéter. Tout ce qu'on lui enseigne est «affaire de blancs»" (p. 112). Seules des suites de mots dénuées de sens peuvent émaner d'un "cerveau nègre": "hors de propos, sans ordre, ni raison, ni logique" (p. 112). La langue française elle-même, avec sa syntaxe subtile, son "génie", restera à jamais inaccessible au Noir: "Les mots ne sont pas la langue" (p. 113). Et comme en de nombreux autres endroits de la littérature coloniale⁷, l'auteur fait succéder comme preuve de ce qu'il avance la reproduction d'un texte, d'une lettre que l'un des meilleurs *instituteurs-adjoints* indigènes a écrite à son directeur d'école et dans laquelle il lui demande un cadeau dans un style tout à la fois fleuri et ronflant.

Même la somme monumentale (569 pages) de Louis Vignon, spécialiste d'histoire coloniale et professeur à l'*Ecole Coloniale*, intitulée *Un Programme de Politique Coloniale - Les Questions Indigènes* (1919) et publiée après la Première Guerre mondiale (soit après la participation de plus de 200 000 Africains - *Tirailleurs Sénégalais* - du côté français) se réfère à la vieille théorie des races: "On comprend pourquoi les Nègres n'ont pas de chapitre dans l'histoire de la planète" (p. 41), mais prétend en même temps tirer les leçons de la pratique de l'enseignement du français en Afrique et dans d'autres régions éloignées du monde effectuée jusque-là. Elle laisse craindre le pire pour la qualité du français:

Il faut, en outre, se faire à cette idée que les anciens élèves de nos écoles, qu'ils aient été enseignés par des instituteurs métropolitains ou

⁷ Sur la base du corpus de littérature coloniale, on pourrait établir une véritable anthologie de tels «textes nègres». Cf. infra à propos de Joseph Blache.

indigènes, parleront en Afrique, en Asie non point notre langue mais un français «petit-nègre», «petit-nègre, «sabir» ou autre chose, représentant l'adaptation de cette langue au mode de penser et de prononcer des indigènes. Or, ils penseront (et prononceront) en ouolof, en annamite, non en français; l'homme reste toujours le prisonnier de sa grammaire. Ce que les linguistes appellent aux Antilles, en Guyane, «langues créoles» peut donner une idée des parlars de demain. Oui; on n'en saurait douter, des parlars nouveaux se créent, - et quels parlars! S'il revenait, s'il entendait, que penserait Rivarol, l'auteur de *l'Eloge de la langue française?* (ibid., p. 488)

C'est dans l'exagération parodique d'écrivains africains que la déformation de la langue française dans la bouche des Africains est la plus évidente: ceux-ci racontent leur propre socialisation linguistique et scolaire et les terreurs liées à ce «dressage». ⁸ C'est ainsi que l'écrivain ivoirien Bernard Dadié (qui fut longtemps ministre de la Culture de son pays) se projette avec une compréhension apparente dans la situation de ces Français coloniaux qui doivent souffrir du «sabotage collectif de la langue française»:

Rien n'est aussi douloureux que d'entendre mal parler une langue maternelle, une langue qu'on entend, qu'on apprend dès le berceau, une langue supérieure à toutes les autres, une langue qui est un peu soi-même, une langue toute chargée d'histoires et qui, à elle seule, pour un peuple, atteste son existence. A l'école, dans les rues, dans les casernes, dans les magasins, c'est le même massacre de la langue française. Cela devient un supplice intolérable.

[...] Partout l'on entend «baragouiner» une langue aussi subtile, aérienne, féminine, une langue qui ressemble à du duvet allant au gré de la brise, lorsqu'une amie vous la chuchote à l'oreille, une langue qui semble le suave murmure d'une madone, une langue qui laisse après elle, une traînée persistante de notes joyeuses! Eh bien, tout au long des relations avec les indigènes qui s'échelonnent du boy à l'interprète, en passant par le marmiton, le cuisinier, le blanchisseur, l'ouvrier, le garde-cercle, le paysan, l'on n'entend que des énormités de ce genre:

«*Moi y a dis, lui y a pas content.*»

«*Ma commandant, mon femme, ma fils.*»

Et des mots et des expressions dont on chercherait en vain les sources chez Littré ou Larousse: « Manigolo... Foutou-moi la camp.» «Manigolo... Foutou-moi la camp.»

«Alors, vous ne comprendrez jamais le français?» (Dadié 1973: p. 21 sq.)

⁸ Sur ce sujet, cf. Riesz 1992.

Avec la même virtuosité que celle employée pour décrire psychologiquement avec une empathie apparente la «souffrance» des Français devant le «massacre» de leur langue, l'auteur révèle au lecteur la peine et les peurs de son protagoniste autobiographique, Climbié: à l'instar de ses camarades, celui-ci doit subir le «symbole», objet que tous les écoliers surpris à parler leur idiome africain («patois» pour les Français) doivent porter jusqu'à ce qu'ils prennent sur le fait un autre de leur camarade: «C'est un cauchemar!» (p. 21)

La situation semble sans issue, l'incommunicabilité totale: «Si l'Européen parlait bien sa langue, le Nègre ne comprenait pas. Le Nègre parlait mal un français que l'Européen ne comprenait pas.» (p. 23) Le fait que derrière ce «sabotage collectif de la langue française» - du point de vue des Français - se cache à l'occasion aussi une stratégie consciente d'obstruction, une «façon de gêner l'action du Blanc» (Fall 1967: p. 82), est illustré entre autres par l'auteur sénégalais Malick Fall: celui-ci raconte comment Magamou, que l'on croit fou (et qui est en fait parfaitement lucide), l'interprète indigène Cheikh Sar (dont Magamou n'a pas besoin puisqu'il parle français) et le médecin français alcoolique Bernardy mènent sur plusieurs pages un véritable «dialogue de sourds» (de «fous» conviendrait mieux), dans lequel en réalité le médecin français est ridiculisé et «roulé». Lorsque l'interprète essaie d'expliquer l'état du malade au docteur en empruntant un terme technique: «Comme tu dis, c'est l'abdomenation et la ... quoi encore?», le médecin français lui répond:

Ne t'occupe pas des mots savants. Le français petit-nègre te suffit. Où vas-tu chercher des abdomens et des nations? Moi, je dis textuellement: c'est l'abomination de la désolation. Tu vois? Et que je ne t'entende plus parler de nation. Je répète: l'abomination de la désolation ... Bon. (p. 115)

Cette interdiction du médecin de parler de «Nation» nous amène à notre point suivant: les dangers politiques que l'apprentissage de la langue française par les colonisés peut impliquer pour le colonisateur. D'autres témoignages d'auteurs africains montrent qu'il s'agit ici d'une véritable «guerre des langues» (L.-J. Calvet) à petite échelle: ceux-ci racontent comment à l'occasion le sabotage du français pouvait devenir un véritable boycott. Ainsi Birago Diop raconte-t-il, dans le premier volume de ses *Mémoires*⁹, sa visite dans

⁹ *La Plume Raboutée*, 1978.

la deuxième classe de l'école française (nous sommes en 1916), où tous les enseignants étaient sénégalais. L'un d'entre eux, Abdoulaye Camara, faisait tous son cours en ouolof et ne prononçait son premier mot en français: "Enfin!" (p. 31) qu'en fin de matinée (ou d'après-midi), lorsque le directeur de l'école passait la porte.

La nonchalance africaine dans la relation au français serait devenue, après les Indépendances, une "permissivité presque totale": "il n'existe plus de faute pour l'Africain (même analphabète) «parlant français»." Aux yeux du critique Béninois Guy Ossito Midiohouan, c'est le prix que la France est prête à payer pour assurer la survie du français sur le continent africain: "pour que le français survive sur le continent, il faudra faire en sorte qu'il ne soit plus exclusivement la langue de l'élite" (MIDIOHOUAN 1994: p 100).

Dans la poursuite du comportement initié à la période coloniale, Midiohouan voit dans la façon délibérée de «maltraiter» ("dénigrer") le français une sorte de «vengeance» des Africains contre l'instrument qu'est la langue française, longtemps identifiée avec la répression coloniale:

Dans presque tous les pays francophones d'Afrique, la place qu'occupe la langue française par rapport aux langues locales crée un sentiment de frustration qui se retourne de plus en plus ouvertement contre la première, même chez les intellectuels. On se venge du français, instrument de brimade des cultures locales, en le brimant, c'est-à-dire en le parlant mal, en le déformant, en l'agressant, ce qui, à la longue, risque d'aboutir à un créole impropre aux relations interafricaines et internationales et de réinstaller chaque Etat dans l'isolement que le maintien du français est censé éviter. (p. 74)

Comme à l'époque coloniale, la situation semble presque sans issue: d'un côté la «Métropole» et ses nombreuses institutions francophones, qui - malgré toute la permissivité affichée - veillent à la préservation de la «pureté» de la langue française; de l'autre, les Africains parlant français, qui hésitent entre un "francotropisme" névrotique et une prise de distance plus ou moins consciente à l'égard de la langue européenne, pour reprendre les termes du philosophe Paulin Hountoundji, entre "Charabia et mauvaise conscience".¹⁰ Tandis que "le langage ordinaire" rapproche et réunit

¹⁰ Dans: *Présence Africaine*, n° 61, 1er trim. 1967: 11-31; cité d'après Midiohouan.

les hommes, que la relation avec l'autre est au premier plan, toute l'attention de l'intellectuel colonisé serait tournée vers l'instrument même qu'est la langue:

L'intellectuel colonisé vit ainsi une communication tronquée, avortée. L'Autre, pour lui, ce n'est pas l'interlocuteur, c'est le langage [...]. Il est vécu comme une opacité, comme une matière rebelle sur laquelle il faut concentrer ses efforts en les détournant de tout autre objet. Disons le mot; le comportement linguistique de l'Africain quand il s'exprime en français, a tous les caractères d'une névrose. (Cité dans Midiouhouan: 76)

II. Le danger pour la stabilité du système politique colonial

Les dangers émanant de l'apprentissage de la langue française pour la stabilité politique des colonies sont moins clairement identifiables (et ce doublement: pour les contemporains de la colonisation et pour nous, sur la base des documents de l'époque) que ceux qui concernaient directement la langue. Il y a à cela plusieurs raisons: d'abord parce que la question d'un soulèvement des colonies, voire même d'une séparation de la Métropole, ne semblait pas actuelle; et même si cela avait été le cas, cela ne pouvait alors être envisagé que dans un futur lointain.¹¹ Ensuite, parce que - victime de son propre racisme - on considérait les races «inférieures» comme absolument incapables de se soustraire à la tutelle et à la domination des races «supérieures». Ceci vaut particulièrement pour l'Afrique «noire», à propos de laquelle le Lieutenant H. Paulhiac écrit dans ses *Promenades Lointaines* au début du siècle: "Le peuple noir ne pensera jamais à s'émanciper" (p. 496). Pour les observateurs naïvement optimistes de ce genre, la plus grande expansion possible du français en Afrique est la garantie la plus sûre d'une influence durable de la France dans ses colonies:

[...] notre langue s'implantera par la force des choses et, ne l'oublions pas, c'est un des moyens les plus sûrs qui fera pénétrer le progrès dans nos colonies, comme ce sera le seul qui saura nous conserver à jamais les colonies mêmes. (PAULHIAC: p. 406)

¹¹ La question de savoir si l'anticolonialisme existait sous la Troisième République (jusqu'en 1914) est très discutée et fait l'objet d'un débat chez les historiens français. À ce sujet, cf. par exemple Brunschwig, 1988: 25-64.

Et un peu plus loin:

C'est dans notre langue que résidera notre force, comme elle sera, plus tard, la base de notre indestructible influence dans les pays que nous aurons façonnés à notre image. (p. 407)

Vu d'aujourd'hui, du début du XXI^e siècle, il est difficile de dire si les prédictions des prophètes de l'optimisme étaient exactes (la langue française est effectivement un pouvoir en Afrique, l'influence française se maintient) ou si au contraire les prophètes de la catastrophe en marche, qui pronostiquaient la résistance croissante des colonisés et les tendances à l'effondrement de la domination coloniale, ne seraient pas plus proches de la vérité (en effet, le système colonial s'est effondré et les puissances européennes se sont retirées du continent africain).

L'important, pour ce qui nous occupe ici, c'est de constater que l'on commence, dans la crise du système colonial au tournant du siècle, à se soucier de l'enseignement de la langue française et à installer partout des panneaux d'interdiction faisant figurer la mention DANGER. Ouvrage de référence *Principes de Colonisation et de Législation Coloniale* (édité en plusieurs volumes en 1894 et réédité et modifié à plusieurs reprises) d'Arthur Girault, professeur d'économie politique à l'université de Poitiers, auquel se réfèrent une grande partie des auteurs coloniaux, est sans aucun doute l'élément le plus révélateur dans cette perspective.¹²

Dans les paragraphes 400 à 412 du volume II (*Notions administratives, juridiques et financières*), les problèmes relatifs à l'"Enseignement aux colonies" sont traités en fonction de leurs différents aspects politiques, juridiques et organisationnels. Le principe de base est celui d'une séparation stricte entre l'enseignement dispensé en France et celui dispensé dans les colonies; puis, dans les colonies, de la différenciation entre les "individus de race française ou assimilée; de l'autre, des individus de race indigène" (p. 532). Tandis que pour les Français ou les quelques "assimilés" l'enseignement ne se différencie pas de celui qui est dispensé en France, l'"éducation" des Africains soulève de nombreuses interrogations: dans quelle langue doit-elle se faire? Par quel personnel enseignant (des instituteurs venus de France ou des instituteurs indigènes)? Jusqu'à quel niveau? Jusqu'où doit

¹² Par la suite, cité d'après la 5^e éd., revue et augmentée, de 1929.

aller la formation des indigènes? Dans quelle mesure le système scolaire doit-il être développé en Afrique? Est-il nécessaire de prévoir aussi des lycées, voire des universités pour les Africains?

Les déclarations sur la langue française en Afrique, dont l'apprentissage approfondi devrait être réservé à une élite - comme celui du Latin chez nous -, sont particulièrement percutantes. En effet:

Ce serait puérité que de fermer volontairement les yeux sur les dangers inhérents à l'enseignement du français aux indigènes. Leur apprendre notre langue, c'est leur permettre de lire tous les journaux dans lesquels le gouvernement et les hauts fonctionnaires sont attaqués chaque jour impunément avec la dernière violence, c'est mettre à leur portée les romans que nous laissons traîner et dans lesquels ils puiseront une idée singulière de la morale de la race éducatrice, c'est éveiller dans leur âme des aspirations que nous ne pouvons ni ne voulons satisfaire. (ibid.) [Nous soulignons.]

Le but ne serait pas de donner à l'indigène une formation générale et son corollaire, la maîtrise complète de la langue française, mais l'"éducation morale de l'indigène"¹³ (p. 549).

Les dangers pour la stabilité du système colonial résultant d'une lecture «incontrôlée» (journaux, romans, écrits politiques et historiques) sont des leitmotivs récurrents chez la plupart des auteurs coloniaux: "Que n'a-t-on épilogué sur les dangers de raconter la prise de la Bastille!", s'exclame le gouverneur général Roume visiblement énervé.¹⁴ Au lieu d'inculquer aux Africains l'histoire européenne et ses principes (Révolution, droits de l'Homme), on devrait plutôt leur enseigner à mieux comprendre et apprécier leur propre histoire et les «bienfaits» de la colonisation. Il en résulta finalement - selon un historien africain de l'enseignement français en Afrique: "une orientation délibérément avilissante pour les peuples africains" (MOUMOUNI 1964: p. 57); les livres scolaires et programmes qui leur étaient destinés contribuèrent, avant tout dans l'enseignement de l'histoire:

[...] à convaincre le jeune Africain de l'infériorité «congénitale» du Noir, de la barbarie de ses ancêtres, de la bonté et de la générosité de la nation colonisatrice qui, mettant fin à la tyrannie des chefs noirs, a apporté avec elle la paix, l'école, le dispensaire, etc. (ibid., p. 56)

¹³ Il s'agit ici d'une citation du gouverneur britannique de Lagos, Sir E. Lugard.

¹⁴ Cité d'après Moumouni, 1964: p. 57.

Cependant, on eut beau s'appliquer à ne pas forcer sur l'enseignement du français, de le réduire au minimum nécessaire, à faire jouer la censure et la limitation des contenus, dans le but de faire de la culture coloniale une "sous-culture"¹⁵ et de son enseignement un "programme minimum" ("enseignement au rabais") (ibid., p. 57), on ne put éviter que les colonisés de toutes les parties du monde n'aillent chercher leurs lectures, au-delà du pensum que l'on enseignait à l'école coloniale, et n'étudient des présentations et des auteurs historiques qui pouvaient leur donner une autre vue de leur passé et de la possibilité d'une libération du joug de l'oppression coloniale. C'est de nouveau parmi les auteurs coloniaux de l'époque, comme par exemple chez Louis Vignon, cité précédemment, que l'on trouve les témoignages les plus parlants de ce phénomène:

un certain nombre de Musulmans, de Noirs, de Jaunes, d'Hindous, ont essayé, au sortir de l'école primaire, de saisir une instruction mi-secondaire, mi-supérieure européenne. On les a vus lire, en original ou traduction, Montesquieu, Rousseau, l'histoire de la Révolution d'Angleterre, de la Révolution française, de la révolution japonaise de 1868, l'histoire de la guerre russo-japonaise, quelques livres de politique, de science, puis les journaux européens, les débats politiques. Tout cela, retenu de seule mémoire, mal compris, mal digéré par des cerveaux dont les pères *ne l'avaient pas pensé et ne le pouvaient pas penser* [l'auteur souligne], les a en quelque sorte empoisonnés. (p. 468)

Mais on remarque ici, comme dans bien d'autres déclarations semblables de l'époque, le refus de se laisser entraîner dans une quelconque discussion de nature politique des textes cités et de leur réception dans le contexte colonial. Leur effet est pensé et décrit uniquement en catégories biologiques – «infection», «empoisonnement». De ce fait, on ne peut y remédier qu'en s'attaquant aux racines du mal et en protégeant les colonisés de la «contagion», en leur inoculant le français à doses homéopathiques et en les protégeant, avant tout, de ce qui pourrait égarer leur cerveau ou exciter leur esprit. Ainsi, adhère-t-on aux propos tenus par Chavériat dans un récit de voyage (*À travers la Kabylie*): «L'hostilité de l'indigène se mesure à son degré d'éducation française. Plus il est instruit, plus il y a lieu de s'en défier» (VIGNON 1919: p. 472).

¹⁵ Selon Bernard Mouralis, 1984: p. 41 sq.

En revanche, les mêmes faits - apprentissage du français et lecture de livres «dangereux» - sont lus d'une toute autre manière dans les présentations que l'on en donne de l'autre bord, du côté des écrivains et intellectuels africains de la première génération, qui dans les trois premières décennies de notre siècle, ont connu la scolarisation du système colonial. En cela, l'autobiographie de l'homme politique et écrivain malien Fily Dabo Sissoko (1897-1964), député du Soudan à l'Assemblée nationale française de 1945 à 1958 et assassiné en 1964 pour des raisons politiques, *La Savane Rouge* (1962), est particulièrement instructive.

Les années 1911-1917, durant lesquelles il effectua sa scolarité secondaire et fut témoin d'événements importants de l'histoire coloniale (ainsi la "savane rouge" est-elle la métaphore de la révolte touarègue), sont au centre de son "livre de souvenirs". D'un côté, Sissoko confirme certes le comportement fondamentalement répressif du système colonial, qui ne prévoyait, ni contradiction ni réflexion autonome, mais de l'autre côté, son témoignage en dit long sur la présence de ces instituteurs et fonctionnaires coloniaux «éclairés», qui non seulement ne se sont pas opposés à ce qu'il lise des auteurs «indésirables», mais lui ont fait découvrir la dimension du "non acquiescement", du refus et de la résistance contenus dans les œuvres qu'il lisait. Le livre est dédié à l'un de ces enseignants: "Je dédie ce livre de souvenirs à la mémoire de mon maître incomparable FERNAND FROGER, qui m'ouvrit des horizons sur la «culture», m'enseigna les vertus du «non acquiescement», et raffermi ma foi dans la pérennité des traditions" (L'auteur souligne). Le roman d'éducation des jeunes années de Fily Dabo Sissoko est brodé avec précision et parsemé de rencontres avec des bibliothèques, des livres et des auteurs. Mais les moments de bonheur qui y sont liés - celui de la compréhension, de l'ouverture de nouveaux horizons, de l'«inspiration» y côtoient cependant aussi des "malheurs en série" (p. 22 sq.) que l'on peut décrire, dans le contexte de politique coloniale que nous évoquons ici, comme des moments de défense face aux «dangers» résultant de l'éducation et de la lecture. C'est ainsi que son amour pour Fénelon et son enthousiasme pour *Télémaque* est pour lui source de problèmes à l'école. Sous l'un de ses devoirs, le professeur écrit: «N'essayez pas d'imiter Virgile ou Fénelon. Ecrivez en prose simple et claire.» (p. 22) Son analyse du contenu du *Télémaque* ne va pas non plus dans le sens du professeur:

Mon analyse porta sur l'absolutisme des souverains; sur l'orgueil qui perd les conquérants et ruine leur puissance; pour aboutir aux conclusions suivantes: rien ne justifie la conquête de pays étrangers (Palatinat); aucun Etat, si puissant soit-il, n'a le droit d'en subjuguier un autre, quelles que soient ses intentions.

Il en résulte que la colonisation n'a pas de fondement moral; que tout peuple asservi a le devoir de secouer le joug.

Dans ma candeur, je ne savais pas que ce fût sacrilège. (L'auteur souligne) (ibid.)

La contextualisation de la position du professeur (qui voyait un sacrilège dans l'interprétation que Sissoko donnait de *Télémaque*), est rendue parfaitement cohérente au niveau historique par la mention du directeur de l'école, qui vient de publier un ouvrage pédagogique sur l'école en Afrique commençant par ces mots, "par cette énormité": «Le cerveau d'un enfant noir est un cerveau vierge.» (p. 23) Il est vraisemblablement bien peu de professeurs de la période coloniale qui furent en mesure d'imaginer qu'il pouvait y avoir un futur écrivain parmi les enfants de leur classe et que celui-ci pourrait un jour – au niveau littéraire – se faire juge de leur enseignement.

Mais comme le montre l'exemple de Fily Dabo Sissoko - son témoignage sur Fernand Froger: «Je lui dois tout» (p. 46) -, tous les fonctionnaires coloniaux n'étaient pas racistes et nombre d'entre eux s'efforçaient d'accompagner leurs écoliers africains sur le chemin, menant à une découverte approfondie de la langue et de la littérature françaises.

Il ne faut, en aucun cas, imaginer que tous les représentants de la politique coloniale française ont vu un danger dans l'expansion «incontrôlée» de la langue française et ainsi eu recours à des mesures de censure ou de répression. Pour le ministre des Colonies Albert Sarraut, dans son ouvrage *La mise en valeur des colonies françaises* paru en 1923, il est un danger beaucoup plus grave encore: le fait que certaines élites intellectuelles de peuples placés sous domination coloniale française ne puissent bénéficier d'une éducation dans d'autres pays, être ainsi soumis à d'autres influences politiques et devenir effectivement, à leur retour, des propagandistes et des agitateurs contre ceux qui leur auraient refusé une meilleure éducation. Sarraut proclame ici sa confiance (éclairée) dans l'éducation du peuple, qui selon lui sera d'autant moins susceptible de succomber aux voix des fauteurs de trouble et

des agitateurs qu'il aura bénéficié d'une solide formation qui lui permettra "de discerner entre les excitations de fanatiques irréfléchis et les conseils de représentants éclairés" (p. 99). Ainsi est-il pour lui exclu de refuser à une élite d'indigènes particulièrement doués et travailleurs, l'accès à des niveaux d'éducation supérieurs, de leur dire à un certain moment: «Tu n'iras pas plus loin, tu ne sauras pas davantage» (p. 98).

Dans ces années 1923/24, un changement d'opinion semble s'opérer dans les cercles dirigeants de l'administration coloniale en ce qui concerne la topique de la «dangerosité» de la langue française, et ce même si les vieux arguments continueront encore longtemps de côtoyer les nouvelles convictions. Dans un éditorial de la *Dépêche Coloniale et Maritime* du 22 février 1923 intitulé "Le rendement indigène de la langue française", Gaston Valran, à la une du journal, prend position contre un enseignement réductionniste du français dans les colonies, qui apporterait d'autres «dangers» que ceux que l'on ne cesse de conjurer:

Employée comme instrument rudimentaire dans l'enseignement, la langue française risque de n'être point comprise, c'est-à-dire mal comprise. Ce serait un d a n g e r ; il s'aggraverait avec certaines circonstances trop favorables à une propagande folliculaire. [Nous soulignons]

Ainsi, les partisans de la doctrine d'«assimilation», dont les composantes éclairées et optimistes sont évidentes et qui en quelque sorte annoncent la rhétorique de la Francophonie, l'auraient finalement emporté:

Bien comprise par ceux qui l'apportent et par ceux qui la reçoivent, la langue française, instrument véhiculaire et circulaire de la pensée française, est un bienfait, elle crée une union dans laquelle les moins doués de la nature sont embrassés par les mieux partagés au profit de la masse; elle cimenter la coopération des élites. (ibid.)

On pourrait également voir dans ces positions une «victoire» de Georges Hardy qui, en 1913, avait créé le mensuel *Bulletin de l'Enseignement de l'Afrique Occidentale Française*. Cette publication était devenue le lieu d'expression le plus important des discussions souvent contradictoires sur la place du français et son rôle dans l'intégration de l'indigène dans le réseau de l'organisation et des structures coloniales. Ce n'est assurément pas un hasard si,

parmi les déclarations «officielles» reprises dans le *Bulletin*, dominent celles qui jettent un regard optimiste sur le développement futur du français en Afrique. On peut voir une valeur programmatique dans la reprise d'un discours du Gouverneur Général William Ponty dans le premier numéro. Il commence ainsi:

J'ai toujours accordé à l'enseignement du français une place importante dans nos moyens d'action sur le milieu indigène. La diffusion de la langue française constituera un lien particulièrement souple entre nos sujets et nous. Grâce à lui, notre influence s'insinuera dans la masse, la pénétrera et l'enveloppera comme en un réseau tenu d'affinités nouvelles. (p. 20)

Et l'on peut voir dans le titre de l'ouvrage de Georges Hardy *Une conquête morale - L'enseignement en A.O.F.* une formule qui souligne bien ce succès et qui est elle-même passée dans le langage courant. Dans ce livre publié en 1917, l'auteur, alors *Inspecteur général*, retrace tout autant ses expériences et ses combats (remontant au début du siècle) que ses visions pour l'avenir qu'il décrit au moyen d'images poétiques:

Joie de prendre dans les savanes ou les forêts des petits sauvages et de greffer sur leur tige, gonflée d'une sève fraîche et vigoureuse, les meilleures pousses de notre vieux verger. Nulle action vraiment forte ne contrarie la nôtre, nos moindres soins gardent leur effet, l'arbuste de la brousse étend largement ses branches, s'épanouit dans le soleil, se couvre de fruits, une plante utile et belle remplace la ronce vénéneuse. Joie de bon jardinier, joie délicate.

Joie de donner à la France des domaines heureux et des enfants dévoués, d'étendre au cœur du continent noir le rayonnement de l'âme nationale, d'ajouter à la plus belle histoire du monde la page la plus pure et la plus noble. Joie de Français. (HARDY 1917: p. 353)

L'enseignant colonial qui a apporté la plante délicate de la langue française dans un terrain étranger, la soigne et s'en occupe jusqu'à ce qu'elle devienne un arbre solide, c'est le côté de la médaille que l'on montre lors d'occasions particulières comme la célébration du 14 juillet (ou aujourd'hui lors des sommets ou conférences de la Francophonie); de l'autre côté, il y a les préoccupations générées par les «dangers» venus de toutes parts et qu'il convient d'aborder avec prudence et prévoyance.

III. Le danger du «déracinement» de l'Africain

Le troisième ensemble de «dangers» à éviter lors de l'expansion du français est - sous couvert d'une défense des intérêts de l'indigène - la crainte selon laquelle celui-ci, du fait d'une assimilation exagérée, pourrait être coupé de sa propre culture et devenir un «déraciné». Ce «danger» est le plus difficile à identifier et à décrire, du fait qu'il n'est pas toujours directement ou ouvertement nommé, mais bien au contraire se présente sous de nombreuses formes. Il est souvent lié à la peur précédemment décrite des conséquences politiques d'une maîtrise trop poussée du français; cette crainte se voile souvent du deuil de "l'Afrique mourante" (*Das sterbende Afrika* pour reprendre le titre d'un volume richement illustré de Leo Frobenius paru en 1923), qui abhorre tout ce qui est moderne et méprise le Nègre des villes en le traitant de "Hosenneger" (ou "-nigger"), en français "Nègre à veston". Toute une série de romans coloniaux ayant des Africains pour protagonistes sont construits sur une histoire reposant sur l'idée que l'Africain en contact trop intensif avec la langue et la civilisation françaises devient non seulement étranger à sa propre culture, mais qu'il court également ainsi à sa perte (en effet, la doctrine d'«assimilation» est désavouée par la majeure partie de la littérature fictionnelle sur l'Afrique). Et l'on peut reconnaître, dans de nombreuses tendances actuelles de défiance à l'égard de la modernité et de la préservation de l'«identité culturelle», des modèles d'argumentation et de comportement semblables.

Dans son étude sur l'image du Noir dans la littérature française de l'entre-deux-guerres (1975), Ada Martinkus-Zemp en déduit que nous sommes ici en présence de l'une des contradictions fondamentales du système colonial dans la relation entre Européens et Africains:

Le «bon» Noir, c'est le Noir enfant ou l'enfant noir. A partir du moment où le Noir devient adulte (par l'instruction ou par l'âge), il cesse d'être le «bon sauvage». Et le Blanc se trouve pris dans un cercle vicieux: il apprend au Noir la Civilisation pour qu'il sorte de l'enfance, et en lui apprenant la Civilisation, en le rendant adulte, il en fait un Noir qu'il jugera «mauvais». (MARTINKUS-ZEMP 1975: p. 57)

La contradiction semble irréductible et touche aux fondements de la légitimation de la colonisation et de ses «bienfaits»

civilisateurs (parmi lesquels la langue française): si on civilise le Nègre, il perd son charme de «bon sauvage» et d'Africain authentique; si on le laisse en dehors de la civilisation, que va faire le Blanc en Afrique (sinon effectuer des recherches ethnologiques)? "Quel que soit son comportement, le Blanc ne sera jamais satisfait du résultat." (ibid.)

C'est chez les auteurs qui en même temps mettent en garde contre les dangers politiques liés à l'apprentissage du français que le caractère de prétexte idéologique de l'argumentation est le plus évident. Ainsi A. Girault poursuit-il sa diatribe précédemment citée contre les "dangers inhérents à l'enseignement du français aux indigènes": "c'est détruire les conceptions morales appropriées à leur mentalité sans les remplacer par les nôtres qu'ils sont incapables de saisir, c'est trop souvent faire des déclassés dangereux" (GIRAULT 1929: p. 544).

Pour illustrer le rapport entre "déracinement" et "révolte" politique, il cite sur quelques pages l'exemple des Anglais, qui à l'instigation de Lord Macaulay ont enseigné leur langue et leur littérature aux indigènes depuis 1833:

Les résultats moraux de cette campagne éducative ont été déplorables. On a complètement déséquilibré l'intelligence des jeunes Hindous ainsi élevés. [...] Mécontents et déclassés, ayant perdu tout sens moral, ils sont devenus les ennemis les plus acharnés de la domination anglaise. L'instruction et les diplômes qui la consacrent ne font, en effet, souvent qu'exaspérer la vanité de l'indigène. Il perd le contact avec sa famille et avec son milieu d'origine que désormais il méprise. Il conçoit des ambitions exagérées, irréalisables. Ne pouvant les satisfaire, il en éprouve de l'amertume et de la rancune. Ce déraciné devient un révolté. (p. 548)

Louis Vignon cite lui aussi de façon exhaustive l'exemple anglais, non seulement en Inde, mais aussi en Afrique de l'Ouest; selon lui, on peut lire dans les rapports des Gouverneurs du Nigeria que la scolarisation a eu pour conséquence que les Noirs considèrent que les travaux manuels ne sont pas dignes d'eux, et qu'ils ne veulent plus devenir qu'employé de bureau. Cependant, la situation dans les colonies françaises n'est pas très différente. La «carrière modèle» d'un Africain assimilé serait, selon une boutade en vogue dans les colonies: mirliton, cuisinier, boy, interprète, puis chef... ou conspirateur et prisonnier (p. 493). Curieusement, ce curriculum correspond assez exactement - à quelques variations

près - à la structure de base de nombreux romans, qui, après le succès et le scandale de *Batouala* de René Maran (1921), ont réagi au défi lancé par le premier "véritable roman nègre" (sous-titre) et ont prétendu relater à leur tour des biographies d'Africains «vraies» et «authentiques».

Ainsi de *Koffi - roman vrai d'un noir* (1922) de Gaston-Joseph¹⁶, préfacé par nul autre que l'ancien gouverneur général G. Angoulvant qui, du haut de son autorité, déclare cette histoire «vraie» ("exacte dans ses moindres détails") et généralisable:

Le *curriculum vitae* de son héros est celui de beaucoup d'indigènes de la Côte Occidentale d'Afrique, qui, partis du village natal, conquièrent dans les villes, au service des Blancs, des situations domestiques de plus en plus élevées, entrent dans les cadres subalternes de l'Administration, obtiennent enfin de revenir diriger l'évolution de leurs congénères, et finissent généralement fort mal, sous des influences et pour des causes diverses... (p. 7 sq.).

Parmi les «raisons diverses» à l'origine de l'échec des Africains assimilés, Angoulvant lui-même cite les forces ataviques du passé et les erreurs qu'ils ont faites à cause de leur rapport (même superficiel) avec la civilisation européenne. Pour le romancier, ce sont avant tout les bonnes connaissances du français de Koffi et son aisance de parole (comme celle d'autres "évolués"), qui sont pour lui l'occasion de mettre en évidence l'aspect préoccupant de son évolution: Koffi fonde une sorte de syndicat des employés de maison noirs qui défend les droits de ceux-ci face aux «patrons» blancs; de nombreux exemples du "discours" émanant de la bouche de Koffi montrent où en arrivent les Africains quand ils croient manier la langue française avec une certaine «virtuosité». Certes, il fait carrière, il devient interprète et «roi» de sa tribu à 38 ans, mais il s'est entre temps tellement éloigné de son mode de vie qu'il est incapable de partager plus longtemps la vie «primitive» des siens. Il commence à boire, se révolte et est envoyé en exil dans une autre colonie africaine où il meurt des suites de sa consommation abusive d'alcool. Le seul souvenir de ses exploits est une "causette" en français. Pour finir, l'auteur résume une dernière fois "toute l'histoire du pauvre Koffi": "marmiton, boy, cuisinier, interprète, roi... mort en exil" (p. 232).

¹⁶ Cité d'après la 2e édition.

En dépit de leur piètre qualité littéraire, de nombreux romans fonctionnant sur le modèle «Ascension et chute d'un Nègre qui croyait bien parler français» ont exercé une véritable fascination sur leurs lecteurs. On pourrait expliquer ainsi cet engouement: ceux-ci voyaient dans les assimilés, dans leur origine d'Africains «déracinés», un danger pour le maintien de l'Empire colonial et de ce fait n'avaient de cesse de conjurer ce «danger».

La preuve concrète de l'existence réelle de ce danger sont ce que nous appelons les «texte nègres», que l'on retrouve souvent tout au long de l'histoire de vie, et qui d'un côté servent à montrer combien l'Africain est encore loin d'une véritable maîtrise du français (y accèdera-t-il jamais?), de l'autre à illustrer qu'il est déjà devenu étranger à son propre monde, ce qui le rend inauthentique et ridicule. Ouvrage de Joseph Blache *Vrais Noirs et Vrais Blancs d'Afrique au XXe siècle* (1922) également écrit dans une intention polémique contre *Batouala*, contient précisément un florilège de textes de ce genre.¹⁷ Très souvent, la mise en garde contre le danger que parler français représente pour l'indigène s'accompagne de l'appel à ne pas le laisser aller en France, parce que ceci l'éloignerait encore plus de sa vraie nature et pourrait entraîner la perte du respect à l'égard des maîtres coloniaux. Voici la transcription d'une discussion dans laquelle le cuisinier de l'auteur raconte à l'un de ses camarades ce qu'il a fait en France:

Ecoute, Loembé, si toi y a pas core vi France, ti as rien vi. Là-bas c'est bon pays, ti sais, pour le noir. Ici le femme blanche y fait patron, y fait malin, c'est toi qui servit elle, ça c'est pas bien. Là-bas contraire, c'est tous femmes blanches qui servit noirs, ça oui, partout où la mission y passait le femme du blanc y venait embrasser noir... (p. 187 sq.)

Les expériences avec les femmes blanches, dont parlent surtout les nombreux Tirailleurs sénégalais à leur retour, seraient préjudiciables à l'image de l'ensemble de la race blanche.

On pourrait aussi imaginer qu'une autre peur se cache de façon métonymique derrière la réticence à voir les Noirs parler français: celle que l'auteur colonial Robert Randau évoque dans son roman *Le Chef des Porte-Plume* (1922), situé dans les milieux coloniaux de Dakar, et qui perce lorsque l'on réplique au jeune et enthousiaste «chef de l'Enseignement» (derrière lequel on peut voir Georges

¹⁷ Cité également d'après la 2e édition.

Hardy): "Attention [...], ils deviendront peut-être si français vos gosses, qu'ils prétendront à être les seuls français." (p. 131)

Y aurait-il, derrière ces craintes de la perte de l'«identité» des Africains du fait d'une approche trop poussée du français, une crainte encore plus profonde, à savoir celle de la perte de sa propre identité? Qu'est-ce qui différencie les Français des autres (individus de races différentes) quand ceux-ci possèdent le français aussi bien qu'eux? Il est difficile de trouver une explication plausible sur le fait que certains auteurs coloniaux «poursuivent» «impitoyablement» leurs protagonistes africains jusqu'à ce que ceux-ci soient revenus «à leur place», à leur «primitivité» originelle. Ainsi de *Pellobellé, gentilhomme soudanais* (1924) de H. et Pr. Pharaud¹⁸, qui lui aussi a traversé toutes les étapes de l'Africain assimilé avant de revenir au point de départ:

Pellobellé, assis à la droite du chef, souriait béatement d'une joie sans pareille. [...] chaque coup de «tabala» chassait de l'âme de l'ancien tiraillur les scories de la civilisation. [...] Sa vie, depuis le recrutement, se perdait dans les brumes de ses souvenirs ainsi qu'il sied à un mauvais songe. (p. 158)

Le refus de l'étranger, le refus opposé aux prétentions africaines à maîtriser la langue française et à vivre en France (qui plus est avec des femmes françaises), le refus du métissage (tant biologique que culturel) devient encore plus significatif dans les romans, dont les protagonistes africains sont des femmes: "les races s'emboîtent quelquefois mais ne se pénétreront jamais" (p. 44), lit-on dans *Tam-Tam* (1927) de Julien Maigret, qui raconte comment le jeune fonctionnaire colonial Jean Casalou est victime de son manque de retenue envers la femme noire. Le «danger» semble venir ici de l'autre côté: "Dans la solitude de ces contrées lointaines, l'affection naïve et soumise de la femme-enfant est un d a n g e r e u x appât pour le cœur assoiffé de tendresse" (p. 100). [Nous soulignons] Et: "L'Afrique tue de bien des façons" (p. 106). Cependant l'image semble ici inversée par un miroir (mais pour autant pas moins vraie au niveau psychologique): le «cas normal» est le départ de l'homme blanc et la mort ou l'oubli de la femme noire, qui en vain s'est efforcée de

¹⁸ Selon les indications de Roland Lebel (1928: p. 229), se cachent derrière le pseudonyme d'Hippolyte et Prosper Pharaud les auteurs coloniaux Durand-Oswald et Gaillard.

s'approcher de son idole blanc, comme Mambu dans le roman *Mambu et son amour* (1924)¹⁹ de Louis Charbonneau: une sœur ("Révérende Mère") la condamne à mourir dans un jugement qui, pour des raisons d'organisation narrative, sont dissimulées derrière des reproches adressés à l'homme européen: "Ah! vous êtes coupable! bien coupable! ... Vous avez élevé jusqu'à vous cette enfant ... elle en est morte, la pauvre petite." (p. 247) La morale est la suivante: quiconque élève à son niveau (au niveau européen) un(e) Africain(e) se rend coupable et risque la mort (pour lui ou pour l'autre).

Seul(e) peut survivre celui ou celle qui sait se rendre maître de ses propres désirs et se soumettre au vœu de chasteté et d'obéissance, à l'instar d'Alouba, protagoniste qui donne son nom au "Roman indigène, documentaire et colonial" de Jane d'Arbois (1932), qui entre dans un ordre religieux et dès lors s'appellera Marie-Rose. Il lui est aussi permis d'écrire et de parler un "français très soigné" (p. 163). L'adoption d'une enfant métis, fruit du péché de jeunesse du fils de sa protectrice française, Pierre de Brimont, peut tout aussi bien être lu comme «guérison» des fautes commises dans le passé que comme la promesse d'un futur meilleur: "Elle souhaita le [l'enfant] soutenir assez pour l'abandonner un jour aux fins de l'universel avancement, à l'œuvre civilisatrice" (p. 215).

Le dernier des romans coloniaux brièvement présentés ici, *Fatou Cissé* (1954) de Maurice Genevoix, longtemps *Secrétaire perpétuel* de l'*Académie Française*²⁰, ne pourra pas non plus tenir cette promesse. Le roman, que l'on peut considérer comme le «chant du cygne» de la littérature coloniale, reste fidèle aux vieux schémas: après le départ de la famille française qu'elle a servie de longues années durant, Fatou Cissé épouse le cuisinier Francis (un Soussou de la côte) et va s'installer avec lui sur une petite île du Cap-Vert. Dix ans après, son mari, qui entre temps était retourné aux pratiques d'un fétichisme atavique, meurt. Il lui laisse un fils, que Fatou idolâtre et appelle Luc, du prénom du fils de sa famille française. Il porte tous ses rêves, reliés aux souvenirs du temps passé avec les Français. Mais malgré tout son amour et tout son dévouement, malgré une éducation française, le fils tourne mal et connaît une fin tragique. Mais sa mère, dans un délire hallucinatoire, l'imagine capitaine du grand bateau blanc qu'elle

¹⁹ Sur ce roman, cf. Riesz 1995.

²⁰ Le roman a connu de nombreuses rééditions, aussi en livre de poche.

aperçoit en mourant, de la grotte rocheuse près de la mer. En fait, le capitaine de ce bateau est l'autre Luc, Luc Bourgeonnier, fils de ses maîtres français. Doit-on commenter que: «N'est pas capitaine qui veut»? Ou, dans notre contexte: qu'une éducation française ne sert qu'à celui qui y est destiné par la naissance? Ceux qui l'usurpent sont menacés d'une fin tragique?

Comme on pouvait s'y attendre, les auteurs coloniaux ne sont pas non plus unanimes par rapport au troisième groupe de «dangers» liés à l'enseignement du français en Afrique: "La grande raison des adversaires de l'enseignement indigène c'est la crainte de former des déclassés. Des déclassés on en forme tant qu'on réserve l'enseignement à une prétendue élite" (FONCIN 1900: p. XXII) [Nous soulignons.] peut-on lire dans l'introduction du volume de Pierre Foncin, *La langue française dans le monde*.²¹, publié par l'*Alliance Française* à l'occasion de l'exposition universelle de Paris en 1900. Le vieil axiome du comte de Gobineau est certes encore valable: "Tant vaut le peuple. Tant vaut sa langue" (p. VIII), mais il est transformé en maxime socio-darwiniste selon laquelle les peuples «supérieurs» ont le droit et le devoir de répandre et d'imposer leur langue et leur culture «supérieures». Le français en Afrique de l'Ouest serait déjà beaucoup plus avancé dans cette voie que la plupart ne le croit et il serait également inexact d'affirmer que la qualité du français en souffre: "Notons, en passant, que ce jargon qu'on prête aux Noirs dans des narrations fantaisistes n'existe pas. Le Sénégalais parle le vrai français et non le créole des Antilles." (p. XXIV)

Reste cependant la contradiction de base, lorsque dans un décret (3 janvier 1898) relatif à l'enseignement du français au Soudan, le Gouverneur Trentinian appelle à se détourner de l'apprentissage mécanique du par cœur (tel que pratiqué dans les écoles coraniques) et à éviter l'emploi du petit nègre dans la communication entre enseignants et écoliers, mais de l'autre pose des limites en invitant à: "n'enseigner que les mots les plus nécessaires à la vie usuelle au Soudan" (p. 144).

Par là, on préconise de nouveau un enseignement réductionniste, une sorte d'école Berlitz pour les colonisés, telle que l'exige

²¹ Un rapport semblable a été établi par H. Froidevaux sur demande du ministère des Colonies à l'occasion de l'exposition universelle de 1900. On trouve également un rapport semblable, présenté par René Lemé (Rédacteur au Ministère des Colonies) lors de l'Exposition Coloniale de Marseille (1906).

Paul Giran, *Administrateur des Services Civils de l'Indochine*, dans son "Etude de Sociologie Coloniale" (sous-titre) intitulée *De l'éducation des races* (1913):

la langue du vainqueur doit être, chez les peuples élèves, un instrument pratique, utilitaire, limité à l'usage économique ou scientifique, non un véhicule d'idées inaccessibles à des cerveaux insuffisamment préparés. (p. 317)

Et un peu plus loin, on peut lire: "Avec une telle méthode le français deviendrait à peu près SANS DANGER en Indochine ou à Madagascar" (p. 317 sq.) [Nous soulignons]. Il nous est permis d'ajouter: assurément même en Afrique!

Cette formule du "*Français sans danger*" résume le *topos* dans toute sa contradiction: l'exercice du pouvoir dans les colonies est lié à l'instrument qu'est la langue française. Pour se faire comprendre, pour atteindre à l'échange d'information et au flux de communication nécessaire au fonctionnement du système, les sujets colonisés doivent eux aussi pouvoir se faire comprendre en français. Leur pratique et leur connaissance du français ne doit cependant pas aller trop loin, parce que la langue, sinon, pourrait en subir des dommages et la nation française se voir privée de son pouvoir exclusif; parce que l'instrument de la langue française permet en même temps l'accès et le maniement de contenus politiques qui menacent le système; parce que les identités existantes (celle des «indigènes» mais aussi celle des Français) pourraient perdre de leurs contours et devenir perméables.

Heureusement pour la langue française, son enseignement ne se laissa pas limiter au niveau de base exigé par les tenants de la doctrine coloniale. Le dynamisme des processus intellectuels - dont fait également partie l'acquisition des langues - ne se laisse pas endiguer par des édits ni des décrets. La richesse et la renommée mondiale des littératures «francophones» d'aujourd'hui n'ont été rendues possibles que parce que l'on a su, tant du côté français que du côté des colonisés, passer outre les mises en garde contre les «dangers» dont on voulait se préserver. C'est une toute autre question que de savoir si l'on a finalement servi ainsi les intérêts d'une «élite» ou si cela s'est fait aussi dans l'intérêt des peuples colonisés.²²

²² La question fait bien évidemment l'objet de débats. Au nombre des ouvrages ayant contribué à développer cette discussion, citons ceux de Jean-Claude Blachère (1993), Jean Capelle (1990), Georges R. Celis (1990) et Joseph Ki-Zerbo (1990).

Bibliographie

- ARBOY Jane d', *Alouba*, Paris, Editions de la Jeune Académie, 1932.
- BECK-BUSSE Gabriele, "Vom Fremderleben in der Sprachpflege", in TRABANT, 1995: 117-147.
- BLACHE Joseph, *Vrais Noirs et Vrais Blancs d'Afrique au XXe siècle*, Orléans, Maurice Caillette, 1922.
- BLACHÈRE Jean-Claude, *Négritures - Les écrivains d'Afrique noire et la langue française*, Paris, LHarmattan, 1993.
- BRUNSCHWIG Henri, *L'Afrique Noire au temps de l'Empire Français*, Paris, Denoël, 1988.
- CAPELLE Jean, *L'éducation en Afrique noire à la veille des Indépendances*, Paris, Karthala-ACCT, 1990.
- CELIS Georges R., *La faillite de l'enseignement blanc en Afrique noire*, Paris, LHarmattan, 1990.
- CHARBONNEAU Louis, *Mambu et son amour*, Paris, J. Ferenczi & Fils, 1924.
- DADIÉ Bernard, "Climbié", in *Légendes et Poèmes*, Paris, Seghers, 1973: 97-223.
- DIOP Birago, *La Plume raboutée*, Paris-Dakar, Présence Africaine-NEA, 1978.
- FALL Malick, *La Plaie*, Paris, Albin Michel, 1967.
- FONCIN Pierre, *La langue française dans le monde*, Paris, 1900.
- FROIDEVAUX H., *L'œuvre scolaire de la France dans nos colonies*, Paris, Augustin Challamel, 1900.
- GASTON-JOSEPH, *Koffi, roman vrai d'un noir*, Paris, Aux Editions du Monde Nouveau, 1922.
- GENEVOIX Maurice, *Fatou Cissé*, Paris, Flammarion, 1967 (1954).
- GIRAN Paul, *De l'éducation des races*, Paris, Augustin Challamel, 1913.
- GIRAULT Arthur, *Principes de colonisation et de législation coloniale*, 5e éd., Paris, Recueil Sirey, 1929.
- GOBINEAU Arthur de, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Paris, Firmin Didot, 1853.
- HARDY Georges, *Une conquête morale - L'enseignement en A.O.F*, Paris, Armand Colin, 1917.
- HARDY Georges, "L'enseignement aux Indigènes. Possessions Françaises d'Afrique", in *L'enseignement aux Indigènes / Native Education*, ed. par

- l'Institut Colonial International, XXI^e session, Paris, 5-6-7-8 Mai. Rapports Préliminaires. Bruxelles, Ets Généraux d'Imprimerie, 1931: 239-471.
- HOFFMANN Léon-François, *Le Nègre romantique. Personnage littéraire et obsession collective*, Paris, Payot, 1973.
- HUGO Victor, *Bug Jargal*, Paris, Presses Pocket, 1985 (1826).
- KI-ZERBO Joseph, *Éduquer ou périr*, Paris, Unicef-L'Harmattan, 1990.
- LEBEL Roland, *Le livre du pays noir*, Paris, Editions du Monde Nouveau, 1928.
- LEMÉ René, *L'enseignement en Afrique Occidentale Française*, Paris, Larose, 1906.
- LÜSEBRINK Hans-Jürgen, "Acculturation coloniale et pédagogie interculturelle - L'œuvre de Georges Hardy", in Papa Samba DIOP (Ed.), *Sénégal-Forum. Littérature et Histoire*, Frankfurt a. Main, IKO-Verlag, 1995: 113-122.
- MAIGRET Julien, *Tam-Tam*, Paris, Les Editions du Monde Nouveau, 1927.
- MARTINKUS-ZEMP Ada, *Le Blanc et le Noir. Essai d'une description de la vision du Noir par le Blanc dans la littérature française de l'entre-deux-guerres*, Paris, A.-G. Nizet, 1975.
- MIDIOHOUAN Guy-Ossito, *Du bon usage de la Francophonie*, Porto-Novo (Bénin), Editions CNPMS, 1994.
- MOUMOUNI Abdou, *L'éducation en Afrique*, Paris, Maspéro, 1964.
- MOURALIS Bernard, *Littérature et développement*, Paris, ACCT-Silex, 1984.
- PAULHIAC Lieutenant H., *Promenades lointaines. Sahara, Niger, Tombouctou, Touareg*, Paris, Plon, sd. (environ 1905).
- PHARAUD Hippolyte et Prosper, *Pellobellé, gentilhomme soudanais*, Paris, Editions du Monde Nouveau, 1924.
- RIESZ János, "Die «eigene» und die «fremde» Sprache als Thema der frankophonen afrikanischen Literatur", in Paul GOETSCH (Ed.), *Dialekte und Fremdsprachen in der Literatur*, Tübingen, Narr, 1987: 69-93.
- RIESZ János, "'Le sang et la langue de la France'. Positionen französischer kolonialer Sprachpolitik im 19. Jahrhundert", in G. DORION *et al.* (Ed.), *Le français aujourd'hui. Mélanges offerts à Jürgen Olbert*, Frankfurt a. Main, Diesterweg, 1992: 379-396.
- RIESZ János, "Trois générations d'auteurs francophones africains devant la langue française", in *français heute*, 4, 1992: 403-415.
- RIESZ János, "L'Ethnologie Coloniale ou le refus de l'Assimilation - Les «races» dans le roman colonial" in Pascal BLANCHARD *et al.* (Ed.), *L'Autre et Nous. «Scènes et Types»*, Paris, Syros-Achac, 1995: 209-214.

- SARRAUT Albert, *La mise en valeur des colonies françaises*, Paris, Payot, 1923.
- SETTEKORN Wolfgang, "Bouhours, die Sprache, die Anderen und der Krieg. Betrachtungen zu den *Entretiens d'Ariste et d'Eugène*", in TRABANT, 1995: 35-75.
- SISSOKO Fily Dabo, *La Savane rouge*, Paris, Les Presses Universelles, 1962.
- TRABANT Jürgen (Ed.), *Die Herausforderung durch die fremde Sprache*, Berlin, Akademie Verlag, 1995.
- TRABANT Jürgen, "Die Sprache der Freiheit und ihre Freunde", in TRABANT, 1995: 175-191.
- VIGNON Louis, *Un programme de politique coloniale - Les questions indigènes*, Paris, 1919.

Traduit de l'allemand par Véronique Porra

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA EM ÁFRICA

Vatomene Kukanda *

Como seria a natureza se todas as flores fossem, por exemplo, vermelhas? Teria ela essa fascinação e beleza sem a combinação das cores que a rodeiam? Não seria monótona sem a diversidade que a caracteriza?

Por essa razão, muita gente pensa que a diversidade, mesmo no plano linguístico, é uma riqueza; riqueza na medida em que prova as capacidades do homem a utilizar de maneiras diferentes os órgãos fonadores.

Quanto à língua, ela é por essência, ao mesmo tempo, unidade e diversidade. Unidade pela intercompreensão mesmo com as diferenças que se podem notar no seio duma língua e ao mesmo tempo diversidade pela existência das diferenças de ordem individual, social, regional, etc.

A África com os seus 30.310.000 km é um continente caracterizado por uma diversidade linguística notável, bem que ela não seja uma exclusividade sua porque as outras partes do mundo conhecem também este fenómeno. É essa diversidade linguística que vai nos interessar no presente artigo.

Contudo, queremos abordá-la na sua complexidade actual e não de maneira tradicional que interessasse apenas as línguas “indígenas” ou “autóctones”. A razão é simples. Limitar-se a essas últimas significaria uma mutilação da realidade actual desta diversidade que é dinâmica e cujos resultados são dignos de atenção.

A abordagem do nosso tema far-se-á então em duas partes essenciais:

* Director-Geral do Centro Internacional das Civilizações Bantu (dibreville).

- apresentação dos dados gerais que traduzem a tal diversidade a nível do continente;
- exame de alguns dados sobre os países ao sul do Saara e mais particularmente os da zona bantu e análise dum caso concreto para exemplificar a diversidade linguística mesmo no interior dum espaço bem definido: o caso de Angola.

I. ALGUNS DADOS SOBRE O CONTINENTE

No continente africano, recenseia-se mais dum milhar de línguas e a complexidade da sua diversidade não pode ser expressa, no nosso entender, com objectividade se não a abordarmos a diferentes níveis.

1.1. As Línguas Autóctones em Geral

As línguas autóctones são essencialmente reagrupadas em quatro famílias: Congo-Kordofaniana, Nilo-Sahariana, Afro-asiática e Khoisana

a) A Congo-Kordofaniana

Divide-se em duas sub-famílias em que a mais importante é a Niger-Congo que ocupa o espaço que vai aproximadamente do Senegal ao oeste até a África do Sul ao sul, incluindo todo o leste do continente desde o sul da Somália.

A segunda sub-família limitar-se-ia a uma vintena de línguas faladas por pequenas comunidades nas montanhas de Nuba em República do Sudão.

O número de locutores das línguas pertencentes a essa família pode ser avaliado em cerca de 300 milhões.

b) A Nilo-Sariana

Esta família estende-se numa distancia de quase 6.00 km de leste ao oeste. As suas línguas são localizadas no Niger, Burkina Faso, Tchad, Etiópia (oeste) e no Sudão. As línguas mais conhecidas desta família são: o dinka, o shilluk, o nuer, o massai (Uganda, Kenya, Tanzânia) e o mangbetu no nordeste da República Democrática do Congo.

c) *A Afro-asiática* (também conhecida por Hamito-semítica).

Todas as línguas desta família são faladas na Ásia, excepção feita do seu ramo o mais conhecido, o semítico que inclui o hebraico e o árabe, que expandiu-se em África pelas conquistas muçulmanas árabes do VII e VIII séculos. Esta língua, que se implantou na parte norte do continente, enraizou-se.

Uma das línguas mais destacadas desta família pelo seu subgrupo etiópico é a língua nacional da Etiópia, o amharico.

d) *A khoisana*

A família destas línguas ocupava provavelmente uma boa parte do continente antes da expansão dos povos que falam as línguas de um dos ramos do Niger-Congo. Neste momento, só ficaram alguns ilhéus disseminados (cujos mais importantes são o Sandawa - 25.000 locutores e o Hatsa - algumas centenas de locutores - na Tanzânia) por aqui e por ali no território que se estende do sul dos Camarões até a África do Sul e uma evidente concentração na região este do Cabo.

A língua a mais importante desta família é o nama falado na Namíbia por mais ou menos 50.000 locutores.

N.B.: É preciso acrescentar, às línguas dessas quatro famílias, as línguas malgaxes que são classificadas na família Austro-melanesiana.

1.2. As Línguas Autóctones Regionais

A diversidade que acabamos de constatar ao nível das quatro famílias e sobretudo no interior destas se reflecte sobre as línguas regionais. E, como já foi dito, a complexidade da diversidade linguística do continente só pode ser bem encarada se analisarmos todas as suas componentes.

As línguas regionais, na sua função veicular, sobrepõem-se muitas vezes às línguas autóctones locais que coexistem com elas no mesmo espaço. A repartição das mais importantes se apresenta da seguinte maneira:

a) *No norte*

- **O Árabe:** falado no norte do continente, está em principio, presente lá onde a religião muçulmana está assinalada. É

assim que esta língua se encontra, como língua litúrgica, em muitos países africanos sub-sarianos onde o Islão foi introduzido.

b) Ao oeste

- **O Wolof:** é falado numa área que cobre os territórios da República do Senegal e da Gâmbia que partilha com uma dúzia de idiomas. É a língua da administração e do pequeno comércio.
- **O Manding:** representado pelos seus três grandes dialectos:
 - O Bambara: um dos grandes dialectos manding, é a língua principal do Mali. Como veicular, o Bambara é a língua segunda de muitos locutores.
 - O Diula: é a língua segunda dum grande número dos habitantes da Costa de Marfim e da parte ocidental do Burkina Faso. Ele joga também, desde alguns decénios, o papel de língua do comércio.
 - O Malinké: cobre muitos países: Senegal, Gâmbia, Mali, Guiné Bissau, Guiné Conakri, Serra Leoa, Costa de Marfim, Burkina Faso. O Malinké é caracterizado por uma grande diversidade dialectal.
- **O Haussa:** Essa língua ocupa os Estados de Sokoto, Katsina e Kano e a metade norte do de Zaria ao norte da Nigéria. Na República do Niger, ela é presente na parte meridional do país. Muitos haussafones são assinalados ao sul da Nigéria, no Gana, Togo e nas cidades de Dakar, Freetown, Abidjan, Duala, Yaundé, Brazzaville e Tripoli.
- **O EWE:** a sua área cobre o Gana, o leste da fronteira ocidental da Nigéria, a parte mais meridional do Togo e do Benin.
- **O Yoruba:** é falado no Bénin, Western State, Lagos State e uma pequena parte do Midwestern, na Nigéria. É uma das línguas mais importantes desta vasta federação.
- **O Igbo:** ocupa o East Central State, o Nord Rivers State e o leste do Midwestern da Nigéria. O Igbo representa de facto um conjunto de dialectos.

c) Ao Nordeste

- **O Amharico:** língua falada pelo povo cristianizado (AMHARA) o mais numeroso da Etiópia.
- **O Somai:** a sua área geográfica inclui a Somália, o Djibuti e uma parte da Etiópia.

d) Ao Centro

- **O Fang:** é falado no sudoeste dos Camarões, na Guiné Equatorial, no norte do Gabão e nordeste da República do Congo.
- **O Lingala:** língua por excelência da música congoleza moderna, ele conhece uma extensão fulgurante que vai junto com o desenvolvimento desta música. O lingala é também conhecido como a língua das duas metrópoles congolezas (Kinshasa e Brazzaville) e do exército nacional da RDC.
- **O Kikongo:** Essa língua, historicamente conhecida como a língua do antigo Reino do Kongo, produziu muitos dialectos veiculares, é utilizada no nordeste de Angola, no Sudoeste da República Democrática do Congo, no centro e sul do Congo Brazzaville e no sul do Gabão. O kikongo
- **O Luba:** Ciluba no Kasai e Kiluba no Katanga, essa língua que foi utilizada no leste do Congo pela administração colonial belga sob a sua forma “simplificada”, conhece agora um recuo perante o Swahili.

e) Ao Leste

- **O Swahili:** o leste do continente é o domínio reservado do swahili. É a mais importante língua veicular da zona bantu. A sua extensão abrange: o Kenia, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, RDC (a parte oriental e o Katanga), Moçambique (parte norte), Comores, alguns ilhéus na Zâmbia e no Malawi. O Swahili é ensinado em muitas Universidades fora da zona bantu. É o caso, por exemplo, de Cambridge, Copenhaga, Gand, Genebra, Hamburgo, Leiden, Liège, Londres, Los Angeles, Louvain, Montreal, Moscovo, Nova Iorque, Oxford,

Pequim, Pittsburgho, Praga, Roma, Uppsala, etc. Mesmo no Japão e na Índia (Nova-Delhi) cursos de swahili são igualmente dispensados.

A sua importância nas ondas é manifesta pela difusão de programas em swahili pelas estações radiofónicas internacionais tais como: a B B C, a Voz da América, a Deutsche Welle, Radio Moscovo, Radio Pequim, etc.

- **O Bemba:** é essencialmente a língua veicular da Copperbelt zambiana.
- **O Nyanja:** a língua Nyanjà é utilizada em Moçambique, Malawi e Zimbabwe.
- **O Macua:** é falado em Moçambique e no Malawi e tem mais ou menos 2.500.000 locutores
- **O Shona:** Koiné resultando duma unificação concertada do Korekore, Zezuru e Karanga, realizada pelos missionários após a primeira guerra mundial, ele conta locutores no Zimbabwe e em Moçambique.

f) Ao sul

- **O Zulu:** A língua zulu ocupa a parte sudeste da República da África do Sul.
O Zulu na sua forma pidginizada, chamado FANAGALO, é utilizado na região de Joanesburgo pelos mineiros africanos imigrados e em algumas regiões do Zimbabwe e da Zâmbia.

1.3. As Línguas Resultantes dos Antigos Contactos da África com a Europa

Os diferentes contactos que o continente teve com Europa, durante os séculos passados, acabaram, no plano linguístico, numa situação diversificada e complexa.

Diversificada por que o resultado foi ou a conservação da língua europeia de contacto, ou uma das suas formas vulgarizadas ou crioulizadas.

Complexa pela simples razão de que mesmo sendo estrangeiras, do ponto de vista da sua origem (indo-europeia), essas novas situações linguísticas são assumidas quer pelos autóctones quer por pessoas que integraram as comunidades africanas desde há séculos atrás.

Essas línguas apresentam-se da seguinte maneira:

O inglês: utilizado pelos descendentes dos colonos na Libéria e na África do Sul e na sua forma crioula “KRIO” especialmente na Sierra Leoa:

O afrikaans: uma forma do neerlandês utilizado pelos descendentes dos colonos holandeses na África do Sul.

O espanhol: Substituiu a língua autóctone dos primeiros habitantes das Ilhas Canárias. Essa última era semelhante ao Berbere.

O português: na sua forma crioula é a componente linguística da identidade das ilhas do Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe.

1.4. Línguas impostas pela Colonização

As potências coloniais aplicaram, nas suas respectivas colónias, políticas linguísticas que eram de acordo com os seus interesses. Elas tinham como base as suas respectivas línguas.

As melhoras representadas são o inglês, o francês, o português e com menor importância o espanhol. Utilizados como línguas de dominação durante todo o período colonial, elas foram conservadas, depois das independências, com o estatuto de “línguas oficiais”; quer dizer de línguas que permitem aos estados recentemente independentes uma abertura ao mundo.

Bem que fazendo já parte do panorama linguístico do continente, essas línguas mesmo pertencentes todas à mesma família, apresentam também uma certa diversidade no enfrentamento das realidades linguísticas africanas. A utilização dessas línguas pelos países africanos teve como consequência a adesão destes nas diferentes organizações que têm como base a partilha em comum das línguas supracitadas. Chamam-se Commonwealth, Organisation Internationale de la Francophonie (AIF), Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP) e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Quanto às línguas oficiais, aqui esta a sua situação actual:

a) O Inglês: como língua oficial, ela tem um lugar de destaque no continente africano. Joga directamente esse papel em mais de dezanove países e indirectamente em muitos outros.

Excitado pelo quadro técnico mundial, o Inglês, que se tornou a sua língua privilegiada, tendo em conta os avanços tecnológicos americanos, tem em África uma expansão forte provada pela passagem,

na esfera desta língua, de alguns países que nunca tiveram uma tradição da referida língua. É o caso, por exemplo, de Moçambique, da RDC e do Ruanda.

b) O Francês: Mesmo com o facto de ser utilizado por dezassete países como única língua oficial, e por oito outros como segunda língua oficial, o francês está, no nosso entender, duma maneira geral numa situação difícil. A sua adopção recentemente como segunda língua oficial pela Guiné Equatorial, por exemplo, ano deve enganar.

A criação da Organização Internacional da Francofonia não mudou nada nessa situação e os africanos francófonos têm actualmente tendência a tornarem-se bilingues com a aprendizagem do inglês.

Esse quadro não vai mudar apesar do lançamento de vários programas de promoção do francês, em diferentes domínios, apoiados pela Francofonia.

c) O Português: Os países africanos lusófonos sofrem da pressão das línguas oficiais dos seus vizinhos.

- A Guiné Bissau está completamente cercada por vizinhos que têm o francês como língua oficial. No plano interno, o crioulo exerce também uma pressão sobre a língua portuguesa. (N.B.: a Guiné Bissau entrou na zona monetária do franco)
- São Tomé e Príncipe está numa zona onde dominam o inglês e o francês. (N.B: em Libreville vive uma forte comunidade saotomense e nota-se a presença nas ilhas de comerciantes nigerianos)
- Angola tem quatro vizinhos dos quais os dois ao Norte (RDC e Congo) e os dois outros ao sul e ao leste têm respectivamente o francês e o inglês como línguas oficiais.
- Quanto ao Moçambique, ele é completamente rodeado por países anglófonos (Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul, Swazilândia).

O contexto linguístico, que acabamos de descrever, levou os países africanos lusófonos a encontrar soluções práticas. É assim que se nota uma utilização normal do Inglês em Moçambique e numa certa medida ao sul de Angola. A proximidade da R.D.C, do Gabão, do

Senegal e da Guiné Conakri faz com que o francês seja utilizado ao Norte de Angola, em São Tomé e Príncipe e em Guiné Bissau.

Em Cabo Verde, a única pressão que sofre a língua oficial é a do crioulo.

d) O Espanhol: é utilizado como primeira língua oficial em Guiné Equatorial.

II. DIVERSIDADE NA PARTE SUB-SARIANA

Mesmo com a presença das línguas de outras famílias, a parte sub-sariana do continente é dominada pelas línguas da família Congo-Kordofan. E no seio desta, é a sub-família Niger-Congo que se destaca através das línguas bantu cujo peso se vê pelo espaço que ocupam (um terço do continente). A sua área cobre a parte da África que se estende do Atlântico ao Oceano Índico, ao sul duma linha que vai, duma forma geral, do sul dos Camarões até a África do Sul.

O número dos locutores dessas línguas é avaliado em cerca 200 milhões. Trata-se pois do conjunto mais importante da África negra do ponto de vista geográfico e demográfico.

Duma maneira restrita, os países concernidos por essas línguas são os seguintes (do norte para o sul): Os Camarões (uma parte), R.C.A (uma parte), Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, Congo, R.D.C, Ruanda, Burundi, Uganda, Kenya, Tanzânia, Angola, Zâmbia, Mauari, Moçambique, Comores, Namíbia, Botswana, Zimbabwe, Swazilandia, Lesoto e África do sul.

2.1. Situação Linguística Diversificada

A situação linguística dos países da zona bantu é essencialmente multilíngue.

Um amigo meu, linguísta da RDC, dizia-me um dia: "A África em geral e o espaço bantu em particular são multilíngues pela força das coisas e pelos acasos da historia. Uma criança de Kinshasa, por exemplo, é confrontada ao multilinguismo muito cedo. Muitas vezes, ela deve dominar três línguas: uma primeira em casa (a língua da etnia dos pais), uma segunda (a língua regional - o lingala) para todo o contacto fora da casa dos pais e enfim uma terceira (o francês - língua de ensino) para a escola".

dum determinado país ou estar, também, presente em dois ou mais países.

No caso da língua regional ser diferente da língua declarada “nacional” pelo governo, é também necessário dominá-la.

2.1.3. Complementaridade Língua Regional (ou Nacional) / Língua Oficial

Os países africanos sendo os produtos directos da colonização, a partir dum certo nível de complexidade das coisas ligadas à modernidade, ao Estado e à situação internacional, a língua regional ou nacional não chega mais. O conhecimento da língua oficial é exigido e essa não só joga o papel de mediação para os contactos externos mas, as vezes, o de meio para os contactos internos quando as diferenças entre os grupos são aparentemente muito grandes.

Contudo, convém assinalar a utilização particular da noção “língua oficial” no contexto sul africano. Preocupado para evitar tensões inúteis e frustrações, o governo declarou “oficiais” todas as onze línguas do país: o Africanas, o Inglês, o Ndebele, o Sotho do Norte, o Sotho do Sul, o Swazi, o Tsonga, o Tswana, o Venda, o Xhosa e o Zulu.

2.2. Um exemplo Concreto: O Caso de Angola

(Quanto aos nomes das dezoito províncias do país, seguiremos a grafia oficial: Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Malanje, Luanda, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Benguela, Huambo, Bié, Moxico, Namibe, Huila, Cunene, Cuando-Cubango.)

Com uma superfície de 1.246.700 km² e cerca de 12.000.000 (doze milhões) de habitantes, Angola é um país de velha tradição portuguesa.

A imagem linguística rápida que se faz deste país é a da presença dum lado, da língua oficial e, do outro, das línguas autóctones ou nacionais.

2.2.1. A Língua Oficial

Durante a sua presença em Angola, o português conheceu fortunas diversas de acordo com os períodos até a sua imposição em Agosto de 1845. A partir daquele momento, começou a jogar um papel importante na política linguística da colónia. Se bem que

durante a luta armada de libertação, a língua portuguesa foi utilizada, sem complexo, pelos nacionalistas como meio para explicar as razões desta luta a toda a comunidade internacional.

Após a independência em 1975, o português ficou no país por principalmente duas razões:

- ele deveria jogar o papel de língua oficial para o jovem Estado angolano ;
- o português é o único meio linguístico dos angolanos de origem europeia e daqueles que não se identificam com os diferentes grupos etnolinguísticos do país.

Tendo em conta a tradição que a presença do português criou no território angolano há quase cinco séculos, essa língua tem ainda tempos favoráveis perante si, apesar da pressão conjugada do francês e do inglês. O facto de Angola pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPCP) e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderia reforçar essa presença se uma política linguística clara e consequente fosse aplicada perante o ensino da língua portuguesa dum lado e em relação às línguas autóctones do outro. A tal política poderia consistir numa ajuda tanto nas pesquisas sobre o português falado em Angola como na estabilização das línguas autóctones e na produção de dicionários bilingues (português / Língua(s) autóctone(s) - língua(s) autóctone(s) / português). É preciso acrescentar outras medidas de enquadramento que fariam dos locutores das línguas autóctones “verdadeiros” potenciais locutores da língua portuguesa.

Por iniciativa do Governo, todas as línguas autóctones são chamadas a receber, por um processo desencadeado desde alguns anos, o estatuto de “línguas nacionais” em oposição à “língua oficial” que é o português. O que justifica a presença duma instituição governamental, o Instituto de Línguas Nacionais (ILN), encarregada de jogar o papel de reguladora no acompanhamento de tal processo.

2.2.2. As Línguas Autóctones

AS LÍNGUAS BANTU

a) O Kikongo: ocupa principalmente as províncias de Cabinda, Zaire, Uige e Bengo (uma parte) O kikongo conta, no território angolano, com catorze variantes:

- Vili, Yombe, Kakongo e Woyo na província de Cabinda ;
- Solongo e Kisikongo na província do Zaire ;
- Soso, Kango, Zombo, Suku, Pombo, Gwenze, Paka e koji na província do Uige.

Segundo LAMAN (na Introdução de seu Dictionnaire Kikongo - Français) diz que o número, das variantes mais importantes, é de 25 em toda área linguística kikongo:

b) O Kimbundu: é falado nas províncias de Malanje, Kwanza-Norte, Luanda, Bengo (uma parte) e Kwanza-sul (uma parte).

- Luanda na província de Luanda
- Ambundu, Ntemu e Kisama, na província do Bengo
- Hungu, Luangu, Dembu e Ambundu, no Kwanza-Norte
- Puna, Jinga ou Ngola, Bando, Mbangala, Holo, Kari, Xinje, Minungu, Songó, Bambara e Sende na província de Malanje.
- Libolu, Kibala e Haku no norte da província de Kwanza-Sul.

c) O Umbundu: a sua área estende-se às províncias de Bié, Huambo, Kwanza-Sul e Benguela. Quinze variantes principais partilham esse espaço. Trata-se de:

- Viyeno (Bieno) e Mbalundu na província do Bié
- Mbalundu, Wambu e Sambu na província do Huambo ;
- Sele, Sumbi, Pinda e Mbwi no Kwanza-Sul ;
- Cisanji, Lumbu, Ndombe, Hanya, Nganda e Cikuma, na província de Benguela

d) O Cokwe (do grupo etno-linguístico Lunda-Cokwe)

Ocupa principalmente as províncias de Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Cuando-Cubango. Como língua, ela apresenta sete (7) variantes:

- Lunda, kioku, Mataba, Kakongo ou Badinga e Mai, na província da Lunda-Norte;
- Kioku, na Lunda-sul;
- Lunda-lwa-Shinde, Lunda, Ndembo, Kioku, na província do Moxico ;
- Kioku nas províncias do Bie e Cuando-Cubango.

e) O Ngangela:

É falado essencialmente nas províncias do Bié, Moxico, Cuando-Cubango e Huila. As suas variantes podem ser avaliadas em vinte dois (22):

- Lwimbi na província de Malanje ;
- Lwimbi, Ngangela, Ambwela, Engonjeiro, Ngomielo e Mbande na província do Bié ;
- Lwena, Lwale, Lucaze, Mbunda, Ambwela, Ambwela-Mbande, Kangola, Yakuma, Luyo, Nkoya e Kamashi, na província do Moxico ;
- Lucaze, Mbunda, Ngangela, Ambwela, Kamashi, Ndungo, Nyengo, Nyemba e Aviro na província do Cuando-Cubango;
- Ngangela e Nyemba, na província da Huila.

f) O Nyaneka-humbi (grupo etno-linguístico Nyaneka-Humbi). As suas variantes ocupam toda a província da Huila e uma parte da província do Cunene. Elas são onze (11):

- Mwila, Gambo, Humbi, Handa (mupa), Handa (cipungu), Cipungu, Cilenge-Humbi e Cilenge-Muso, na província da Huila;
- Humbi, Ndongwena, Hinga e konkwa, na província do Cunene.

g) O Ambo

É localizado nas províncias do Cunene e uma parte do Cuando-Cubango. As suas variantes principais (seis - 6) são as seguintes:

- Vale, Kafina, Kwanyama, Kwamatu e Ndombodola, na província do Cunene.
- Kwangar, na província do Cuando-Cubango.

h) O Herero

Os locutores dessa língua ocupam as províncias do Namibe e do Cunene. O Herero conta principalmente com seis (6) variantes:

- Ndimba, Shimba, Shavikwa, na província do Cunene;
- Kwanyoka, Kuvale, Kwendelengo, na província do Namibe.

i) O Oxindonga

Está presente na província do Cuando-Cubango e distingue três (3) variantes:

- Kusu, Nyengo e Sambio.

N.B: Das nove línguas bantu do território angolano, totalizamos mais de cento e cinco (105) variantes.

AS LÍNGUAS KHOISANAS

As línguas khoisanas (Kung ! ou Kamusekele, Kazama, Kede, Kuissi, Kwepe) são representadas por alguns ilhéus nas províncias do sul do país (Cunene e Cuando Cubango). Elas são faladas por um numero cada vez mais reduzido de pessoas e os seus locutores do Cunene, por exemplo, falam já o Kwanyama e abandonaram a pratica das suas línguas.

Essa situação é, no nosso entender, uma grande perda pelo facto de que o desaparecimento das tais línguas pode nos privar não só duma forma particular de utilizar os órgãos fonadores mas também duma visão do mundo e de toda uma cultura.

CONCLUSÃO

Como já afirmamos no inicio do nosso artigo, a diversidade é uma riqueza. Contudo, quando essa mesma diversidade é posta em relação com o continente africano, ela toma muitas vezes uma conotação negativa.

A opinião, muito corrente nos meios que conhecem mal a África, é que é justamente essa diversidade, na sua totalidade, que esta na base de todas as misérias, divisões, guerras e outras desgraças do continente africano.

Todavia, a diversidade ou a diferença em si nunca foi uma causa do mal. É a sua má utilização, oportunista, que conduz a situações desastrosas.

No que concerne à diversidade linguística em África, nós entendemos o desapontamento das pessoas habituadas a equações claras e directas quando se trata das nações europeias e outras que nos levam a:

França = o francês;
 Alemanha = o alemão;
 Itália = o italiano;
 Inglaterra = o inglês;
 Suécia = o sueco ;
 etc.

A formação das nações em África baseia-se na diversidade linguística. Em outros termos, a componente linguística das diferentes identidades nacionais, em formação, é multilíngue. Mesmo nesse contexto, o nosso desejo é que todas elas, e este aos diferentes níveis, possam jogar a sua função integrante para o bem do continente.

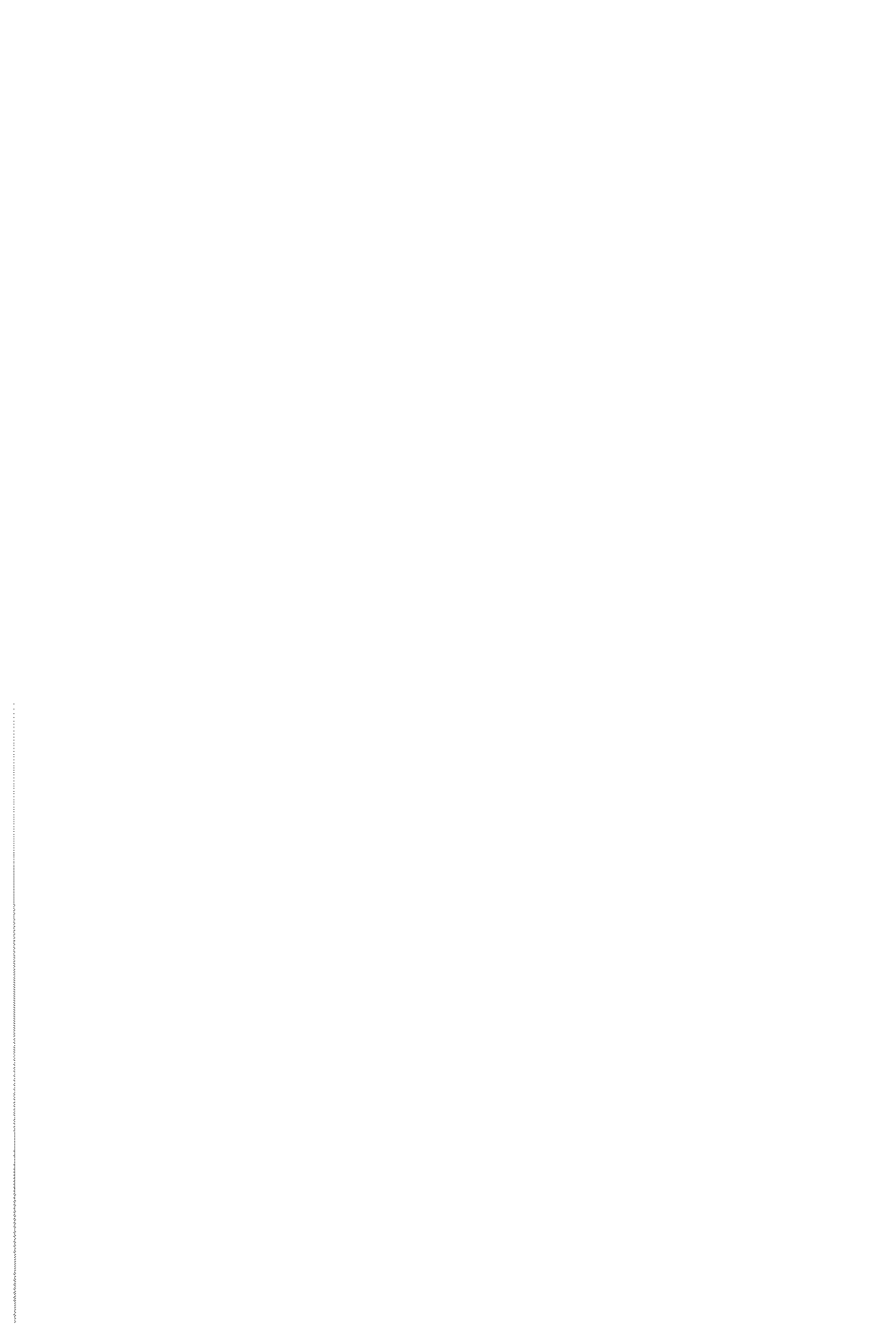
As nações em formação em África partem ademais, sobre o plano linguístico, duma complementaridade língua oficial / língua(s) autóctone(s) que as velhas nações não conhecem.

A diversidade na complementaridade deve ser o caminho a seguir pela África que deve assumir o seu presente e passado para o bem das suas populações. Essa via, na qual cada componente deve jogar o seu papel e a complementaridade língua oficial / língua(s) autóctone(s) bem utilizada, só poderá aproveitar ao desenvolvimento de todo o continente.

Bibliografia

- ALAC - Situation linguistique de l'Afrique Centrale: Zaïre, Paris, 1983.
 Art, Civilisation et Culture en Afrique, Kouba: CNEH, 1988.
 BOUQUIAUX, L - L'expansion Bantoue. Actes du Colloque Internationale du CNRS, Viviers (France) 4-16 avril 1977 - SELAF, PARIS, Ed. 1980.
 COUTO, Hildo Honorio de - "A Situação da língua portuguesa na Guiné Bissau", in Revista Internacional de Língua Portuguesa, Dezembro, 1991 5/6.
 GREENBERG, J.H.- Studies in African linguistic classification -Compass Press, New Haven, 1955.
 GREENBERG, J.H.- Langues et Histoire en Afrique - Présence Africaine 45, pp. 33 - 45, Paris, 1963.
 GREENBERG, J.H.- Classificação de las lenguas de Africa - HGA, pp. 315-332., 1982.
 GUTHRIE, M.- Comparative bantu: an introduction to the comparative linguistics

- of the bantu languages, 4 vol.- Gregg International Publishers, farnborough, Hants, 1967-1971.
- HURRAY, J. - Cultural Atlas of Africa - Oxford: Phaidom Press LTD, 1981
- INSTITUTO DE LINGUAS NACIONAIS, Esboço fonológico - Alfabeto: Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda, Oxikwanyama - Departamento de Investigação Científica, Luanda, 1985.
- KUKANDA, Vatomene - Notas de Introdução à Linguística bantu -C.D.I./Lubango, 1986.
- MARTIN, P.M.P. - Historical Dictionary of Angola - Metuchen, N.J., London: The Searecrow-Press Inc, 1980
- OBENGA, T.(sous la direction) - Les Peuples Bantu: Migrations, Expansion et Identité Culturelle - Actes du Colloque International, Libreville 1-6 avril 1985 - LHarmattan, Paris, 1989.
- OBENGA, T. et SOUINDOULA, S. - Racines Bantu / Bantu Roots - CICIBA, Sepia, Paris, 1991.
- PALANGUE, Luís. - Angola, um país fabuloso - 2^e Edição, L.P.E. International, Luanda, setembro 1998.
- PERROT, J (sous la direction) - Les langues dans le monde ancien et moderne. Première Partie: Les Langues de l'Afrique subsaharienne -Editions du CMRS., Paris, 1981.
- REDINHA, J. - Etnias e Culturas de Angola - Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1975.
- THOMAS, J.M.C - Linguistique, Ethnologie, Ethnolinguistique: la pratique de l'Anthropologie aujourd'hui: Actes du Colloque International du CNRS organisé par l'Association Française des Anthropologues: Sevres, 19-21-Nov. 1981 - SELAF Paris, 1985.
- MURRAY, J - Atlas des Civilisations Africaines - Paris, Fernand Nathan, 1983.



PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE: ALTERAÇÕES NAS CLASSES SEMÂNTICAS (CLASSEMAS) E RESPECTIVAS IMPLICAÇÕES CONSTRUCIONAIS ¹

Lourenço Mateus Lindonde ²

Abreviaturas Usadas

PM	Português de Moçambique
PE	Português Europeu
LP	Língua Portuguesa
J M	Jornal da Manhã
UP	Universidade Pedagógica
UCM	Universidade Católica de Moçambique
SU	Sujeito
SN	Sintagma Nominal
OD	Objecto Directo
SP	Sintagma Preposicional
SMI	Saúde Materno-Infantil

1. Mobilidade lexical: alguns factos

Ao debruçar-se sobre o fenómeno da nativização ³ do Português em Moçambique, FIRMINO (1998: 261) considera ter havido, sobretudo nos centros urbanos, uma “incorporação de novas característi-

¹ Este artigo é resultado de um trabalho feito para o Seminário de Lexicologia, dirigido pelo Professor Doutor Mário Vilela e enquadrado no Mestrado de Linguística Portuguesa, Maputo.

² Assistente da Cadeira de Estrutura das Línguas Bantu, na Delegação da Universidade Pedagógica- Nampula- Moçambique.

³ O autor defende que o Português está a ser adaptado ao contexto moçambicano, um facto que garante a suposição de que esta língua não pode ser tão intrusa e exógena em algumas partes de Moçambique.

cas estruturais” nesta língua. Esta situação leva a que o Português falado em Moçambique seja relativamente diferente do da norma europeia. Talvez seja por este motivo que o autor propõe a elevação do Português ao estatuto de língua nacional.

As diferenças entre a norma europeia e a variedade moçambicana situam-se a vários níveis, sendo o lexical aquele em que “se encontram as principais especificidades” dialectais. (GONÇALVES 1996:21) Em *O Léxico do Português: Perspectivação Geral*, VILELA [95:14-15], pergunta «quantas palavras e quantos morfemas estão contidos no léxico» e se «o léxico é algo fixo e fixado». Ainda no mesmo texto, em resposta às duas questões, o autor afirma que o “léxico constitui um sistema mais ou menos imprevisível e quase infinito” de uma língua, contrariamente à gramática que, segundo ele, “forma um sistema fechado”.

Este carácter quase ilimitado do léxico deve-se, em parte, a um dos princípios universais segundo o qual as línguas humanas se desenvolvem e, conseqüentemente, o seu léxico pode alargar-se. O alargamento do léxico de uma língua ocorre, normalmente, através de processos morfológicos, pela adição de afixos aos vocábulos de base e pelos processos lexicais, com a “criação de palavras totalmente novas.” (cf. AZUAGA 1996:238)

Para GONÇALVES (Ib.) as inovações que têm como ponto de partida o léxico “podem ser agrupadas consoante se trate: (a) de modificações do comportamento sintáctico das palavras; ou (b) do valor semântico que lhes é atribuído; ou mesmo (c) de aplicação de processos morfológicos derivacionais em casos que a norma europeia tem tendência a excluir”.

Para elucidarmos o que acabámos de nos referir, vejamos, por exemplo, o uso das palavras “estruturas”, “massa” e “caril” no Português de Moçambique (doravante PM), através das frases que se seguem:⁴

- (1) a. Chegaram as *estruturas*.
b. Estamos há duas semanas tentando falar com as *estruturas*. (TVM, 1.6.2000)
- (2) Hoje é só *massa*, falta *caril*.

São palavras que, para além do seu valor original, ganham novos valores semânticos, conforme o seu uso nas frases em que

⁴ Para as frases (1a) e (2): in CARVALHO 91:21

ocorrem. Num acto de comunicação que envolva um falante do PM e outro do Português europeu (doravante PE), as frases (1) e (2) podem causar não só estranheza, como também “ruído” ao nível da mensagem, uma vez que, quanto ao seu denotado, as palavras “estruturas”, “massa” e “caril” não representam conjuntos de indivíduos reconhecidos na norma do PE.

Assim, em (1), o lexema “estruturas” remete-nos, de acordo com o PM, para um conjunto de indivíduos com o traço [+HUM], dotados do “poder político” sobre outro conjunto relevante de indivíduos. Tal significa que esta palavra não deve ser interpretada como modo de organização de uma determinada sociedade, ou seja, em (1) o lexema “estruturas” ostenta o traço [+dirigentes].

Em (2), o lexema “massa” é empregue na variedade moçambicana com o valor de alimento feito normalmente de farinha de milho ou mapira, conhecido nalgumas línguas locais por “xima”, um lexema que a pouco e pouco vai fazendo parte do léxico do PM, à semelhança das palavras “fungi” e “fuba” no Português de Angola.. O lexema *.caril* seria, ainda de acordo com PM, o hiperónimo de tudo quanto acompanha “xima”. Como o acompanhante de xima pode exibir várias propriedades, ou formas de ser diferentes de acordo com os seus ingredientes, os falantes instituem, geralmente, um complemento do tipo determinativo como: *caril de galinha*; *caril de matapa*; ⁵ *caril de feijão*, etc., como ilustra a frase:

(3) Em Bagamoio comíamos arroz com *caril de peixe* ou carne. (in *Domingo*, 9.7.2000:16)

Para além da estrutura apresentada em (3), o lexema “caril” pode também ocorrer noutros contextos:

(4) a. Quanto à alimentação, esta era constituída por arroz e feijão manteiga como *caril* principal. (Ib.)

b. O repolho, para além de servir de *caril*, serve também para muitas coisas. (UCM, Ano 012000)

No presente trabalho, pretendemos estudar a semântica da palavra “grávida”, e seu uso no PM, pois é comum constatar neste país e sobretudo na região norte, a ocorrência de frases como:

⁵ Feita de verduras: folhas de mandioqueira, feijão, couve, etc.

(5) Então pensei e concluí que aquela *grávida* não era da minha autoria. (FS, 23.4.99:6)

(6) Passam dias, meses e anos e nada de *grávida* aparece. (JM, 18.5.99)

Como podemos ver, o lexema “grávida” é, nestas frases, empregue não como adjectivo, mas sim como um nome; ocupando, por conseguinte, posições nucleares do SN. A atribuição de significados novos a uma palavra pode, de acordo com GONÇALVES 96, provocar: (a) alterações dos traços semânticos; e (b) modificações do comportamento sintáctico das palavras, como provam as frases (3) e (4).

Embora o trabalho se circunscreva ao âmbito lexical, tomámos, no entanto, como suporte teórico, um princípio sintáctico segundo o qual “nas línguas naturais, nem todos os “tipos” de palavras se podem combinar para formar unidades mais vastas.” Tal significa que “a pertença a uma dada categoria determina que apenas possam ocorrer em certas posições na cadeia sintagmática.” (BRITO 1996:254) De acordo com este princípio, as frases (5) e (6) podem ser consideradas anómalas tendo em conta a norma do PE, em virtude de uma selecção indevida do morfema “grávida”. A opção por este princípio baseia-se na teoria de que “O significado de uma expressão complexa é determinado pelo significado dos seus constituintes e pela forma como se combinam.” (OLIVEIRA 1996:334) Em consequência destes pressupostos teóricos, as frases (5) e (6) não gozam da mesma interpretação que uma frase bem formada, isto é, em que o lexema “grávida” surge na sua posição ideal, de acordo com a norma do PE. O desvio que ocorre em (5) e (6) junta-se a um outro com características similares:

(7) O caso que leva a escrever esta *ousadia* carta é de grande interesse sobre as mulheres africanas que têm cognomes de putas. (in CAPELA *sld*:57)

Procuraremos ainda determinar as causas que estão na origem do fenómeno que ocorre em (5) e (6) e, por conseguinte, analisaremos a semântica do adjectivo “grávida”, com base nos traços sémi-cos atribuídos pelos falantes do PM. Para tal, basear-nos-emos na análise sémica, de modo a verificarmos as “semelhanças e dissemelhanças” existentes entre esta palavra e outras com ela relacionadas.(cf. VILELA 99) ⁶

⁶ Trata-se de um texto de apoio produzido no âmbito do Mestrado em Linguística Portuguesa, Maputo

A pesquisa foi levada a cabo na Universidade Pedagógica-Delegação de Nampula, envolvendo trabalhadores não académicos, no Instituto de Ciências de Saúde, onde trabalhamos com estudantes do Curso de Saúde Materno-Infantil (doravante designaremos SMI) e na Universidade Católica de Moçambique (Faculdade de Direito). Trabalhamos também com o “Moçambique pelo seu povo”, uma colectânea de cartas dos leitores, de autoria de José Capela. O nível de escolaridade dos trabalhadores não académicos da UP varia entre a 6^a- e 12^a- classes, enquanto os do Instituto de Ciências de Saúde de Nampula têm como nível de ingresso a 10^a- classe do ensino secundário geral.

2. O Léxico e a variação linguística no Português de Moçambique

Como o tema que nos propomos estudar gira à volta do léxico e sua variação no PM, começaremos por considerar esta unidade linguística «um complemento da gramática, uma lista de irregularidades» (VILELA 1979:33), uma vez que «contacta directamente a experiência do mundo real, reflecte a multiplicidade do real e constitui o “stock”, o armazém donde os falantes extraem as palavras conforme as situações.”(lb.)

Por ser “stock” ou armazém, o léxico opõe-se ao vocabulário definido como “conjunto dos vocábulos (palavras que ocorrem na frase) realmente existentes num determinado lugar e num determinado tempo, tempo e lugar ocupados por uma comunidade linguística.”(cf. VILELA 99) Tal como a própria língua, o léxico tem um carácter geral e social, enquanto o vocabulário é de carácter particular, individual. Sendo próprio de um indivíduo falante, a sua forma e uso não podem ser homogéneos, partindo do princípio de que a língua não só “varia no espaço criando no seu território o conceito de dialectos regionais, (...) como também na hierarquia social, estabelecendo o que hoje se chama os dialectos sociais” (CAMARA 1985: 17). Portanto, o lexema que constitui objecto do nosso estudo, isto é, a palavra “grávida”, faz parte do léxico do Português e torna-se vocábulo no seu uso em situações concretas de interacção social, sujeitando-se, por conseguinte, a todo um conjunto de factores inerentes à fala quotidiana.

E por falarmos na variação linguística de acordo com o espaço, importa referirmos que «O Português está presente como língua viva

no Brasil, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, e na Guiné». (VILELA 1995:45) Com a excepção (?) do Brasil ⁷, o Português é, nestes países, uma língua segunda para a maioria da sua população. No caso específico de Moçambique, o Português convive no mesmo espaço geográfico com cerca de 24 línguas do grupo bantu, faladas por 98,8% da população. Como língua segunda, o Português é falado por cerca de 24% da população moçambicana e, como língua materna, por 1,2% de indivíduos, conforme o censo de 1980. (CARVALHO 1991 e FIRMINO 1997:251) Este estado de coisas levanta, *a priori*, problemas inerentes ao contacto entre línguas. Por conseguinte, registam-se fenómenos de interferência, isto é, de uso das estruturas linguísticas pertencentes a línguas bantu, quando se expressam em Português. ⁸

Motivados por factores de bilinguismo, bem como pelo conhecimento incipiente da estrutura da LP, muitos falantes do Português de Moçambique cometem desvios em relação à norma do PE, embora, em termos oficiais, o Português falado em Moçambique siga a norma do PE. (SEMEDO 1997)

São desvios que se situam a vários níveis, desde o fonológico, passando pelos níveis morfológico e lexical, até ao sintáctico-semântico. No fonológico, poderíamos falar, por exemplo, a substituição da consoante lateral /l/, pela vibrante /r/, por falantes bilingues do Ndau (Sena)/Português, em palavras como /falar/ e /localidade/, etc:

- (8) a. Agora eu vou *faral* sobre do meu amigo. ..(in CAPELA *std.* p.17)
 b. As meninas amam mais pessoas de fora, do que da mesma *locaridade*, pois sim. (Idem, p.57)

O léxico de uma língua pode alargar-se acrescentando afixos aos vocábulos de base ou criando palavras completamente novas. No Português de Moçambique é frequente assistirmos ao surgimento de palavras novas a partir das que existem, graças aos morfemas derivacionais:

- (9) a. Tinha recebido o vencimento que era para sustentar a sua família, mas o mal que ele recebeu *desimportou* de ir a casa, correu logo para bar...(in CAPELA *std.* p.53)

⁷ Não temos certeza se no Brasil existem outras línguas locais para além do Português.

⁸ FISHMAN 98:596, define interferência como sendo o uso de estruturas linguísticas pertencentes a uma dada língua, quando falamos ou escrevemos outra.

b. A primeira semana trataram muito bem como deve ser e a seguir a semana da família *desequentaram* e mandaram-se embora. (Ib.)

Ao nível sintáctico podemos basear em GONÇALVES 96: 19, que se refere «(a) à utilização dos pronomes pessoais complementos; (b) à estrutura das frases subordinadas e (c) à ordem das palavras». O fenómeno de simplificação de expressões linguísticas constitui outra forma de desvio muito frequente no PM, como confirma VILELA (95 pp53-54): «O traço mais marcante do português africano é a simplificação: que tanto pode incidir na simples eliminação sistemática dos elementos em determinados contextos, como incidir na redução de alternativas possíveis...»

Quanto aos desvios que se verificam no nível semântico, referimo-nos na primeira parte do nosso trabalho, apenas a título de exemplo, à atribuição de novos significados às palavras *estrutura*, *massa* e *caril*, fazendo com que as frases em que elas ocorrem não só sejam estranhas à norma padrão do Português, como também tenham uma interpretação diferente. Poderíamos falar, ainda no nível semântico, do uso, por exemplo, no PM, da expressão “chapa 100” para designar “transporte semi-colectivo de passageiros»:

(10) A Cidade do Maputo, debate-se actualmente com três graves (...) flagelos, designadamente o flagelo dos *chapas 100*. (*Notícias*, 14.8.2000:5)

2.1. O Conceito de traços semânticos

De acordo com COSERIU 77, apud VILELA (1979:62) « semas são traços distintivos mínimos de significado que operam num único campo lexical, servindo para estruturar esse campo em termos de vários tipos de oposição...». Entende-se por campo lexical «o conjunto de unidades léxicas que dividem entre si uma zona comum de significação com base em oposições imediatas.» (VILELA, ib.) Podemos dar como exemplo de semas os traços semânticos que opõem os lexemas: *casa*, *vivenda*, *moradia*, *apartamento*, *flat*, *cubata*, *palhota*, etc, os quais se caracterizam pelo traço [+abrigo], mas diferem entre si na forma e estrutura e que, muitas vezes, levantam problemas relacionados com a demarcação das suas fronteiras.

Em contrapartida, os classemas “são componentes de sentido muito gerais comuns a lexemas que pertencem a diferentes campos lexicais...” (Idem). Tomemos como exemplo os lexemas: “gato”, “ferro”, “planta”, “boi”, “areia”, “João”, “pedra”, “cão” e “gibóia”. Trata-se de um conjunto de palavras que pertencem a diferentes campos lexicais, mas que podem partilhar algumas propriedades em comum: (a) [+VIVOS]: gatos, plantas, João, bois, cães, gibóia; (b) [-VIVOS]: pedra, areia ferro; (c) [+ANIM]: gato, João; bois, cães; (d) [-ANIM]: planta, pedra e ferro. (e) [+Quadrúpedes]: gatos, bois, cães. [-Quadrúpedes]: João, gibóia. Cada um dos grupos de lexemas forma uma classe lexical, pois “entram em relação por meio de (...) um traço distintivo comum que funciona em toda uma categoria verbal”. (VILELA 1979:70)

Os traços mínimos que distinguem lexemas do mesmo campo lexical são designados por diferenciadores e os que opõem lexemas de campos lexicais diferentes, são os chamados marcadores ou simplesmente traços genéricos. São diferenciadores os traços semânticos que opõem os lexemas reunidos no primeiro exemplo, enquanto os do segundo exemplo se opõem entre si através de marcadores.

Como acabámos de nos referir, as fronteiras em traços sémicos entre duas ou mais palavras do mesmo campo lexical são por vezes de difícil delimitação. Tal é o que pode ocorrer, por exemplo, entre os pares dos lexemas “casa/moradia”; “flat/apartamento”; “palhota/cubata”, “moradia/vivenda”, ou mesmo entre “casa” e “residência”. Parece ser por esta razão que se assiste no PM, sobretudo ao nível do discurso infantil, ao frequente uso generalizado dos lexemas “chapéu”, para se referir a toda a peça de vestuário usado normalmente pelos homens para cobrir a cabeça; “caneta”, todo objecto com tinta que serve para escrever; “sapato”, todo o tipo de calçado, “cão”, todo o animal quadrúpede; etc.

3. O Uso do morfema “grávida” no Português de Moçambique

Esta secção comporta duas partes, nomeadamente (a) “Descrição morfo-sintáctica da palavra “grávida”, de acordo com a norma do PE e, (b) “Dos traços semânticos da palavra à frase”. Sem fugirmos ao tema, tentaremos, na primeira parte, relacionar a morfologia com sintaxe, como forma de explicar as restrições que se impõem no uso de certas categorias gramaticais. Na segunda parte, fornecemos os

dados relativos aos significados atribuídos ao morfema “grávida”, pelos informantes, uma acção que inclui a apresentação das frases por eles produzidas, as quais reflectem as mudanças operadas ao nível dos traços semânticos do morfema em estudo.

Como fizemos referência na primeira parte, foi realizado um inquérito por escrito, com vista à recolha dos dados, um teste que compreendeu três fases: Num primeiro momento, fizemos um exercício a partir do qual os informantes forneceram diferentes significados do lexema “grávida”, sem o apoio de uma frase. A segunda parte consistiu em determinar o significado ou significados da palavra “grávida” a partir de uma frase. E, na última parte, os informantes construíram frases em que procuram integrar o morfema “grávida”.

3.1. Descrição morfo-sintáctica da palavra “grávida”

VILELA (1979:12) considera que «O léxico na Gramática Transformacional Generativa é o conjunto de entradas lexicais correspondendo à competência lexical do falante/ouvinte duma língua particular...». Assim, «a entrada lexical é especificada por meio de traços que confirmam, (...) entre vários aspectos, (a) as propriedades necessárias para a interpretação semântica (componentes de definição do dicionário) e (b) as propriedades léxicas referentes ao lugar de inserção da respectiva unidade lexical na sequência sintáctico-categorial.» (Ib.)

Com base nestes pressupostos teóricos, podemos depreender que “grávida” é, quanto à sua interpretação semântica, um adjectivo, «designativo de ou mulher ou fêmea de animal que se encontra em estado de gravidez». Além disso, o morfema “grávida” é também definido como substantivo feminino. O adjectivo “grávida” opõe-se ao morfema “gravidez” pelo facto de o primeiro atribuir uma determinada qualificação a um nome e o segundo é um nome que designa uma pessoa. E, dependendo das propriedades semânticas do nome a que o adjectivo se associa, o morfema “grávida” pode tomar duas formas diferentes, correspondentes aos géneros masculino e feminino, o que faz dele um adjectivo biforme, de acordo com a terminologia utilizada pelas gramáticas tradicionais da Língua Portuguesa.

Quanto ao lugar de inserção desta unidade lexical na sequência sintáctico-categorial, preferimos basear a nossa abordagem em BASÍLIO 1980, através do seu estudo sobre restrição categorial e os

agentivos em - **dor**. Neste estudo, a autora considera que “alguns agentivos em - **dor** podem ocorrer ou como nomes, ou como adjectivos” (p.90), como ilustram as frases:

- (11) a. O administrador [+NOME] não conseguiu resolver o problema.
 b. A firma administradora [+Adj] não conseguiu resolver o problema.

Considerando que o morfema “grávida” ostenta os traços [+ADJ] e [+NOME] admite-se, portanto, que esta unidade linguística possa ocorrer na posição SN-SU ou como modificador, ou como elemento nuclear do sintagma, como demonstram as frases:

- (12) a. Uma mulher grávida deve alimentar-se bem.
 b. Uma grávida deve alimentar-se bem.

De acordo com a norma do PE, a expressão “uma grávida”, em (12b), deve ter a mesma interpretação que, “uma mulher grávida”, dado o seu valor metonímico. O adjectivo “grávida” pode ocorrer, para além destas posições argumentais, como predicador de verbos do hiperónimo “ser”:

- 13) a. A Laura está *grávida* há seis meses.
 b. A Clara ficou *grávida* aos 25 anos de idade.

Com base nestas realizações da palavra “grávida”, são os seguintes os traços deste lexema, correspondendo à sua entrada lexical:

- (a) +N, +Adj
 (b) (b) +N
 (c) +Adj

Contudo, não nos parece que a interpretação do morfema “grávida” em (12b) seja aplicável às frases (14a) e (14b), correspondentes ao uso deste adjectivo no PM:

- (14) a. Esta *grávida* não me pertence.
 b. Esta doença é muito complicada sobretudo nas mulheres quando apanham *grávida*. (JM, 4.8.2000)

Em (14a) e (14b), o morfema “grávida” surge como um elemento nuclear do SN-SU, e SN-OD, o que é estranho à norma do PE. Nestas

frases o morfema “grávida”, embora exiba o traço [+NOME], não substitui, no entanto, “mulher que se encontra em estado de gravidez”, mas a própria “gravidez”. Embora sejam agramaticais de acordo com a norma do PE, este tipo de frases são realizáveis no PM.

3.2. Dos traços semânticos da palavra à frase

Apresentam-se em seguida os resultados do inquérito destinado a recolher os dados referentes ao uso do adjectivo “grávida” no PM. Começaremos por fazer o levantamento e a descrição dos traços que os informantes atribuíram a este lexema, de acordo com o saber linguístico de cada um e, em seguida, apresentaremos as frases por eles construídas.

Porque não é nosso objectivo fazer um estudo sociolinguístico do fenómeno, analisaremos os resultados sem ter em conta a condição social e o grau de instrução dos informantes. Assim, com relação aos significados que configuram o lexema “grávida”, o inquérito permitiu-nos obter os seguintes traços:

- [+ conceber]
- [+ resultado de contacto sexual entre homem/mulher]
- [+ é o estado de uma mulher durante a gestação]
- [+ gestação]
- [+ posição normal de uma mulher]
- [+ estado da fêmea durante a gestação]
- [+ embarrigar]

Como se pode depreender, os traços aqui apresentados definem “grávida” ou como uma acção ou como um estado, mas não como uma propriedade. O resultado do contacto sexual entre uma mulher e um homem, de entre várias possibilidades, é a gravidez. Por conseguinte, os falantes do PM interpretam uma propriedade atribuível a seres com traço [+Fêmea] como um estado em que eles se podem encontrar durante a gestação do feto. É, pois, com base nesta interpretação do adjectivo “grávida”, que os falantes produziram as frases que se seguem:

- (15) a. A *grávida* da Maria deu à luz dois gêmeos.
 b. A amizade da Rita com o Julião produziu uma *grávida*.
 c. A minha vizinha desfez uma *grávida*.
 d. A *grávida* da Maria já desfez-se.

- e. A *grávida* é o período de gestação.
- f. Eu gosto mulher de *grávida*.
- g. A filha do Ivo está de *grávida*.

Em (15a), (15d) e (15e), o lexema “grávida” surge como elemento nuclear do SN-SU, enquanto em (15b) e (15c) ocorre como OD de verbos do hiperónimo fazer, nomeadamente “produzir” e “desfazer”. Em (15f) e (15g) o morfema “grávida” é, de acordo com o PM, engendrado na posição [SP ,N]. Estas duas últimas frases devem ser lidas como “...que tem grávida”, ou, de acordo com o PE, “...que se encontra em estado de gravidez”. Como vimos em (8a) e (8b), estas frases são agramaticais tendo em conta a norma europeia, mas constituem formas de falar que caracterizam os discurso oral e escrito de muitos falantes do PM. O exemplo mais elucidativo de comutação de traço semântico [+Adj] para [+Nome] é a frase (e), em que o locutor define “grávida” como um período de gestação, que é o mesmo que identificar este morfema com “gravidez”. Sendo assim, e de acordo com o que anteriormente ficou dito, os falantes interpretam o lexema “grávida” não como uma qualidade que aparece associada a um indivíduo ou ser com traços [+HUM] e [+FÊMEA], o qual se pode encontrar num determinado estado, mas como um estado em que um indivíduo se encontra. Parafraseando, os falantes do PM usam o lexema “grávida” no lugar de “gravidez”, portanto, no lugar de uma palavra que, quanto à sua categoria gramatical, pertence à classe dos substantivos, e significa “estado de fêmea durante a gestação”, “prenhez”. Voltando à questão da restrição categorial a que anteriormente fizemos referência, diremos, por analogia com agentivos em -dor, que no PM o lexema “grávida” é mais usado como nome do que como adjectivo, pelo que ocorre na posição SN-SU ou SN-OD.

Pertencendo as duas palavras a “tipos” diferentes, não pode haver, por conseguinte, qualquer possibilidade de se comutarem dentro do eixo paradigmático, de acordo com a norma padrão do Português. Segundo VILELA (1999) existem relações paradigmáticas apenas entre palavras que pertencem à mesma categoria gramatical, como por exemplo entre os adjectivos *branco*, *preto*, *cinzento*, o que favorece a sua comutação dentro do eixo paradigmático.

A mudança de traços que se verifica no uso do adjectivo “grávida” afecta o comportamento sintáctico deste morfema, fazendo com que a frase em que ocorre tenha não só uma interpretação dife-

rente, como também uma estrutura estranha à norma do PE. Além disso, alguns falantes interpretam o lexema “grávida” ora como [+Nome], ora como [+Adjectivo], o que demonstra a ausência de delimitação em traços sémicos das suas fronteiras, como ilustra a frase:

- (16) Uma mulher *grávida* não pode beber água servida por uma outra que esteja menstruada, porque a *grávida* estraga-se e pode não nascer (SMI, NPL, 1999)

A que se deve este uso arbitrário da palavra “grávida”? Por que razões os falantes do PM interpretam o adjectivo “grávida” como um nome, ou melhor, a que se deve a alteração do traço [+Adjectivo] para o traço [+Nome]? Para respondermos a estas perguntas, apresentaremos em seguida a análise semântica das palavras “grávida”/“gravidez”, com base na realidade linguístico-cultural moçambicana.

4. A semântica de “grávida/gravidez” no contexto linguístico-cultural moçambicano

Pretendemos, nesta secção, abordar alguns aspectos relacionados com a semântica do morfema “grávida”. Apresentaremos, por conseguinte, os traços sémicos que configuram este termo, de acordo com a cultura dos falantes do PM, numa abordagem que inclui certos tabus subjacentes ao uso do morfema “grávida”.

Para tal, servir-nos-emos de depoimentos feitos por informantes, bem como de trabalhos de carácter antropológico sobre “gravidez” e “sangue” nas sociedades tradicionais moçambicanas, elaborados por estudantes do Curso de SMI, no Instituto de Ciências de Saúde de Nampula. Socorrer-nos-emos também de expressões próprias das línguas do grupo bantu faladas em Moçambique, como forma não só de verificarmos a maneira como estas línguas subcategorizam o fenómeno “grávida” ou “gravidez”, mas também como uma tentativa de testarmos as possíveis influências destas línguas no uso das palavras em referência.

De acordo com a rotina cultural dos falantes de algumas das línguas do grupo bantu, os lexemas “grávida” ou “gravidez” apelam para diferentes interpretações: Em Shimakonde, por exemplo, a

palavra “shitumbo” está associada à ideia de “doença”, um estado que só deixará a família tranquila no dia em que a “doente beber água”, que quer dizer “der à luz um bebé”.⁹

Em Cinyungwe, “mimba” significa não consumo de sangue de animais, enquanto em Cicopi (falado em Inhambane), este termo simboliza não consumo de água servida por uma mulher menstruada.

Em E-cuabo, língua do grupo P34 de acordo com a classificação feita por Guthrie (1967/71), “gravidez” significa:

- não beber água de pé;
- não consumo de piri-piri;
- não ficar à porta de uma casa;
- não chupar cana de açúcar;
- não manter relações sexuais extra-conjugais;
- não consumo de ovos.

Para os falantes da língua Emakhuwa, de acordo com a forma como os seus falantes subcategorizam o mundo, “erukulu” significa “não sentar na cadeira, mas sim, na esteira”, durante a gestação.

De uma forma geral, existe, nas línguas bantu, uma determinada relação de sentido entre o vocábulo que significa “barriga” e os morfemas “grávida/gravidez”. Quer dizer, nalgumas línguas do grupo bantu, o termo “barriga” denota também “grávida” ou “gravidez”, podendo distinguir-se apenas de acordo com o contexto. Vejamos um exemplo da língua Shimakonde, língua falada na Província de Cabo Delgado, nos Distritos de Mueda, Muidumbe, Nangade, Mocímboa da Praia, Palma, Macomia e Meluco, de acordo com os dados do censo de 1980:¹⁰

(17) a. Mário havenao **shitumbo** shikumene. “O Mário tem barriga grande”

b. Ndyá Mário havenao **shitumbo** sha myedi sita. “A esposa do Mário tem uma gravidez de seis meses. (tradução literal)”

Como se pode depreender, a palavra “shitumbo” tem dois significados: em (17a) ela significa “cavidade abdominal” ou “ventre”,

⁹ O autor deste texto é um falante nativo da língua Shimakonde

¹⁰ cf. 1º. Seminário Nacional de Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas.

enquanto em (17b) “shitumbo” é usado com sentido de estado em que uma mulher se encontra durante a gestação. Enquanto no PE o lexema “barriga” pode denotar também “gravidez” no sentido figurado (cf. Dicionário Universal de Língua Portuguesa: 202), nas línguas bantu este significado não é periférico, pois trata-se de um caso de polissemia. O carácter polissémico da palavra “shitumbo” verifica-se também na oposição grávida/gravidez, como provam as frases:

- (18) a. Nkongwe wa **shitumbo** andipita. “A mulher grávida passou.”
 b. **Shitumbo** shamwe Maria shinditinguka. “A gravidez da Maria desfez-se.”

Tanto em (18a), como em (18b), “shitumbo” ostenta o traço [+NOME], pelo que uma interpretação literal da frase (18a) seria “mulher de gravidez”, que é o mesmo que dizer “a mulher que tem gravidez”. Mas, a palavra “shitumbo” é empregue como adjectivo em (18a) e como nome ou substantivo em (18b). Para além da palavra “shitumbo”, existe em Shimakonde um outro lexema que significa “grávida/gravidez”. Trata-se da palavra “njigo”, de origem Suhaili “nzigo”, cujo significado primário é “bagagem”, “carga”. Por ser um termo mais erudito, usa-se sobretudo como a expressão de respeito. As palavras “shitumbo” e “njigo” são sinónimas, sobretudo quando usadas com o sentido de “gravidez”.

Em Emakhuwa, língua falada em quatro províncias de Moçambique, nomeadamente Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia, por cerca de 27,8% de indivíduos, de acordo com o censo populacional de 1980 (cf. MEDEIROS 1987:35), a oposição entre *erukulu* “barriga” e *erukulu* “gravidez” é apenas de natureza contextual, pois não existe, nesta língua, uma palavra que designe “grávida” ou “gravidez”, como ilustram as frases:

- (19) a. Maria ori ni *erukulu*. “A Maria está grávida”
 b. *Erukulu* aka yolupale “A minha barriga é grande.”

Não havendo uma palavra que designa especificamente “gravidez” ou “grávida”, não existe por conseguinte, nesta língua, uma distinção entre adjectivo e nome.

Em Cinyungwe, língua falada sobretudo na província de Tete, “grávida” denomina-se “mimba.” Este vocábulo serve também para designar “barriga”, como ilustram as frases:

- (20) a. Muana ule ana *mimba* nkulu. “Aquela criança tem barriga grande”
 b. Fernanda ana *mimba* “Fernanda tem gravidez”

À semelhança do Shimakonde, existe também em Cinyungwe uma outra palavra que designa especificamente “gravidez”. Trata-se da palavra “pathupe” que, em termos morfológicos, existe apenas como substantivo, isto é, não há, nesta língua, um vocábulo correspondente a adjectivo de “pathupe”:

- (21) a. N-kasi wa pathupe “mulher grávida” ou, numa tradução literal “mulher de gravidez”
 b. N-kasi wanga ana pathupe. “A minha esposa tem gravidez”

Como se pode ver, apenas o contexto permite-nos interpretar “pathupe” ou como adjectivo, ou como substantivo. Portanto, o carácter polissémico dos morfemas que designam “barriga” e a sua dupla realização (como adjectivo e como nome, sem alterar a forma), explicam, em certa medida, a forma como os falantes do PM seleccionam o morfema “grávida”, quando se expressam em Português.

Assim, procurámos explicar as motivações subjacentes ao uso ora como nome, ora como adjectivo, do lexema “grávida” no PM.

5. Conclusão

Como dissemos na introdução, pretendemos neste trabalho estudar os processos que promovem o alargamento do léxico do Português. Procurámos demonstrar que o léxico de uma língua pode alargar-se não só por vias morfológica e lexical, como também por via semântica, através de atribuição de novos significados às palavras, o que, no caso vertente, não só provoca mudanças ao nível dos traços semânticos, como também afecta o comportamento sintáctico da palavra. Tratou-se, portanto, do estudo da semântica do adjectivo “grávida”, em função do seu uso no PM.

A pesquisa provou que os falantes do PM usam o lexema “grávida” no lugar de “gravidez”, permitindo assim a perda do traço [+Adjectivo] do primeiro lexema e, em contrapartida, a aquisição do

traço [+Nome]. Tal se deve ao facto de, nas línguas bantu, a distinção entre “grávida/gravidez” ser apenas contextual, pois a palavra que nestas línguas designa estas duas realidades é invariável quanto à sua formação.

Como se observou ao longo do trabalho, trata-se de um fenómeno linguístico que envolve a distinção em traços do par “grávida/gravidez”. No contexto do ensino da Língua Portuguesa em Moçambique, qualquer estratégia visando levar os alunos a diferenciarem estas duas categorias lexicais, deve privilegiar práticas pedagógicas que não impliquem a imposição de restrições na selecção do morfema “grávida”, de acordo com a norma do PE, mas sim que conduzam os alunos ao reconhecimento do uso variado deste morfema, o que, por si só, justifica o princípio da variabilidade linguística que caracteriza as línguas humanas.

Portanto, não deve ser preocupação do professor levar os alunos a abandonarem o modo particular como seleccionam o lexema “grávida” a favor da norma do PE, mas o de permitir que reconheçam as duas variedades do Português como um fenómeno puramente dialectal, aceites por cada uma das comunidades sociolinguísticas como seu português. Este exemplo será sem dúvida ilustrativo de uma regra geral no PM, sobretudo na região Norte do país.

Bibliografia

1. Bibliografia Primária

- a) Textos dos informantes (mencionados no corpo do artigo)
- b) Fontes orais: Víctor Terra e Ana Muimela (Emakhuwa); Maria F. Pedro (Cinyungwe)

2. Jornais: *Domingo*, *Tempo*, *Notícias* e *TVM*

3. Bibliografia secundária:

AZUAGA, Luisa (1996), *Morfologia*, in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Ed. Caminho, Lisboa.

BASÍLIO, Margarida, (1980) *estruturas léxicas do Português: Uma Abordagem Gerativa*, Ed. Vozes, Brasil.

BRITO, Ana e Inês Duarte (1996), *Sintaxe*, in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Ed. Caminho, Lisboa.

CAMARA, Joaquim Mattoso (1985), *Estrutura da Língua Portuguesa*, 15° ed. Ed. Vozes, Brasil.

- CAPELA, José (s/d), *Moçambique pelo seu povo*. (sem nome da Cidade e da editora)
- FISHMAN, J.A. (1968), *The Sociology of Language*, The H., Mouton.
- FIRMINO, Gregório, (1998) *Educação em línguas indígenas*, in *Uso de Línguas Africanas no Ensino: Problemas e Perspectivas*, Cadernos de Pesquisa nº 26, INDE, Maputo
- GONÇALVES, Perpétua (1996), *Português de Moçambique, uma Variedade em Formação*, Ed. Livraria Universitária e Faculdade de Letras da VEM, Maputo.
- LYONS, John (1977) *Semântica-I*, Ed. Presença, Lisboa
- SEMEDO, Manuel Brito (1996), *A Colocação dos Clíticos no Português em Maputo*, Cadernos de pesquisa nº- 25, Maputo.
- VILELA, Mário (1979), *Estruturas Léxicas do Português*, Livraria Amedina, Coimbra.
- VILELA, Mário (1991), *Dicionário do Português Básico*, 3a- ed. ASA, Lisboa.
- VILELA, Mário (1995), *Léxico e Gramática*, Livraria Amedina, Coimbra.

ENSINO SUPERIOR E DIMENSÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

Víctor Kajibanga *

1. Esta pretende ser uma modesta contribuição na abordagem do papel do ensino superior e da sua dimensão cultural de desenvolvimento.

Em Outubro de 1998 participei, em Paris, na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, organizada pela UNESCO sobre o lema "O Ensino Superior no Século XXI: Visão e Acção". Registei que havia "consenso" entre os delegados, em relação aos quatro principais problemas que estruturam o debate sobre a mudança e o desenvolvimento do ensino superior, no limiar do século XXI. Tais problemas, que estariam na base da formulação de um novo conceito sobre o ensino superior, têm a ver com a pertinência, a qualidade, o financiamento e gestão e a cooperação. Tratam-se de quatro conceitos interligados e mobilizadores (talvez catalisadores de uma nova visão e acção sobre o ensino superior), que inspiraram as reflexões regionais (refiro-me as conferências regionais de: Havana, Novembro de 1996; Dakar, Abril de 1997; Tóquio, Julho de 1997; Palermo, Setembro de 1997; e, Beirute, Março de 1998) preparatórias da conferência mundial¹.

Em Novembro de 1998, por ocasião do I Fórum sobre a Universidade Agostinho Neto e o Ensino Superior em Angola, apresentei uma comunicação sobre o tema "*Instituição Universitária e*

* Universidade Agostinho Neto e CEAUP.

¹ Cf. UNESCO, La Educación Superior en el Siglo XXI: Visión y acción. Documento de Trabajo.

Liberdades Académicas em África. Uma homenagem a cidade de Tombuctu e sua Universidade". Na altura, com base nas reflexões saídas da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, falei sobre as quatro questões básicas que estruturam o debate sobre o ensino superior (no mundo ?) e questioneei a validade dessa abordagem, na sua totalidade, em relação a actual situação do ensino superior em África. Nesta perspectiva, aponte quatro aspectos (ainda que transversais) que, no meu modesto entender, devem estruturar o debate sobre o ensino superior em África. Permita-me nomear tais aspectos: em primeiro lugar, a avaliação dos percursos históricos e sociais das Universidades Africanas; em segundo lugar, a questão da actual crise estrutural e conjuntural do ensino superior em Africana (esta sim, está ligada as crises de pertinência, qualidade, gestão e financiamento do ensino superior); em terceiro lugar, a problemática das liberdades académicas e responsabilidade social dos universitários africanos; e, por último, a ideia sobre a missão e funções da universidade africana no século XXI. Hoje, passado um ano, vejo-me obrigado a retomar o fundamental das ideias que então defendi e renová-las com reflexões sobre o papel das instituições do ensino superior (em Angola) no desenvolvimento humano sustentável, na promoção da educação para a cultura da paz, enfim, na dimensão cultural de desenvolvimento.

2. Defendo dois sistemas de ensino superior e três gerações de Universidades Africanas. O primeiro é o sistema de ensino superior tradicional. Este existe com o objectivo de formar elites refinadas em medicina tradicional, na tradição e literatura orais e outras áreas do saber, conforme as necessidades da sociedade. Os professores Hampaté Bâ [UNESCO & BREDA, 1993] do Malí e Obanya [1998] do Senegal, designam este sistema de ensino "Ensino Superior não Formal". Aqui, os discípulos reúnem-se em torno de um mestre, um mais velho, que lhes transmite os conhecimentos necessários. O segundo é o sistema de ensino superior formal (universitário e não universitário). No segundo caso, temos um sistema de ensino superior clássico. Nesta comunicação vou apenas desenvolver os aspectos ligados ao ensino superior formal, começando por demarcar três grandes gerações de universitários africanos.

A **primeira** instituição do ensino superior nascida no continente africano, foi a Universidade Al-Ahzar do Cairo. Ela surgiu em 988,

antes do surgimento de algumas famosas universidades europeias: a Universidade de Paris (1150), a Universidade de Oxford (1167), e a Universidade de Montpellier (1181). A Universidade de Al-Ahzar oferecia cursos no domínio da agricultura, engenharia, estudos dentários, farmácia, comunicação de massas e ciências fundamentais, além de estudos filosóficos, corânicos e islâmicos que integravam o currículo nuclear da universidade.²

A primeira universidade da África negra, a universidade de Sankoré, surgiu em Tombuctu entre o século X e XII. A cidade de Tombuctu contava com «cerca de 70 a 80 mil habitantes, tinha entre 15 a 20 mil alunos corânicos e cerca de 150 a 180 escolas corânicas» [cf. Aguessy, 1980: 110]. Num texto inserido no livro *Introdução à cultura africana*, Honorat Aguessy [1982: 110-111] reconhece «o vigor intelectual e mundial da Universidade de Tombuctu». Na esteira de Aguessy, o excepcional nível cultural da Universidade de Tombuctu «permitiu a eclosão e a emergência de um certo número de sábios cuja autoridade no domínio da ciência, das letras, do direito, etc. , era mundialmente reconhecida e admirada» [Aguessy, 1980: 110]. Os universitários africanos da primeira geração pautavam pela dimensão cultural de desenvolvimento. Doutores e professores eminentes atravessam desertos para ministrarem cursos, contribuindo para o desenvolvimento da respectiva cidade (refiro-me à cidade de Tombuctu). Uma declaração de Mahmud Kati, referenciada no livro do professor Joseph Ki-Zerbo [s/d: 191], regista que a cidade de «*Tombuctu era sem igual entre as cidades do país dos Negros pela solidez das instituições, pelas liberdades políticas, pela pureza dos costumes, pela segurança das pessoas e dos bens, pela clemência e compaixão para com os pobres e os estrangeiros, pela cortesia em relação aos estudantes e aos homens de ciência e pela assistência prestada a estes últimos*». Na realidade, a cidade de Tombuctu era uma metrópole da ciência e da cultura, da tolerância e do desenvolvimento, onde os avanços sociais e económicos não ficavam atrás do fervor dos espíritos e vice-versa.

A **segunda geração** de universitários africanos é constituída pelas universidades surgidas no período colonial. O primeiro

² Sobre este assunto, ver Obanya, 1988: 54.

diploma do ensino superior, saído duma instituição africana de ensino superior, foi conferido a um finalista da Fourah Bay College, na Serra Leoa, em 1879 [cf. Karani, 1998: 122]. Na década de 1940 surgiram na África sob domínio britânico os primeiros três institutos universitários elevados à categoria de colégios da universidade de Londres [Karani, 1988: 122]. Duas décadas depois surgiam centros de ensino universitário na África sob ocupação francesa e portuguesa. Em 1957, eram criados a Universidade de Dakar (Senegal) e o Centro de Estudos Superior da Costa de Marfim. Na África sob domínio português, o ensino superior surgiria apenas, a partir de 1962³, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, integrados na Universidade Portuguesa⁴. As universidades deste período tinham por missão principal a formação de elites culturalmente assimiladas (e politicamente fiéis ao colonialismo), que, segundo o professor Adriano Moreira (então ministro português do ultramar), abandonam a cultura originária e adoptam a missão de generalizar os novos costumes [Moreira, 1956: 159-189].

A **terceira geração** de universitários africanos surgiu com o advento das independências nacionais. Trata-se de instituições universitárias da fase pós-colonial. Logo depois da proclamação das independências nacionais, a maioria dos países africanos criaram as suas universidades e, na maioria dos casos, o Presidente da República tornou-se no primeiro reitor ou chanceler da universidade.

Segundo uma fonte da UNESCO, citada no relatório da Fundação Gomes Teixeira "*Contributos para a revitalização da universidade em Angola*", as Universidades deste período passaram por três fases de desenvolvimento: a fase clássica, em que a universidade se assumia como símbolo de soberania nacional; a fase da massificação e expansão, em que a universidade desempenha a função de formação de quadros, e a fase de profunda crise institucional e financeira

³ Segundo um relatório elaborado pela Fundação Gomes Teixeira, intitulado "*Contributos para a Revitalização da Universidade em Angola*", à data da criação dos Estudos Gerais na África Lusófona havia apenas sete universidades na África ocidental anglófona e duas nos países francófonos da África ocidental.

⁴ Os Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique foram institucionalizados através do Decreto-Lei 44530, publicado no Diário do Governo, 1.8 série, n.º 191, de 21 de Agosto de 1962 e no Boletim Oficial de Angola, 1.8 série, n.o 36, de 8 de Setembro de 1962.

*“com cortes draconianos dos meios financeiros”*⁵. Concordo com as teses do professor Thandika Mkandawire [1995: 10-14] sobre as três grandes gerações sociológicas de universitários africanos, que se assumiram como actores e construtores das instituições universitárias do período pós-colonial: a geração dos universitários africanos formados no estrangeiro (EUA e Europa); a geração formada no estrangeiro após conclusão da formação superior numa universidade nacional (dentro do país); e, por último, a geração dos universitários formados nas universidades nacionais. Estas gerações viveram (em alguns países ainda continuam a viver) três grandes dificuldades: uma primeira dificuldade está ligada ao meio ambiente repressivo e opressivo no qual estas gerações nasceram e cresceram; uma segunda dificuldade está nas condições materiais escandalosas em que estudam e ensinam; e uma terceira dificuldade está ligada à crise de identidade que atravessam as universidades africanas. Na óptica do professor Mkandawire [1995: 12], que analisa a demissão das universidades africanas do seu papel no desenvolvimento humano dos respectivos países, *“tendo cumprido a sua missão – satisfazer as necessidades da nação em mão de obra altamente qualificada, “os funcionários instruídos” –, as universidades africanas perderam a sua razão de ser aos olhos do Estado e do público. O seu estatuto tornou-se ainda mais ambíguo pela multiplicidade de peritos vindos à luz dos programas de ajustamento estrutural”*.

3. De facto, a instituição universitária em África, salvo raras excepções, atravessa uma grande crise estrutural e conjuntural. Trata-se da crise da própria ideia de universidade africana e dos paradigmas que a sustentam. Usando as palavras do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos [1994: 163-201], estamos em presença de uma tripla crise: a crise de hegemonia, *«na medida em que é posto em causa o monopólio das universidades na produção de conhecimento científico avançado»*; a crise de legitimidade, *«na medida em que é questionado o papel das universidades no aumento da mobilidade social e, portanto, na democratização da sociedade»*; e, a crise institucional, *«na medida em que o modelo*

⁵ As fases aqui referida foram distinguidas pela UNESCO. Sobre esta questão, ver Fundação Gomes Teixeira, *Contributos para a Revitalização da Universidade em Angola*, Porto: Publicações da Universidade do Porto, pp. 49-50.

*organizativo das universidades não parece ter condições para sobreviver às crescentes pressões da sociedade envolvente»*⁶. Numa só palavra, estamos em presença da crise do papel do ensino superior. Nesta perspectiva, a crise é apenas a designação que se dá ao questionamento do papel das instituições de ensino superior público nos dias de hoje.

Há onze anos atrás, o economista e sociólogo camaronês, Paul Tedega, num livro polémico intitulado "*Enseignement Supérieur en Afrique Noire Francophone. La catastrophe?*" [1988], caracterizava o ensino superior em África como um ensino sem nível; com um sistema de unidades de crédito mal orientado ou ultrapassado; com um alto nível de serviência política; com altos níveis de reprovações e insucesso escolar; sem sistemas consolidados de pesquisa; com alguns professores a praticarem corrupção, com a magnífica cumplicidade de estudantes e seus familiares e, pior ainda, aos olhos dos decanatos universitários. Na ideia conclusiva deste polémico sociólogo camaronês, o ensino superior em África é uma verdadeira catástrofe.

A reunião regional preparatória da última Conferência Mundial sobre o Ensino Superior⁷, realizada em Dakar, em Abril de 1997, identificou onze problemas que definem a chamada crise estrutural e conjuntural do ensino superior em África. Vou apenas nomear alguns dos mais importantes, que são os seguintes: a) desequilíbrios entre as capacidades instaladas e o aumento do número de estudantes; b) planos de estudo desajustados e duração demasiada do tempo das épocas dos exames; c) poucos recursos financeiros e desequilíbrio entre os orçamentos destinados às obras sociais e os orçamentos alocados ao ensino e à pesquisa; d) deterioração das infra-estruturas e falta de manutenção suficiente; e) remuneração insuficiente do corpo docente e dos investigadores universitários; f) desequilíbrios entre o número de estudantes da opção científica e tecnológica e os da opção humanidades; g) desequilíbrio no género, com a prevalência de estudante do sexo masculino; h) desequilíbrio entre a actividade de ensino e a actividade de pesquisa (em detri-

⁶ Citado por Manuel Maria Carrilho, "Universidade: comunicar e conversar», in Colóquio Educação e Sociedade, 3, Julho de 1993. pp. 17-18.

⁷ Cf. UNESCO & BRECA, *Declaration et Plan d'Action sur l'Enseignement Supérieur en Afrique*. Consultation de la Région Afrique Préparatoire à la Conférence Mondiale sur l'Enseignement Supérieur, Dakar (Senegal) 1 a 4 Abril de 1997, 15 p.

mento da última); i) insuficiência de planificação e da gestão provisional das actividades de ensino superior e da investigação; j) ausência ou insuficiência de formação pedagógica dos docentes e da formação em gestão universitária dos corpos directivos e responsáveis administrativos das instituições de ensino superior; l) orientação dos programas de ensino fazendo ênfase sobre a transmissão e restituição dos saberes em detrimento do saber-fazer e da resolução dos problemas prementes da sociedade [UNESCO & BREDA, 1997: 3-4].

Na mesma perspectiva, o BREDA (Bureau Régional pour l'Éducation en Afrique) reconhece que a crise do ensino superior em África manifesta-se, principalmente, na deterioração da pertinência e da qualidade da formação e da pesquisa, na degradação das infra-estruturas e dos equipamentos, na insuficiência do material pedagógico e de pesquisa e nos levantamentos (e confrontações) constantes dos estudantes e dos sindicatos dos trabalhadores docentes e não docentes do ensino superior ⁸.

Na verdade, trata-se da crise de reconhecimento do ensino superior africano e dos seus diplomas. Não obstante a existência da Convenção de Arucha sobre o reconhecimento dos estudos, certificados, graus e outros títulos académico do ensino superior nos Estados africanos ⁹, adoptada em 1981 ¹⁰. Dezoito anos depois da adopção da Convenção de Arucha, não foram registadas melhorias substantivas na qualidades do ensino superior (em África) e, por conseguinte, a situação do reconhecimento dos diplomas universitários africanos não sofreu alterações significativas.

Enfim, as consequências sociais da crise do ensino superior podem ser resumidas na marginalização do ensino superior e no

⁸ Cf. UNESCO & BRECA, *Enseignement Supérieur en Afrique: réalisations, défis et perspectives*, Dakar, 1998, p 11.

⁹ A questão do reconhecimento de estudos, diplomas, certificados e outros títulos académicos não preocupa apenas os países africanos, embora estes sejam os mais afectados. Existem outras convenções sobre esta problemática, adoptadas por outros países do mundo, por exemplo: a Convenção dos Estados da América Latina (México, 1974); a Convenção dos Estados Arabes e dos países Europeus geograficamente próximos do médio oriente (Nice, 1976); a Convenção dos Estados Árabes (Paris, 1978); a Convenção dos Estados da Ásia e Pacífico (Bangkok, 1983); a Convenção da região europeia (Lisboa, 1997). Existe um documento metodológico que regula esta matéria, intitulado "Recommandations sur la Reconnaissance des Études et des Titres de l'enseignement Supérieur", aprovado na 27.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1993.

¹⁰ Cf. UNESCO & BREDA, 1998^a

descrédito dos diplomas dos quadros formados nas universidades africanas ¹¹. As principais causas são a falta de dinheiro e a falta de vontade política por parte dos poderes públicos. Esta situação catastrófica tem repercussões negativas no desempenho (eficiência e eficácia) das universidades públicas, no exercício efectivo das liberdades académicas e na assunção das responsabilidades sociais e cívicas dos universitários africanos.

4. Alguns dados estatísticos e indicadores sobre as performances internas e externas da única universidade pública em Angola, desde 1962, levam-nos a questionar a pertinência e qualidade do ensino superior praticado em Angola, nos últimos anos, bem como a própria rentabilidade do ensino universitário público ¹². Vou tentar ilustrar esta afirmação com alguns dados estatísticos: dos 783 estudantes finalistas matriculados na UAN no ano passado só finalizaram o curso 163, isto é, cerca de 23% dos finalistas. Dos 6639 estudantes matriculados e inscritos no ano civil de 1998, só transitaram de ano académico 1608 estudantes, ou seja 24% deste universo. Cerca de 73% do corpo discente tem estatuto de estudantes-trabalhadores. 23, isto é 28.9% dos cursos que funcionaram no ano de 1998, não diplomaram ninguém. Quatro cursos encontram-se suspensos, incluindo o curso de ciências agrárias, tão importante para o desenvolvimento do país. A média de formação dos estudantes chega a atingir três vezes o tempo normal (a formação na UAN vai de 5 a 6 anos). Estes são apenas alguns dos indicadores possíveis para ilustrar a ineficácia do ensino superior público praticado no nosso país. O que me leva a questionar a sua viabilidade económica e cultural.

Alguns dos principais problemas que estão na base da ineficácia do ensino superior são os seguintes: exiguidade do corpo docente e a falta de qualificação pedagógica dos mesmos; os magros e selváticos salários pagos ao corpo docente (note-se que o salário pago a um professor titular da UAN era, até Setembro transacto, quatro vezes inferior aos salários dos professores de muitos colégios privados de Luanda. Prefiro não comentar); a existência de vários calen-

¹¹ Em Dakar, Douala, Kinshasa e Abidjan muitos diplomados africanos trabalham como taxistas e vendedores ambulantes [Tedga, 1988].

¹² Universidade Agostinho Neto, *Relatório de Actividades Ano Civil de 1998, Luanda: UAN, 1999*

dários académicos (18 no ano civil de 1997 e mais de 20 no ano civil de 1988); a rigidez e esquematização dos programas curriculares e conteúdos programáticos; os poucos recursos financeiros afectados ao ensino superior e a ausência de políticas públicas consistentes para o desenvolvimento do ensino superior em Angola.¹³

Apesar do quadro dramático aqui referido é possível repensar – se o papel do ensino superior em Angola. O surgimento nos últimos anos de novas instituições de ensino superior, tais como a Universidade Católica de Angola, a Universidade Lusíada de Angola e o Instituto Piaget, criou, em meu entender, um novo figurino que é caracterizado pela ausência da longa (quantas vezes dolorosa?) hegemonia da Universidade Agostinho Neto no domínio do ensino superior.

Precisamos de um ensino superior alternativo capaz de responder aos desafios do desenvolvimento humano sustentável, tendo em vista a dimensão cultural de desenvolvimento. Para se atingir esse desiderato é importante repensar a ideia de universidade nas nossas condições. A este propósito eu gostaria de citar o frei João Domingos, que, num texto de oração de sapiência proferida por ocasião da abertura do académico, 1999/2000, no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, sintetizou a missão da universidade na prestação de serviço em três dimensões: em primeiro lugar, nos «*serviços de formação dos mestres, educadores e técnicos que estarão ao serviço do Povo e da Nação*»; em segundo lugar, no «*serviço de estudo e investigação da Verdade e da Sabedoria que devem dar sentido à vida e orientar o futuro do Povo e do País*»; e, em terceiro lugar, no serviço de «*projectar o futuro e abrir pistas perante a situação do País, da região e do Mundo*» [Domingos, 1999]. Estas três grandes missões reflectem a cultura e a tradição da ideia de universidade (e da universalidade de ideias) inscrevem-se no percurso das universidades africanas da primeira geração (as universidades de Al-Ahzar e de Sankoré em Tombuctu), cujo exemplo devemos homenagear.

5. No entanto, tenho a profunda convicção de que as instituições do ensino superior, no nosso país, não poderão cumprir com a sua tripla missão (formação, investigação e prestação de serviços), num

¹³ Universidade Agostinho Neto, *Relatório de Actividades Ano Civil de 1998, Luanda: UAN, 1999.*

clima de perpetuação da guerra e da cultura da violência. Daqui decorre a necessidade de repensarmos o papel das universidades na promoção da democracia criativa e da cultura da paz. Os universitários angolanos, na sua qualidade de educadores, têm o dever e a legitimidade de se assumirem como actores e transmissores da cultura da paz. A experiência acumulada, neste domínio, por algumas instituições universitárias internacionais pode servir de exemplo para os universitários angolanos. Refiro-me à longa experiência da Universidade das Nações Unidas (radicada em Tóquio) e da Universidade para a Paz, estabelecida em 1981 na Costa Rica, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Estas duas instituições são centros de excelência no domínio da promoção de estudos e investigações sobre a paz, solução de conflitos, direitos humanos e democracia [Unesco, 1998a: 6]. Entre nós, em Novembro do ano transacto, por altura da realização do fórum sobre a Universidade Agostinho Neto e o Ensino Superior em Angola, alguns docentes universitários angolanos tentaram ensaiar, embora de forma tímida (e às vezes partidarizada), algumas comunicações sobre o papel dos universitários no processo de reconciliação nacional dos angolanos. O trabalho iniciado no Fórum pode ser continuado e desenvolvido, por exemplo, através da criação de núcleos interuniversitários (integrados por docentes e discentes da universidade pública e das universidades privadas) com objectivo de promover pesquisas e debates sobre a paz, a tolerância e os direitos humanos. Quero com isso sublinhar o papel fundamental dos universitários angolanos na promoção do paradigma da educação para uma cultura da paz, baseada nos princípios enunciados na Carta das Nações Unidas, na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, no respeito dos direitos humanos, na democracia, na tolerância, no desenvolvimento humano sustentável e na dimensão cultural de desenvolvimento.

A promoção da educação para uma cultura da paz é hoje tida, pela Unesco, como uma das tarefas universais e prioritárias de todos os universitários do mundo. Num documento apresentado, durante a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, ao debate temático sobre a promoção de uma cultura de paz, a Unesco considera o seguinte: *«Uma cultura da paz começa pelo respeito e consideração do outro, com sua diferenças, seus direitos e deveres. Ela pressupõe participação, compromisso, sentido de responsabilidade, respeito dos compromissos. Para trabalhar para uma cultura universal de paz supõe também que a educação superior*

desenvolva investigações sobre este tema (como estudar os factores que provocam conflitos sangrentos, guerras, violência, distúrbios, ódios, etc.) e outorgar um lugar importante em seus currícula a estes temas»[Unesco, 1998: 16-17].

Nas nossas condições, tudo isso não será possível materializar se os poderes públicos e os universitários não investirem na promoção da função crítica da universidade ¹⁴, na democracia criativa e no desenvolvimento das Liberdades Académicas. Vou tentar ilustrar alguns aspectos sobre as liberdades académicas no nosso continente.

6. A questão das liberdades académicas tem suscitado acesos debates nos círculos intelectuais africanos. Em Abril de 1990, o CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento e Pesquisa em Ciências Sociais em África) e as Organizações dos Trabalhadores das Instituições de Ensino Superior da Tanzânia, reunidos em Dar -es-Salam, adoptaram uma declaração sobre as Liberdades Académicas e a Responsabilidade Social dos Universitários Africanos. Sete meses depois, em Novembro do mesmo ano, o CODESRIA organizou, em Kampala, um Simpósio sobre a Liberdade Intelectual e Responsabilidade Social dos Intelectuais e Membros da Comunidade Intelectual Africana, onde foi aprovada a Declaração de Kampala sobre a Liberdade Intelectual e Responsabilidade Social. ¹⁵

Em 1995, os Sindicatos dos Professores das Universidades Nigerianas (ASUU) e o Conselho para o Desenvolvimento e Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) organizaram uma conferência sobre a liberdade intelectual na Nigéria. Há dois anos (1997) atrás, o CODESRIA aprovou um Programa sobre Liberdade Académica e Direitos humanos em África ¹⁶.

Desde 1991, a CODESRIA tem publicado informes anuais sobre o estado das Liberdades Académicas em África. Nesta perspectiva, em 1993, por ocasião do 20.º aniversário do CODESRIA, foi publicado um informe, intitulado "État de liberté académique trois ans

¹⁴ A função crítica da universidade, não se limita a crítica. Ela implica a observância de alguns cânones: a objectividade, a imparcialidade e o rigor intelectual.

¹⁵ Sobre as comunicações e os principais documentos adoptados nestes dois grandes eventos, ver Diouf & Mandani, 1994.

¹⁶ Cf. CODESRIA, "Programme sur La Liberté Académique et les Droit Humains en Afrique", in *Bulletin du CODESRIA*, n.º 4, pp. 26-31.

après la déclaration de Kampala”¹⁷. O informe que balanceia as violações das liberdades académicas em África dá conta que durante os anos de 1992 e 1993, foram detidos cerca doze docentes, um funcionário e quatro estudantes universitários, dentre os quais um queniano, seis nigerianos, um etíope, sete sudaneses, dois zimbabueanos, um tunisino, um ruandês e um marroquino¹⁸. No mesmo período, catorze instituições do ensino superior foram canceladas por motivos diversos, vinte docentes universitários foram despedidos por razões étnicas e políticas e seis docentes universitários, incluindo dois angolanos¹⁹, foram barbaramente assassinados [CODESRIA, 1993: 3-4].

Outros indicadores que caracterizam a violação das liberdades académicas são as sucessivas intervenções militares e policiais em algumas universidades da África francófona: Zaire, no campus universitário de Lumbumbaxi, em 1990 e Costa de Marfim, na cidade universitária de Abijan, em 199, e anglófonas (Nigéria, em 1968 e em quase todo o consulado do general Sani Abacha); os despedimentos arbitrários de alguns docentes universitários; e, o encerramento de algumas cátedras e cursos de ciências sociais e humanidades²⁰, com principal realce aos cursos de sociologia, filosofia, psicologia e letras. Num texto intitulado “liberdade intelectual e democracia”, escrito como epílogo ao livro “Liberté Académique en Afrique”, o professor senegalês Mamadou Diouf, caracteriza a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, como sendo os períodos em que a violação das liberdades individuais dos docentes, estudantes e pesquisadores universitários conheceu o ponto mais alto [cf. Diouf, 1994]. Uma das grandes consequências

¹⁷ Este documento foi publicado no boletim do CODESRIA, n.o 3 de 1993.

¹⁸ Muitos deste universitários cumpriram (outros ainda cumprem) uma pena que vai dos dois dias aos 15 anos. Dos condenados, o estudante Jerome Nyagatore, da universidade adventista do Ruanda foi detido por ordem do Chefe de Estado. Entre os universitários detidos neste período encontra-se o Prof. Doutor Kudouba, decano da Faculdade de Economia da Universidade da Universidade de Juba, no Sudão [CODESRIA, 1993: 3].

¹⁹ Trata-se dos professores Fernando Marcelino e David Bernadinho.

²⁰ O professor Joseph Ki-Zerbo considera que em 1968 a maior parte dos departamentos de sociologia, filosofia e psicologia integradas nas universidades da África francófona tinham sido encerrados pelos regimes militares. Entre nós, podemos apontar o triste encerramento da Faculdade de Letras no Lubango nos anos que se seguiram à independência e suspensão administrativa do currículo universitário, em 1991, das disciplinas de filosofia e sociologia, por alegado excesso de carga ideológica maxizante.

da crise universitária e da ausência das liberdades académicas é a fuga de professores e pesquisadores africanos para o estrangeiro (sobretudo para a Europa e os Estados Unidos da América)²¹. O quadro que tentei ilustrar sobre a situação das liberdades académicas em África convida os universitários africanos a empenharem-se cada vez mais na promoção da educação para a cultura da paz – condição *sine qua non* para o exercício da actividade criadora.

7. Quero terminar dizendo o seguinte: pessoalmente, não acredito que as instituições do ensino superior do nosso país consigam desempenhar o seu papel e as suas obrigações sociais perante o estado e a sociedade numa situação de ausência da democracia criativa e das liberdades académicas. Considero, porém, que a democracia criativa e as liberdades académicas passam, incontornavelmente, pela promoção de uma educação para a cultura da Paz. Quero acreditar que as instituições do ensino superior no nosso país vão assumir o paradigma da educação para a cultura da paz, como uma missão permanente dos universitários angolanos.

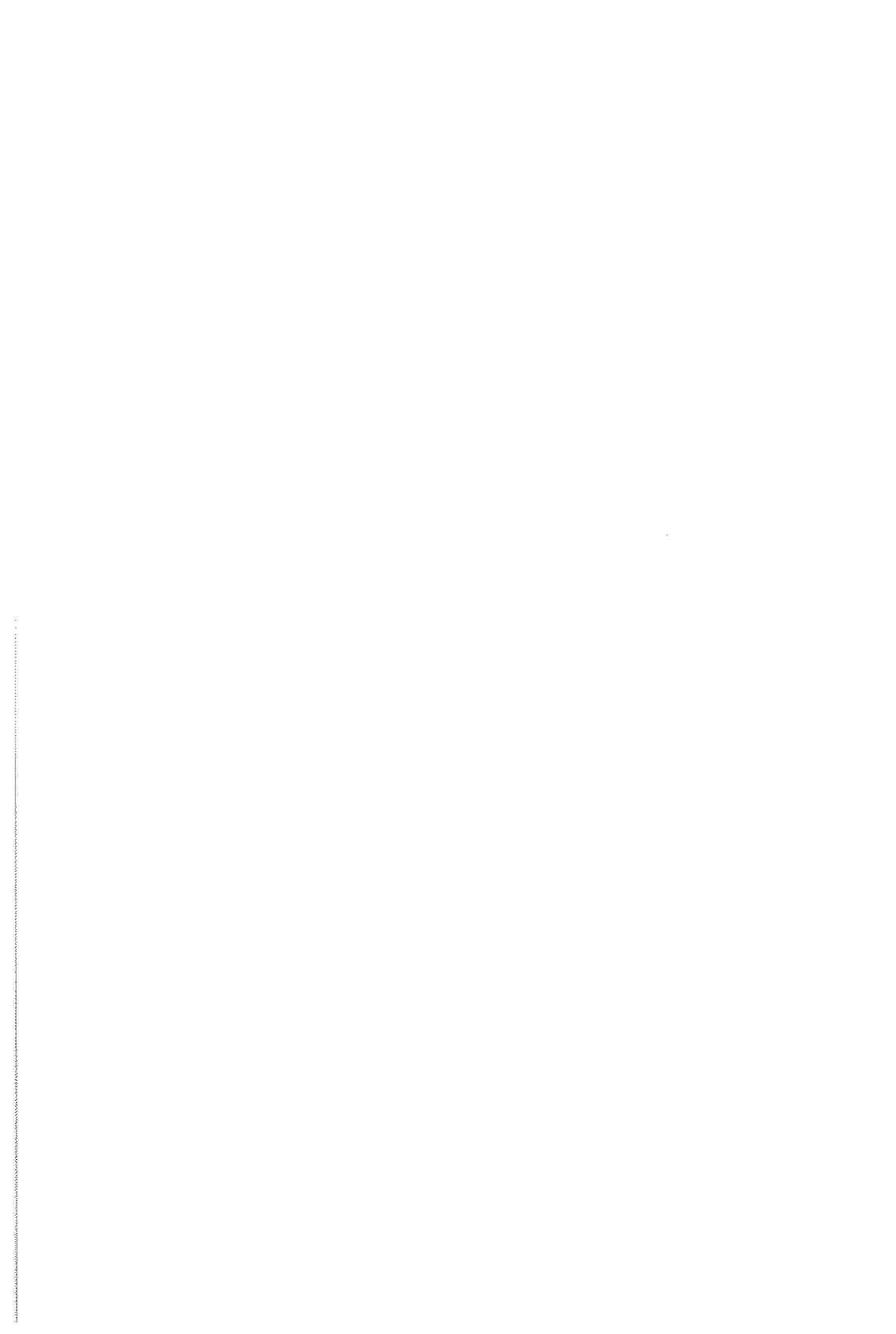
Referências bibliográficas

- AGUESSY, Honorat - "Visões e percepções tradicionais", in Alpha I. Sow at ili, *Introdução à cultura africana*, Luanda, INALD, 1980, pp. 110-111.
- CODESRIA - *The State of Academic Freedom in Africa* 1995, Dakar: Codesria, 1996
- CODESRIA - "Programme sur la Liberté académique et les droits humains en Afrique", in *Bulletin du CODESRIA*, n.o 4, pp. 26-31.
- CODESRIA - "Etat de la liberté académique trois ans après la déclaration de Kampala", in *Bulletin du CODESRIA*, n.º 3, 1993, pp. 1-4.
- CODESRIA - *The State of Academic Freedom in Africa* 1995, Dakar, Senegal: Codesria, 1996, p.189.
- DIOUF, Mamadou & MAHMOOD Mamdani - *Liberté Académique en Afrique*, CODESRIA, 1994, p.398.

²¹ São bem conhecidos os casos de eminentes professores e cientistas africanos como Georges N'gal, Valentin Mudimbe, Mazrui, Elikia M'Bokolo, Jean Marc Ela e outros.

- DOMINGOS, João - "O papel da Universidade hoje em Angola ou a Universidade que Angola precisa", *Oração de Saptência proferida* no dia 30 de Junho, por ocasião da abertura solene do ano lectivo 1999/2000 no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, 1999.
- FUNDAÇÃO G-T. - *Contributos para a revitalização da Universidade em Angola*, Porto: Publicações da Universidade do Porto, 1996, pp.49- 66.
- KAJIBANGA, Victor - "Instituição Universitária e Liberdades Académicas em África. Uma homenagem a cidade de Tombouktu e sua Universidade". Comunicação apresentada no *Forum sobre a Universidade Agostinho Neto e o Ensino Superior em Angola*, Luanda 3 -7 de Novembro 1998.
- KARANI, Florida A. - "Pertinence de l'enseignement supérieur: formulation et mise en oeuvre des politiques", in UNESCO & BREDÁ, *Enseignement Supérieur en Afrtque*, Dakar, 1988, pp. 121-140.
- KI-ZERBO, Joseph. s/d. *História da Africa Negra* -1. Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 190-191.
- MAMDANI, Mahmood - "Crise et réforme de l'université: une réflexion sur l'expérience africaine", in *Bulletin du CODESRIA*, n.º 3, 1993, pp.14-19.
- MKANDAWIRE, Thandika - "Note sur trois générations d'universitaires africains", in *Bulletin du CODESRIA*, n.º 3, Dakar (Sénégal), 1995, pp. 10-14.
- MOREIRA, Adriano - "As Elites da Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)" *Garcia de Orta* (Lisboa) IV (2), 1956, pp. 156-189.
- OBANYA, Pai - "L'enseignement supérieur non formel", in UNESCO & BREDÁ, *Enseignement Supérieur en Afrique: Réalisations, défis et perspectives*, Dakar, 1988, pp. 45-63.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias", in *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 163- 201.
- TEDGA, Paul - *Enseignement Supérieur en Afrique Noire Francophone. La Catastrophe?*, Paris, PUASF-LHarmattan, 1988.
- Universidade Agostinho Neto - *Relatório de Actividades Ano Civil de 1998*, Luanda: UAN, 1999 (original mimeografado).
- UNESCO 1998a - "Debate temático: La Promoción de una Cultura de Paz", *Conferencia Mundial sobre Ia Educación Superior*, Paris 5-9 de Outubro.

- UNESCO 1998b - "Debate temático: Autonomía, Responsabilidad Social y Libertad Académica", *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior*, Paris 5-9 de Outubro
- UNESCO. 1998c - "Debate temático: La Educación Superior y el Desarrollo Humano Sostenible", *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior*, Paris 5-9 de Outubro.
- UNESCO. 1998d - "La Educación Superior en el Siglo XXI: Visión y acción". Documento de Trabajo, *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior*, Paris 5-9 de Outubro.
- UNESCO & BREDA 1997 - *Declaration et Plan d' Action sur l'Enseignement Supérieur en Afrique*. Consultation de la région Afrique preparatoire a la conference Mondiale sur l' Enseignement Supérieur, Dakar (Senegal) 1 a 4 Abril de 1997, 15 p.
- UNESCO & BREDA 1998^a - "Reconnaissance des Etudes et des Diplômes en Afrique". *Bulletin d' Information sur la Convettion d'Arucha*, N.º 1, Septembre 1998.
- UNESCO & BREDA 1998b - *Enseignement Supérieur en Afrique: Realisations, défis et perspectives*, Dakar: BREDA.
- UNESCO & BREDA. 1993 - *Orientations Futures pour l'Enseignement Supérieur en Afrique*.



**UM EXERCÍCIO DE LITERATURA COMPARADA.
LENDO REMEMBER RUBEN DE MONGO BETI
E A VIDA VERDADEIRA DE DOMINGOS XAVIER DE
LUANDINO VIEIRA**

José Carlos Venâncio *

1. *Remember Ruben*, romance do escritor camaronês Mongo Beti (pseudónimo de Alexandre Biyidi ¹), publicado originalmente em 1974, pela Union Générale d'Éditions ², traduzido para português por José Saramago e publicado pela Editorial Caminho em 1983 ³, na sua colecção "Uma Terra Sem Amos", é um romance de vocação marcadamente política. Cumpre, em termos estilísticos, o que a dada altura se designou por realismo africano, expressão que traduzia, entre outras particularidades, a presença na mesma textura narrativa de elementos ficcionados e reais. Este artifício, frequentemente explorado pelos romancistas dos anos 60 e 70, consistia no desenvolvimento de uma teia ficcionada sobre um fundo social e histórico real, que, enquanto tal, acabava por contextualizar a história narrada. O (...) "romance (africano) – diz Mohamadou Kane (1982: 61) – funciona como o espelho de uma sociedade e o investimento de uma missão terapêutica dupla. Por um lado, fixa-se à pintura objectiva das realidades africanas, das tensões, conflitos e postulações, forjando uma nova imagem de África e do Negro; por

* Universidade da Beira Interior e CEAUP.

¹ Significa Rapaz Beti, designando o último termo uma etnia ou sub-etnia do Sul dos Camarões, à qual o autor pertence. Os beti fazem, por sua vez, parte do grupo étnico (ou povo) fang.

Anteriormente Biyidi havia utilizado o pseudónimo Eza Boto, com o qual assinara a narrativa "Sans haine et sans amour", aparecida na revista *Présence Africaine*.

² Sigo a edição de 2001 (Paris: Le Serpent a Plumes).

³ Reeditado em Luanda, em 1988, pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco.

outro, empenha-se em tirar este último da sua apatia, de uma certa resignação, para o inserir numa corrente de modernização”.

Por vezes recorria-se, na descrição do enquadramento histórico, a nomes inventados, como, aliás, acontece com *Remember Ruben*, conquanto o título remeta directamente para o nome do sindicalista e guerrilheiro Ruben Um Nyobé, líder do UPC (Union des Populations du Cameroun).

Remember Ruben era a palavra de ordem dos militantes da UPC, proferida num *pidgin* derivado do inglês, cuja ocorrência, num país que tem o francês e o inglês como línguas oficiais, se explica não tanto, segundo creio, pelo facto de parte do seu território, constituído na senda do colonialismo alemão, ter transitado, após a Primeira Guerra Mundial, para a soberania britânica (a parte oriental, junto à fronteira com a Nigéria)⁴, mas sim pela preponderância que os ingleses tiveram no comércio que, durante o período mercantilista, (sécs. XVI-XIX) se desenvolveu na região, mais precisamente numa faixa da costa que vai mais ou menos da república dos Camarões ao Senegal⁵.

A narrativa inicia-se com o aparecimento de Mor-Zamba em Ekoundoum, uma vila rural ou aldeia (?) (*cité* no original) sob a responsabilidade de um chefe que não era propriamente tradicional, i.e., não usufruía de uma legitimação tradicional, para citar Max Weber, porque havia sido imposto pelo poder colonial francês. Esta particularidade é importante para a intriga do romance porque Mor-Zamba, dado por todos como estranho à comunidade que apenas o tolerara (com excepção do bom velho que o adoptou como filho e da mãe de Abéna, o seu melhor amigo), era afinal neto do chefe deposto ou desaparecido. Esse dado é-lhe revelado, quase no fim do romance, por Ouragan-Viet, nome de guerra que entretanto Abéna adoptara, transformado então num destemido comandante da guerrilha. A verdade é revelada no bairro de Kola-Kola, subúrbio de uma cidade chamada Port-Nègre (com toda a probabilidade a cidade costeira de Duala)⁶, quando o mesmo está prestes a ser

⁴ A parte ocidental, a mais extensa em termos territoriais, transitara para a soberania francesa.

⁵ No que diz respeito à importância e à extensão do *pidgin* de origem inglesa nesta zona, segui H. Jungraithmayr e W.J.G.Möhlrig (1983).

⁶ As referências históricas a propósito de Port-Nègre coincidem com as de Duala. Algumas dessas referências são, aliás, repetidas cerca de 20 anos depois quando o autor descreve o regresso à sua terra natal no livro *A França contra a África. Regresso aos Camarões*, Lisboa: Caminho 2000 (Orig. fr. de 1993).

tomado pela tropa e polícia coloniais. Aliás, grande parte do enredo desenrola-se neste bairro, berço e baluarte da guerrilha que combateu o poder colonial francês e os dirigentes africanos manietados por esse mesmo poder. Nele viveu Ruben, i.e. Ruben Um Nyobé, o comandante da guerrilha imortalizado pelo romance.

A vida verdadeira de Domingos Xavier, novela escrita em 1961, pouco antes de o seu autor ter sido preso pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) em Lisboa, editada pela primeira vez em 1979, numa edição da União dos Escritores Angolanos, conquanto circulasse clandestinamente em edição fotocopiada⁷, retrata, por sua vez, um dos lados da resistência ao colonialismo português em Angola. Pelo que se depreende do texto, trata-se da luta de resistência protagonizada pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que, na altura, daria os primeiros passos na sua formação (cf. Pacheco 1997). A ideologia subjacente, nomeadamente a postura supra-racial, e a forma de organização que é dada antever, aponta-nos nesse sentido. A acção desenrola-se à volta da prisão do tractorista Domingos Xavier, negro, e a trabalhar na construção da barragem do Kambambe, a grande obra, na altura, do regime colonial. Transportado para Luanda, dá entrada nos calabouços do posto administrativo de um bairro periférico da cidade, o musseque de Sambizanga, onde acaba por morrer. A sua morte é anunciada em casa de uma figura mítica da resistência anti-colonial, evocada, entre outros, por Agostinho Neto num dos seus poemas⁸, o alfaiate Mussunda, morador num outro bairro periférico da cidade, o Bairro Operário. O anúncio é feito pelo próprio Mussunda, interrompendo, para o efeito, um baile que decorria no quintal da sua casa. Quando começou a usar da palavra, olhou em seu redor e vendo atrás do (...) “estrado do conjunto” (...) musical o engenheiro Silvestre, um jovem branco, elemento de ligação entre o grupo de Kambambe, a que pertencia Francisco Xavier, e o de Luanda, em vez da expressão “irmãos africanos”, com que iniciara o anúncio, utilizou a expressão “irmãos angolanos”.

⁷ Servira igualmente de guião ao filme *Sambizanga*, realizado por Sarah Maldoror e exibido em circuitos mais ou menos fechados em Portugal.

⁸ Trata-se do poema “Mussunda amigo”, de cujo início constam os seguintes versos: “Para aqui estou eu / Mussunda amigo / Para aqui estou eu / .../ Contigo / Com a firme vitória da tua alegria / e da tua consciência (...).”

2. O papel desempenhado nesta narrativa pelo bairro do Sambizanga (não tanto pelo Bairro Operário) corresponde, no romance *Remember Ruben*, ao bairro Kola-Kola. Remetem ambos para referentes históricos e sociológicos que tornam essa comparação possível, ajudando-nos, aliás, a situar melhor a cidade de Port-Nègre que, ao contrário de Luanda, não existe enquanto tal, i.e. sob o nome com que é referida. Neste esforço comparativo, uma das ilações a que se pode chegar, é, por exemplo, a de que nenhuma das duas cidades em apreço é de fundação africana⁹. Ou são cidades coloniais, a hipótese mais provável, ou, quando muito, cidades africanas transformadas pelo processo colonial. Baseio-me para tal afirmar na tipologia das cidades africanas desenvolvida pelo geógrafo alemão Walther Manshard (1980), que nos diz nomeadamente que, diferentemente das cidades de fundação colonial, as cidades genuinamente africanas, com ou sem influência islâmica, são, em princípio, cidades de crescimento mais harmonioso e equilibrado, reflexo do elevado grau de homogeneidade, em termos rácicos, culturais e religiosos, patenteada pela sua massa habitacional.

Esta homogeneidade não é, de forma alguma, detectável na cidade de Luanda, tal como é descrita em *A vida verdadeira...*, e muito menos em Port-Nègre. Kola-Kola, mais do que o Sambizanga ou o Bairro Operário, é, aliás, apresentado como o oposto da cidade colonial. O autor apresenta a cidade e o bairro como se de duas cidades se tratasse. Uma seria a branca e outra a africana. Esta diferença, em termos de racialidade ou, talvez melhor, de coloração, não é tão notória em Luanda¹⁰, conquanto o Sambizanga¹¹ ou mesmo o Bairro Operário sejam, como Kola-Kola, bairros maioritariamente habitados por imigrantes que demandam (ou são obrigados a fazê-lo,

⁹ Duala, supostamente a cidade a que Mongo Beti se refere, não é, na verdade, uma cidade de fundação africana. Começou por ser um porto marítimo.

¹⁰ Refiro-me fundamentalmente ao facto de muitos europeus, cujo rendimento era baixo, viverem, se não nos musseques propriamente ditos, nos bairros que lhes eram contíguos. Aliás, morador, enquanto criança, de um bairro deste tipo, um bairro que servia de fronteira entre a «cidade de asfalto» e os musseques, foi precisamente Luandino Vieira.

¹¹ Segundo um estudo de autoria de Ilídio do Amaral (1968: 67-69) 64,8% dos habitantes dos bairros periféricos (musseques) de Luanda (Coreia do Norte, Samba Pequena, Prenda, Bananeira, Catambor, Sambizanga, Mota e Lixeira) eram, em 1964, oriundos de fora. Destes 56,4% eram oriundos de outras partes de Angola. Apenas o bairro da Lixeira registava uma população maioritariamente (mais de 60%) nascida em Luanda.

como foi, no fim, o caso de Mor-Zamba) a grande cidade à procura de uma vida melhor, de um emprego, quer na indústria, quer no comércio¹², quer ainda na administração colonial.

Enquanto lugares de exclusão, de uma exclusão que não impedia, todavia, o usufruto de algumas benesses do capitalismo entretanto implantado pelo sistema colonial, nem tampouco impedia a partilha de vivências em moldes modernos – referindo-me eu, neste preciso propósito, fundamentalmente à consciencialização dessa exclusão –, os bairros em questão acabaram por se transformar em cadinhos do nacionalismo então emergente, em espaços propícios ao desenvolvimento das ideias engendradas nas conferências afro-asiáticas, mormente na de Bandung (1955). No que diz sobretudo respeito a Kola-Kola, foram as mesmas precedidas ou acompanhadas de uma prática sindical bastante activa, por onde, aliás, passou Ruben Um Nyobé. Isto não obstante os sindicatos na África de língua francesa, ao contrário do das colónias britânicas, terem estado até muito tarde dependentes da CGT francesa. Apenas em 1957, na Conferência Sindical de Cotonou, se deu, pois, a ruptura de alguns dos sindicatos africanos em relação à central metropolitana (Meynaud / Salah-Bey 1963: 72).

O peso que o sindicalismo teve na África de colonização francesa, mormente nos Camarões, não se verificou nas colónias portuguesas, não constituindo Angola naturalmente qualquer excepção a este quadro. Aliás, uma das diferenças entre o nacionalismo das colónias portuguesas e o das francesas e britânicas, é precisamente o pouco ou nenhum impacto que as ideias e as solidariedades sindicais tiveram naquelas. A vigência, na metrópole, de um regime político ditatorial, como foi o salazarista, impediu que se formassem, tanto nas colónias como na própria metrópole, sindicatos independentes.

Outra diferença entre o nacionalismo que se exprimiu em português e o das colónias francesas e inglesas foi ainda o facto de, desde muito cedo, os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas

¹² Ainda segundo a sistematização ensaiada por Manshard (1980: 245 e segs.) e que eu procuro aprofundar num ensaio dedicado à sociologia de África (Venâncio 2000), as cidades coloniais podem ser de dois tipos: as que se desenvolvem como centros de poder político ou administrativo e as que devem a sua emergência e consequente desenvolvimento ao facto de serem centros comerciais (tais como as cidades-porto que, no fim, remontam muitas delas, como Luanda, à época mercantilista) ou centros industriais, remontando estas, como facilmente se deduzirá, ao período colonial moderno.

terem contado nas suas hostes com brancos, mestiços e indianos. Tal deveu-se, por um lado, à especificidade do colonialismo português¹³ e, por outro, ao facto de as duas colónias mais importantes, Angola e Moçambique, se localizarem numa região, a da África Austral, que, desde sempre, registou, entre a sua população, elevada percentagem de europeus ou seus descendentes. Assim, os movimentos nacionalistas, ou talvez melhor, os movimentos filiados na CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), o PAIGC, o MPLA, a FRELIMO e o MLSTP, orientaram-se, desde a primeira hora da sua formação, por princípios multirraciais. Por este lado entende-se, aliás, que o movimento ou o grupo nacionalista referido em *A vida verdadeira*... seja identificável com o MPLA e nunca com o movimento liderado por Holden Roberto, a UPA (União dos Povos de Angola), o único movimento de libertação devidamente organizado em 1961, aquando do início da luta armada (Carlos Pacheco (1997)). Este movimento emerge condicionado pelos ideais pan-africanistas e, como tal, bastante preso à ideia de uma África exclusivamente para negros ou africanos, se atendermos às palavras iniciais da informação prestada por Mussunda.

Outra particularidade do nacionalismo na África de colonização portuguesa prende-se com o facto de as manifestações culturais e literárias que, sob a influência do pan-africanismo e da negritude, um pouco por toda a África condicionaram o início da afirmação nacionalista, contribuindo nomeadamente para a consciencialização cultural e política das chamadas elites coloniais, terem tido na África de língua portuguesa, sobretudo em Cabo Verde e em Angola, uma vertente atlântica, i.e. foram igualmente influenciadas pelo regionalismo nordestino e pelo modernismo brasileiro. Esta influência deu origem aos chamados modernismos cabo-verdiano e angolano, conquanto, no caso de Angola, por vezes seja difícil entendê-lo separadamente do conjunto de manifestações culturais e literárias de influência pan.africanista e negritudinista.

¹³ Refiro-me, por um lado, aos processos de mestiçagem e, por outro, ao facto de muitos dos membros dos grupos rácicos que, à partida, seriam identificados com camadas sociais colonialmente privilegiadas, registarem índices de pobreza próximos dos dos colonizados. Por esta mesma razão preferi designar o grupo de raça "branca", a que pertencia Luandino Vieira, como um grupo de *status* (cf. nota de rodapé nº 16)

Não obstante estas diferenças, o nacionalismo africano não deixa de valer como um todo. E tendo em atenção as suas características gerais, dir-se-á que se aproxima do asiático, que lhe serviu, aliás, de modelo, a partir de 1947 (com a independência da Índia) e depois com a já referida Conferência de Bandung em 1955. Evidentemente que enquanto movimentos reivindicativos de unidades políticas para supostas unidades culturais – para utilizar a definição de nacionalismo de Gellner (1993) –, não trilham percursos diferentes dos experimentados na Europa moderna e muito menos nos Estados Unidos da América, cerca de um século antes. Quer isto dizer que o modelo afro-asiático não pôde naturalmente fugir ao romantismo que esteve na base quer do nacionalismo europeu, quer do americano¹⁴. Daqui deriva, aliás, aquela que me parece ser, em termos ideológicos, a trave mestra do nacionalismo enquanto factor de equilíbrio, de identidade e de identificação (do interlocutor, entenda-se) no cômputo das relações internacionais. Refiro-me à exclusividade cultural ou, talvez melhor, à ideia de que a uma unidade cultural deve forçosamente corresponder uma unidade política, particularidade relevada por Gellner na sua definição. Nacionalismo, entendido nestes termos, traduz, no emaranhado das relações internacionais, o sentido e a cor do local. A nação, reivindicada ou consolidada, é, assim, a fixação do local face ao global, do particular face ao universal.

3. Quer *Remember Ruben*, quer *A vida verdadeira de Domingos Xavier* reflectem, tanto no conteúdo como na forma, a conjuntura descrita. Deixa-se esta caracterizar pela vigência do que se poderá considerar como paradigma nacionalista, que vai, no sentido que lhe atribuo, dos anos 30/40, do século XX, até a meio dos anos 90 do mesmo século¹⁵. Nos anos 30/40 deram-se os primeiros processos de consciencialização nacional, proferiram-se os primeiros enuncia-

¹⁴ O que marca a diferença entre o nacionalismo afro-asiático, mormente o africano e os seus congéneres americano e europeu, é o facto de a unidade cultural, para a qual é requerida a unidade política (ou seja, a independência) ser praticamente inexistente nesses continentes. A nação, mais em África do que propriamente na Ásia, não existia, pelo que, ao ser invocada, era-o no seu sentido discursivo e prospectivo. O processo nacional, ao decorrer nestes termos, acabou por estar (demasiadamente) circunscrito às elites que reivindicavam a independência e, nalguns casos, com o comprometimento da comunidade societária (no sentido de Parsons) que as suportava.

¹⁵ A posição aqui defendida não é muito diferente da de Eric Hobsbawm (1998).

dos nacionalistas, alguns deles ainda eivados de ideias nativistas, mas que não deixavam de apontar a nação como a plataforma de congregação dos diferentes percursos identitários registados no espaço colonial. A nação foi assim entendida como o suporte identitário dos futuros Estados independentes, cuja principal preocupação se antevia ser a de dinamizar e de desenvolver, para proveito dos africanos, os recursos humanos e materiais desvendados e explorados pelo colonialismo.

Este sentido de nação tanto prevaleceu no período anterior às independências, que se deram, na sua maioria, na década de 60, como no período que se lhes seguiu, dedicado à chamada reconstrução nacional, que o mesmo será dizer, à construção da nação, já que a mesma, na esmagadora maioria dos países que se tornam independentes, era inexistente. Este facto levou, aliás, a que a relação que os políticos, os intelectuais e a sociedade civil, em geral, mantiveram, voluntária ou involuntariamente, com a nação ou, talvez melhor, com a ideia dela, fosse uma relação fundamentalmente política. À ideia de exclusividade cultural, acima referida, junta-se, assim, na configuração do paradigma nacionalista, o primado da política sobre todas as outras formas de identificação, de vivências e de regulação social. E, salvaguardadas pela necessidade desse primado, não foram poucas as ditaduras políticas que emergiram por todo o continente, contrariando, nos propósitos e nas práticas, o anteriormente pretendido e prometido.

Remember Ruben e *A vida verdadeira...* retratam apenas os primeiros momentos da vigência do paradigma nacionalista. São textos de forte motivação política. Descrevem os primeiros passos da luta clandestina contra o colonialismo. Por eles perpassam os valores e as práticas políticas que os partidos ou movimentos de libertação, fortemente motivados pela prática e ética soviética, faziam prevalecer. Os valores em questão são os de inspiração colectivista, tais como a lealdade e a solidariedade, que, por óbvias razões, se opunham aos de inspiração burguesa, individualistas e materialistas. Os que se deixavam subverter por estes passavam a pertencer ao lado contrário da luta e da vivência anti-coloniais. Foi o que aconteceu a Jean-Louis, em *Remember Ruben*, afastando-se, como resultado da sua opção, da família e dos antigos companheiros do bairro Kola-Kola. Mongo Beti faz coincidir, deste modo, sob indisfarçável influência marxista, estes valores com os interesses e a mundividência do poder colonial.

Não sendo tão nítida esta relação em Luandino Vieira, não deixam os valores em apreço de ser igualmente enaltecidos. A lealdade de Domingos Xavier em não denunciar os seus companheiros de militância no momento da tortura é exemplo desse apego do autor aos mesmos valores colectivistas. “Domingos Xavier não traiçou seus irmãos” (p. 74), diz o mesmo para si, como que para se certificar da correcção do seu comportamento e da sua capacidade de resistência.

Em concomitância com a defesa destes valores, regista-se em ambos os autores um certo simplismo na construção das suas personagens, facto que, de qualquer modo, me parece mais significativo em Beti do que em Luandino Vieira. As personagens são estruturadas para se entregarem de corpo e alma à causa da independência, sem questionarem os seus interesses individuais e familiares. A pátria, ou melhor, a nação a ser edificada, leva-os à abnegação de si mesmos. É como se estivéssemos a assistir a um filme soviético dos tempos áureos do regime, pelo que tudo indica que o altruísmo social e demais particularidades estéticas do realismo socialista se tenha feito sentir junto dos dois escritores. E esta influência, a confirmar-se, terá chegado a Luandino Vieira por via do neo-realismo português e a Mongo Beti por via, eventualmente, do realismo africano.

Não se assiste, de qualquer modo, em nenhum deles à identificação de tais valores com uma raça específica. Jean-Louis, negro, acabou por perfilhar e identificar-se com os valores burgueses da sociedade colonial, enquanto que o Eng. Silvestre, branco, comunicava dos mesmos princípios e valores defendidos por aqueles que mais directamente sentiam sobre os ombros os efeitos do domínio colonial e que não eram seguramente os do seu grupo rácico ou melhor, do seu grupo de *status*¹⁶. Souberam ambos, assim, caldear as suas personagens com a dinâmica social dos tempos modernos, dando-lhes a possibilidade de escolher o seu próprio destino,

¹⁶ Esta designação refere grupos sociais diferenciados no contexto da sociedade global por razões físicas ou culturais. Não podendo ser considerados como uma elite, pois muitos dos membros fazem (ou podem fazer) parte de estratos sociais baixos, não deixam, no seu conjunto, de ocupar posições de relevo, quer de ordem económica, política ou mesmo social. Mesmo os elementos que não são elite acabam por ter a possibilidade de ascender socialmente por invocação e a coberto de tais características. Trata-se de um conceito devido a Max Weber (1980), aplicado aos contextos africanos por Wallerstein (1972) e que traduz, de certo modo, o estatuto dos europeus ou seus descendentes na Angola colonial.

mesmo que essa escolha pudesse implicar processos de alienação, mais política do que cultural, como o que aconteceu com o percurso de Jean-Louis. A alienação, entendida neste sentido, é um conceito que deve muito à filosofia clássica alemã, mormente a Hegel, ganhando, porém, com Marx, e eventualmente com Feuerbach, o sentido negativo com que geralmente é referido, i.e., como um estado espiritual a ser corrigido por não corresponder ao lugar que lhe cabe, enquanto ser objectivo e real, no processo produtivo de uma determinada sociedade. Através da obra do escritor e médico antilhano Frantz Fanon passou o conceito, com o sentido que Marx lhe atribuíra, a ser aplicado ao estado espiritual das vítimas do colonialismo europeu. Em qualquer das dimensões, traduz situações pessoais e sociais em muito identificadas com a conjuntura oferecida pela modernidade, servindo, nessa medida, de correlato às solidariedades orgânicas (no sentido de Durkheim) que, ao predominarem, acabam por configurar essa mesma modernidade.

A prevalência destas sobre as solidariedades mecânicas, para continuar a seguir Durkheim, proporcionou igualmente a adesão do Eng^o. Silvestre à causa da independência de Angola, o que fez contrariando, de certa maneira, o comportamento normal ou, talvez melhor, a expectativa do seu grupo de *status*. Porém, a sua atitude, porque concomitante com o ainda prevalecente sentido progressista da história – que, de resto, muito deve a Marx – não é, em princípio, considerada como um acto alienatório.

4. O carácter não racial que os dois escritores (mais Vieira que Beti, diga-se!) atribuíram à defesa dos valores revolucionários e nacionalistas, emprestou aos respectivos textos uma tónica universalista que os enriqueceu esteticamente. No fim, o homem novo, o herói em busca dos valores autênticos numa sociedade degradada, para citarmos Goldmann (1986), não se compadece com exclusividades culturais e, muito menos, com exclusividades de ordem racial, imputemos ou não, como o fez Goldmann, tais atavismos ao sistema capitalista que se fez representar, como se sabe, nas regiões tropicais pelo colonialismo europeu. Num período marcado pelo fim da Guerra Fria, pela intensificação, sem precedentes, do processo de globalização, estigmatizado pelo que alguns designam como o fim das ideologias e, como tal, o fim da história, essa procura do homem novo não me parece que tenha sido, de forma alguma, abandonada. Os meios da sua formulação, enquanto utopia, e o caminho a ser

percorrido para que seja atingido, é que mudaram. A globalização causou desterritorializações culturais e simbólicas que, por sua vez, vieram enfraquecer a ideia de autenticidade ou exclusividade cultural, ou seja, a hipótese de se argumentar na base de legitimidades ou autenticidades culturais. O primado político deu, por sua vez, lugar ao primado do mercado, cuja valorização no âmbito da economia internacional – fruto do chamado (neo)liberalismo – explica, em grande medida, a desterritorialização supracitada.

Assiste-se hoje a uma incapacidade do nosso tempo que, porventura, será idêntica à sentida, no seu tempo (sécs. XVI-XVIII), pelos protagonistas do que, no século XIX, veio a ser designado por barroco. Designações como pós-colonial, pós-nacionalismo, pós-moderno, pós-industrialismo, entre outras, traduzem, pela sua polissemia, essa incapacidade. O certo, porém, é que vivemos numa época onde, para além da incapacidade de sustentarmos o argumento da exclusividade cultural, se assiste, como se deu no barroco, a uma constante abertura a novas experiências, a novos valores e a novas formas estéticas. A mestiçagem (cultural e não só) enquanto resultado e enquanto paradigma dessa abertura, impõe-se, ou parece impor-se, como factor diferenciador desse mesmo tempo. Pelo menos é assim que pensam Laplantine e Nouss (1997). A abertura espiritual e física em que se apoiam para formular o paradigma da mestiçagem leva-me também a pensar que o tempo *global* que vivemos tanto tem de mestiçagem como de neo-barroquismo e que, assim sendo, textos como o romance *Remember Ruben* e a novela *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, propositadamente circunscritos aos valores e às condutas políticas do seu tempo, se mantêm actuais por não terem limitado a capacidade de entendimento e de relacionamento do ser humano.

Bibliografia

- AMARAL, Ilídio do, 1968, *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*, Lisboa
- BROWNING, Gary et al., 2000, *Understanding Contemporary Society. Theories of the Present*, Londres...: Sage
- CHALIAND, Gérard, 1969, *Lutte armée en Afrique*, Paris: François Maspero
- GELLNER, Ernest, 1993 [1983], *Nações e nacionalismo*, Lisboa: Gradiva
- HOBBSAWM, Eric, 1998 [1990], *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa: Terramar

- JUNGRAITHMAYR, Herrmann e Wilhelm J.G. MÖHLIG (Eds.), 1983, *Lexikon der Afrikanistik. Afrikanische Sprachen und ihre Erforschung*, Berlin: Dietrich Reimer Verlag
- KANE, Mohamadou, 1982, *Roman africain et tradition*, Dacar / Abidjan: Les Nouvelles Éditions Africaines
- LAPLANTINE, François e Alexis NOUSS, 1997, *Le métissage. Un exposé pour comprendre. Un essai pour réfléchir*, Paris: Flammarion
- MANSHARD, Walter, 1980 [1970], *Afrika – südlich der Sahara*, Fischer Taschenbuch Verlag
- MESSIANT, Christine, 1989, “Luanda (1945-1961): colonisé, société coloniale et engagement nationaliste”, in Michel CAHEN (Dir.), *Bourgs et villes en Afrique lusophone*, Paris: LHarmattan: 125-199
- MEYNAUD, Jean e Anisse SALAH-BEY, 1963, *Le syndicalisme africain. Évolution et perspectives*, Paris: Payot
- MOREIRA, Adriano, 1982 [1976?], *A comunidade internacional em mudança*, Lisboa: ISCSP
- NORMANN-SEILER, Almut, 1976, *La littérature néo-africaine*, Paris: PUF
- PACHECO, Carlos, 1997, *MPLA. Um nascimento polémico*, Lisboa: Vega
- PARSONS, Talcott, 1974 [1971], *O sistema das sociedades modernas*, São Paulo: Livraria Pioneira Editôra
- PEREYRA, Verónica e Luís MARÍA MORA; 1998, *Literaturas africanas. De las sombras a la luz*, Madrid: Editorial Mundo Negro
- RIESZ, János, 2000 [1993], *Koloniale Mythen – afrikanische Antworten. Europäisch- afrikanische Literaturbeziehungen I*, Frankfurt a.M.: IKO – Verlag für Interkulturelle Kommunikation
- VENÂNCIO, José Carlos, 1993 [1987], *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*, Lisboa: Ulmeiro
- VENÂNCIO, José Carlos, 1999, “Globalização, democratização e facto literário em Angola. Uma aproximação a uma sociologia do romance angolano”, in *Africana Studia*, nº 1: 193-204
- VENÂNCIO, José Carlos, 2000, *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África*, Lisboa: Vega
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1972, “Social Conflict in Post-Independence Black Africa: the Concepts of Race and Status-Group Reconsidered”. in Ernest O. CAMPBELL (Ed.), *Racial Tensions and National Identity*, Nashville: Vanderbilt University Press: 207-26
- WEBER, Max, 1980 [1921], *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie*, Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck)

CULTURAS: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

José Azevedo *

1. A identidade no mundo contemporâneo

Numa sociedade em que os indivíduos estão cada vez mais “absorvidos neles próprios” (Lipovetsky, 1989, p. 20), a procura da identidade pessoal apresenta-se como um problema premente, indissociável das profundas modificações culturais em curso. Com efeito, “a negação do poder imemorial do passado tradicional, a febre moderna das novidades, a celebração do presente social” (p. 17) transformaram-se em princípios organizadores da moderna vida colectiva, levando a que os indivíduos se tornem cada vez mais “atomizados... e pouco dispostos a considerar o interesse geral” (p. 21). Esta ênfase no individualismo como apanágio das sociedades modernas constitui uma evidência de que o desenvolvimento intra-pessoal não está separado das influências, expectativas e experiências sociais.

Esta evidência tem vindo a ser cada vez mais valorizada por parte de alguns analistas da cultura contemporânea, ressaltando entre outros os trabalhos de Baumesteir e de Giddens. Se através da obra do primeiro (Baumesteir, 1986) nos é dado a perceber como, ao longo de diferentes épocas, se desenvolveram diferentes problemáticas da identidade, tendo em conta diferentes contextos sócio-históricos, já com os trabalhos de Giddens (1994), situando-nos essencialmente na actualidade, a nossa atenção é encaminhada para as “transmutações introduzidas pelas instituições modernas”, as quais se entretecem “de forma directa com a vida individual e, portanto, com o *self*” (p. 1).

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Ao traçar os contornos da modernidade tardia, a utilizarmos a expressão do autor, este é peremptório ao afirmar que novos mecanismos de identidade são moldados (ainda que também as moldem) pelas instituições modernas. “A reflexividade da modernidade estende-se até ao núcleo do *self*” (Giddens, 1994, p.29), tornando-se ele também um projecto reflexivo. Nestas circunstâncias, “o *self* alterado tem de ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de ligação entre a mudança pessoal e a mudança social” (p. 29).

Neste sentido, encontramos-nos pois no cerne da interacção do individual e do social pelo que não é de admirar a multiplicidade de contextos em que podemos encontrar referências ao conceito de identidade. Do multiculturalismo à crença de uma americanização do mundo, das reivindicações étnicas às identidades nacionais, das identidades profissionais à cultura de empresa a identidade surge-nos como conceito incontornável.

Uma breve incursão pelos meios de comunicação e pelas publicações de ciências sociais permitiu-nos sistematizar as referências mais comuns ao conceito de identidade

- **A procura da individualidade e a escolha do “estilo de vida”** - Nos *media* contemporâneos encontramos com facilidade referências a questões de desenvolvimento pessoal, liberdade e autenticidade; por outro lado as questões de estilo de vida que vão desde as “sub culturas” até às questões do género/sexualidades são também uma área onde se tem utilizado de forma extensiva o conceito de identidade; finalmente as questões dos impactos das novas tecnologias sobre o *self*, nomeadamente a questão das identidades múltiplas e da fragmentação do eu são também áreas de crescente interesse.
- **Os movimentos sociais a política e a cidadania** - O estado multi-cultural (quer seja com várias etnias nacionais quer com minorias migrantes) está sob intensa pressão nas suas antigas concepções de estabilidade e legitimidade em homogeneidade cultural. As questões de particularismo cultural e identidade e do respectivo acesso a privilégios e poder infectaram quase todas as comunidades multiculturais. Daqui derivam vários eixos de contenção: o direito de uma comunidade cultural, geralmente uma minoria-migrante, praticar as suas crenças versus as reivindicações de um núcleo central

cultural defender a uniformidade nas práticas culturais; direitos de língua e a insistência por alguns de serviços multilíngues versus a defesa de uma única língua nacional e oficial; a defesa de uma representação multicultural no curriculum escolar versus uma única fonte dominante de significação histórica. Todos estes eixos de contenção, levam a que os media apresentem com frequência referência às discussões em torno de uma questão central: Deverá a questão da identidade ser uma matéria pessoal e privada sem tentativas públicas de construir um consenso de valores e tradições? É cada identidade etno-cultural igual a qualquer outra?

Evidentemente que todas estas questões estão relacionadas. A escolha de um estilo de vida envolve questões políticas, a pertença étnica mistura-se com as problemáticas da procura de individualidade, etc.

O que nos leva à utilização da noção de identidade nos discursos contemporâneos das ciências sociais. Se os temas são aqueles que indicamos, não podemos deixar de referir que a discussão teórica tem sido grande e marcado definitivamente o campo da sociologia da identidade. Neste debate, destaco em particular os trabalhos de Benhabib (1996); Calhoun (1995) Hall & du Gay (1996) e Lash & Friedman (1992).

Dois temas em particular têm sido repetidamente enfatizados e atravessam transversalmente os temas referenciados acima:

- a variabilidade e fluidez da identidade em contraponto ao essencialismo;
- a diferença enquanto critério definidor da identidade.

Uma vez que, em Portugal se regista um crescente interesse pelo tema mas existindo ainda um conjunto limitado de referências, consideramos que, seria interessante ilustrar alguns dos grandes debates que cruzam este tema e algumas das diferentes leituras possíveis a partir de dois exemplos: o conceito de identidade nacional e o de etnicidade. Daí que comecemos por abordar as principais questões teóricas da identidade em torno do eixo essencialismo versus anti-essencialismo para depois exemplificar a partir dos exemplos escolhidos.

2. A “Natureza” da identidade colectiva: Perspectivas teóricas

Como seria de esperar numa temática tão discutida e complexa o campo académico tem desenvolvido múltiplas abordagens teóricas. Está fora do âmbito deste artigo a completa enumeração de perspectivas. Optamos por organizar a explanação em torno dos conceitos que reúnem amplos consensos, para em seguida discutir os aspectos diferenciadores das várias abordagens à concepção da “natureza” da identidade.

Aspectos comuns às várias perspectivas

A identidade colectiva é um conceito enraizado em constructos sociológicos clássicos: Durkheim “consciência colectiva”, Marx “consciência de classe” por exemplo.

Essas noções enfatizam a partilha pelos membros de um grupo de um conjunto de atributos ou semelhanças que os unem. Isaiah Berlin enfatizava a visão de que “tal como as pessoas necessitam de comer e beber, de ter segurança e liberdade de movimentos, também necessitam de pertencer a um grupo. Privados disso, sentem-se desinseridos, sós, diminuídos, infelizes. Ser humano significa ser capaz de se sentir em casa algures, com os seus semelhantes”.

Mas se o sentimento de pertença e os significados são encontrados nos grupos de pertença, o sentido de identidade resulta igualmente de um sentimento de diferença face a outras comunidades. Pertencer significa simultaneamente ser incluído numa comunidade e estar separado e diferenciado de outra.

De acordo com Tajfel e outros, o ser humano procuraria uma identidade social positiva que seria obtida através de processos de categorização social, “a categorização é concebida como um instrumento cognitivo básico que permite aos indivíduos estruturar o meio social e definir o seu lugar nele. O conhecimento de que ele ou ela pertencem a certos grupos e o valor associado à pertença grupal, em termos negativos e positivos, representa a identidade social”. Por outras palavras, o ser humano é inerentemente uma criatura social cujas necessidades de identidade só podem ser satisfeitas numa relação comparativa de inclusão/exclusão com outros grupos.

Do ponto de vista dos sujeitos, a identidade remete-nos sempre para a consciência de pertença a determinados grupos, e como consequência para a não pertença a outros grupos. Por ex. Nós somos Portugueses-Eles são estrangeiros

Ou seja, eu pertenço a uma categoria de indivíduos que se caracterizam por partilharem uma condição de portugueses, homens, etc. e os distinguem de todos os outros homens por estes não o serem.

Aspectos diferenciadores das várias perspectivas

Os estudos mais antigos abordavam os atributos da identidade como características “naturais” ou “essências” – qualidades emergentes de questões genéticas, predisposições psicológicas, localizações geográficas, ou propriedades resultantes de localizações estruturais. Esperava-se que os membros desse colectivo internalizassem essas qualidades, sugerindo isso uma experiência social unificada em relação à qual os actores sociais construía a sua identidade.

Se bem que as posições essencialistas sejam hoje pouco frequentes entre os académicos, elas são contudo muito difundidas junto de meios políticos e associativos. Uma visão essencialista de cultura subjaz, por exemplo, a muitos dos movimentos nacionalistas/étnicos contemporâneos.

As perspectivas mais recentes têm colocado em questão o essencialismo das imagens e dos atributos colectivos. As perspectivas anti-essentialistas englobam um grande leque de abordagens com importantes diferenças (construcionismo social, construtivismo, pós-modernismo) mas que partilham a visão da construção da identidade como fenómeno relacional, contextualizado num dado tempo e num dado espaço.

Em concordância com as teorias de Peter Berger, Howard Becker, e outros, a abordagem do construcionismo social à identidade rejeita qualquer categoria que realce propriedades únicas da pertença colectiva. Nesta perspectiva, cada colectivo torna-se um artefacto social uma entidade moldada, refabricada e mobilizada de acordo com scripts culturais e centros de poder.

A sua pertinência é particularmente visível no modo como possibilitam um estudo da Identidade segundo uma perspectiva essencialmente relacional e dinâmica, por contraposição às concepções essencialistas da mesma, que a visualizam como uma “entidade em si, estabilizada no tempo e desligada das totalidades e processos sociais nas quais é produzida” (Gros, 1994). Essa noção eminentemente relacional que o conceito de identidade tem vindo progressivamente a desenvolver no quadro problemático da Psicologia Social (veja-se a propósito Gergen, 1985) e da Sociologia (veja-se o trabalho de Madureira Pinto circunscrito ao tema “Sobre a produção social da

identidade”, 1991) é conducente à configuração da Identidade não como um produto fixo e acabado, mas como uma construção interactiva, i.e., uma construção que se “alimenta sempre de alteridades, sejam elas reais ou de referência” (Madureira Pinto, 1991, p. 219). Daí não se poder analisar a identidade fora dos sistemas de acção nos quais o indivíduo está implicado, resultando das relações de força entre todos os actores em presença.

A construção de uma identidade, numa perspectiva anti-essencialista, surge na e pela interacção com os outros. “O conhecimento de que a identidade do eu só é possível graças à identidade do outro que me reconhece, identidade ela mesma do meu próprio conhecimento” (Habermas, *cit. in* Dubar, 1991, p. 83).

Encontramo-nos no reencontro de dois processos heterogéneos: o primeiro diz respeito às atribuições pelas instituições e pelos agentes directamente em interacção com o indivíduo (actos de atribuição). Neste processo, existe uma forma variável de etiquetagem, produzindo o que Goffman (1963) chama *de identidades sociais virtuais* e que mais não é do que a identidade para outrem.

O segundo processo diz respeito à interiorização activa, ou seja, à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos (actos de pertença). Esta interiorização não pode ser visualizada fora das trajectórias sociais nas quais os indivíduos constroem as identidades para si, a que Goffman chama *identidades sociais reais*.

Nas *identidades sociais virtuais* é importante conhecer os efeitos dos processos de etiquetagem sobre o plano da identidade, na medida em que, quando as pessoas consideram certas situações como reais, elas são reais nas suas consequências.

Realiza-se assim uma modelagem do indivíduo sobre a representação que os outros têm dele. Mas a etiquetagem social, em termos de propriedades social e emocionalmente partilhadas pelos outros não é constitutiva da identidade. Ela só deve ser entendida pelo papel determinante que tem em relação ao sucesso ou insucesso dos projectos de identidade, que são constitutivos de uma identidade dentro dos colectivos sociais.

Nesta linha de análise, procuram-se quebrar categorizações simples (e a dominância política que implicam), evidenciando a complexidade de formas e polivalência de símbolos a partir dos quais tais categorias são produzidas.

Para além disso, no estudo da identidade, os autores que se posicionam numa linha anti-essencialista, consideram a variação dentro

das categorias identitárias– i.e. mulher/ negra/ classe trabalhadora– tão importantes como as variações entre categorias identitárias.

Os trabalhos nesta tradição põem em questão os modelos que equacionam discurso e verdade; eles expõem as formas em que o discurso objectivado como verdade forma e mantém definições colectivas, e hierarquias de poder.

3. Identidade nacional e etnicidade no mundo contemporâneo: dois breves casos

De forma a ilustrar alguns dos aspectos teóricos que temos vindo a apresentar escolhemos dois exemplos que nos permitem evidenciar as implicações que versões essencialistas e anti-essencialistas têm para a compreensão do conceito de identidade.

Tomemos como primeiro exemplo o caso da identidade nacional portuguesa.

A construção da identidade nacional

Hoje parece-nos evidente que todos os cidadãos nascidos em Portugal, de pais portugueses, se auto definam como portugueses. Esta consciência de pertença não é todavia tão antiga quanto se possa julgar numa primeira leitura. José Mattoso na sua obra “A Identidade Nacional” considera mesmo que é muito recente.

Uma pequena anedota que se contava sobre o rei D. Luís, serve-nos para ilustrar a modernidade da consciência nacional – estando o rei D. Luís.passeando no seu iate, se cruzou com uns pescadores a quem perguntou se eram portugueses. A resposta foi bem clara: “Nós outros? Não, meu senhor! Nós somos da Póvoa do Varzim”

Como é evidente, se os pescadores da Póvoa do Varzim podiam responder assim ao Rei, trezentos anos depois de Camões ter escrito e publicado os Lusíadas, a verosimilhança de uma situação idêntica seria muito mais provável no século XII”. (Mattoso, 1998, p.14)

Na realidade para os camponeses da Idade Média, a dificuldade de conceber ideias abstractas como a de portugalidade, acrescia a de a eles corresponderem pouquíssimas estruturas administrativas com qualquer espécie de expressão na vida prática e no quotidiano.

Esta situação segundo J. Mattoso manteve-se durante toda a Idade Média e grande parte da Idade Moderna. Só começou a modificar-se decisivamente, mesmo nos lugares mais longínquos da capital, para o fim do sec XIX.

Este processo de resto não é exclusivo de Portugal, Thiesse (2000), fala mesmo do sec. XIX como o século das nacionalidades europeias, salientando que é fundamentalmente nesse século que os movimentos e elites vão começar de uma forma mais sistemática a construir e disseminar uma narrativa de nação. Se aceitarmos como válida a definição de nação como “um grupo humano geralmente vasto, que se caracteriza pela consciência da sua unidade (histórica, social, cultural) e a vontade de viver em conjunto” então é facilmente compreensível que a formação das identidades nacionais consista na construção dessa narrativa comum, desse legado de recordações e práticas que funda um sentimento de pertença.

Sendo assim, podemos perguntar como se vem a generalizar a percepção de pertença à categoria portugueses?

Conforme foi sublinhado por E. Gellner (1983), a heterogeneidade cultural era a regra nos impérios, reinos e principados da era pré-nacional. As referências identitárias dos indivíduos estavam determinadas pelo seu estatuto social, a sua religião, a sua pertença a uma comunidade local mais ou menos restrita e rica de particularismos de todos os tipos.

Se bem que cada identidade nacional seja diferente, os seus processos de constituição são muito parecidos. Todos envolvem heróis e confrontações militares (sobretudo de resistência), romances históricos e a sua associação a um sistema de ensino, símbolos e cerimónias comemorativas.

De entre os vários factores envolvidos no caso da constituição da identidade nacional portuguesa, gostaria de destacar os seguintes:

- 1) As confrontações militares – nomeadamente a reconquista aos mouros; guerras com Castela e invasões francesas. Todas estas situações de guerra permitiram uma identificação com um colectivo e paralelamente uma atribuição de valor positivo a essa pertença; a ideia de território ancestral e de comunidade que resiste à invasão defendendo ferozmente a terra que lhes foi legada pelos antepassados é também importante nestas confrontações e reforça ainda mais a consciência grupal.
- 2) A expansão portuguesa - Este é sem dúvida outro fenómeno importante na construção da identidade nacional e por duas ordens de razões. Primeiro porque como vimos um dos critérios básicos da construção identitária é a diferenciação, o esta-

belecimento da diferença Eu-Outro. Ora conforme refere Mattoso (1998, p.18) a expansão “que pôs milhares de portugueses em contacto directo com outros povos e civilizações, veio evidentemente reforçar o sentimento nacional a partir de uma experiência vivida.” Segundo, porque a expansão envolveu a necessidade de um esforço nacional, e conforme muitos estudos da Psicologia Social demonstram, uma das formas de reforçar a consciência colectiva é envolver os sujeitos numa tarefa “supra” isto é, que transcenda os interesses grupais.

- 3) A escrita da memória colectiva - Um dos aspectos fundamentais da criação da identidade nacional é a difusão de uma narrativa colectiva. O sistema de ensino é o óbvio difusor mas igualmente importante é o conjunto de produções literárias e artísticas que sempre acontecem sobre este tema. O texto mais marcante neste contexto é evidentemente os *Lusíadas* que tiveram um significativo impacto sobre o imaginário nacional. Na realidade, segundo Mattoso (1998, pp.35-36) “a forma poética, retórica enfática do discurso imprime-lhe uma força enorme. Aqueles que se consideram membros de um mesmo povo não podem deixar de se convencer que aquela é de facto a sua própria história. Assim, os receptores identificam-se eles próprios com os heróis, não como quaisquer ouvintes de um relato empolgante, mas como representantes do colectivo que ali desempenha as funções de principal actor.”
- 4) A utilização de símbolos e cerimónias comemorativas - Grande parte da população do país foi provavelmente mais influenciada no processo de consciencialização nacional pelo uso constante de emblemas e sinais concretos, como o escudo de armas do rei, a bandeira nacional, a moeda, ou mais recentemente as estátuas dos heróis e das batalhas. Estes tornaram-se, de facto, segundo Mattoso (1998, pp.26 -27) “sinais identificadores. A sua categoria simbólica dotava-os de um poder emocional que contribuiu para fazer esquecer o seu sentido primitivo de emblemas de dominação.” Para além destes símbolos assistiu-se, a partir do sec. XIX, à realização de festas e cerimónias comemorativas de determinados acontecimentos históricos de relevância para a constituição da nação. Estas celebrações, podem também considerar-se relevantes para a construção identitária, uma vez que, são a cele-

bração de uma comunidade multissecular e transmitem por isso a sensação de continuidade do ser nacional.

Com este exemplo procuramos evidenciar o carácter de construção social que subjaz ao conceito de identidade nacional. Por outras palavras, entre a tomada do poder do condado portugalense por D. Afonso Henriques e a emoção de um país perante Timor percorreu-se um longo caminho de construção de uma categoria - Portugueses- e de formação de uma consciência de pertença a essa categoria. Estamos assim num campo bem distante das perspectivas essencialistas da identidade que abordavam o carácter português como resultante de atributos “naturais” ou “essências”- isto é qualidades emergentes de questões genéticas, predisposições psicológicas, localizações geográficas, ou propriedades resultantes de localizações estruturais.

Não se pode aqui deixar de observar, seguindo ainda Mattoso (1998, pp.9-10) “que o nacionalismo, nas suas diversas manifestações, procurou sempre uma base “natural” para as suas formações nacionais. Ao considerar a Nação como uma categoria da ordem das essências, ao atribuir-lhe, portanto, um carácter necessário e eterno, tendia-se a procurar as suas raízes na própria natureza, ou seja em factores como a diversidade geográfica, a “raça” ou a língua (pressupondo que as diferenciações étnicas e linguísticas eram de alguma forma fenómenos “naturais”).”

A ideia de nação, no sentido que hoje lhe atribuímos, é resultado de um longo processo bastante mais complexo que uma primeira leitura pode evidenciar. Na verdade, todas as nações Europeias percorreram um caminho que se iniciou por um conjunto de referências identitárias fundamentalmente determinadas pelo seu estatuto social, pela sua religião ou pela sua pertença a comunidades locais mais ou menos restritas, para através um trabalho de criação identitária e de educação resultar no actual sentido de identidade nacional.

A formação das identidades nacionais evidencia de forma simples como através de processos políticos e socio-históricos se construiu um património comum que nos identifica de forma “natural” e que nos diferencia do “Outro”. Todas as identidades nacionais são distintas, contudo estas estruturam-se segundo as mesmas categorias. Estabelecem uma ligação entre os fundadores e o presente, na língua, nos heróis, nos monumentos culturais, em resumo nos lugares de memória.

A construção da Etnicidade

Um outro conceito em que se confrontam visões essencialistas e abordagens construcionistas é o da etnicidade.

Frequentemente, quando falamos em etnias, imaginamos uma tribo com o seu chefe, a sua aldeia. Mas as denominações étnicas em África não correspondem, senão excepcionalmente a um passado comunitário deste tipo. Assim, como ironiza M'Bokolo (1998, p.321), "o mais frequente é que a etnia tenha nascido a partir da passagem de um antropólogo ou de um funcionário colonial."

Na realidade, uma breve história do conceito evidencia como o próprio conteúdo da noção variou à medida que evoluíam as ciências sociais. No fim do século XIX, a antropologia física centrou-se na identificação de grandes tipos raciais nas populações africanas: Banto, Nilóticos, Pigmóides, etc. Num primeiro tempo considerando que estes grupos estavam ligados pelo parentesco, logo com uma ascendência comum associaram etnia e grupo racial. Mesmo hoje, apesar destas teorias terem sido abandonadas, continuamos a encontrar muitas referências à ligação entre diferenças físicas e atributos étnicos.

Num segundo grande período, as etnias foram caracterizadas a partir da ideia de cultura "pura" e isolada. Desta forma, procurava-se uma homogeneidade cultural ou linguística, e um dado território. Isto resultou, em parte, dos próprios métodos de observação dos etnólogos que tinham tendência a focalizar-se sobre uma aldeia ou um grupo autónomo. Por outro lado, a ideia de cultura primitiva e pura estava subjacente às próprias concepções dos cientistas, o que fazia com que aspectos que de alguma forma mostravam a complexidade e interpenetração das culturas não fossem valorizados. Veja-se por exemplo, a pouca importância que Malinowski deu ao facto dos Melanésios terem circuitos comerciais muito organizados e que se estendiam por centenas de quilómetros; e a incapacidade dos primeiros estudiosos em sequer considerar a hipótese das ruínas do Zimbabwe poderem resultar de uma civilização negra.

Esta ênfase na homogeneidade cultural com o seu território fez mesmo com que, em certos casos, tenham sido os próprios etnólogos a delimitarem os contornos geográficos dos grupos étnicos. Mas, como refere M'Bokolo (1998, p.322) "na maior parte dos casos, isso era impossível porque as populações estavam muito misturadas, isto é falavam a mesma língua tendo costumes e actividades dife-

rentes, ou o inverso. Este problema foi resolvido frequentemente através da atribuição do território à etnia considerada como maioritária ou dominante.”

Hoje a ideia dominante de etnia é que se trata de uma realidade fundada sobre uma unidade primordial e uma continuidade multisecular: por detrás das denominações étnicas, imaginam-se grupos partilhando traços herdados do passado, como a língua, os costumes e as crenças, mas sobretudo derivando a sua identidade colectiva da ideia de origem comum.

Esta noção de origem comum, histórica ou mítica, foi bastante difundida por muitos antropólogos. Mas o que importa realçar, de acordo com M'Bokolo (1998), é que a noção de origem comum é raramente dominante na vivência dos Africanos e a importância dada a esta noção é frequentemente o reflexo directo do interesse de um etnógrafo pelo tema. Na verdade, muitos exemplos em África mostram como pequenos grupos vindos de lugares diversos se associaram num dado momento contra outros e desenvolveram um sentido de pertença e uma origem mítica comum.

Tomemos como exemplo, os Herrero da Namíbia. No séc XIX, não existiam Herrero mas sim uma constelação de grupos mais ou menos independentes. No fim do século as tropas coloniais alemãs quase que os tinham exterminado. Os sobreviventes acabaram por se misturar com os colonos alemães, e é somente a partir dos seus descendentes que começamos a ouvir falar da etnia Herrero. Contudo a sua origem mítica é bem mais longínqua.

Em síntese, as populações e as culturas nunca desaparecem totalmente, elas misturam-se e transformam-se de tal forma que não podemos fixar na história um momento em que elas tenham existido de forma mais autêntica.

Se tentarmos aplicar às denominações étnicas tal como podem ser observadas em África um conjunto de critérios (território de origem comum, unidade na cultura e na língua, endogamia), encontraremos muito poucos casos que satisfaçam esta definição. Se quisermos ser um pouco cínicos diríamos que um grupo étnico é aquele a que um antropólogo dedicou um livro.

Vemos assim surgir a noção de “comunidade imaginária” (B. Anderson, 1989) que apresenta as culturas (nacionais, étnicas, regionais) como reservatórios de imagens, de onde num dado momento da história, os grupos humanos retirariam os recursos necessários à fabricação de referências colectivas.

Esta maneira de desconstruir as culturas não põe em causa o seu poder sobre os homens, mas mostra a sua artificialidade: assim o fetichismo da cultura autenticamente tradicional, que habitou a antropologia culturalista, é colocado ao nível da simples ilusão.

Contudo se a etnicidade é imaginada, é tudo menos imaginária. É “real” na medida em que as pessoas orientam as suas vidas e acções em termos dela, e tem consequências muito concretas.

Vejamos o caso dos confrontos étnicos recentes entre os Hutu e os Tutsi na África Central e de que resultaram mais de meio milhão de mortos. Tentar clarificar o que se passou pode ajudar a clarificar alguns dos conceitos introduzidos.

Antes dos Europeus conquistarem a região dos Grandes Lagos esta incluía um conjunto de reinos que se combatiam frequentemente. As linhas do conflito não eram, todavia, entre aqueles que hoje designamos de “Hutu” e “Tutsi”.

Quer no período pré-colonial, quer no colonial, “Hutus” e “Tutsis” partilharam práticas económicas sociais e religiosas, pelo que a sua interacção era muito mais frequentemente pacífica e cooperativa do que conflitual. Para além disso, a evidência histórica demonstra que existia tanto conflito entre diferentes grupos tutsi como entre os “Tutsi” e os “Hutu”.

Uma exemplificação desta fluidez do conceito de etnia entre os “Hutu” e os “Tutsis” é-nos oferecido por um cientista social do Burundi, Rene Lemarchand. Lemarchand (1996) refere que a significação do termo “Hutu” depende do contexto da sua utilização. “Um Tutsi colocado no papel de empregado face a um patrão abastado seria referenciado como Hutu mesmo que a sua identidade cultural permanecesse Tutsi.” (op cit. p.10). Isto é, a palavra hutu significava aqui subordinação social e era independente da identidade cultural dos seus intervenientes. Da mesma forma, uma família poderia ao longo de uma geração mudar de um grupo para outro à medida que a situação política e económica se modificasse.

Sob a ordem colonial, primeiro pelos alemães e depois pelos Belgas, esta divisão foi racializada e tornada mais rígida. Foram exigidos bilhetes de identidade étnicos, e o estado discriminou em favor dos Tutsi, que foram considerados mais próximos dos brancos na hierarquia racial.

Apesar de os Hutu e os Tutsi terem a mesma língua, o mesmo território e a mesma cultura, o estado civil estipulou a pertença étnica dos indivíduos aplicando uma regra de filiação simples: se o

pai é tutsi, a criança é tutsi, se o pai é hutu, a criança é hutu. Pouco importa ver a origem da mãe e o meio em que nasceu. Ora isto não tem nada de cultural.

No período pós-colonial, para extremistas dos dois lados, a divisão começou a ser percebida como uma divisão racial. As desigualdades e os conflitos do período colonial reforçaram os estereótipos e a separação, entrando-se numa espiral de violência.

O que gostaríamos aqui de realçar é que este conflito está longe de ser o produto de uma distinção étnica/tribal antiga, antes sendo resultado de actuais rivalidades políticas e reificações de diferenças construídas.

Deste modo, o que é necessário compreender é que a etnicidade não é certamente na África contemporânea e na passada, o resíduo de uma obscura tradição tribal, mas a materialização de situações históricas.

Conclusão

Com os casos apresentados, pretendemos ilustrar a complexidade da construção identitária, e evidenciar que tal como no processo de construção das identidades nacionais europeias a etnicidade está intrinsecamente ligada a situações políticas.

Como mostra Ernest Gellner (1983), a lógica do nacionalismo é sempre uma lógica de unificação/homogeneização e uma recusa da diferença. Pelo contrário numa perspectiva construcionista as manifestações de identidade nacional/étnica podem ser diferentes e até contraditórias, conforme os grupos humanos que estão envolvidos e as épocas em que se situam.

As críticas ao essencialismo permitem-nos afirmar a multiplicidade e a fluidez da identidade evidenciando a variação de experiências dentro dessas categorias identitárias. Igualmente desafia paradigmas coloniais que representam a identidade negra como unidimensional. Esse discurso criou a ideia do "primitivo" e promoveu a noção de uma experiência "autêntica", vendo como "natural" aquelas expressões de vida dos negros que se conformavam com um padrão ou estereótipo pré-existente. Abandonar noções essencialistas seria um importante desafio para o racismo. A actual resistência Africana e Afro-americana deve, nesta perspectiva, estar

enraizada num processo de descolonização que continuamente se oponha à reinscrição de noções de "identidade negra".

As abordagens à identidade que defendemos rejeitam assim qualquer categoria que realce propriedades únicas da pertença colectiva. Nesta perspectiva, cada colectivo torna-se um artefacto social uma entidade moldada, refabricada e mobilizada de acordo com scripts culturais e centros de poder.

Gostaríamos de concluir sistematizando em três pontos a definição de etnicidade/ identidade que procuramos defender:

A etnicidade/identidade remete-nos numa primeira instância para uma identificação colectiva baseada na diferenciação cultural percebida;

A etnicidade/identidade não é algo de mais fixo ou mais estático do que qualquer outro aspecto da cultura;

A etnicidade/identidade é quer colectiva quer individual, externalizada em instituições e padrões de interacção social e internalizada em auto-identificações pessoais.

Bibliografia

- ANDERSON, B., *The Imagined Community*, Londres, Verso, 1983.
- BARTH, F., (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Oslo: Universitetsforlaget, 1969;
- BAUMEISTER, R., *Identity: cultural change and the struggle for self*, New York, Oxford, 1986.
- BENHABIB, S., *Democracy and Difference: Contesting Boundaries of the Political*, Princeton Paperbacks, 1996.
- BERGER, P., e LUCKMAN, T., *The Social Construction of Reality*, Penguin, 1967.
- CALHOUN, C., *Social Theory and the Politics of Identity*, Oxford, Blackwell 1994.
- DEPRES, L., "Ethnicity and Resource Competition in Guyanese Society" in *Ethnicity and Resource Competition in Plural Societies*, in DEPRES, L. (Ed.) Mouton, 1975;
- DUBAR, C., *La socialisation - construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin Éditeur, 1991.
- GERGEN, K.J., The social constructionist movement in modern psychology, *American Psychologist*, vol. 40, nº 3, 266-275, 1985.

- GEERTZ, C., *The Interpretation of Cultures*, New York: Basic Books, 1973;
- GELLNER, E., *Nations and nationalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1983
- GIDDENS, A., *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1994
- GOFFMAN, E., *Stigma*, Prentice Hall, 1963.
- GROS, M.C., Estratégias identitárias num território desqualificado, in *Actas do Encontro "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local"*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 471-494, 1994.
- HALL, S. & du GAY, P., *Questions of Cultural Identity*, Sage, 1996.
- JENKINS, R., *Social Identity*. London: Rutledge, 1996;
- LIPOVETSKY, G., *O Império do Efêmero*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- LASH, S. e FRIEDMAN, J. (eds.), *Modernity and Identity*. Oxford: Blackwell, 1992.
- LEMARCHAND, R., *Burundi: Ethnic Conflict and Genocide*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- MATTOSO, J., *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- M'BOKOLO, E., Les ethnies existent-elles?, *Sciences Humaines*, nº48, 1995.
- PINTO, J. M., Considerações sobre a produção social da identidade, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 32, Coimbra, 217-231, 1991.
- TAJFEL, H., *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, vol I, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- THIESSE, A. S., La Fabrication Culturelle des Nations Europeennes, *Sciences Humaines*, nº110, pp.38-42, 2000.
- YOUNG, C., "The Dialectics of Cultural Pluralism: Concept and Reality", in *The Rise of Cultural Pluralism: The Nation-State at Bay?*, Wisconsin, 1993.

Documentos
(Homenagem a Marie-Louise Bastin)

MARIE-LOUISE BASTIN NOUS A QUITTÉ

Anne Leurquin

MARIE LOUISE BASTIN a pris le chemin des ancêtres une nuit, le printemps de l'an 2000.

Bien qu'établie au Portugal depuis quelques années, elle n'avait jamais cessé de répondre à toutes les propositions d'écriture qui concernaient les Tshokwe. Avec la délicatesse, l'honnêteté qui la caractérisaient, elle avait offert à l'Université de Coimbra l'ensemble de ses notes, ses documents photographiques et une grande partie de sa bibliothèque en souvenir de l'accueil que lui avait réservé la Compagnie des diamants d'Angola lors de son séjour à Dundo en 1956. L'Université de Porto l'avait récemment célébrée. L'hommage qui lui était rendu s'adressait tout autant à son oeuvre qu'à sa personne. Discrète, un peu timide en publique, elle se révélait drôle, spirituelle, audacieuse dans le privé. Notre première rencontre à l'Université libre de Bruxelles où elle enseignait les arts d'Afrique noire m'a laissé un souvenir ineffable, prologue à une longue amitié. D'une personnalité peu banale, elle a su communiquer à un cénacle de quelques étudiants son goût pour les objets ethnographiques.

Son parcours avait été singulier. Étudiante à l'École d'Art de la Cambre, fondée dans la pure tradition du Bauhaus, elle en sortit graphiste et exerça le métier de publiciste pendant quelques années. Sa passion pour les arts de la modernité allait lui permettre de découvrir l'«artisanat» africain au sein de cette école. Des 1948, une rencontre avec le professeur Frans Olbrechts au Musée Royal d'Afrique Centrale à Tervuren est déterminante pour l'avenir de ses recherches. Initiée par celui-ci à la découverte des styles, sous-styles et manières d'artistes, elle entreprend une classification rigoureuse des objets du musée de Dundo en Angola. Cette somme de connaissance fera l'objet d'une très belle publication devenue

aujourd'hui une rareté bibliophilique : *Museo Do Dundo. Art Décoratif Tshokwe* (Compagnie des diamants d'Angola. Lisbonne, 1961, en deux volumes). Référence incontournable, l'ouvrage met en évidence la symbolique associée aux motifs graphiques des arts «décoratifs» tshokwe, le contexte de leur usage et les styles qui les distinguent. Deux autres missions (1976 et 1984) lui permettent d'approfondir ses connaissances concernant l'histoire du peuple tshokwe et ses conséquences dans l'établissement de zones stylistiques significatives. Approfondissant ses recherches, Marie-Louise Bastin est amenée à traiter de la même manière les peuples apparentés aux Tshokwe afin de déterminer les zones de contaminations stylistiques par rapport à un art d'origine. En élargissant son champ d'investigation, elle nous a donné un panorama plus vaste des arts de l'Angola.

L'approche stylistique de leur statuaire et de leurs masques, et celle, rituelle, de leurs traditions et de leurs croyances l'ont foncièrement guidée dans l'élaboration d'un nombre impressionnant de livres, de catalogues d'expositions et d'articles de revues. L'ensemble de ses publications a largement contribué à définir une esthétique des arts tshokwe.

Certes, les Tshokwe et les arts d'Afrique noire en général avaient monopolisé sa vie. Mais, de la même façon, elle n'avait jamais cessé de s'intéresser aux arts contemporains et tout particulièrement à la musique pour laquelle elle avait une écoute attentive et passionnée.

Entourée des oeuvres de ses amis peintres et sculpteurs, elle nous accueillait, à nous, à ses étudiants, à qui elle offrait la possibilité de rencontrer toutes les personnalités africanistes qui ne manquaient pas de la visiter. Et dans cette ambiance chaleureuse, nous découvriions un monde, d'autres mondes, ceux de l'amitié et du savoir auprès de celle que nous étions quelques-uns à avoir surnommée Mama Tshokwe.

Anne Leurquin – in Paris, *Art Tribal*, n° 23 /2000

VOZES EM PORTUGUÊS

Ana Paula Tavares

Os cokwe sabem da arca e dos animais, da caça e das viagens, da loucura e do vinho e de como é deserta e plana a chana.

Os cokwe continuam a esculpir rostos muito belos, plantados de escarificações onde fixam o tempo para ser eterno, andam mal tratados na terra que conquistam com arcos retesados e conversas afiadas.

MARIE-LOUISE BASTIN (com um sincero pedido de perdão)

Tenho um amigo à sombra do qual gosto de me deitar (é assim que os cokwe¹ consideram os amigos-árvores à sombra das quais nos podemos deitar), que divide o mundo em pessoas e seres : as pessoas vivem, os seres são. Marie-Louise era um ser particular alguém para quem o gesto se eternizava numa taça de vinho, erguida ao sol, enquanto com a outra mão escrevia mais uma linha da longa carta de amor, que demorou uma vida inteira a compor, alternando o kissanje e o piano, para o povo cokwe.

Começou por arranjar um núcleo pequeno – leves traços no chão seguindo a pista do antílope – e a seguir iluminou, com o próprio coração aceso a óleo de palma, a ligação em ponte com um mundo da chana amarelo e povoado de sinais. Depois sentou-se a trabalhar, submetendo, ao cristal do seu olhar azul treinado para as zonas de luz e de sombra da arquitectura gótica, as pequenas coisas de que se organiza o mundo a leste.

Aprendeu a governar o corpo e o discurso traçando no ar as diferentes etapas de organização do pensamento em voo. Descobriu que

1 Nova grafia para quiocos.

os cokwe transformam o gesto em pensamento e o pensamento numa infinidade de gestos que depois guardam esculpindo na madeira cada momento e o seu avesso. Para não esquecer. No seu aprendizado lento, foi inventariando cada movimento e a cor de cada sombra, traçando a trajetória de A a Z de uma teoria estética aprendida na chana, submetida às asperezas das areias redistribuídas do deserto.

Aprendeu a fala mansa das histórias que colecionou em fichas de trazer no bolso para uso diário. Cedo chegou a uma teoria da diferença, colocando a voz ao serviço das máscaras, orando por Cibinda. Entre o Dundo e Bruxelas, foi-se dividindo (usando em ocasiões especiais o dom da ubiquidade que, como ser, detinha, e ficando em todo o sítio ao mesmo tempo), para dar notícia das escolas e dos segredos escondidos em cada veio da madeira preciosa, da pele esticada do tambor, do ronco do hipópotamo.

Tinha um nome belga e um português, mas seu nome secreto, o que se achava inscrito nas mãos de mármore, aquele que que agora pode ser dito pelos caçadores de Kalunga era cokwe, com certeza.

Nunca virou a cabeça. Disso se encarregaram os cokwe seus amigos enquanto ela olhava de frente, multiplicando o seu olhar azul em homenagem a todos os filhos da memória e da tradição que escreviam na areia os gestos de outros mundos. Dizem que Kalunga gostava de a escutar e aprender com ela os segredos do cinzel, as voltas do barro, os sinais perdidos nas máscaras de iniciação.

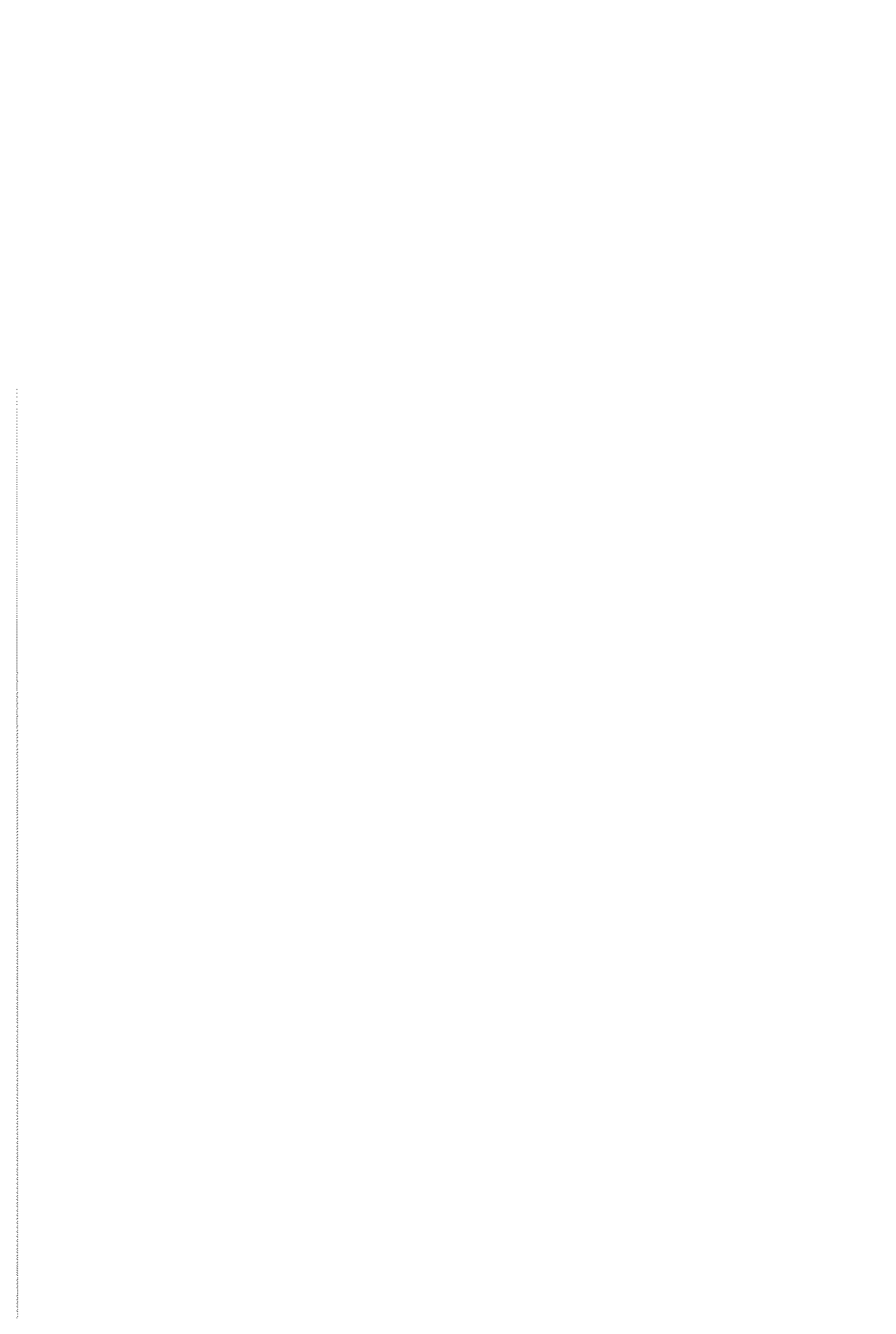
A Diamang, em acto de contrição, editou-lhe, há muitos anos, o livro das horas, que é, como quem diz a reconstituição dos passos perdidos da diáspora cokwe. Chama-se « L'Art Décoratif Tshokwe » (em dois volumes) e está esgotado. Os cokwe talvez não saibam que a história da sua arte existe, escrita por mãos delicadas e que a memória nas suas torrentes vai sobreviver para lá do sítio onde o céu treme, as montanhas se deslocam, enquanto homens como formigas procuram pedras no útero da terra.

Os cokwe sabem da arca e dos animais, da caça e das viagens, da loucura e do vinho e de como é deserta e plana a chana.

Os cokwe continuam a esculpir rostos muito belos, plantados de escarificações onde fixam o tempo para ser eterno, andam mal tratados na terra que conquistam com arcos retesados e conversas afiadas.

Quanto a mim e depois da água sagrada, preparei os panos da linhagem, fiquei atenta às peles e notei que o sangue do sacrifício estava ainda quente na taça do sol. Cheguei tarde.

Notícias / Recensões



János Riesz, 2000 [1993], *Koloniale Mythen – Afrikanische Antworten* (Mitos coloniais – Respostas africanas), Frankfurt: IKO – Verlag für Interkulturelle Kommunikation

José Carlos Venâncio *

Este livro, ora reeditado, é o primeiro de dois volumes que János Riesz editou ao abrigo do projecto “Identität in Afrika” (Identidade em África), que decorreu na Universidade de Bayreuth de 1984 a 1997. O segundo volume, *Französisch in Afrika. Herrschaft durch Sprache* (O francês em África. A dominação pela língua) (Frankfurt 1998) foi objecto de recensão no número anterior desta revista.

Sendo uma colectânea de artigos e conferências, *Koloniale Mythen – Afrikanische Antworten* apresenta, todavia, uma unidade, que o autor procura relevar na 1ª parte, composta de três artigos de motivação teórica, cujos títulos indiciam conteúdos aliciantes: “A literatura africana em tempos de pós-modernidade”, “A literatura africana em línguas europeias e a literatura europeia – intertextualidade e ‘campo literário’” e “A construção comparativa do Cânone – possibilidades de se constituir hoje um cânone relegado à literatura mundial”. Seguem-se mais três partes, uma dedicada aos mitos da literatura colonial, outra ao confronto entre a literatura colonial e a literatura africana em língua francesa e, por fim, uma parte (4ª parte do livro) dedicada aos problemas de recepção e tradução da literatura africana na Europa, mormente na Alemanha.

Realçava deste livro duas vertentes que, em princípio, interessarão, por razões teóricas, àqueles que em Portugal se dedicam ao estudo das literaturas africanas ou, num universo mais alargado, às

* Universidade da Beira interior e CEAUP

literaturas produzidas em ambientes não ocidentais. O primeiro tem a ver com a orientação de literatura comparada que o autor tentou imprimir ao seu estudo, constituindo o já referido capítulo sobre a “construção comparativa do cânone” uma peça fundamental. No desenvolvimento desta vertente o autor acaba por discutir problemáticas que se prendem com o que os anglo-saxónicos têm designado de teoria pós-colonial (cf. Moore-Gilbert 2000), problemática que só recentemente tem merecido alguma atenção (Venâncio 1996, Almeida 2000) entre nós. A segunda vertente diz respeito à relação entre o que autor considera como os mitos coloniais (entre os quais o da inexistência ou insuficiência dos sistemas literários nas sociedades africanas) e a capacidade de resposta dos escritores africanos, reabilitando o passado africano, desmistificando preconceitos e dando a conhecer ao mundo literaturas que, na sua especificidade, são tão ou mais valiosas do que as outras que constituem o painel literário a nível mundial. Neste propósito investigativo o autor revisita o conceito de *Weltliteratur* (Literatura mundial), enunciado por Goethe e posteriormente constituído como um dos pilares da “comparatística” alemã.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Miguel Vale de, 2000, *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*, Lisboa: Celta
- MOORE-GILBERT, Bart, 2000 [1997], *Postcolonial Theory. Contexts, practices, politics*, Londres.: Verso
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega

JOSÉ CARLOS VENÂNCIO, *O facto Africano: Elementos para uma Sociologia de África, Lisboa, Editora Vega, 2000*

Adelino Torres *

Publicado em boa hora pela empreendedora Vega, este livro de José Carlos Venâncio é uma excelente síntese de alguns dos grandes problemas sociológicos, históricos e culturais que caracterizam e condicionam a situação do continente africano neste início do terceiro milénio.

O autor conseguiu, em cerca de centena e meia de páginas – o que é um exercício de não pouca dificuldade – tratar com clareza e rigor vastos painéis, desde o período pré-colonial e o significado sociológico do colonialismo, até à cooperação internacional em curso e às vivências africanas de hoje face à globalização, passando por uma caracterização do nacionalismo, suas origens e percurso no continente em geral e nas colónias portuguesas em particular.

O *Facto Africano* apresenta um quadro de referência que arruma e clarifica ideias, oferecendo um ponto de partida para melhor apreender a complexidade da situação que o continente atravessa, e dando, ao mesmo tempo, adequadas pistas de leitura necessárias a um posterior e mais desenvolvido estudo da conjuntura africana.

É importante sublinhar ainda que a exposição do autor é substanciada por um discurso assumido de esperança nos destinos do continente africano. Postura, a meu ver, realista, tanto mais bem-vinda quanto a África precisa combater, com urgência, não só o desespero nihilista do “*afropessimismo*” – que não tem o menor fundamento na sua acepção vulgar –, como também evitar de enveredar pelo beco sem saída de um “*afrocentrismo de ressentimentos*”,

* JSEG/UTL.

digamos, ambos danosos na medida em que, sob falsos pretextos, podem conduzir ao dramático impasse de uma desconexão regressiva e sem vislumbre de futuro... É imperativo que essa mensagem seja transmitida aos mais jovens.

A história africana – em particular a que ficou documentada durante as últimas décadas – registou, é certo, dificuldades, desilusões e fracassos, mas ficou também marcada por momentos de criatividade, de abnegação e de esperança que não podem ser obliterados.

O nacionalismo, com os seus defeitos e virtudes, abriu caminhos, frequentemente mal explorados, sem dúvida, enquanto os movimentos que o antecederam, como o nativismo, ou que o acompanharam durante algum tempo como o pan-africanismo e a negritude, constituíram etapas que marcaram um passado recente, num percurso mais contraditório do que um certo romantismo imaginava inicialmente.

Quando chegar o momento do balanço todos eles deverão ser avaliados no contexto que lhes deu origem. Entretanto a análise dos problemas africanos tem, antes de mais, que ser feita com os olhos postos no futuro, porque as circunstâncias históricas mudaram e o mundo se transformou, posição que o autor assume com justeza.

É verdade que, no que concerne o continente africano, muitos dos problemas de há três ou quatro décadas se mantiveram, agravando-se outros. Em várias partes do continente a vertigem da violência provocou implosões devastadoras (Somália, Libéria, Ruanda, ex-Zaire, Angola), mas tudo isso não pode levar a um julgamento peremptório, inevitavelmente parcelar, sobre todas as regiões em bloco.

Seria esquecer igualmente que a África dispõe também de poderosos trunfos, entre os quais a juventude da sua população, e a já apreciável qualificação dos seus recursos humanos (se incluirmos a diáspora africana na Europa e na América), muitos dos quais, aliás, se têm ilustrado nos mais diversos campos da literatura, da arte e da ciência. E se o número desses quadros é ainda insuficiente, é indispensável não perder de vista (facto demasiadas vezes esquecido) que também não tem comparação possível com o panorama desastroso na véspera da quase totalidade das independências, o que prova que a África, como um todo, não ficou imobilizada no tempo, ao contrário do que pretendem, por vezes, visões mais apressadas...

O aproveitamento das potencialidades, naturais e humanas, é, no entanto, um problema político e não uma mera questão técnica de duvidoso *cientismo*.

Problema de fundo que tem de ser resolvido, não apenas pela África, mas pela parceria a constituir entre esta e o mundo industrializado, quanto mais não seja porque é do interesse geral, mesmo se nem todos o compreenderam ainda.

Também muitas análises têm frequentemente ignorado um parâmetro nuclear do caso africano: a sua extrema *complexidade*. No momento das independências, nos anos 60, o que parecia estar ao alcance imediato dos obreiros do nacionalismo, mostrou-se afinal uma obra imensa e de longo fôlego, cujas causas, formas possíveis e repercussões eram dificilmente apreendidas na época. Por exemplo, a construção do Estado-nação, processo em que, com poucas excepções, o Estado antecedeu a Nação num movimento inverso ao que a Europa conheceu em séculos passados, o que colocou dilemas quase insolúveis. Equacionar a construção nacional com base num mosaico dispar de etnias, religiões, intromissões externas e tensões de toda a ordem, revelou-se uma tarefa gigantesca, perante a qual não é seguro que outros povos ou civilizações não tivessem também soçobrado em circunstâncias idênticas...

Acrescente-se, por fim, que é necessário projectar os acontecimentos numa dimensão histórica de ciclos longos, cuja duração parece bem superior, como tudo indica, ao período desde as independências até hoje. Por outras palavras, os 40 anos que, desde então, decorreram podem ser suficientes para apreciar certas políticas, mas são certamente escassos para julgar com segurança um ciclo histórico ainda no seu início.

O autor estuda a evolução africana das últimas décadas colocando o subdesenvolvimento numa perspectiva histórica e passando em revista várias teorias que de alguma maneira procuraram interpretá-lo: a teoria da articulação dos modos de produção (Rey, Meillassoux); a teoria substantivista (Karl Polanyi); a teoria atlântica (Fage, Birmingham); a teoria da dependência (W. Rodney) e a teoria do sistema-mundo (Wallerstein). Todas elas contêm elementos estimulantes de grande acuidade que, bem entendido, o autor não poderia desenvolver com maior extensão num trabalho de síntese. Julgo, no entanto – mas reconheço que é uma opinião subjectiva –, que talvez tivesse sido interessante dar mais algum destaque pelo menos a Karl Polanyi, cujos trabalhos têm sido, nos últimos tempos, objecto de estudos importantes, os quais redescobrem a obra e põem em relevo a sua actualidade nos debates sobre os fundamentos da orientação para a “globalização” neoliberal (ver a sua obra-prima: *The*

Great Transformation), um dos principais elementos teóricos que condiciona, justamente, a inserção africana na economia-mundo.

Ao analisar o “processo de orientação da África para a modernidade” o autor conjuga oportunamente o *pilar da regulação* (Estado, mercado e comunidade) com o *pilar da emancipação* constituído por vários tipos de racionalidade (estética, moral, cognitiva), abrindo caminho a abordagens sistémicas mais subtis e flexíveis – sociológicas, económicas, filosóficas e literárias - que relegam, com razão, para segundo plano, anteriores interpretações unívocas e unidisciplinares, crescentemente insatisfatórias.

Mais poderia ainda ser dito a propósito deste livro estimulante, lúcido e rico de temas de reflexão que são outras tantos pontos de partida. Limitado pelo espaço, resumo *espartanamente* a conclusão: de leitura obrigatória.

**DOUTRELOUX, Albert (2000). *Continent Noir*,
Québec, Les Éditions Francine Breton**

António Custódio Gonçalves *

Continent Noir, de Albert Doutreloux, constitui uma viagem estimulante e empolgante num discurso antropológico profundo e numa linguagem fluente e por vezes poética. Escrita por um dos africanistas belgas mais conhecidos, esta obra trata de temáticas relacionadas com sociedades da África Central, desde Kiniati e Kimbwindi, na República Democrática do Congo (RDC), passando por Mfwiki e Mayombe, nas fronteiras do Norte de Angola e da RDC e terminando pela síntese dos olhares cruzados e plurais entre África e Canadá.

É um contributo indispensável para especialistas em Estudos Africanos. Consideraria este livro como o último testamento do Investigador e Mestre Universitário (nascido em Liège, a 13.04.1924 e falecido no Québec, a 29.12.2000). A. Doutreloux foi fundador do Laboratório de Antropologia Social e Cultural (LASC) na Faculdade de Ciências Económicas, Sociais e Políticas da prestigiada Universidade de Lovaina, onde ensinou e formou discípulos até à sua jubilação. Foi igualmente, professor nas Universidades de Dakar (Senegal), Rumuri (Burundi), Lovanium (Kinshasa) e Laval (Québec).

Como seu discípulo em Lovaina, e como interlocutor mais próximo das interrogações e sensibilidades que nos uniam nas áreas da Sociologia e da Antropologia, pude testemunhar o prestígio académico, a abertura intelectual, a defesa e a prática da interdisciplinaridade, a arte de pedagogia, a clareza e o rigor da comunicação.

Esta obra revela, com vivacidade, perspicácia e rigor, o percurso de um Académico, de um Investigador e de um Africanista, com uma

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

personalidade extremamente complexa mas extraordinariamente simples e com um sentido profundo de humanismo e de respeito pela alteridade e pelos valores universais. Poder-se-ia, por isso, em meu entender, intitular esta obra "Percepções de África".

O Autor convoca temáticas, como a conjugação dinâmica das identidades, etnicidades e alteridades, a variedade e variabilidade cultural, a propriedade fundiária, o Estado e a Linhagem, as tradições orais, o poder e a autoridade. Atravessam este livro diversas rupturas epistemológicas e tensões constitutivas da prática antropológica e da observação participante, acentuando a preocupação da junção entre investigação e análise clínica, e entre teoria e empiria. O trabalho empírico e o trabalho teórico completam-se mutuamente: a finalidade do modelo teórico não é reproduzir a realidade mas compreendê-la por meio da simplificação da análise e da interpretação. Assim, revelando-se a teoria um elemento central da abordagem científica, o seu valor resulta da realidade observada, após confrontações múltiplas rigorosamente analisadas.

Esta obra evidencia uma perspectiva integradora e conflituosa da objectividade e da subjectividade, da tradição e da modernidade, procurando minimizar os efeitos perversos do etnocentrismo e da globalização, bem como de imposições de estruturas e instituições impostas do exterior ao desenvolvimento de África.

Trata-se de um livro que é o resultado de uma reflexão e elaboração, ao longo de um aturado trabalho de campo e de uma longa e relevante experiência académica. Citarei a ideia-força que presidiu à apresentação desta obra, destacada pelo próprio Autor: "en toute modestie, je vais tenter de faire comme Alice et de passer de l'autre côté du miroir africain pour y trouver quelques réalités ou quelque réalité, grâce à la perspective travaillée par le temps". (p. 15)

Assim, construir os factos científicos significa, justamente, analisar os factos para além da realidade concreta directamente percebida, identificando as redes de relações que os situam como factos sociais. Constroem-se os factos científicos equacionando e interpretando a experiência significativa, ou seja, não apenas a necessidade da observação da realidade, mas também a consciência dos limites e das ambiguidades desta observação.

Os antropólogos, os sociólogos e os especialistas das ciências sociais e humanas em geral, e os africanólogos em particular, encontrarão nesta obra, que merece todo o interesse e divulgação, perspectivas e problemáticas para ampla reflexão e discussão.

NOTÍCIA

Christian Geffray (1954-2001)

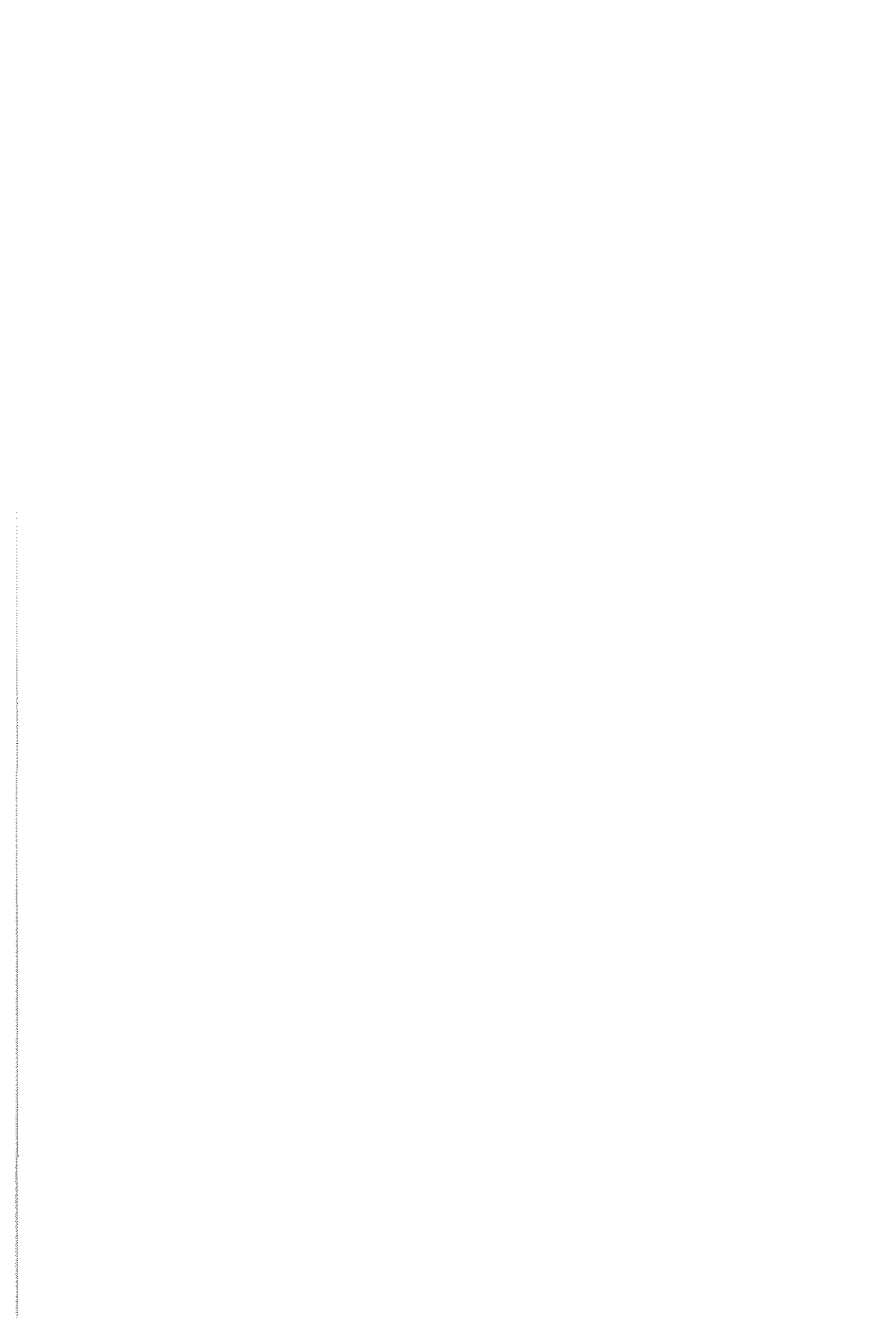
Morreu no dia 9 de Março de 2001 o nosso Colega Christian Geffray, filósofo e antropólogo do *Institut de Recherche pour le Développement* (Paris) e co-fundador da Revista *Lusotopie*.

Christian Geffray foi autor de vários estudos sobre o Brasil e Moçambique. Sobre este país, mais concretamente sobre os Macua, a editora Caminho editou o livro *Ni père ni mère (Nem pai nem mãe. Crítica do parentesco: o caso Macua*, Lisboa, 2000).

A editora Afrontamento editou, em 1991, outro livro sobre Moçambique: *A causa das armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, livro inicialmente editado pela Karthala (Paris, 1990).

O seu último livro, *Trèsors. Anthropologie analytique*, foi publicado pela editora Arcanes (Paris, 2001).

Resumos / Résumés / Abstracts



António Custódio Gonçalves

Resumo: Este artigo analisa problemáticas induzidas por alguns desafios a novas solidariedades sociais e às identidades culturais em situação de “transições democráticas”, revisitando criticamente, numa perspectiva construcionista, alguns fenómenos políticos da África subsariana.

Palavras-chave: identidades culturais, transições democráticas, desenvolvimento, cidadania.

Résumé: Cet article analyse des problématiques induites par des défis à des nouvelles solidarités sociales et identités culturelles, dans le cadre des “transitions démocratiques”, en ajoutant quelques renouvellements critiques, dans une perspective construcioniste, des phénomènes politiques de l’Afrique sous-saharienne.

Mots-clefs: identités culturelles, transitions démocratiques, développement, citoyenneté.

Abstract: This article first analyses the main problems induced by some challenges to the new social solidarities and cultural identities related to the so-called “democratic transitions”. The text then focuses the critical analysis and constructionist perspective of some political events in Central and Southern Africa.

Key-words: cultural identities, democratic transitions, development, citizenship.

José Soares Martins

Resumo: A sobreposição do escravismo colonial moderno aos cativeiros tradicionais, em Moçambique, gerou equívocidades que aqui se pretende esclarecer. Circunscrevendo o conceito de pessoa na mundividência dos povos de língua banta, estabelecendo as diferenças substanciais entre o cativo tradicional e o escravo colonial moderno assim como entre as formas de obter cativos e de proceder ao tráfico a longa distância, procuramos desenhar os contornos de um sistema de valores e da estratificação social escravista para sugerir uma definição operacional e abrangente de escravo.

Palavras-chave: Escravo, butaca, caporro, chicunda

Abstract: The substantial differences among colonial Moçambique slave systems produced a wide range of morphological and semantic equivocation. This paper intends to define the concept of slave as also typify the different social formations in the colonial Moçambique.

Emmanuel Esteves

Resumo: Este artigo estuda as mudanças políticas, económicas e sociais provocadas no Centro e Sul de Angola com a construção do Caminho-de-ferro de Bengela.

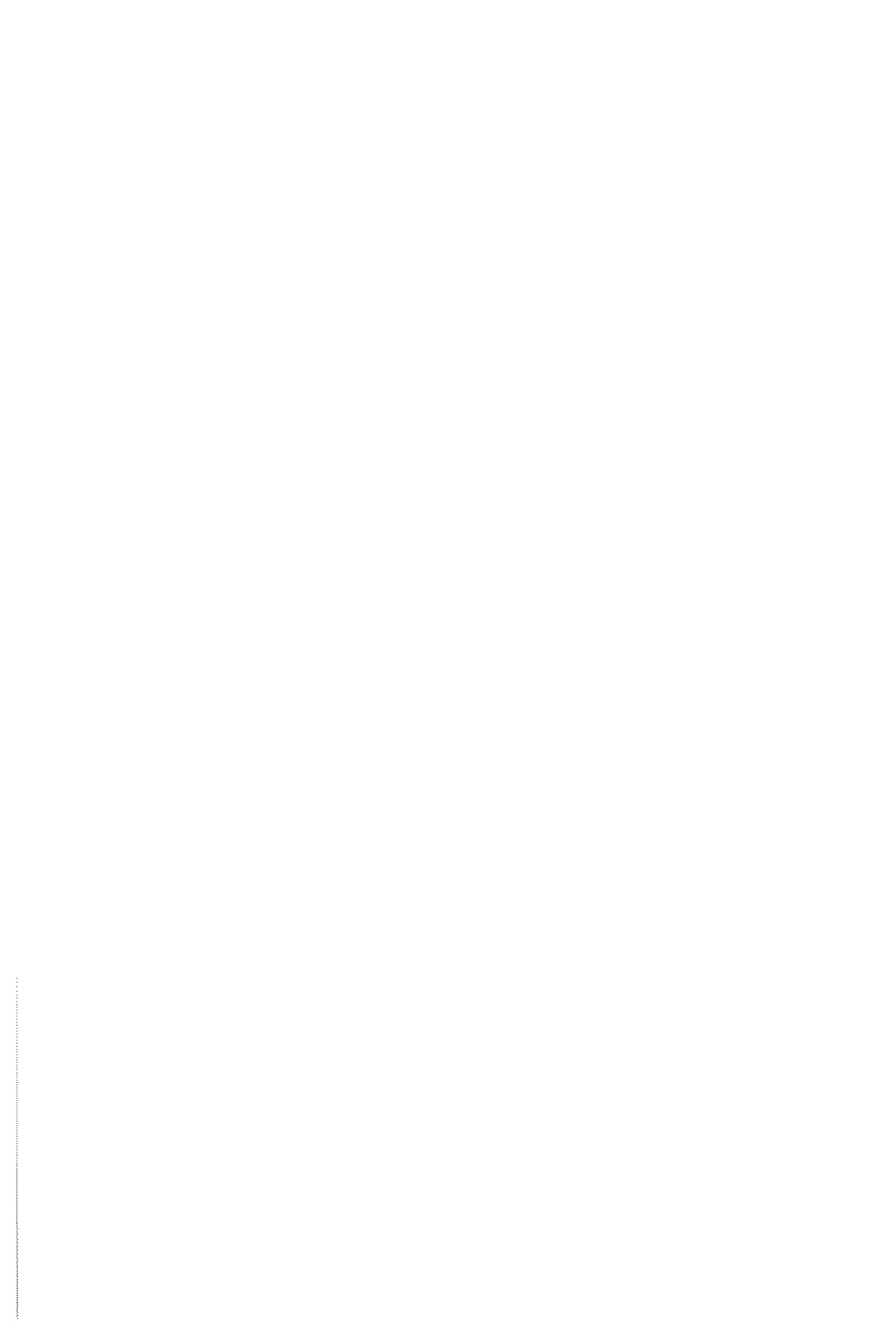
Palavras-chave: Caminho-de-ferro de Bengela; impacto económico e sociocultural; Angola.

Abstract: This article studies the political, economic and social changes caused by Bengela railway in the center and south of Angola.

Key-words: Bengela Railway; economic and sociocultural impact; Angola.

Résumé: Cet article étudie des changements politiques, économiques et sociaux provoqués par la construction du chemin de fer de Bengela au centre et sud de l'Angola.

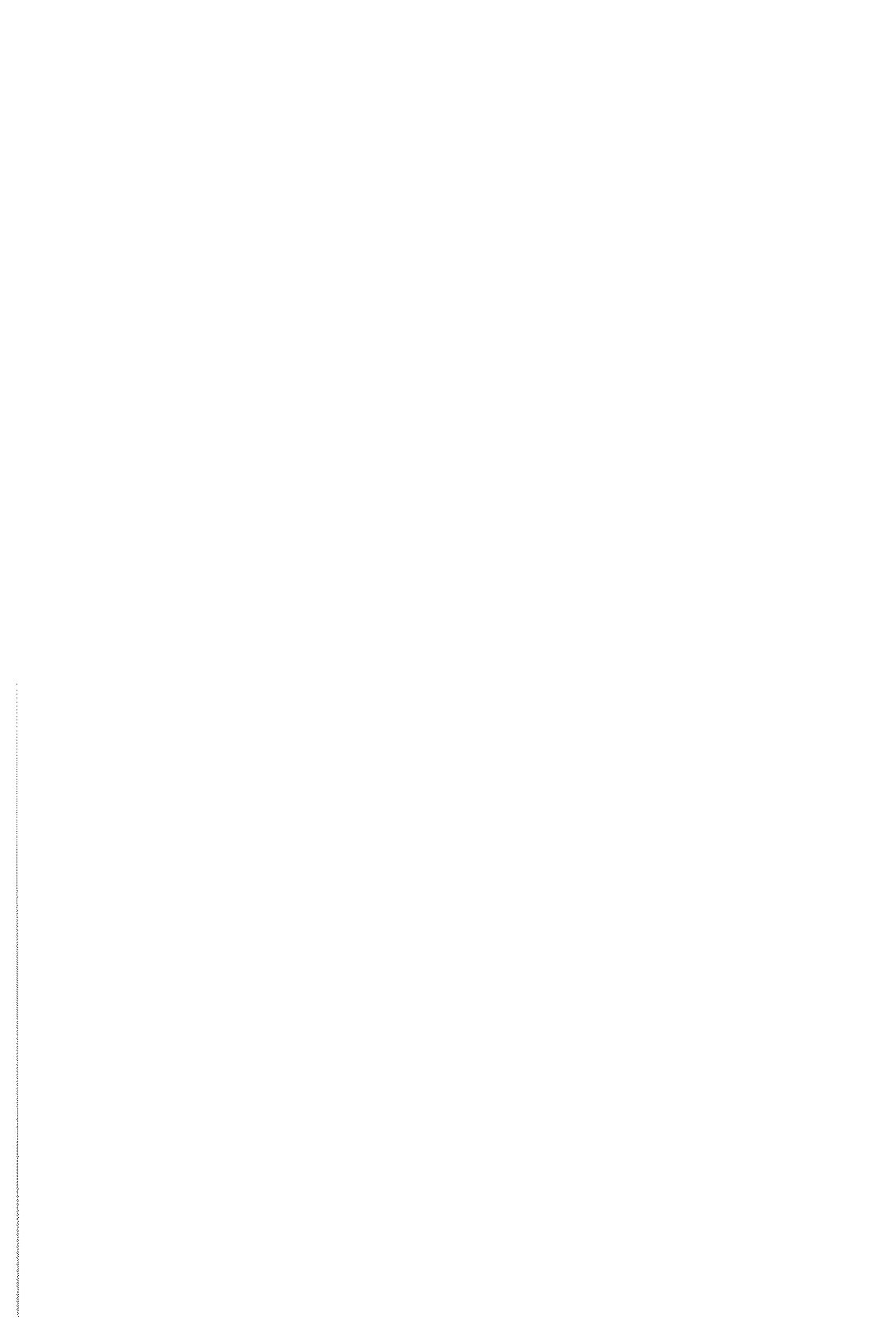
Mots-clés: Chemin de fer de Bengela; Impact économique et socioculturel; Angola.



Janos Riesz

Resumo: A política de expansão da língua francesa nos países ditos francófonos assentou num paradoxo. A língua funcionava apenas como veículo de comunicação, nunca permitindo que os que a aprendiam adquirissem sobre ela um conhecimento profundo, quer quanto à sua essência, quer no que respeita à sua história.

Abstract: The expansion policy of the French language in the French speaking countries builds on a strange paradox. The Language was to be used only as a means of communication, and never, under any circumstance, should other people be allowed the opportunity to know both its essence and history. A good writer or a good philosopher of the French language can be nothing else but French, for no other people have or can acquire the right competence as far as the language is concerned.



Vatomene Kukanda

Resumo: Este artigo analisa a diversidade da situação linguística da África na sua complexidade tendo em conta o passado e o presente deste continente.

Se a primeira parte apresenta a diversidade das grandes famílias, sub-famílias e línguas de extensão regional, a segunda se concentra sobre o grupo mais importante do ponto de vista geográfico e demográfico da sub-família Niger-Congo, o das línguas bantu.

Palavras-chave: diversidade linguística, África, línguas bantu.

Résumé: Cet article analyse la diversité de la situation linguistique de l'Afrique dans sa complexité en tenant compte du passé et du présent de ce continent.

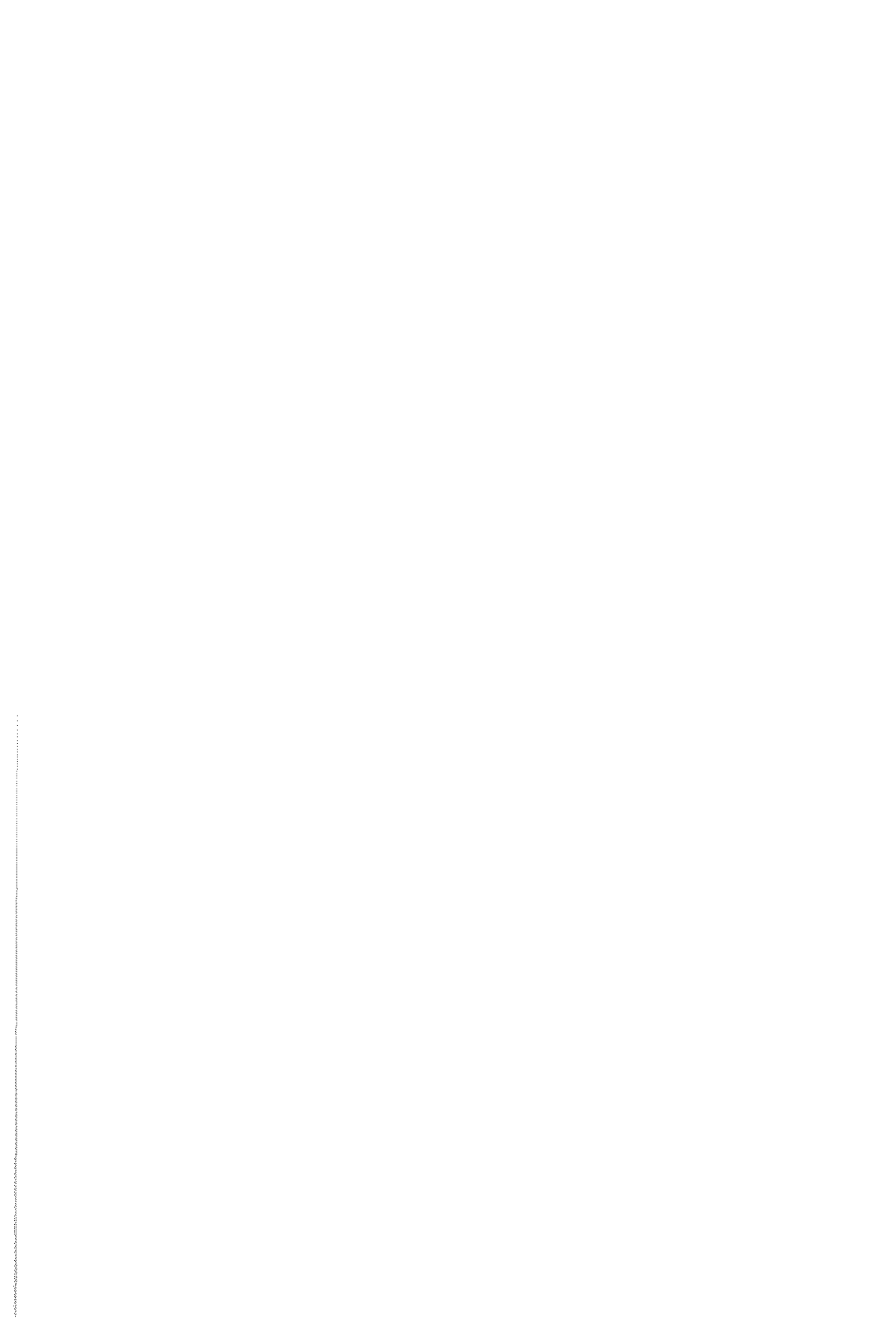
Si la première partie présente la diversité des grandes familles, sous-familles et langues d'extension régionale, la deuxième se concentre sur le groupe le plus important du point de vue géographique et démographique de la sous-famille Niger-Congo, celui des langues bantu.

Mots-clés: diversité linguistique, Afrique, langues bantu.

Lourenço Mateus Lindonde

Resumo: O artigo faz um estudo da variação do léxico no Português de Moçambique. Trata-se de uma variação que se situa ao nível semântico, na medida em que as palavras adquirem novos significados devido à alteração dos traços sémiicos. O estudo pretende mostrar que a alteração dos traços sémiicos num lexema pode afectar o comportamento sintáctico da palavra. A pesquisa centrou-se no lexema “grávida”, empregue no PM como nome, em parte devido à influência das línguas pertencentes ao grupo bantu.

Palavras-Chave: grávida, léxico, lexema, classemas, semas, variação, traços, nome e adjectivo.

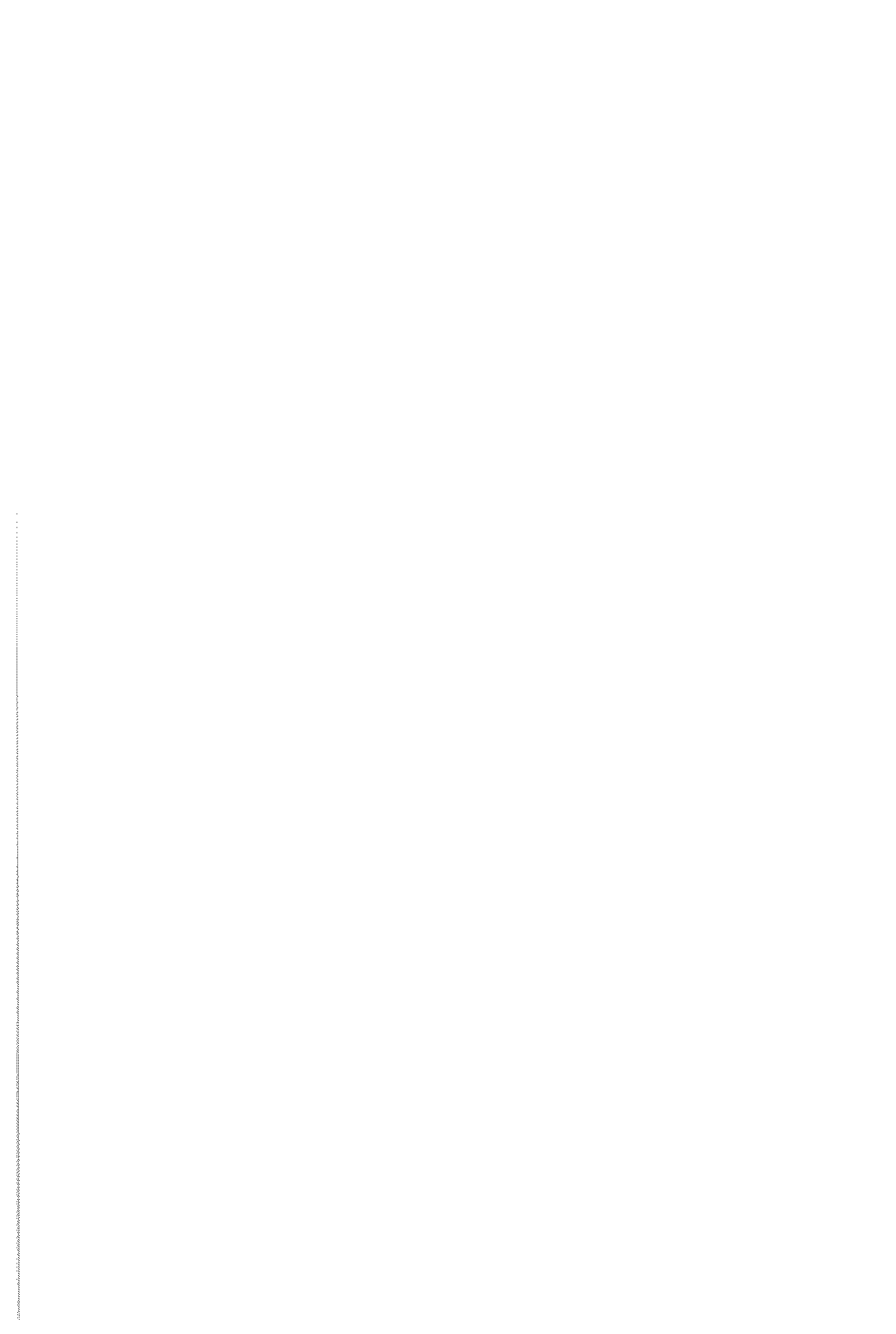


José Carlos Venâncio

Resumo: *Remember Ruben* de Mongo Beti (Camarões) e *A vida verdadeira de Domingos Xavier* de Luandino Vieira (Angola) são dois romances / novelas fundacionistas do chamado paradigma nacionalista. O seu estudo comparativo destina-se por um lado, a descortinar os contextos sócio-políticos que os legitimam esteticamente e, por outro, a isolar aqueles aspectos que, de alguma forma, respondem, em termos puramente estéticos, pela sua actualidade.

Résumé: *Remember Ruben* de Mongo Beti (Camaroun) et *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (La vraie vie de Domingos Xavier) de Luandino Vieira (Angola) sont deux romans fondacionistes du paradigme nationaliste. Cette analyse comparative a le propos de décrire, d'une coté, les contextes sociopolitiques qui les supportent éстетiquement et, d'un autre coté, isoler les catégories éстетiques responsables pour sa actualité.

Abstract: *Remember Ruben* of Mongo Beti (Cameroon) e *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (The true life of Domingos Xavier) of Luandino Vieira (Angola) are two foundationist novels of the so-called nationalist paradigm. This comparative analysis intends, on one hand, to discover the social and political contexts, which its aesthetic values are based on and, on the other hand, to isolate the aesthetic aspects responsible for its actuality.



Informações

VI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Promovido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e pela Faculdade de Letras do Porto, e coordenado pelo Prof. António Custódio Gonçalves, realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de 4 a 9 de Setembro de 2000, o VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, subordinado ao tema: "As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios".

Iniciados em 1990 na Universidade de Coimbra e continuados depois em S. Paulo, Lisboa, Rio de Janeiro e Maputo, os Congressos Luso-Afro-Brasileiros de Ciências Sociais tornaram-se no mais importante espaço de reflexão científica e de diálogo multicultural de especialistas das diversas ciências sociais e humanas de língua oficial portuguesa. Este VI Congresso reuniu cerca de 500 especialistas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor Loro Sae, que quiseram partilhar, com análises críticas e fundamentadas, os seus conhecimentos, saberes, projectos e experiências profissionais em que cada um está implicado e que geram solidariedades.

O tema geral do Congresso *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios* apelou para a importância da análise e compreensão dos actores sociais e dos factores humanos, numa perspectiva de inovação e de produção de sentido, no contexto das grandes mutações económicas e políticas dos equilíbrios mundiais.

Três desafios ou grandes eixos de reflexão pluridisciplinar atravessaram as temáticas deste Congresso: O primeiro é o confronto com as *mudanças culturais* num mundo globalizado e individualizado que agudiza as rupturas sociais; o segundo é o da gestão, tanto mais ampla quanto possível, da *diversidade democrática*; o reconhecimento dos outros, da alteridade numa comunidade de leis e de orientações culturais; e também a *construção da cidadania* que assegure a autonomia e o respeito da diferença perante fenómenos avassaladores de burocratização e das indústrias culturais e mediáticas que podem coarctar os direitos fundamentais e os princípios da igualdade; o terceiro desafio é o *do reforço de novas configurações de solidariedades* nos espaços de língua portuguesa, nomeadamente, na luta enérgica contra a exclusão, o racismo e a xenofobia; e, igualmente, o esforço constante de inovação e de criatividade na análise de culturas nacionais, locais ou étnicas, implementando modelos de cooperação, de participação e de co-produção, com características dominantes do desenvolvimento endógeno de cada um dos nossos países.

Na Assembleia Geral do Congresso, foi criada a **Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (ACSHLP)**, aprovados os respectivos Estatutos e lançado o 1º número da **Revista Travessias**.

Este Congresso realizou-se no limiar das Comemorações do **Porto Capital Europeia da Cultura**, cidade com património histórico e cultural de elevada riqueza, classificado pela UNESCO como Património Mundial.

Conferências Plenárias

1 – *Globalização e Transformações nos Países Lusófonos - Conferência Inaugural.*

Cândido Mendes – Univ. Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

2 – *A Escravatura na Consciência Cultural Portuguesa nos Finais do Antigo Regime*

Eugénio Francisco dos Santos – Univ. do Porto, Portugal.

3 – *Globalização, Poder e Cidadania - Conferência de Encerramento*

Manuel Villaverde Cabral – Univ. de Lisboa, Portugal.

Painéis Temáticos

1. *Cidadania, Democracia e Cultura Urbana*
Carlos Fortuna, José Manuel Pureza, Pedro Hespanha (CES-UC).
2. *Literatura e Sociedade: perspectivas teóricas*
Salvato Trigo, Cristina Pacheco (FLUP), Moisés Lemos Martins (ICS-UM), José Carlos Venâncio (UBI-CEAUP)
3. *Desenvolvimento e exclusão social*
Adelino Torres, Manuel Ennes Ferreira (ISEG), Lúcia Freire (UERJ), Marcello Baquero (UFRGS), Maria Manuela Afonso, Marinús Pires de Lima (ISCTE)
4. *Universidade, Mérito e Desigualdades*
João Ferreira de Almeida, Elísio Estanque (CES-UC), Nelson Lourenço (FCSH-UNL).
5. *Constituição e Reconstituição dos ESpaços Políticos na África Lusófona*
Franz Heimer, Eduardo Costa Dias (ISCTE-CEA), Arlindo Carvalho, Gabriel Mithá Ribeiro (ISCTE), Elísio Macamo, Fernando Florêncio, Nelson Pestana, António Correia e Silva, Carlos Cardoso (INEP) e Gerhard Seibert (IICT).
6. *Sociedade, Direito e Justiça Penal*
Daniel dos Santos (U. Ottawa), Marco Mello (UFRJ), Kant de Lima (UFF).
7. *Identidades Culturais: olhares cruzados e plurais nos espaços de língua portuguesa*
Augusto Santos Silva (FEP), Paulo Borges Coelho (UEM), António Custódio Gonçalves, Ivo Carneiro de Sousa, José Pereira Azevedo (FLUP-CEAUP), José Capela (CEAUP).
8. *Questões Urbanas em África*
Jochen Oppenheimer, Ana Bénard da Costa, Cristina Rodrigues, Carlos Proença, Mário Ribeiro (ISCTE), Nuno Cunha (ISEG), Elisabeth Rondelli (UFRJ).
9. *Padrões de Democratização no Brasil e em Portugal*
Renato Lessa (IUPERJ), Manuel Villaverde Cabral (ICS), Luiz Manuel Fernandes (PUC-RJ/UFF).

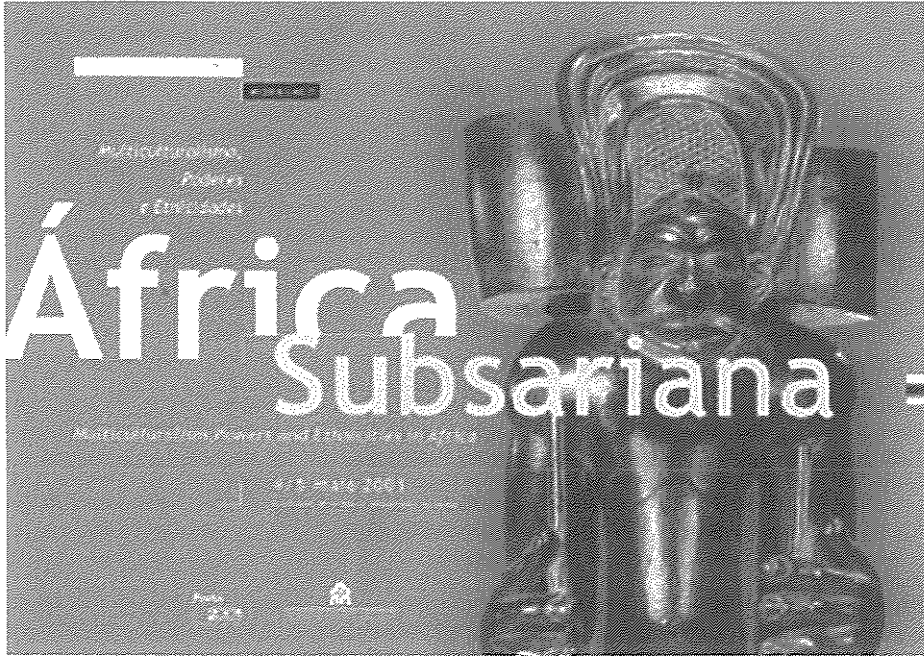
Grupos de trabalho

- I – Democracia, Poder e Saberes
(Coordenador: João Paulo Borges Coelho)
- II – Migrações e Diásporas
(Coordenador: Almiro Lobo)
- III – Identidades, Alteridades Sociais e Direitos Humanos
(Coordenador: Eugénio dos Santos)
- IV – Heterodoxia, Racismo e Xenofobia
(Coordenadora: Elvira Mea)
- V – Interdisciplinariedade
(Coordenador: José Pereira Azevedo)
- VI – Encontros de Cultura em Espaços de Língua Portuguesa
(Coordenador: Ivo Carneiro de Sousa)
- VII – A Literatura, Expressão Cultural da Sociedade
(Coordenador: José Carlos Venâncio)
- VIII – A Língua Portuguesa: Balanços e Desafios
(Coordenador: Mário Vilela)
- IX – Globalização: Valores e práticas culturais
(Coordenador: Marinús Pires de Lima)

Mesa Redonda

- REDONDA – Gilberto Freyre
(Coordenador: José Carlos Venâncio)

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subariana
Faculdade de Letras do Porto – 4 e 5 de Maio de 2001



Iniciados em 1998 e promovidos pelo Centro de Estudos Africanos (CEAUP) e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), os Colóquios sobre «Identities, poderes e etnicidades na África Subariana» têm constituído um espaço de alta qualidade científica, com a participação de reputados especialistas internacionais de estudos africanos. Este IV Colóquio pretende analisar os problemas da conflitualidade, do racismo e xenofobia, do desenvolvimento e do multiculturalismo na África subsariana, discutindo teorias, problemas e casos de estudos mais importantes. Vários especialistas europeus e africanos reúnem-se num espaço de discussão aberta para desenvolver novas problemáticas e interpretações que, nesta edição do seminário, sublinham o tema do multiculturalismo. Angola, Moçambique, Senegal ou as influências africanas nas culturas brasileiras enquadram vários dos temas em estudo e debate neste seminário que constitui um dos principais pólos de reflexão científica

portuguesa sobre os problemas das identidades, poderes e etnicidades na África Subsariana.

Programa

4 de Maio de 2001 – Anfiteatro Nobre da FLUP

10h00: Sessão Solene de Abertura:

Reitor da Universidade do Porto
Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas
Presidente do Conselho de Administração da Sociedade
Porto 2001
Representante da Câmara Municipal do Porto
Presidente do Conselho Directivo da FLUP
Presidente da Direcção do CEAUP

Pausa para café

11h00:

**Painel: Etnicidades multiculturais e poderes solidários:
teorias, problemas e estudos de caso na África
subsariana**

Moderador: José Capela

Intervenientes:

- António Custódio Gonçalves – CEAUP
“Identidades e Alteridades Culturais: desafios às
solidariedades sociais e aos poderes políticos”
- Franz-Wilhelm Heimer – CEA-ISCTE
“Fronteiras em África – a vertente da identidade nacional”
- José Carlos Venâncio – CEAUP
“Multiculturalismo e Literatura Nacional em Angola”
- Margarida Fernandes – FCSH – UNL
“Os textos e os contextos: a literatura africana de língua
portuguesa entre a ficção e a realidade”

Intervalo para o almoço

15h00:

Painel: **Multiculturalismo e identidades étnicas**

Moderador: Emmanuel Esteves

Intervenientes:

- Elikia M'Bokolo – E.H.E.S.S. Paris – *“Multiculturalisme et Nationalisme au Congo-Zaire”*
- Eduardo Costa Dias – CEA/ISCTE – *“Da’wa, Poder, Etnicidade e “Invenção” de uma nação Senegambiana”*
- Ute Luig – Univ. Berlim: *“Multiculturalism, Citizenship and Ethnic Conflicts in Ivory Coast”*

5 de Maio de 2001 – Anfiteatro Nobre da FLUP

10h00:

Painel: **Multiculturalismo, etnicidades e cidadanias**

Moderador: Arlindo Barbeitos

Intervenientes:

- Alex van Stipriaan Luiscius – Univ. de Roterdão – *“Creolisation and the lessons of a watergoddess”*
- Gabriela Sampaio – UNICAMP – São Paulo – *“A história do feiticeiro Juca Rosa: matrizes culturais da África subsariana em rituais religiosos brasileiros do século XIX”*
- Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia – Univ. Coimbra *“Rituais alternativos de poder em Angola”*

PORTO 2001 / CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

Manuela Melo

Comissão Executiva – Programa Cultural

Pensamento, Ciência e Literatura

Programação

Paulo Cunha e Silva

Assistente de Programação

Susana Medina

Assistente de Produção

Gisela Leal

Organização:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

NORMAS PARA OS COLABORADORES DA *AFRICANA STUDIA*

A apresentação dos originais deverá seguir os parâmetros seguintes:

1. Os artigos enviados à *Africana Studia* serão submetidos ao Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar conveniente.
2. Os textos em português, em francês ou em inglês serão enviados em duplicado ao secretariado do CEAUP, dactilografados em páginas A4, a espaço e meio, acompanhados de uma disquete com o ficheiro de texto em Word for Windows (versão 95, 97 ou 2000). Os textos para o n^o 4 deverão ser remetidos até 29 de Outubro de 2001 **impreterivelmente**.
3. O limite máximo da dimensão dos artigos será de 25 págs., incluindo quadros, gráficos, figuras, notas e bibliografia.
4. Cada artigo será acompanhado de um resumo com o máximo de 10 linhas apresentado em português, francês e inglês, e das **palavras – chave nucleares** (mots-clefs / key words).
5. Todas as citações devem seguir-se do sobrenome do autor, em maiúsculas, e ano de publicação (e número de página, se for o caso), entre parênteses.
6. As referências bibliográficas devem vir no final do texto, numeradas e em ordem alfabética a partir do sobrenome do autor, com espaço simples entre linhas e espaço duplo entre si. Títulos de livros e periódicos devem vir em itálico.
7. A *Africana Studia* reserva-se o direito de alterar os originais com o fim de condicioná-los a essas e outras normas do seu padrão editorial.
8. Os autores terão direito a 2 exemplares e 25 separatas da *Africana Studia*.
9. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos seus autores.